



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA GREYCE MORAES PEREIRA

**Trabalho e experiências femininas na CAFT: uma perspectiva de gênero
Rio Largo - Alagoas
(1940-1960)**

MACEIÓ
2020

ANA GREYCE MORAES PEREIRA

Trabalho e experiências femininas na CAFT: uma perspectiva de gênero
Rio Largo - Alagoas
(1940-1960)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Elias Ferreira Veras.

MACEIÓ
2020

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

P436t Pereira, Ana Greyce Moraes.
Trabalho e experiências feministas na CAFT : uma perspectiva de gênero Rio Largo
- Alagoas (1940-1960) / Ana Greyce Moraes Pereira. – 2020.
167 f. : il. color.

Orientador: Elias Ferreira Veras.
Dissertação (Mestrado em história cultural) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em
História. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 164-167.

1. Mulheres. 2. Mulheres - Emprego - Alagoas. 3. Relações de gênero. I.
Título.

CDU: 331.582(813.5)-055.2

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao criador, por me conceder o privilégio de estar com saúde e poder realizar mais uma etapa da minha vida: cursar o mestrado em História pela Universidade Federal de Alagoas. Sinto-me grata pela força que os meus familiares me deram ao longo desta jornada.

À minha mãe Ana Maria, que sempre insistiu para que eu persistisse. Sua força e seu incentivo foram combustíveis para a minha caminhada; sem isso, não teria sido possível.

Aos meus irmãos, em especial à Iracema Moraes, que foi minha confidente nos momentos de angústias, frustrações e conquistas. Obrigada por ceder um pouco do seu tempo para me ouvir.

Quero agradecer também ao meu colega de mestrado Carlos André Correia, que foi um parceiro incrível, um grande incentivador da minha caminhada e permanência ao longo do mestrado. Foi também, muitas vezes, confidente das boas experiências que vivemos juntos ao longo do curso.

Ao meu querido e amado professor José Santos Lima, pelo apoio incondicional, pelas orientações desde a graduação, as quais foram continuadas, de maneira simbólica, no curso de mestrado. Os seus conselhos foram cruciais para que eu compreendesse o espaço que eu estava ocupando, e o quanto isso é significativo para a minha vida e para a representatividade que carrego. Obrigada, meu mestre!

Agradeço também ao professor Dr. Marcos Moreira, o qual foi o maior incentivador para que eu chegasse até aqui. A oportunidade que me concedeu de fazer parte de seus projetos contribuiu de forma decisiva para a minha chegada nesta etapa! Muita Gratidão!

À Dra. Paula Palamartchuck, a quem agradeço a gentileza por ter aceitado fazer parte das minhas bancas de qualificação e de defesa deste trabalho. Agradeço a generosidade das suas correções e indicações, as quais foram necessárias e importantes na constituição deste trabalho. Muita Obrigada!

Infinitamente devo agradecer ao meu querido orientador Dr. Elias Ferreira Veras, por me aceitar como orientanda e depositar sua confiança em mim. Suas orientações, conhecimentos e direcionamentos foram cruciais para o processo de formação deste trabalho, e eu só tenho a agradecer pela sensibilidade, carinho, dedicação, paciência e pela sua enorme contribuição. Eternamente agradecida!

Agradeço também à família Paiva, em especial a Arnaldo Paiva Guedes, por abrir os arquivos da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos a CAFT e disponibilizar a documentação gentilmente cedida.

Às instituições que permitiram os acessos aos arquivos para pesquisa, como o Arquivo Público de Alagoas – APA, ao Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL e ao Ministério da Justiça de Alagoas, em nome da pessoa do Oswaldo Zaidan Filho.

Agradeço aos antigos operários e operárias que se propuseram a dar seus depoimentos para este trabalho, em especial a José Calheiros (Seu Caduda) e Margarida Gomes, que contribuíram de forma fundamental para o registro da História do Trabalho Feminino em Rio Largo - Alagoas. Minha gratidão!

Àqueles/as que, diretamente e indiretamente, contribuíram nesta jornada, sintam-se agradecidos/as de coração!

RESUMO

Novas formas de produção e de trabalho decorreram do crescimento do mercado algodoeiro em várias cidades alagoanas nos finais do período oitocentista e início do século XX. Nesse cenário, a busca pela mão de obra atraiu várias famílias de trabalhadores provenientes das mais variadas regiões para compor o primeiro quadro de trabalhadores e trabalhadoras nas indústrias fabris em Alagoas. Entre os trabalhadores, as mulheres formaram a maioria do operariado das fábricas têxteis. A presente pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho das mulheres operárias na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT) em Rio Largo - Alagoas surgida nesse contexto, destacando os anos de 1940-1960. O Trabalho guiou-se pelas seguintes questões: como se deu o processo de inserção das mulheres nas fábricas? Quem eram essas mulheres? Quais os tipos de atividades desempenhadas por elas? Como era o seu cotidiano no ambiente fabril? Quais as relações entre elas e os homens no trabalho? Qual a importância do trabalho para estas mulheres? Em face desses questionamentos, fez-se necessária uma abordagem sobre as experiências das mulheres operárias na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, a partir da perspectiva de gênero, em diálogo com autores que se debruçaram sobre a história das mulheres trabalhadoras no universo têxtil: Rago (1985) Perrot (2007) Scott (1994) entre outros. Esta análise possui como corpus documental fontes impressas de jornais, entre eles o *Nosso Jornal* (1941-1947) – periódico mensal que pertenceu à CAFT e circulou entre o operariado na cidade de Rio Largo e teve como principais redatoras mulheres e jovens operárias – e o *A Voz do Povo* (1958-1962) – periódico semanal fundado pelo partido Comunista de Alagoas na década de 1940, que traz notícias sobre o cotidiano dos trabalhadores nas indústrias têxteis alagoanas. Além das fontes citadas, há processos trabalhistas movidos na Justiça do Trabalho entre os anos de 1950 e 1960, destacados por meio de narrativas orais que pertencem aos antigos operários e operárias que trabalharam na CAFT entre os anos de 1950 e 1960.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Trabalho.

ABSTRACT

New forms of production and work resulted from the growth of the cotton market in several cities in Alagoas at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. In this scenario, the search for labor attracted several families of workers from the most varied regions to compose the first group of male and female workers in the manufacturing industries in Alagoas. Among workers, women formed the majority of workers in textile factories. This research aimed to analyze the work of women workers at Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos - CAFT in Rio Largo - Alagoas, which emerged in this context, highlighting the years 1940-1960. The Work was guided by the following questions: how did the process of inserting women into the factories take place? Who were these women? What types of activities do they perform? How was your daily life in the factory environment? What are the relationships between them and men at work? How important is work for these women? In view of these questions, it was necessary to approach the experiences of women workers at Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, from the perspective of gender in dialogue with authors who studied the history of women workers in the textile universe: Rago (1985) Perrot (2007) Scott (1994) among others. This analysis had as documentary corpus printed sources of newspapers, among them *Nosso Jornal* (1941-1947), a monthly periodical that belonged to CAFT and circulated among the workers in the city of Rio Largo, whose main editors were women and young workers. *A Voz do Povo* (1958-1962), a weekly newspaper founded by the Communist party of Alagoas in the 1940s, which brings news about the daily lives of workers in the textile industries of Alagoas. In addition to the aforementioned, labor lawsuits filed by workers in the Labor Court between the years 1950-1960 and the oral narratives of the former workers who worked at CAFT between the years 1950 and 1960.

Keywords: Women. Genre. Job.

LISTA DE ILUSRAÇÕES

Figura 01: Casa da Vila operária de Rio Largo, no antigo bairro de Cachoeira (1942).....	44
Figura 02: Fotografia da Primeira formação da Banda feminina de 1936.....	75
Figura 03: Fotografia da Banda Feminina de 1950.....	79
Figura 04: Fotografia da Banda Feminina de 1954.....	98
Figura 05: Fotografia da Sala de costura do grupo escolar Gustavo Paiva (1945).....	110
Figura 06: Mapa da divisão política de Alagoas de 1960.....	114
Figura 07: Ficha cadastral de Sebastiana Cosmo Silva (1957).....	115
Figura 08: Croqui da planta estrutural da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.....	121
Figura 09: Mulheres na CAFT no ano de 1947.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Relatório de Saúde anual da CAFT de 1944.....	61
Tabela 02: Relatório de Saúde anual da CAFT de 1946.....	63
Tabela 03: Relatório de Saúde anual da CAFT de 1944.....	64
Tabela 04: Referência classificação de setores ocupações por gênero na CAFT (1940-1960).	125
Tabela 05: Relatório de Saúde anual da CAFT.....	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NJ – Nosso Jornal.

AVP – A Voz do Povo.

CAFT – Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.

Cia. – Companhia Alagoana.

LISTA DE FONTES

Sinopse Estatística do Estado de Alagoas (1936-39).

Diário de Notícias – Rio de Janeiro (1941).

Nosso Jornal – Rio Largo - Alagoas (1941-1947).

Voz do Povo – Maceió - Alagoas (1958 - 1962).

Gutenberg – Maceió (1906-1909).

Processos Trabalhistas da Justiça do Trabalho de Alagoas (1941 -1966).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A COMPANHIA ALAGOANA DE FIAÇÃO E TECIDOS (CAFT)	32
1.1 A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT)	32
1.2 A vila operária de Rio Largo	37
1.3 Arquitetura da disciplina.....	43
1.3.1 Moradia.....	44
1.3.2 Cooperativas	48
1.3.3 Sindicato	50
1.3.4 Restaurante	52
1.3.5 Escola	55
1.3.6 Departamento de saúde.....	59
1.3.7 Arte e cultura	65
CAPÍTULO II – A BANDA FEMININA DA CAFT	73
2.1. A mudança da gestão administrativa na CAFT e a situação da classe trabalhadora de Rio Largo no contexto dos anos de 1950 a 1960.....	99
CAPÍTULO III – ONDE ESTÃO AS MULHERES OPERÁRIAS?.....	106
3.1. Em busca das mulheres da CAFT	113
3.2 Espaço do trabalho feminino na CAFT	120
3.3 Violência de Gênero e Resistência feminina	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS	164

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada **Trabalho e experiências femininas na CAFT: uma perspectiva de gênero. Rio Largo - Alagoas (1940-1960)**, propõe um estudo sobre as mulheres trabalhadoras na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT, entre os anos de 1940 e 1960. Tem-se como objetivo investigar as relações do trabalho feminino a partir de uma perspectiva de gênero.

O interesse pelo tema surgiu de uma pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa “Metodologia Concepção Social do Ensino Coletivo Instrumental”, do Curso de Música-UFAL, hoje denominado Centro de Musicologia de Penedo (Cemupe), coordenado pelo Prof. Dr. Marcos dos Santos Moreira, do qual fiz parte como colaboradora, realizando pesquisas voltadas ao estudo sobre a história das bandas de música e a participação de mulheres nos referidos grupos musicais. Ao longo da pesquisa, foi identificada a existência de uma banda de música feminina composta apenas por jovens operárias, filhas de operários/as, fundada pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT, na cidade de Rio Largo - Alagoas, precisamente no ano de 1936. Após alguns meses de pesquisas, coletas de dados e estudos, o trabalho resultou em uma aprovação no *II congresso de História do Movimento Operário e dos movimentos sociais* na Universidade Nova Lisboa, em Portugal, no ano de 2015¹, o que despertou entre os/as coordenadores do grupo de trabalho e dos/as participantes do evento a curiosidade sobre a temática, abrindo a possibilidade de uma ampliação dessa pesquisa. Não satisfeita apenas com a pesquisa voltada às bandas de música, a inquietude como pesquisadora e historiadora fez-me caminhar para além da temática inicialmente proposta, baseada na premissa de investigar o que foi a Companhia Alagoana – CAFT, quem eram essas mulheres operárias, quais as atividades que elas desempenhavam na fábrica e quais eram suas relações com o trabalho. No entanto, verifiquei, na historiografia alagoana, que não havia trabalhos voltados especificamente sobre o trabalho feminino nas indústrias têxteis em Alagoas, e, embora já houvesse uma gama de trabalhos científicos que abordam vários assuntos sobre as indústrias têxteis e algumas menções sobre as mulheres, esse fato levou-me a pensar na possibilidade de desenvolver e problematizar a temática do universo do trabalho feminino nas indústrias têxteis, em especial na cidade de Rio Largo. Nesse sentido, foi importante pensar

¹ MOREIRA, M.S; PEREIRA, A.G.M. Memórias e identidade feminina: a história Luso-Brasileira da Banda de Música no ciclo Operário em Rio Largo Alagoas - Brasil. In: **II Congresso de História do Movimento Operário e dos movimentos sociais em Portugal**. Universidade Nova Lisboa. Lisboa: FSCH, 2015. v. 2. p. 25-25.

também nessa ausência e nos silêncios em que essas mulheres permaneceram por muito tempo, cujas questões configuram-se como um dos objetivos centrais a serem desenvolvidos nesta investigação.

A partir desse entendimento, este trabalho está atravessado pelas seguintes questões: Como se deu o processo de ingresso das mulheres nas indústrias têxteis em Alagoas? Quem eram essas mulheres? Quais os tipos de atividades que desempenharam nas fábricas? Como era o seu cotidiano no ambiente fabril? Quais as relações entre elas e os homens no trabalho? Como o trabalho e o lazer articulavam-se nas experiências na banda de música feminina na vida das jovens operárias?

Em se tratando das fontes principais, foram utilizados os jornais *Nosso Jornal* (1941-1947), *A Voz do Povo* (1958-1964), bem como entrevistas com ex-operários/as que trabalharam na CAFT entre as décadas de 1950 e 1960. Além dessas fontes destacadas, a análise das fichas funcionais, as quais serão imprescindíveis para identificarmos questões ligadas à organização e ao funcionamento do trabalho das mulheres na CAFT. Na busca de tentar responder a essa questão, resolvemos, a partir dos vestígios documentais expostos nas fichas, traçar o perfil dessas mulheres, em vista da ausência de referências na literatura bibliográfica sobre o cotidiano fabril que apontassem exclusivamente para a participação delas nessa instituição. Em visita ao acervo², foram encontradas aproximadamente 2000 fichas na gaveta fichário, em ordem alfabética, que compunham as décadas dos anos 1930 a 1970. Dentre elas, foram levantadas 597 fichas, as quais nos fornecem inúmeros indícios de como se desenvolviam as relações do trabalho feminino e do cotidiano na CAFT. É possível, a partir desta análise, formular e verificar os dados de forma qualitativa e quantitativa nas etapas que revelam a idade, naturalidade, nível educacional, estado civil, funções executadas pelas mulheres nos setores fabris, ganho salarial e tempo de trabalho laboral dessas agentes. Nas fichas, denominadas como *registros de empregados*, constam informações fundamentais para o entendimento biográfico dessas mulheres.

O *Nosso Jornal*, fundado no ano de 1938 sob a gestão do industrial Gustavo Paiva, foi o principal veículo de comunicação da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT e perdurou ao longo da década de 1950. A tipografia fabril foi construída no processo de

² A Companhia Paiva e empreendimentos, mantenedora do Shopping Progresso na cidade de Rio Largo, arquiva, em sua sede administrativa atual, as antigas fichas funcionais da extinta CAFT. As referidas fichas servem não apenas para a preservação da memória dos/as antigos/as operários/as, mas também para a consulta realizada a pedido de suas famílias para assuntos relacionados a processos judiciais, trabalhistas (geralmente solicitados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS) ou processo de herança ou questões de documentação comprobatória solicitada por eles/elas.

ampliação da vila operária no início dos anos de 1940 e encontrava-se situada no prédio localizado na parte central da vila Operária em Rio Largo. O NJ teve como seu primeiro diretor-chefe e organizador João Ferreira da Rocha, que também exercia o cargo de diretor e professor do grupo escolar da CAFT. Com produção mensal, o NJ tinha como principais redatores/as jovens operários/as, alunos/as (em sua maioria meninas), que trabalhavam redigindo artigos e informes dos mais variados assuntos do cotidiano das ações fabris. Tal responsabilidade, realizada pelos/as alunos/as, fazia parte, segundo a Cia. Alagoana, das atividades pedagógicas curriculares do grupo escolar da Companhia. Nesse sentido, de forma pretenciosa, o NJ exercia a função de informar e destacar as realizações, de maneira elogiosa, da gestão administrativa da fábrica, assim como atividades educacionais, religiosas, socioculturais e artísticas realizadas pelos funcionários, operários e filhos dos operários da Companhia Alagoana. Havia, também, artigos de variados jornais da grande imprensa republicados pelo NJ quando se tratava de assuntos relativos à CAFT, cujas tiragens limitavam-se à cidade de Rio Largo.

A escolha do NJ como uma das fontes deste trabalho deu-se justamente pelo fato de ele ser de propriedade da CAFT – lugar do objeto de pesquisa. Além disso, outro fator que contribuiu e despertou o interesse pela fonte foi a presença significativa de muitas jovens operárias como principais redatoras do periódico, as quais deixaram seus depoimentos, mesmo que de forma a exaltar a figura do patronato e das fábricas, evidenciando que tinham um pequeno espaço reservado para relatarem um pouco das suas experiências de vida, do trabalho e das atividades escolares e artísticas que elas desempenhavam na Companhia. Esses fatores viabilizam a compreensão dos discursos que permeavam aquela instituição fabril, visto que, mesmo que tendenciosa, foi importante para construir uma análise narrativa das relações da CAFT e de uma parcela do operariado com o período histórico pesquisado.

Vale destacar que o *Nosso Jornal* contém 460 fls. dos exemplares de 1941 a 1947, incompletos em relação à sequência de volume, meses e edições. Inclusive, estão disponíveis, nestas coleções, assuntos dos mais variados cotidianos relativos ao funcionamento administrativo do núcleo fabril e de eventos comemorativos que faziam parte do calendário da Companhia Alagoana entre os meses de setembro e dezembro do correspondente ano. Essa fonte foi cedida pelos familiares do já falecido Aquino Japiassú, que foi professor de música e maestro da banda feminina e trabalhou na tipografia da CAFT, com a qual se encontrava a fonte.

Outra fonte importante deste trabalho é o jornal *A Voz do Povo* (1946-1964), fundado pelo Partido Comunista em Alagoas no ano de 1946, e que teve à frente seu primeiro diretor André Panini, eleito deputado estadual pelo PCB no ano de 1948. É importante salientar que o

periódico teve sua produção extinta devido à cassação do PCB, ao qual estava vinculado, no ano de 1947. Retornou a circular em 1951 e perdurou até o ano de 1964 devido ao golpe civil-militar no país. O que disponho desta fonte são algumas edições incompletas dos anos de 1954, 1958, 1962 e 1964, período que coincide com o acirramento das tensões entre os patrões das indústrias têxteis e empregados em Alagoas. O AVP, como um veículo de comunicação direcionado às classes trabalhadoras com viés partidário esquerdista, opunha-se aos industriais a favor das lutas e reivindicações do operariado. Essa fonte é relevante porque evidencia não só o fortalecimento da classe operária e dos movimentos sindicais nesse período, mas também o aparecimento das mulheres trabalhadoras em reportagens da imprensa operária, onde são citadas em situações de humilhações e violência praticadas pelos mestres e contramestres das seções fabris no interior da CAFT, relatados através de denúncias, em sua maioria de forma confidencial, pelos próprios operários que enviavam ao Sindicato dos Trabalhadores de Alagoas e publicados no AVP. Entretanto, essa realidade não correspondia apenas à Companhia Alagoana, mas a outras fábricas de Alagoas, como Carmem, Saúde, Norte de Alagoas, Alexandria e Pilarense. Por isso, o periódico AVP é uma importante fonte de análise, na medida em que, através dele, conhecemos, em parte, uma rede de informações e indícios do cotidiano do trabalho feminino na CAFT. Boa parte dos Jornais encontra-se disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA), e outra remessa está armazenada digitalmente nos arquivos da Justiça do Trabalho de Alagoas.

Compreender o jornal como uma fonte de produção social leva-nos a revelar a historicidade dos discursos e sujeitos históricos. As dificuldades de acesso às fontes documentais, pela não preservação ou conservação, têm imposto algumas barreiras aos historiadores, que se predispõem a pesquisar sobre a história do trabalho feminino, principalmente em lugares onde o seu estudo ainda é incipiente. Em Alagoas, como mencionando anteriormente, parte de acervo documental está sob a tutela de herdeiros/familiares ou de instituições privadas e públicas, que limitam e até inviabilizam as pesquisas pela falta de interesse e iniciativa.

Como referencial teórico-metodológico para análise da imprensa, dialoguei com Tânia de Luca, primordial para o entendimento da imprensa como fonte histórica. Como aponta Luca (2008) no artigo *História dos, nos e por meio dos periódicos* na obra *Fontes Históricas*, a vasta circulação e a grande vinculação diária de periódicos que circulavam em todo país, desde o século XIX, era significativa. Assim, reconhece a importância dessa produção para produção da história e que, apesar ainda da resistência da utilização desse tipo de fonte para a pesquisa histórica, “Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX,

associada ao ideal de busca de verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio de documentos, cuja natureza estava longe de ser relevante” (LUCA, 2005, p. 113-12). Ou seja, apenas os documentos “oficiais” eram importantes, e os jornais eram irrelevantes, mas como a própria autora coloca, os jornais foram, por muito tempo, os principais meios de comunicação e, portanto, não devem ser descartados como fonte histórica.

Para Luca (2008) a temática do trabalho é indissociável do processo de formação do operariado, de suas concepções ideológicas, conflitos, lutas e as condições para que ele se realize, além das condições de vida e dos valores sociais e culturais no contexto das cidades imposta às massas trabalhadoras; fatos importantes para compreender o universo do trabalho. Por isso, a utilização dos jornais

ampliou-se para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos (p. 119-20).

O jornal constitui-se como uma fonte preciosa tão quanto as orais porque neles contém depoimento de agentes – como é o caso desta pesquisa, em que operários e operárias das fábricas que pertenciam à CAFT precisam ser analisados em sua particularidade, além de toda a conjuntura social no qual estiveram inseridos. Desse modo, compreender o jornal como uma fonte de produção humana leva-nos a revelar a historicidade dos sujeitos históricos, através de suas ações permeadas pelas relações política, social e cultural que ele manteve naquele determinado período.

Nesse sentido, o artigo *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador*, de Capelato (2015), em *História das Américas*, traz uma lúcida compreensão e reflexão sobre a importância dos jornais como objeto e fonte de estudo para a pesquisa, e que devem ser consideradas algumas questões inicialmente importantes na investigação das fontes impressas, como o contexto no qual o jornal foi produzido, sob que circunstâncias históricas e quais os interesses que há por traz dos conteúdos e discursos utilizados na época pelos seus elaboradores. Assim, cabe ao pesquisador não usar de anacronismos no momento da observação e da análise do estudo dos jornais. Dessa forma, “a análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica. Nesse processo deve-se considerar circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores.” (CAPELATO, 2015, p. 115).

Enxergar os jornais como produtos da construção de práticas sociais realizadas pelos próprios agentes históricos é dar a eles a sua importância como fonte documental relevante para o pesquisador que pretende trabalhar com esse veículo de informação em sua pesquisa.

Além da utilização da imprensa como fonte documental, foram realizadas entrevistas com as ex- operárias que trabalharam na CAFT entre as décadas de 1950 e 1960, as quais revelam algumas de suas experiências cotidianas durante esse período. Essas entrevistas tiveram como objetivo principal trazê-las ao protagonismo da abordagem histórica relacionada ao estudo, de modo a evidenciar que elas são fundamentais e indissociáveis desse processo, além de serem intrínsecas à construção das relações do trabalho em sua constituição como um todo. Sem o depoimento delas, a história do trabalho industrial em Alagoas, em particular do complexo industrial da CAFT em Rio Largo, não faria sentido algum.

O ambiente que encontrei, ao entrevistar as antigas operárias na cidade de Rio Largo, foi uma Vila operária que ainda guarda vestígios em ruínas de algumas instituições fabris como a fábrica Cachoeira, o almoxarifado, o restaurante, o grupo escolar e a tipografia construídos pela CAFT. Apenas o prédio da antiga fábrica Progresso funciona hoje como o shopping “fábrica Progresso”, o qual agrega um banco e uma loja de grande porte. O edifício resguarda, em sua estrutura predial, alguns compartimentos de arquitetura da época, como a fachada original, parte do telhado e algumas paredes internas, porém com algumas reformas. O trem, primeiro meio de transporte da população operária de Rio Largo, ainda permanece em plena atividade, percorrendo a parte central da cidade diariamente sobre os trilhos instalados desde os fins do século XIX. Hoje, a cidade, antes dependente de suas antigas indústrias têxteis como o principal motor da economia, sobrevive do comércio e de sua famosa feira tradicional, que se instalara desde o início das primeiras décadas do século XX, motivada pela presença das fábricas e, conseqüentemente, da população operária que se instalou na cidade. Ela continua muito ativa e fundamental para a cidade. As mulheres operárias entrevistadas ainda residem na cidade e nas mesmas residências que moraram quando trabalharam na CAFT. Em condições melhores, suas casas encontram-se hoje reformadas, mas ainda sobrepostas aos terrenos mais elevados nas ruelas silenciosas em meio a espaços de áreas verdes de arbustos e árvores, juntamente aos outros casebres antigos ainda construídos originalmente na época do funcionamento das fábricas, que permanecem fechados e em posse da Companhia. Foi nesse contexto em que encontrei a antiga vila operária de Rio Largo, quando fiz a entrevista com as mulheres.

A primeira entrevista foi realizada de forma coletiva com três antigas mulheres operárias: Margarida Gomes, Luzinete Ferreira e Maria de Lourdes, que trabalharam na fábrica

da CAFT nos anos de 1950 e 1960. Para isso, foi elaborado um questionário com perguntas direcionadas ao período em que trabalharam na Companhia, sobre as funções que desempenharam, sobre a rotina de trabalho, de modo a revelar algumas particularidades do seu cotidiano e de suas colegas em se tratando das relações que mantinham com os chefes no ambiente de trabalho, bem como sobre as dificuldades que enfrentaram durante o período em que trabalharam nas fábricas e das experiências e necessidades como mulheres trabalhadoras. Falaram também das condições financeiras na época e da representação do trabalho na vida delas. Outras questões que não estavam no script da entrevista foram incluídas a partir de relatos fundamentais que as mulheres ainda mantinham consigo, os quais eram resguardados nos silêncios do passado, como o de Margarida Gomes que, ao relatar um acontecimento corriqueiro do cotidiano vivenciado por ela, por um lapso, deixou escapular, utilizando-se da expressão “Ah, é passado!”, como se a consciência agora lhe desse permissão para contar aquilo que não podia ser dito na época em que trabalhou na Companhia. A entrevista teve duração de aproximadamente 60 minutos.

Falar dos silêncios abre-nos a possibilidade para a discussão de assuntos até então não discutidos ou colocados como tabus. Nesse aspecto, é fundamental que os próprios sujeitos possam expressar, através da oralidade, suas experiências relacionadas ao trabalho feminino na CAFT.

Partindo desse pressuposto, foram primordiais, para o entendimento das fontes orais, o *Manual da História Oral* (2005) e o artigo *História dentro da História* (2008), ambos de Verena Alberti, como recursos metodológicos de crítica sobre a oralidade. Para Alberti (2005), a História Oral é um método que privilegia a pesquisa histórica e outros campos do saber das ciências sociais. Ela é imprescindível porque é a partir de seu método, no caso das entrevistas, que se torna possível manter um contato mais direto com os próprios agentes que fizeram parte do processo como protagonistas e testemunhas de acontecimentos, o que contribui ainda mais com o objeto de estudo. A História Oral dispõe-se a estudar instituições, grupos e categorias sociais e seus movimentos, os quais trazem junto as suas histórias e experiências. Portanto, as fontes orais como ferramenta da História Oral transformam-se também em um importante documento que amplia novas possibilidades:

Trata-se de ampliar o conhecimento sobre os acontecimentos e conjecturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu, de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhas, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos com dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2005, p. 19).

Os relatos particulares constituem-se como uma base primordial para compreender a história de uma comunidade ou de grupos sociais nos quais estão inseridos. Através de suas memórias, mesmo que fragmentada, elas fazem parte da construção da identidade. As fontes Orais não se esgotam em si mesma. “Ela está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de “histórias dentro da história”” (ALBERTI, 2008, p. 166).

As reflexões presentes em *O que faz a história oral ser diferente*, de Alessandro Portelli (1997), mostra-nos que as fontes orais proporcionam uma gama de informações, sejam elas de diversos grupos sociais, que podem nos revelar o cotidiano através da oralidade da narrativa dos agentes. Nesse caso, a história oral não age como um mero instrumento de interpretação, mas carrega a subjetividade e seus significados na narrativa como fontes inesgotáveis de possibilidades. Portanto, trabalhar nessa perspectiva possibilita o entendimento tanto das fontes orais – não como uma fonte de informações em si mesma – quanto da multiplicidade de informações que permite ao historiador identificar aspectos desde a relação dos sujeitos, seus discursos e práticas na vida cotidiana.

A História Oral é tão fundamental quanto as demais disciplinas das ciências sociais, que têm como interesse estudar as relações que dizem respeito aos fenômenos culturais e sociais a partir das experiências dos próprios indivíduos através de seus relatos, das lembranças da memória, seja esta individual ou coletiva. Portanto, é imprescindível para quem busca valorizar as experiências dos indivíduos como essenciais em um estudo.

Para Portelli (1997), o pesquisador deve levar em consideração o compromisso com as fontes orais não apenas como uma busca pela verdade, mas também como respeito às normas da pesquisa científica, estabelecendo parâmetros éticos que definem a condução técnica e profissional que o pesquisador deve ter em relação aos entrevistados e a seus relatos orais. Embora os agentes possam trazer, em suas narrativas, experiências moldadas e influenciadas pelos contextos sociais e culturais nos quais estiveram inseridos, a sua visão sobre determinado assunto, quando questionado, será sempre individual e pessoal, o que não exclui a sua importância.

Na historiografia Alagoana, pude encontrar algumas obras que retratam a história da industrialização em Alagoas, com foco nas indústrias têxteis relacionado às mulheres operárias de algumas fábricas em Alagoas. Podemos citar uma obra bastante rica de Tenório e Lessa

(2013), intitulada *O ciclo do Algodão e as Vilas Operárias*, que investiga o processo de transição da industrialização em Alagoas, a qual remete para as novas formas de produção e trabalho a partir do crescimento do mercado algodoeiro e das transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas em várias cidades do interior do estado, como Delmiro Gouveia, Penedo, Pilar, Fernão Velho, São Miguel e Rio Largo. A partir da introdução das fábricas têxteis, do surgimento das primeiras vilas operárias e das condições do operariado nas décadas de 1940 a 1960, essa obra leva-nos a refletir sobre as condições iniciais do trabalho fabril e seus desdobramentos na conjuntura política, econômica e social no início do século XX, além de abordarem as lutas sindicais e o período das eleições estaduais em meados da década de 1940, decididas na época pela classe operária, demonstrando a sua importância nesse cenário.

A obra traz também uma discussão sobre a presença das mulheres nesse contexto. Com um tópico relacionado a elas, os autores fazem uma discussão sociológica do processo de transição do trabalho feminino frente às novas formas de trabalho. De acordo com os autores, esse processo não foi de maneira nenhuma tranquila, pelo contrário: as mulheres tiveram que enfrentar os preconceitos, principalmente de seus companheiros, que reprovavam o trabalho fora do lar. A resistência feminina e as imposições de uma cultura estabelecida e padrões tão enraizados no seio da sociedade rompiam com a tradição secular e a posição de submissão que elas ocuparam por muito tempo; nesse caso como responsáveis de gerir o lar.

Fruto dos novos tempos, a industrialização colocava as mulheres em face do novo, de uma nova realidade. Os autores trazem ainda, em sua obra, alguns depoimentos de operários/as, que retratam suas experiências durante o trabalho nas fábricas de São Sebastião Ferreira e na Vera Cruz, em São Miguel dos Campos. Eles enfatizam, como primeiro ponto de reflexão, a reação de seus companheiros ao ter que dividir os mesmos espaços de trabalho com os homens, cujos depoimentos revelam como muitas mulheres sentiam-se desmoralizadas ao ter que conviver com estereótipos preconceituosos e machistas na época.

Mesmo com todos esses problemas, na perspectiva dos autores, as mulheres passariam a ter uma presença expressiva dentro do contexto do trabalho industrial, já que, entre a “tradição e modernidade”, elas encaravam novos desafios e, ao mesmo tempo, buscavam sua independência para serem vistas e reconhecidas como sujeitos de autonomia e igualdade diante dos homens, inclusive as gerações mais jovens que iniciaram sua vida no trabalho industrial. Certamente, o trabalho feminino foi relevante para a história do trabalho e da formação da classe operária em Alagoas.

Outra obra significativa é a de Ivo dos Santos Farias (2014), intitulada *Nossa Casa é do Patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho - Maceió-AL*.

Nela, o autor traz uma discussão não só apenas sobre a história da industrialização em Alagoas e da fábrica União Mercantil (que passou a se chamar fábrica Carmem na gestão do grupo Othon Bezerra de Mello, em 1943), mas uma abordagem sobre as contradições entre o trabalho e a lógica capitalista naquele contexto. Além disso, discute-se sobre as transformações sofridas em Fernão Velho a partir da introdução da fábrica, visto que se modificou todo aquele espaço geográfico por meio de aparatos de serviços sociais e culturais que implicariam, de certa forma, na gestão de vida daquele lugar, inclusive na dos operários.

Vale destacar, ainda, que essa obra revela as condições cotidianas, através dos testemunhos das antigas operárias e da resistente greve ocorrida no ano de 1962, organizada pelas das mulheres tecelãs da fábrica Carmem devido à não aceitação de imposição da fábrica em aumentar o número de máquinas para cada operária. As operárias chegaram a ser presas por não acatarem as ordens do patronato, o que demonstra que as mulheres estavam presentes não só como mão de obra fabril, mas também à frente de lutas da classe operária de Fernão Velho, na reivindicação de seus direitos. Esse fato foi de grande repercussão na imprensa alagoana, comprovando que as mulheres protagonizaram um feito histórico na história do movimento operário em Alagoas. Desse modo, tem-se uma obra com muito a contribuir com este trabalho.

Já a obra *Rio Largo Cidade Operária*, de Paiva Filho (2013), possibilitou-nos compreender todo o processo de instalação inicial da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT, todo o seu funcionamento, a formação da Vila Operária e as políticas assistenciais oferecidos pela Cia. Alagoana, tanto na primeira administração das fábricas pelo primeiro presidente Antônio Teixeira Basto (1892-1919) quanto pela gestão de Gustavo Paiva (1919-1943). Uma obra de fundamental importância, visto que é a maior referência bibliográfica sobre a história de CAFT.

Além da Historiografia Alagoana, foram analisadas, a partir de perspectiva de gênero, diálogos com autores que se debruçaram sobre os estudos das mulheres e das relações de gênero.

A obra de Moura (1982), *Mulheres e menores no trabalho industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, apresenta as condições do trabalho feminino e do menor no cotidiano das fábricas paulistanas no início do século XX. Além disso, evidencia como a situação de vida do operariado (mulheres e crianças) nos cortiços coletivos eram precárias e insalubres, embora houvesse um desenvolvimento industrial e um crescimento populacional que se desenvolvera rapidamente no entorno dos bairros operários em São Paulo no início do século XX. Diante disso, as fábricas buscariam, tanto na mão de obra feminina como na de crianças, o braço direito do trabalho fabril, no período em que o trabalho feminino e do menor

não eram ainda regulamentados. Assim, essas duas mãos de obra acabavam sendo vantajosas para os industriais. Cabe mencionar, ainda, que os patrões investiam na educação dos filhos dos operários menores de idade para justificar o trabalho do menor, como forma de prepará-los para o trabalho fabril.

O clássico de Rago (1985), *Do Cabaré ao Lar A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil* (1890-1930), é fundamental neste trabalho porque traz uma discussão sobre a perspectiva de gênero nas relações do trabalho nas indústrias entre os finais do XIX e primeiras décadas do XX. Utilizando Foucault como referência de sua análise, a autora nos mostra as novas formas de disciplinas no pensamento moderno da burguesia industrial que se contrapõem às antigas fábricas “satânicas”. Essa nova concepção de fábrica, marcada pelas relações paternalistas e de uma política assistencialista, com a higienização dos espaços físicos fabris, como foi o caso das vilas operárias, serviu de uma política de direcionamento das relações entre capital e trabalho e, mesmo com a fabricação de uma nova indústria e de um novo trabalhador/a, esse sistema não deixou de ser antagônico e marcado por contradições. Para Rago (1985), a racionalização do trabalho, a partir das novas formas disciplinares, atravessaria também as relações de gênero em face a um novo tipo de comportamento imposto às mulheres. Com isso, o controle sobre a sexualidade passou a ditar as regras de uma cultura feminina dos novos hábitos, na organização familiar, no cuidado com a saúde do corpo e de seus filhos, de modo a fazer com que as mulheres tivessem um papel central na responsabilidade da criação e educação familiar no discurso da medicina moderna na sociedade capitalista.

Partindo para seu artigo *Trabalho Feminino e Sexualidade* (2018), as mulheres, nas indústrias, constituíram grande parcela do operariado em atividades subqualificadas e de baixa remuneração. Além disso, tiveram de encarar os preconceitos de gênero, com enfrentamentos ao assédio sexual dentro das fábricas e com punições severas. Ao mesmo tempo que ocupavam postos de trabalho, os discursos moralistas de uma sociedade conservadora tentavam, de certa forma, coibir a presença delas nos espaços públicos de trabalho com inúmeras tentativas de retorná-las à vida privada, limitada às funções domésticas em nome de uma ordem já cristalizada. Inevitavelmente, o trabalho assalariado abriria o caminho para a sua emancipação. Conscientes de seus direitos, sendo consideradas anarquistas, feministas liberais, mesmo que excluídas de lideranças importantes como os sindicatos, elas estavam na linha de frente lutando pelo direito de igualdade de gênero, contrariando e desconstruindo a ideia de que eram ingênuas, frágeis e submissas.

Dialogar com a obra de Fracarro (2018) em *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*, é compreender o papel das mulheres nos movimentos de lutas

nas organizações feministas partidárias e de como essas instituições foram fundamentais para que elas conquistassem a sua cidadania e direitos políticos e civis de igualdade entre os sexos. A primeira geração de mulheres que encabeçou movimentos de reivindicação femininas abriu um leque de possibilidades para que outras mulheres se encorajassem a enfrentar, com resistência, a defesa do cumprimento da legislação trabalhista, bem como contra a submissão e opressão que sofriam cotidianamente no chão das fábricas. A obra de Fraccaro (2018) fez-nos entender que todo o processo histórico dos direitos trabalhistas femininos a partir dos anos 1930, como fruto das reivindicações, transforma-se em um campo de disputa entre garantias dos direitos das mulheres. Portanto, os movimentos de classe femininos foram indubitavelmente importantes não somente por representar as mulheres, mas por serem fundamentais para o fortalecimento da classe trabalhadora feminina.

Em *A Nova História das Mulheres*, Matos e Borelli (2013), no artigo *Trabalho e espaço feminino no mercado produtivo*, discutem a inserção das mulheres em diversos postos de trabalho como resultado da expansão industrial no Brasil nos finais do XIX e início do XX. As atividades dos setores de confecções eram ocupadas por mulheres, as quais configuravam um número expressivo de mão de obra nas fábricas têxteis, o que decorre não somente pela necessidade do mercado, mas também por conta do discurso de que elas seriam mais aptas a ocuparem funções inatas ao feminino. As autoras mostram que o processo de adaptação das mulheres do trabalho fabril não foi, de modo algum, fácil, uma vez que havia intensas horas de trabalho que chegavam a 12h ou 14h, além dos baixos salários. As mulheres tiveram que enfrentar a violência física e moral em nome do sustento de suas famílias, porém a aparição delas nos espaços públicos de trabalho abriu espaço para que se organizassem de forma significativa em associações, fortalecendo ainda mais as lutas em favor do reconhecimento de seu trabalho e de seus direitos como cidadãs.

Deve-se pontuar, ainda, que Lobo (1991), em sua obra *A Classe Operária Tem dois Sexos*, traz uma perspectiva de uma discussão voltada para as relações do trabalho entre homens e mulheres nas fábricas paulistanas nas décadas de 1970-80, com uma comparação de dados para demonstrar que a participação política das mulheres nos sindicatos, apesar da resistência masculina, ainda provoca mobilização. Além disso, discute-se, na obra, as divisões sexuais do trabalho e suas implicações, bem como analisa as desigualdades salariais entre os gêneros e as condições impostas a cada sexo dentro das fábricas. Verifica-se também a discussão sobre o conceito de identidade, revelando como ele implica as escolhas que determinam o lugar de homens e mulheres nas indústrias, resultado de uma construção social que designa o lugar que os sexos devem ocupar em cada setor do trabalho. Lobo (1991) pontua, em sua obra, sobre a

visibilidade e invisibilidade feminina, as quais surgem como um paradoxo, visto que, ao mesmo tempo em que elas ocupam o lugar efetivo nas indústrias e nas mobilizações, há um sexismo ocultado pelos sindicatos masculinos, os quais excluem as mulheres da sua participação política dentro da instituição. Esse resultado encontra-se não só na divisão do trabalho, nem na submissão feminina no cotidiano das fábricas, mas também no próprio seio familiar.

Já Perrot (2007, p. 6), em seu livro *A minha história das mulheres*, discute sobre o “silêncio simbólico” em que as mulheres estão inseridas. No sentido do número escasso da literatura escrita por mulheres, “também se admite que, em sua maioria, omitem-se os relatos de uma vida cotidiana, de depoimentos mais reais”. Na obra *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, Perrot (2017) traz uma importante discussão no campo de pesquisa sobre a temática feminina a partir dos estudos antropológicos, pois, para ela, eles tiveram um papel relevante no que se refere a reavaliar as discussões sobre as mulheres. Esses estudos ampliaram as possibilidades, desconstruindo os discursos que incidiam sobre elas ao longo do tempo, contrapondo-se à visão de discurso unilateral em posição da “submissão e opressão e sexo frágil”. Através do conceito de “poder”, a autora analisou os diversos pontos de vista do feminino na história e verificou que as mulheres, tão quanto os homens, estiveram à frente de posições significativas (PERROT, 2017, p. 179).

A autora de grande referência sobre os estudos de gênero, Scott (1995), em sua obra “*Gênero e História*”, põe toda uma problemática que envolve a teoria de gênero e aponta alguns conceitos utilizados pelos diversos historiadores e profissionais de outras áreas do conhecimento ao abordarem teorias que vão do patriarcado ao marxismo. Para a historiadora, apesar de estas teorias terem contribuído para os estudos das mulheres, tais conceitos não explicam o gênero a partir de outras perspectivas e acabam atentando para a dicotomia.

Sobre o patriarcado, por exemplo, Scott (1995) diz que tal teoria remete à dominação masculina, e que esta implica sempre na diferença do sexo baseada apenas no aspecto físico-biológico, sem considerar outros aspectos pertinentes das relações nas quais homens e mulheres estão inseridos. Assim sendo, “ela supõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora de qualquer construção-cultural – e, portanto, a não historicidade do gênero em si.” (p. 10). Conforme a historiadora, o gênero recai na condição materialista, cujas relações entre homens e mulheres encontram-se baseadas nos modos de produção e reprodução do sistema capitalista, que se impõe na divisão sexual do trabalho. Porém, Scott (1995) ressalta que a subordinação feminina é anterior ao capitalismo, o qual, por sua vez, não explica como essas desigualdades funcionam e de que maneira elas são constituídas. Para Scott (1995), a utilização apenas da categoria classe, utilizada pela maioria dos historiadores marxistas, apontam para as questões

do significado materialista e de economia para explicar a diferença entre os sexos. Essa análise acaba por excluir outras categorias como raça e gênero, cujos estudos decorrem sempre para a “casualidade econômica”, não abrindo espaço para debater as questões inerentes à raça e ao gênero.

Ao utilizar o gênero como categoria de análise, os estudos feministas têm colaborado de forma relevante para incluir as mulheres como sujeitos centrais da história como aponta Joana Pedro em seu artigo, *Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica*. (PEDRO, 2005). Além disso, tem auxiliado pensar a historiografia com um olhar voltado às experiências de homens e mulheres, sobre como constroem os seus significados no universo social e cultural no mundo e como isso se desenvolve nas interações complexas do cotidiano. Nesse sentido, utilizo o gênero como possibilidade de ampliar o entendimento sobre como as relações são construídas a partir da “diferença sexual”, em diferentes sociedades e em determinadas épocas, refletindo acerca de seus significados e representações criados a partir das subjetividades dos sujeitos.

Ainda nessa direção, a autora Pedro (2005), leva-nos a reavaliar determinados conceitos que podem levar a equívocos generalistas. Nesse caso, “mulher” não abarca as variáveis possíveis dentro do universo feminino. Por isso, o uso de categoria de gênero abre espaço para novas histórias, e não apenas isso, visto que possibilita identificar outras experiências femininas, como as negras, pobres, trabalhadoras, reivindicando “a diferença dentro da diferença” (PEDRO, 2005, p. 82).

A obra de Foucault, *A ordem do discurso* (1999), também foi importante como referência nos estudos da Análise do Discurso, levando a compreender os discursos produzidos pelos jornais utilizados neste trabalho, como NJ e AVP. Avaliar o que era dito ou silenciado, qual a circunstância e como essas mulheres eram representadas diante do universo do trabalho pode nos revelar e identificar qual a posição delas naquele contexto, através das manifestações que as definem, com todos seus interesses no campo das relações de poder e resistência. Assim, podem nos dizer como isso é expresso, distribuído e refletido, verificando, nos discursos produzidos pelos jornais, as relações de poder e de como ocorrem as condições de seu funcionamento, porque em todas “as formas de rejeição, da exclusão [...] são submetidas a seleção do controle” (FOUCAULT, 1999, p. 66).

O conceito experiência, discutido por Scott (1998), é importante para o entendimento dessa análise, já que, segundo a autora, a invisibilidade está implícita nos estudos de uma história ortodoxa que, ao não dar ênfase à experiência dos sujeitos, acaba por excluir as possibilidades de considerar as diferenças como parte importante do processo histórico. Os

impactos desse tipo do fazer histórico encobrem visões de um conhecimento sobre a experiência e, por isso, torna-se o campo epistemológico limitado. Isso tem sido um desafio, porque, ao tornar visível um assunto que ainda é inexplorado, omitido ou silenciado, provoca-se, de certo modo, um desconcerto na História tradicional.

Podemos verificar também, segundo Eric Hobsbawm, em *Mundos do Trabalho* (2000), as questões de gênero, cuja divisão entre os sexos pode ser entendida a partir das transformações políticas e econômicas do século XIX. Para uma melhor compreensão dessa problemática, o autor identifica essa relação através dos modos de produção e do capitalismo industrial do século XIX, que acabou por definir a separação entre o trabalho doméstico “(não remunerado) e o trabalho externo (remunerado)”. De acordo com o autor, é nesse processo que os papéis entre homens e mulheres serão acentuados. O homem buscará o seu trabalho fora do ambiente do lar, enquanto as mulheres ocupar-se-ão das atividades domésticas (2000, p. 130). Nesse sentido, Perrot (1988, p. 190) reafirma essa posição quando enuncia o seguinte: “o homem na fábrica, a mulher em casa, ocupando-se do doméstico”.

A contribuição dessas obras para a pesquisa em questão foi fundamental para a compreensão das análises metodológicas na construção deste trabalho. Os estudos sobre as relações de gênero permitiram olhar as mulheres não como uma categoria generalizante, mas com múltiplas visões e possibilidades da natureza feminina e de suas experiências. Portanto, com a finalidade de analisar a história do trabalho das mulheres na CAFT a partir de uma perspectiva de gênero, dividiremos este trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado **A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos**, apresenta, de maneira breve, o processo da implantação da industrialização em Alagoas, com a etapa inicial da construção e constituição administrativa e do trabalho na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Em seguida, será abordada, com base na Gestão de Gustavo Paiva, a formação da Vila operária na cidade de Rio Largo e o seu desenvolvimento efetivado entre as décadas de 1930 e 1940, resultado da ampliação do parque industrial da CAFT. Além disso, discutiremos a política assistencialista e os serviços sociais prestados à classe operária de Rio Largo, bem como as unidades recreativas e de lazer desenvolvidas na CAFT e a sua relação no contexto do trabalho.

No segundo capítulo, sob o título de **A Banda Feminina da CAFT**, há uma abordagem da Banda Feminina de Música da CAFT (1936-1954), com seu processo de formação e constituição, o qual trará uma discussão com conceitos de relações de poder que envolvem questões de educação, corpo e sexualidade constituídas como normas de comportamento a serem seguidos dentro da instituição. Além disso, apresentaremos as relações

de pertencimento envolvidas no grupo musical, bem como sua importância para a afirmação da identidade operária feminina no cenário cultural de Rio Largo e do país.

O terceiro capítulo, cujo título é **Onde Estão as Mulheres Operárias**, inicialmente trata de uma discussão historiográfica sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho industrial, em especial no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Na sequência, busca-se retratar o perfil social, educacional e econômico das mulheres trabalhadoras da CAFT, bem como demonstrar a estrutura espacial e os setores de produção da CAFT entre os anos de 1950 a 1960, com o objetivo de compreender e visualizar o espaço e o ambiente de trabalho feminino. Nesse sentido, demonstraremos o sistema de produção a partir da divisão das seções fabris para evidenciar os tipos de atividades desempenhadas pelos/as operários/as com ênfase no trabalho feminino, além de abordar, sob a perspectiva de gênero, parte do cotidiano do trabalho a partir do espaço, do ambiente e das relações de trabalho entre homens e mulheres.

Debruçar-se sobre a história das mulheres não foi uma tarefa fácil, principalmente para quem não tinha familiaridade com o tema, como eu. Quando ingressei na graduação, em 2008, não existiam propostas dentro do curso para se discutir relações de gênero, o que era um assunto, até então, isento na grade curricular do curso de História da UFAL, não sendo debatido nem nas disciplinas obrigatórias nem nas eletivas. Isso é totalmente diferente do que acontece hoje, visto que há ampla discussão e debates, grupos de estudos e eventos que abordam as questões de gênero, raça e sexualidade.

Por coincidência ou ironia do destino, escolhi, sem pretensão, ainda na graduação, um tema de trabalho com o título *A Participação das Mulheres na Guerra Civil Espanhola* para a disciplina de Contemporânea II, na época ministrada pela Profa. Dra. Paula Palamarthuck, que havia proposto que nós escolhêssemos um recorte de tema de nossa preferência para abordar sobre o século XX. No entanto, eu não sabia que esse trabalho da disciplina já seria um prenúncio de um caminho que me levaria a desenvolver, futuramente, uma pesquisa sobre uma temática tão importante e significativa para a história das mulheres e do trabalho feminino em uma dissertação de mestrado.

Entre os diversos desafios que foram percorridos por esta pesquisadora ao longo da pesquisa de campo, houve a dificuldade em localizar fontes e documentos, tanto nos museus quanto nos arquivos, pelo entrave de acesso das próprias instituições em fornecer o material, pela negligência dos funcionários em disponibilizar os arquivos, cujo tempo de permanência no local para a realização da coleta era diminuto, e pela má preservação do patrimônio documental. Além disso, houve a resistência à abertura dos arquivos particulares tutelados pela Família Paiva, herdeira da antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT, uma vez que se

levou mais de 1 ano para autorizar o acesso a uma parcela documental das antigas fábricas e, quando me foi concedida, uma parte dizia respeito apenas a livros-caixa de contabilidade, em sua maioria de outros períodos que não correspondiam ao recorte temporal da pesquisa. Para alívio desta pesquisadora, foram disponibilizadas as fichas funcionais dos/as antigos/as operários/as que estão preservadas no arquivo da administração dos negócios dos Paiva em Rio Largo - Alagoas. Apesar das poucas informações/especificações contidas nessas fichas funcionais que pudessem fornecer pistas sobre o cotidiano do trabalho feminino nas fábricas da CAFT, elas foram fundamentais para compreender parte do sistema das relações de trabalho das mulheres nas fábricas da Companhia.

Outro ponto a ser destacado neste processo foi a ausência de um número significativo de depoentes, pelo fato de a fábrica da Cia. Alagoana não estar mais em funcionamento, uma vez que encerrou suas atividades na década de 1980. Outro aspecto foi o marco temporal definido na pesquisa – décadas de 1940 a 1960 –, que implicou a idade avançada das mulheres, cuja maioria, pertencente a essa geração, não reside mais na cidade de Rio Largo. Muitas já faleceram, outras que ainda moram na cidade encontram-se acometidas por diversas enfermidades, a exemplo da doença de Alzheimer, como o caso de algumas mulheres que tentei entrevistar. Desse modo, restou apenas um número bem limitado de mulheres para depoimento, tornando necessário utilizar entrevistas realizados com antigos operários em alguns trabalhos de TCC do curso de História da UFAL do ano de 2013 e 2015, que dissertaram sobre a CAFT. Esses motivos inviabilizaram uma discussão com mais ênfase nos relatos orais, que são, sem dúvidas, fontes cruciais para este trabalho.

Uma outra questão importante a ser pontuada foi, inicialmente, a minha inexperiência em definir uma linha de discussão temática voltada à abordagem de gênero. Havia, no meu entendimento, resultante da minha formação curricular, uma visão limitada sobre as relações de gênero, sem compreender, de fato, que elas não se esgotavam apenas na diferença entre os sexos. Foi ao longo da escrita e por meio das recomendações do Professor Dr. Elias Ferreira Veras – meu orientador –, com as indicações bibliográficas, que a minha abordagem direcionou-se para o campo das discussões de gênero a partir das experiências dos sujeitos e de como eles constituem e se relacionam com as estruturas de uma ordem social e cultural nas quais estão inseridos. Nesse sentido, ressalto que, como todo processo de evolução, o amadurecimento desta pesquisadora e de seu trabalho veio a se firmar praticamente na finalização deste estudo, o que me leva a pensar em uma possível continuidade de pesquisas e reflexões sobre a temática.

As tentativas de explorar e aprofundar algumas questões que ficaram em aberto ou com lacunas não foram permitidas pelos últimos acontecimentos relativos à Pandemia da Covid-19, a qual nos assola neste momento. A impossibilidade de ir aos arquivos públicos, devido ao distanciamento social como regra de prevenção à contaminação, fez com que a realização dos últimos ajustes ficasse inviável. Apesar dos recursos disponíveis em várias plataformas de arquivos digitais e em seus bancos de dados, a situação da crise, agravada pela doença, tem afetado diretamente as condições de saúde mental, o que acabou, conseqüentemente, interferindo nas relações do cotidiano e na vida social em todos os aspectos, não sendo diferente na comunidade acadêmica. Além disso, ainda temos que contar com as incertezas de uma política educacional que se encontra ameaçada por um projeto político de poder que se encontra hoje no governo brasileiro, o qual insiste, de diversas formas, em combater todo um sistema educacional que fora construído com muita luta por professores e movimentos sociais estudantis para a permanência e manutenção de uma educação de qualidade e universal a todos.

1 - A COMPANHIA ALAGOANA DE FIAÇÃO E TECIDOS (CAFT)

1.1 A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT)

De acordo com Tenório e Lessa, em *O ciclo do Algodão e as Vilas Operárias* (2013), Alagoas vivenciava, nas primeiras décadas do século XX, a efervescência do chamado *boom* industrial com as melhorias nos setores de infraestrutura e das telecomunicações, que velozmente incorporou os investimentos do capital inglês, de forma a modificar as estruturas políticas e econômicas de um estado predominantemente agrário, de relações conservadoras, com uma economia baseada na monocultura e no trabalho escravo, para um estado com novas formas de comportamento e hábitos guiados pelas concepções da ideia de progresso.

Esse novo panorama industrial traria uma realidade diferentemente das antigas bases das relações servis (LESSA; TENÓRIO, 2013). Por essa razão, os municípios obtiveram um crescimento econômico acima da média de outros municípios por causa da inserção das fábricas têxteis, o que seria um forte atrativo para as camadas mais populares da sociedade, oriundas de outras regiões, buscarem trabalho nas fábricas. Dessa maneira, esse ciclo migratório compunha uma oportunidade de ganho salarial e uma opção de emprego.³ (LESSA; TENÓRIO, 2013, p. 42-43).

Embora a industrialização fosse um novo marco no Brasil, acrescida de ideais republicanos e uma sociedade recém saída da escravidão, ela havia constituído suas bases sobre uma sociedade escravista. Apesar da mão de obra livre, o novo trabalho exigia horas prolongadas, serviços extenuantes e fiscalizados com salários baixos oferecidos à população pobre vinda das zonas rurais.

O surto industrial alcançava alguns municípios e vilas alagoanas, propiciando a oferta de mão de obra trabalhadora, apesar de sua instalação ocorrer de forma gradual e lenta, com uma mão de obra incipiente e inexperiente, se comparado às indústrias europeias em relação às tecnologias e maquinários e um sistema de produção capitalista avançado, mostrando que ainda dependia de uma mão de obra estrangeira para treinar os operários e investimentos do capital estrangeiro (TENÓRIO; LESSA, p. 43).

As fábricas têxteis inserem-se nesse novo cenário como símbolo da industrialização e dos novos tempos e, diante desse contexto favorável à nova fase econômica, foi dado início à

³ Esse crescimento industrial desenvolveu outros tipos de atividades impulsionadas pela oferta de trabalho, como o desenvolvimento de novos mercados e estabelecimentos comerciais. Como apontou Marroquim (1922), a feira tradicional de gêneros alimentício em Rio Largo, que até hoje se mantém como tradição, surge como resultado do desenvolvimento do capital industrial, mas também da força que se concentrou em torno do próprio proletariado, que, aos poucos, se estabeleciam na região.

construção e instalação da segunda indústria e um dos maiores complexos industriais têxteis do Estado alagoano: A companhia Alagoana e Tecidos, CAFT.

O sistema de implantação da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos em Rio Largo, nos finais do século XIX, seguiu o modelo de organização territorial e espacial do primeiro núcleo industrial têxtil em Alagoas, a exemplo da fábrica Fernão Velho, abordado por Farias (2014).

No período de instalação das fábricas CAFT (1888-1895), o antigo povoado de Rio Largo era uma região de extensa área verde de terras, margeadas pelo rio Mundaú e com intensa vegetação de Mata Atlântica, cuja economia servia às pretensões agrícolas dos vários banguês de cana-de-açúcar e se dedicava também à agricultura de subsistência, às atividades da pesca de peixes, à criação de gado, entre outros.

As crises do açúcar no século XIX contribuíram para o declínio e falência de alguns engenhos localizados em Rio Largo, levando à compra de alguns deles por um grupo de investidores que apostavam no potencial da região banhada pelo rio Mundaú devido ao seu formato geomorfológico, coberto por rochedos, o que provocava uma “queda d’água de movimento encachoeirado”, bem como o tornava favorável para o fornecimento de energia hidráulica propícia para os novos empreendimentos industriais (FILHO, 2013, p. 26).

Com uma região favorável e os investimentos do capital mercantil, beneficiaram-se a implantação da CAFT e o advento de novas usinas de açúcar nos finais do século XIX naquela região. Diante disso, passou-se a desenvolver, no local, outros tipos de relações socioeconômicas, que foi descentralizando os meios de produção e o modo de vida do lugar, antes predominantemente ligado à economia dos banguês de açúcar. Apesar dessas transformações pelas quais passava o povoado de Rio Largo, alguns antigos banguês ainda se mantiveram por um bom tempo, fazendo com que os aspectos rurais da região permanecessem por um certo tempo, embora houvesse um crescimento populacional que se desenvolvera rapidamente.⁴

De acordo com *Rio Largo Cidade Operária*, de Filho (2013), a Companhia Alagoana foi a primeira indústria de tecelagem implantada em Rio Largo. Com o projeto do engenheiro Propício Pedroso Barreto, a construção da fábrica ocorreu no ano de 1888, situando-se à margem esquerda do Rio Mundaú, no antigo bairro denominado de Cachoeira, mas passou a rodar os seus primeiros teares somente no ano de 1890.

⁴ O município de Rio Largo, desde o início da implantação da linha férrea nos finais do XIX, já contava com dois aportes de estação de trem: uma fixada no bairro de Cachoeira e a outra na parte central da cidade, que se interligava a outros ramais, como o de Lourenço de Albuquerque à cidade de Viçosa, antes conhecida como Assembleia, que servia de transporte para o embarque e desembarque, aumentando o fluxo de mercadorias e pessoas naquelas localidades (FILHO, 2013, p. 55).

Passados dois anos desde sua implantação, seu bom rendimento econômico motivou a construção da segunda fábrica, a Companhia Progresso Alagoano de fiar e tecer malharias, edificada no ano de 1892, e instalada na mesma localidade, em uma área um pouco mais elevada e afastada da margem costeira do Rio Mundaú. As atividades da Companhia Progresso Alagoano foram iniciadas apenas três anos depois, em novembro de 1895.⁵

Tanto a Companhia Alagoana quanto a Progresso Alagoano foram formadas por uma composição de empresários, engenheiros e diversos acionistas, inclusive de estrangeiros, que comandaram as duas fábricas, como sociedades anônimas (FILHO, 2013, p. 37), o que era muito comum no Brasil no início das instalações das primeiras indústrias têxteis, observado por Stein (1979), em sua obra clássica *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*.

Ao longo dos dez anos de estabilidade, a CAFT teve seu capital dobrado em até em cinco vezes. Com a fusão de vários sócios, as duas fábricas, Companhia Alagoana e a Progresso Alagoana, transformaram-se em um complexo industrial, tornando-se Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, CAFT em março de 1924. A Companhia chegou a agrupar, também, em seu grupo fabril, as fábricas Vera Cruz, localizada no município de São Miguel dos Campos, e a Santa Margarida, situada na capital no bairro de Jaraguá em Maceió. (FILHO, 2013).

A CAFT fabricava, inicialmente, fios e tecidos com matéria-prima produzida no próprio estado. Dentre os produtos confeccionados estavam morins, toalhas, meias, camisas de brins que eram exportados para vários estados do país, como apontam os dados da Junta Sindical do comércio em Alagoas, publicado pelo jornal Gutenberg do ano de 1906:

Embarcaram: Companhia Progresso Alagoano e Alagoana de Fiação e Tecidos, no vapor Alagoas, para Parayba, Natal, Ceará, 167 fardos com tecidos de Algodão e 3 caixas de tecidos de malha para Aracaju, 22 fardos de tecidos no vapor pernambucano para Bahia e Rio de Janeiro, 113 fardos de tecidos de algodão e 4 caixas de tecidos de malha”.⁶

Embora alegado pela sua diretoria que a CAFT enfrentava o protecionismo do estado pernambucano com o aumento da taxaço de tributos aos tecidos alagoanos, ela demonstrava ter um mercado bem ampliado com outros estados, como vimos anteriormente, que consumiam os seus produtos, mesmos essas localidades concentrando muitas indústrias. Havia um faturamento de vendas de manufaturados no valor de 1744:164\$080, com um lucro chegando

⁵ A primeira diretoria da fábrica Companhia Alagoana estava organizada pelos seguintes membros: Comendador José Teixeira Machado, José Januário Pereira de Carvalho e Propício Pedroso. Na fábrica Progresso, comandada pelos diretores Comendador Antônio Teixeira Basto, Manuel Balthazar Pereira Diegues Júnior e Propício Pedroso, o Capital investido inicialmente foi de 300:000\$000, com capacidade de um patrimônio calculado para durar até 50 anos.

⁶ Gutenberg, Maceió, 1906, edição 158, página 2. Disponível em: www.bn.gov.br. Banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

a 557:499\$300.⁷ Esse era o valor bruto para ser repartido entre as despesas e pagamento de dividendos aos acionistas.

De acordo com o relatório financeiro da CAFT, referente ao ano de 1906, a produção fabril da fábrica Cachoeira correspondia anualmente a um total de 150.000 peças de tecidos, enquanto a Progresso Alagoano fabricava anualmente 450.000 metros de fios e 50.200 meias de algodão.⁸ Esses dados do balanço de caixa das fábricas e atas de reunião da CAFT eram publicados constantemente pelo jornal Gutemberg e indicam que o rendimento de seus lucros chegou a aumentar significativamente o valor do capital inicialmente investido.

O crescimento bastante expressivo da CAFT deve-se à adesão de acionistas e dos investimentos de capitais com aquisição de maquinários adquiridos pelas fábricas durante os primeiros anos. Durante esse período, a fábrica Companhia Alagoana operava com aproximadamente 600 teares e mantinha, nas duas fábricas, cerca de 1000 operários. O nível de produção e qualidade dos produtos das fábricas elevou a importância da Companhia no mercado nacional.

Segundo Lima (2010), o desenvolvimento industrial em Rio Largo, nas primeiras décadas do século XX, deve-se à economia de suas indústrias têxteis, que colocava essa região como uma das mais importantes de Alagoas, fazendo com que Rio Largo deixasse de ser apenas um pequeno povoado e passasse a se desenvolver em torno do enorme complexo fabril, tornando-se, denominada pela historiografia alagoana, uma “cidade-fábrica”.

Nesse contexto, Rio Largo conquistaria, em 1915, sua autonomia político-administrativa, desmembrando-se do distrito de Santa Luzia do Norte, de modo a garantir, dessa forma, a categoria de distrito-sede e, posteriormente, a elevação à cidade; “nesse processo, passando inclusive a exercer hegemonia econômica e política na região, principalmente depois da instalação de fábricas de tecido no referido município”. (LIMA, 2010, p. 143).

A indústria brasileira, durante a década de 1930, vivenciava uma nova fase política e econômica. A ruptura com as oligarquias agrárias e com o sistema econômico, advinda da depressão de 1929 e que culminou na desvalorização do café, daria espaço para que as indústrias têxteis chegassem a ter uma maior importância no cenário econômico no país e reivindicassem espaço na política estatal de forma corporativista e intervencionista, havendo abertura para as aspirações da burguesia industrial (STEIN, 1979).

⁷ Gutemberg, Maceió, 1909, edição 87, página 3. Disponível em: www.bn.gov.br. Banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁸ Gutemberg, Maceió, 1906, edição 137, página 1. Disponível em: www.bn.gov.br. Banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Como aponta Stein (1979), a ideia de um Estado aparelhado aos interesses da indústria seria positiva e, sendo vista como um suporte a essa parceria, muitos industriais apoiadores do governo Vargas chegaram a ocupar postos privilegiados no governo federal, como o industrial Jorge Street, que tinha um cargo de direção no Ministério da Indústria e do Trabalho. Com isso, a classe industrial ganhava uma expressiva legitimidade e, assim, poderia exigir o reconhecimento de suas prioridades.

A ocupação dos industriais em postos do governo aconteceu também em Alagoas, a exemplo do industrial Gustavo Paiva, quando assumiu a presidência da CAFT em 1918, ganhando expressão no meio político alagoano para ocupar diversos cargos na esfera pública, entre eles o de deputado estadual. Isso revela a importância de ocupar um cargo de poder para atender aos interesses do seu capital, aproveitando as condições favoráveis, com a facilidade de obtenção de empréstimos aos bancos, ao mesmo tempo que, com a chamada especulação da “superprodução” e com a restrição de importação de maquinários imposta pelo governo de Vargas como medida protecionista, a crise que atravessou a maior parte da década de trinta parece não atingir, de maneira ameaçadora, a Companhia.⁹

As fábricas têxteis brasileiras vivenciaram, entre os anos 1930 e 1945, o seu apogeu, com rendimentos lucrativos atestados pelas exportações durante a Segunda Guerra Mundial, o que atingiria valores altos em seu capital¹⁰. Vale destacar aqui que as fábricas têxteis, junto às usinas açucareiras, foram o principal setor econômico em Alagoas desde o final do século XIX até a década de 1950, quando elas começariam a entrar em colapso, como bem apontado por Melo (2012), em sua dissertação de mestrado *Operários Têxteis em Alagoas: Organização sindical, repressão e vida na fábrica*.

⁹ Como podemos verificar no livro Diário da Companhia de 1938/39, a CAFT tinha créditos bancários que eram concedidos através de empréstimos financiados pelo banco Norte do Brasil com juros de 8% ao ano no Valor de 50.000.000 cruzeiros, bem como ao Banco inglês London A South América Ltda, com valor de 30:100.000. Tinha uma folha de pagamento dos setores de produção que chegava a 1.968.283.

¹⁰ As fábricas brasileiras passaram a exportar para países da América Latina, Europa, África e Ásia, conquistando um superávit de lucro para as indústrias. De acordo com os dados levantados por Melo (2012), no Diário Oficial do Estado nos anos de 1945, a CAFT, com um capital investido de 10.000.000,00, gerava uma lucratividade em sua produção com manufatura em torno de 4.232:201\$620 cruzeiros. De acordo com Stein (1979), os industriais apelavam ao governo por uma revisão das tarifas e restrições de importações, pois alegavam os empresários do Sul o risco da “superprodução”. As fábricas, entre o período final dos anos de 1930 a 1945, vivenciaram um momento de recuperação econômica, quando gozavam, durante a Segunda Guerra Mundial, de exportação em grande escala de seus produtos para América Latina, passando pela Europa, África, chegando à Ásia. Conseqüentemente, isso aumentava a sua capacidade produtiva, bem como a ampliação dos espaços físicos de suas fábricas e de equipamentos, incluindo os maquinários e mão de obra.

1.2 A vila operária de Rio Largo

As transformações ocorridas em algumas cidades alagoanas, com a fundação de novos empreendimentos fabris, contribuíram para que novas vilas operárias se transformassem em pequenos centros urbanos, concentrando uma grande parcela populacional aos arredores, como foi o caso de cidades como Fernão Velho, Delmiro Gouveia, Penedo e Rio Largo. (LINDOSO, 2005, p. 83). À medida que esses novos trabalhadores adaptavam-se à nova realidade, imprimiam novas formas de produção e trabalho, interferindo, também, nas relações sociais e no modo de vida a serem seguidos pelo novo ritmo industrial. Trabalhadores, entre eles homens, mulheres e crianças adequar-se-iam a um sistema condicionado a uma série de regras administradas pelas fábricas. São elas que conduzirão a sociedade fabril residente nas vilas operárias.

Vale ressaltar que a criação das vilas operárias em Alagoas ocorreu no contexto das novas concepções burguesas, que projetam e organizam os espaços ocupados pelas indústrias, determinando a ordem do sistema de trabalho e da vida dos operários, que se desdobram nas relações do cotidiano da população inserida nesses espaços (LESSA; TENÓRIO, 2013), os quais estariam representado por várias instituições que, juntamente às fábricas, simbolizariam o poder e domínio, elementos indispensáveis para alcançar os interesses da elite industrial.

Muitos industriais implantaram, em seus estabelecimentos, serviços sociais que assistiam o trabalhador, desde o seu nascimento até o fim de sua vida, como forma de assegurar, disciplinar e controlar qualquer tipo de “rebeldia” que viesse a pôr em desordem a organização das suas indústrias. Além disso, os diversos aparatos destinados a atender os trabalhadores renderam aos industriais um sistema de recursos que voltavam para suas fábricas (STEIN, 1979, p. 69).

Para Rago (1985), as vilas operárias eram um instrumento adotado pelos industriais a fim de aplicar ao trabalhador, de maneira racionalizada, aquilo que a elite tanto presava: um novo padrão de comportamento, incluindo hábitos de higiene. Era preciso pôr em prática um planejamento ordenado por um discurso higienista sutil de dominação à classe operária e, nesse sentido, as relações cotidianas seriam regradas pela supervisão fabril, o que seria parte de uma das táticas disciplinares aplicadas pelos industriais aos trabalhadores.

Isso implicaria em um/a trabalhador/a ideal, que atendesse aos interesses do capital industrial e deveria ser seguido pela classe operária como um todo. De certo modo, tentava-se impor um ideal à finalidade do trabalho, o que, conseqüentemente, deixá-los-iam imbuídos nos discursos e em ações práticas de cooperação, disciplina, harmonia da classe fabril. Dessa forma,

os/as trabalhadores/as seriam inseridos/as dentro de um sistema de normas disciplinares conduzidos pela indústria. Vejamos, então, o que diz o industrial Arnaldo Paiva, em seu discurso redigido no *Nosso Jornal* intitulado *Disciplina Fator de Progresso*:

Aparecem fatores que se que se impõe de tal forma que os consideramos indispensáveis para a formação de nossos esforços. Um deles é a disciplina (...) Eis a maravilha de uma disciplina imposta a um grupo de trabalhadores resolvidos a vencer (...) Concito-os, trabalhadores Alagoanos, a pensarem na cooperação que podem exercer uns com os outros, verificando a necessidade de aceitarem e colaborarem com a orientação dada pelos seus dirigentes, para em breve conseguirmos aqui o que consideramos ideal: uma verdadeira harmonia do trabalho e do capital.¹¹

Os discursos dos industriais voltados às ideias de progresso e modernização, tão difundidos no século XX, só poderiam ser alcançados a partir de uma relação harmoniosa entre capital e trabalho e, assim, convencer o operariado a “submeter-se às exigências naturais do progresso tecnológico [...] inextricavelmente associados neste discurso de valorização da “nova fábrica”, espaço apolítico da produção”. (RAGO, 1985, p. 45). Entre várias etapas que caracterizam esse processo, marcam-se as relações do sistema fabril; algumas, inclusive, na constituição do espaço em que a fábrica se encontra.

Os recursos propagandísticos utilizados, a exemplo da CAFT, através do seu principal meio de comunicação, denotavam um certo deslumbramento dirigido aos trabalhadores por explorar um discurso à imagem de uma fábrica perfeita através de palavras como “higiênico” “eficiência”, “progresso”, “civilização”, que, em parte, detinha um efeito psíquico sobre o operariado. Vejamos uma matéria publicada no *Nosso Jornal*, a qual diz que

(...) Pode o povo de Alagôas se orgulhar de possuir nesta cidade, um núcleo de civilização e progresso. O elemento humano que colabora para a grandesa (sic) desta indústria fabril, é assistido com eficiência e carinho, pelo professor, médico e dentistas. Chegou-se a um grão (sic) de civilização em que lêr (sic), escrever e contar é muito. (...) aos poucos vae se modificando o nível higiênico, formando-se uma nova mentalidade sanitária.¹²

Ao analisar o núcleo industrial da fábrica da Pedra, sob o comando de Delmiro Gouveia, entre os anos que administrou (1914-1917), Correia (2018, p. 144) observa que todo o aparelho constitutivo daquele núcleo era visto também como um lugar ideal, com o objetivo de criar uma imagem da fábrica através do seu fundador como um modelo a ser seguido. As imposições colocadas pela fábrica como regras de higiene e moral pretendiam fundá-la como um espaço “ordeiro, metódico, trabalhador e obediente”.

¹¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição. Setembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú.

¹² *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição. Setembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú.

Nessa perspectiva, as organizações fabris vão transformando o espaço de trabalho e se constituindo sobre os discursos que norteiam as práticas normativas delineadas sobre a classe trabalhadora. No caso da CAFT, foi necessário criar artifícios e condições que favorecessem a permanência da mão de obra na vila operária de Rio Largo, que teve como ponto-chave transformar o ambiente em torno das fábricas, apresentando-as como lugares limpos e de instalações modernas e higiênicas para atender a população trabalhadora, juntamente com todo um aparato institucional gerida por ela.

Dessa forma, os trabalhadores eram forjados a partilhar dos mesmos anseios, unidos pela ideia do bem coletivo formado por instituições comandadas pela CAFT: a fábrica, o trabalho, a casa, a igreja, a escola e as unidades de lazer, que acabavam fazendo parte da vida comum da população que residia em torno do complexo industrial, de tal modo a formar uma “identidade operária”, cuja indústria empreenderia sua própria cultura em torno das suas organizações fabris, direcionando e moldando os modos de vida dos trabalhadores para uma finalidade: o do trabalho industrial. Portanto, “era preciso universalizar o imaginário do povo” (PERROT, 2007, p. 220).

Compreendendo, a partir dessa relação, a formação de uma sociedade em um núcleo operário como foi em Rio Largo, fundamentada a partir das concepções de um único homem, neste caso do Industrial Gustavo Paiva, as relações de interdependência criadas regulavam as relações entre o operariado pelas estruturas de poder do complexo industrial da CAFT – fosse de ordem política, econômica ou religiosa – e acabava por interferir naquela sociedade operária.

Nascido na cidade de Paraíba do Norte (hoje João Pessoa, localizada no estado Paraíba), no dia 15 de setembro de 1892, Gustavo Paiva era filho de um comerciante português com uma brasileira paraibana. Após o falecimento de sua mãe, regressa com seu pai e seus irmãos para Portugal, onde completa seus estudos e retorna ao Brasil, precisamente no ano de 1910, à cidade do Rio de Janeiro, para seguir carreira comercial. Ingressou na Companhia “Petropolitana”, passando a gerenciar uma fábrica em “Cascatinha”, em cujo período manteve um relacionamento com Judite Basto, filha do comendador Antônio Teixeira Basto, maior acionista da CAFT desde a sua fundação. Ao casar-se com Judite Basto, em 1916, direciona-se a Maceió e assume a gerência da fábrica Progresso Alagoano, uma das fábricas pertencente à Companhia. Com a morte do Comendador Teixeira Basto, em 1918, assume a presidência definitivamente da CAFT, a qual permanece sob o seu comando entre 1918-1943.¹³

¹³ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição. Setembro de 1942. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

Gustavo Paiva desempenhou na CAFT uma política voltada ao assistencialismo.¹⁴ Com uma excelente capacidade administrativa, soube usar ao seu favor alguns recursos, entre eles o de desenvolver uma linguagem que o tornasse mais influente politicamente e mais próximo do seu operariado. Por isso, é importante verificar como era a sua gestão e de como isso era construído e constituído no seio social e cultural na sociedade operaria de Rio Largo.

Mas antes de iniciar essa abordagem, é importante ressaltar que o uso do conceito paternalismo, utilizado em alguns momentos para descrever de modo particular as relações existentes na gestão da CAFT, não é, de modo algum, para torná-lo como uma justificativa das ações desenvolvidas nas relações entre patrão e empregados, mas como um ponto a ser pensado, refletido e analisado.

Segundo Thompson (1998, p. 85), se as relações paternalistas, quando referidas às relações de clientelismo, haviam quase se extinguindo com o advento do trabalho livre e assalariado, algumas funções paternalistas ainda permanecerão sob formas de mediação e concessões, tanto pela política de assistencialismo, como pelas novas formas disciplinares às classes trabalhadoras a partir de uma nova organização estrutural permeadas nas relações capital-trabalho.

Nesse aspecto, vejamos como eram as relações entre Gustavo Paiva e seu operariado, já que se encontravam, ao menos no discurso, constituídas nas relações de afetividade e que, de certo modo, definia o patrão como um familiar dos seus empregados, como explicitado em uma das matérias do NJ:

Nós que formamos o operariado destas duas grandes fábricas, somos uma grande família, com um só coração e uma só alma. Entre nós a união e compreensão. Compartilhamos juntos alegrias e tristezas, os trabalhos e o repouso. Família feliz em que todos respeitam e adoram a um só chefe. Ao contrário, como é desolador ver a família em desavença e discórdia!

Perrot (2017), ao falar sobre as concepções paternalistas no século XIX na França, diz que o paternalismo constituía-se como base fundamental das relações sociais do trabalho, e que alguns aspectos configuravam-se nessa relação:

1) presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre os patrões e operários; 3) adesão dos trabalhadores a esse modelo de organização. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os à história da sua família (p. 86).

¹⁴ Gustavo Paiva mantinha como discurso em seu meio de comunicação o Nosso Jornal, visto que a sua administração assistencialista na CAFT demonstrava um alinhamento com as ideias da Encíclica *Novarum*.

Essa construção de um discurso de que o patrão e empregados pertencem a uma mesma família, visto com muita frequência nos discursos do principal meio de comunicação da CAFT, em que Gustavo Paiva está como uma figura paterna, legitima o poder de autoridade e, conseqüentemente, nas palavras de Rago (1985, p. 34), a fábrica pensada como uma instituição familiar “cumprir a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a ideia harmoniosa de uma cooperação entre pessoas identificadas”.

Rago (1985, p. 34) descreve ainda esse sistema como “pedagogia dos patrões”, cuja fábrica cria todos esses tipos de relacionamentos com o objetivo de tornar o espaço fabril um ambiente de comunidade, em que tanto os patrões quanto os operários estejam em prol de uma luta em conjunto, por um bem comum. Assim, as relações do trabalho seriam desenvolvidas a partir de um laço afetivo.

De certa maneira, essa relação detém um efeito de aversão a confrontos, quebrando relações de tratamento que, de muito longe, lembre as relações de servidão. Pelo contrário, o patrão torna-se mais humanizado e menos com a imagem de um inimigo da classe trabalhadora, colocando-se como a personificação de um verdadeiro familiar, muitas vezes na representação de um pai para os trabalhadores; no caso da CAFT, o patrão como pai e os operários como seus filhos.

A participação efetiva de Gustavo Paiva no cotidiano operário, seja nas festividades ou na sua caminhada diária pela Vila operária, tornava-o uma figura que despertava empatia entre os operários, como podemos verificar em alguns relatos no NJ:

Quem o visse na rua, a hora do seu passeio habitual, sempre severo fechado, silencioso, julgaria ver passar, diante de si, um coração insensível as alegrias mais puras da natureza.

Gustavo Paiva tratava a todos com muita atenção. Era o tipo do patrão que vivia no meio dos seus trabalhadores, como um irmão mais velho no meio dos seus irmãos.¹⁵

Como bem coloca Fausto (1977, p. 107), nessa relação “O patrão não constitui uma figura de difícil acesso que detém o poder último, por razões de fortuna; sua presença é tangível e desperta menores contradições”.

O sistema da CAFT fornecia um aparato assistencial imbuído também do discurso humanista e civilizador “em um gesto extravagante que simbolizava a elevação social possibilitada por suas invenções e fábricas” (FREEMAN, 2019, p. 31), cujo patrão, na busca de tornar o núcleo operário um modelo civilizatório como um feito único, buscava obter também um prestígio social em meio à classe burguesa.

¹⁵ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 6ª edição. Dezembro de 1943.

O núcleo industrial da CAFT, pela sua estrutura e fama, recebia muitos políticos e personalidades, entre grandes educadores do país, jornalistas e intelectuais que descreviam sua impressão sobre a Companhia no livro de registros de visitas. Inegavelmente, essa popularidade carismática fez de Gustavo Paiva uma unanimidade entre aqueles que admiravam sua gestão. A seguir, vemos uma menção feita a Gustavo Paiva por Gilberto Freyre, em uma reportagem dedicada à memória do industrial em uma das reportagens do *NJ*:

Raramente o indivíduo convidado a deixar impressões em livros de natureza deste se sente à vontade. A cortesia manda que ele só fale do que viu de agradável; e ela nem sempre é a impressão dominante. Felizmente, no caso da obra extraordinária de Rio Largo, minha impressão não é só agradável: é de entusiasmo [...] o esforço admirável de Gustavo Paiva.¹⁶

O complexo industrial de Rio Largo passava a ser um lugar de referência de modelo civilizatório, em que todas as suas instituições fabris tinham pretensões de tornar aquele núcleo operário um modelo de educação a ser seguido pelo direcionamento de Gustavo Paiva. Esse núcleo fabril, visto como moderno, lugar de progresso, da ordem e da disciplina, era um verdadeiro espaço apresentado como um paraíso do operariado e o melhor lugar para se viver.

Como bem coloca Rago (1985, p. 37), a política utilizada pelos patrões era marcada por equívocos porque, ao mesmo tempo que buscava fornecer à classe trabalhadora aparatos assistenciais na tentativa de dar condições razoáveis, ambicionava controlar todos os passos dos operários, influenciando os seus hábitos. Além disso, essa valorização de um modelo implantado pelos industriais tinha a pretensão de transformar as fábricas em lugar um atrativo, e de fomentar na mentalidade do operário o desejo de se tornar um trabalhador civilizado e moralmente consciente.

A religião, como base educacional da Vila operária da CAFT, onde havia um controle espiritual sobre os trabalhadores, corresponde, também, de acordo com Thompson (1998), a uma supervisão moral que está ligada às funções paternalistas, cujo “domínio paternal efetivo não só requer autoridade temporal, mas também autoridade espiritual e psíquica.”

A religião atravessava a formação do operariado desde a idade tenra, com batizados e até casamentos realizados sob o comando do pároco responsável pela instrução e formação religiosa do operariado: “Eram distribuídos todos os anos 600 compêndios da doutrina cristã para catequese.”¹⁷ Mantida pela Companhia, a igreja promovia ações religiosas junto aos operários e seus filhos.

¹⁶ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 8ª edição. Dezembro de 1945.

¹⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1943, 6ª edição. Dezembro de 1943. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

A CAFT provia a formação religiosa dos filhos/as dos/as operários/as, fornecendo as roupas, os sapatos para os meninos e vestidos e a grinalda para a primeira comunhão das meninas, que era realizada na Capela Coração de Jesus. Podemos verificar a celebração da primeira comunhão dos filhos dos operários realizada no ano de 1946:

No dia 6 de outubro do corrente realizou-se a tocante cerimônia da primeira comunhão. 120 crianças do Grupo escolar “Gustavo Paiva” [...] Assistiram ao piedoso ato todas as associações religiosas, os pais dos alunos, professoras etc. Seguiu-se a bênção solene do Santíssimo Sacramento, após o que, foi servido café com leite e pão aos neocomungantes.¹⁸

A vila Operária de Rio Largo, com o direcionamento das fábricas da CAFT, era gerida não apenas no que diz respeito ao trabalho, mas também à vida dos operários que ali residiam, responsável pelas normas e condutas que moldavam os hábitos e costumes como os horários de trabalho, formato educacional, comemorações cívicas e religiosas, atendimento médico e momentos de lazer, que determinavam o modo de vida daquele lugar.

Portanto, todo esse aparato era feito de maneira racional e tinha como objetivo comum a finalidade do trabalho. A Vila operária de Rio Largo passaria a ser, sem dúvida, um lugar considerado não apenas como um espaço de significado econômico, mas também um ambiente de formação de uma mentalidade transformadora dos péssimos hábitos junto à classe trabalhadora.

1.3 Arquitetura da disciplina

Entre os finais da década de 1930 e início dos anos de 1940, Rio Largo já se constituía como uma cidade operária, tendo em vista seu espaço expandido a partir de novos elementos que integrariam o espaço em torno da Vila Operária. Passava por transformações urbanísticas com obras de infraestrutura e revitalização, com pavimentação de algumas ruas, inauguração e ornamentação de praças com jardins, que enfeitavam o ambiente em contraste à imagem das fábricas cinzentas, dando aos pátios da vila operária um aspecto paisagístico. Segundo Filho (2013), alguns edifícios foram construídos com arquitetura de influência europeia.

Satisfazendo os ideais trazidos da concepção da elite industrial à ideia de modernidade, a CAFT buscava, entre outros aspectos, superar a imagem do atraso, cujo novo projeto urbanístico moldava o ambiente do complexo industrial, e as mudanças eram feitas para atender

¹⁸ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 9ª edição. Dezembro de 1943. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

às necessidades da Companhia. Uma reportagem do jornal *Nosso Jornal* de 1942 confirmava isso:

Hoje será inaugurado o novo prédio destinado para as escolas dos filhos dos operários das fábricas. Será também inaugurado o cinema confortável, com moderno aparelho sonoro, passando por uma grande reforma a atual farmácia. O comendador Gustavo Paiva colaborou bastante para a fundação de uma cooperativa e está remodelando a Vila Operária, providenciando calçamentos de várias ruas¹⁹.

1.3.1 Moradia

A oferta de mão de obra nas fábricas da CAFT e os “benefícios” sociais concedidos pelo patrão, a exemplo das habitações operárias, certamente influenciaram a migração das famílias dos/as trabalhadores/as, as quais, em busca da conquista de um trabalho assalariado e de seu sustento, sentiam-se atraídas pela proposta.

Um contingente populacional²⁰ surgia com a ampliação do espaço da Vila operária de Rio Largo ao longo da década de 1940, com casas construídas pela Companhia com novas modelações e fachadas, em meio às mais antigas e modestas construídas desde o início de implantação das fábricas na região. O NJ informava a construção de novas moradias operárias: “ao estilo de novos padrões da arquitetura moderna da época, com sistemas de água e luz elétrica fornecida pela Companhia às casas dos operários”²¹

Figura 01- Vila operária de Rio Largo, localizada na Rua Januário Guimarães, no antigo bairro de Cachoeira (1942).



Fonte: Acervo particular disponibilizado pela família Japiassú

¹⁹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição, setembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú.

²⁰ Podemos verificar o crescimento populacional na região através da análise de Lima (2000), que observou que a população de Santa Luzia do Norte, a qual Rio Largo pertencia, de acordo com os dados estatísticos extraídos do Anuário Estatístico de Alagoas/AL, tinha uma população estimada no ano de 1890 de 12.924 habitantes, enquanto, na década de 1950, Rio Largo, contava com uma população de 31.908 habitantes.

²¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

As casas eram geminadas em filas, em sua maioria construídas de tijolos dispostas de maneira irregular nas encostas das ladeiras íngremes, situadas em ruelas que ficavam no entorno da parte central da Vila Operária. Todas elas com uma arquitetura padronizada simples e sem muros, contendo apenas uma porta de entrada e uma janela, ambas de madeira, com calçadas altas e alinhadas, dividindo a mesma parede. Na sua estrutura interna, possuía uma pequena sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro que ficava no lado de fora, nos fundos da casa, em um estreito quintal. Essas habitações mediam 5,25m de largura de frente por 15,85 de comprimento²². A Companhia chegou a contruir mais de oitocentas casas.²³

O sistema de habitações oferecidas aos operários/as pela CAFT impossibilitava o operariado viver da subsistência, pois, sem terrenos disponíveis para plantar e criar animais, davam aos trabalhadores somente a possibilidade de viver da renda da fábrica. Além disso, o formato de construção das casas e a supervisão através dos reparos estruturais, que eram realizados pela Companhia, facilitariam a vigilância das famílias operárias pela fábrica.

Os trabalhadores que quisessem adquirir um imóvel pertencente à CAFT deveriam, através da formalização de um contrato firmado, solicitar ao patrão o interesse em arrendar uma de suas casas. Ao aderir uma das moradias, alugava-a pela importância, dependendo do tipo da casa (antiga ou mais nova), por valores que variavam em torno de Cr\$ 35,00 a 80,00 mensais, com abastecimento de água e luz, o que seria cobrado e descontado mensalmente na folha do salário do trabalhador, que recebia vencimentos de 90\$000 mensais²⁴.

As moradias oferecidas pela Companhia refletiam a situação econômica dos operários; as mais modestas eram destinadas aos trabalhadores que tinham os menores salários, e aos demais funcionários, com posições e cargos mais elevadas na fábrica, por terem salários

²² Dados adquiridos através da documentação de escritura de compra e venda da ex-operária Margarida Gomes, que comprou a casa ofertada pela CAFT quando esta resolveu realizar acordos com os operários como indenização, pois encerrava suas atividades na década de 1980. Algumas casas da antiga Vila Operária da Companhia ainda estão alugadas, outras fechadas e preservadas na cidade de Rio Largo.

²³ Castro (2015), em sua dissertação de mestrado *Relações de poder no complexo fabril de Rio Largo: identificando inter-relações socioespaciais*, ao fazer uma análise sobre as relações socioespaciais no complexo fabril da CAFT, revela que as construções e distribuições das casas oferecidas aos funcionários e aos operários representavam e se constituíam também sob as relações de poder. Dessa forma, os espaços que compunham as casas e suas diferentes fachadas e modelos reforçavam as desigualdades de classe, revelando que os funcionários de alto escalão detinham um poder sobre os demais operários para manter, assim, a manutenção do poder de hierarquia dentro do espaço que compõe o complexo industrial da CAFT. Além disso, as casas oferecidas aos operários não se encontravam de frente às instituições fabris localizadas na parte central da vila; ficavam, em sua maioria, em ruas que não eram asfaltadas.

²⁴ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição. Acervo particular da família Japiassú

maiores, eram oferecidas casas em condições mais razoáveis de conforto, já que suas condições certamente lhes davam a possibilidade de alocar casas mais confortáveis.²⁵

O patrão não garantia somente a casa, mas assegurava o trabalho permanente. Assim, mantinha o domínio não só sobre as relações de trabalho, mas na própria vida do operariado, que residia no entorno na Vila. Por isso, a moradia, sem dúvida, foi uma das primeiras formas estratégicas do sistema fabril para atrair famílias de trabalhadores pobres, dispostas a encarar uma realidade imposta pelas novas formas de vida e de trabalho, regrados a partir de um sistema aplicado pela indústria fabril. Assim, ao adquirir a moradia ofertada pelo patrão, precisariam se alinhar à política de organização do sistema de trabalho industrial e se organizar, de forma regular, com novos hábitos de vida direcionados pela fábrica.

Ao analisar as condições dos trabalhadores ingleses na Revolução Industrial, Hobsbawm (2010) diz que, com a oferta dos “benéficos” oferecidos pelos patrões, os trabalhadores viam-se dependentes de tais condições disponibilizadas pelas indústrias e acabavam por aceitar certas condições impostas pelo patronato. No caso da oferta de trabalho e de moradia, eles não tinham alternativas, sendo forçados a aceitar morar nas casas ofertadas pelas fábricas.

Residir no local de trabalho era depender de toda estrutura disponibilizada pela Companhia. Mesmo que o trabalho fosse livre e assalariado, as condições ofertadas pelos patrões aos trabalhadores acabavam se baseando numa relação de troca, cujo salário se convertia em assistencialismo. Assim, as funções paternalistas mantinham-se através dos serviços que eram oferecidos como forma de pagamento pela mão de obra nas fábricas, e os trabalhadores viam-se “Contidos pela força das instituições paternas locais obrigados a se sujeitar pela ausência de horizontes sociais alternativos” (THOMPSON, 1998, p. 40).

Podemos verificar essas mesmas relações na Fábrica da Pedra em Delmiro (1914-1917). Correia (2018), ao fazer um estudo sobre a educação daquele núcleo operário, afirma que Delmiro Gouveia, ao prover condições de trabalho e um conjunto de aparatos ligados à sua indústria, com o fornecimento de escola, casa, entre outros, via-se como tutor irrepreensível daqueles que moravam na Vila Operária da Pedra e, assim, exercia o total domínio sobre o seu operariado.

²⁵ Os poderes públicos no século XX orientavam os industriais a oferecerem casas mais baratas para os operários residentes em vilas operárias. Porém, ao mesmo tempo, elas se tornavam um meio lucrativo para os patrões, mesmo alugando por preços de aluguéis abaixo do mercado (DECCA, 1987).

Lopes (1988, p. 42), em sua obra *A Tecelagem dos Conflitos na Cidade das Chaminés*, define alguns aspectos das relações da política de moradia oferecida a exemplo da Companhia do “Sistema Paulista” em Pernambuco. Para ele, a oferta de moradia na vila operária da Companhia era uma estratégia inicial de *aliciamento*, utilizada pelos patrões, na realização do processo de contratação de trabalho nas fábricas para a alocação das famílias de proletários. Isso, segundo o autor, tem “por objetivo criar uma população trabalhadora no local cujo crescimento vegetativo atenda às necessidades de trabalho”, sendo, portanto, uma forma estratégica de atrair trabalhadores à indústria e manter uma mão de obra fixa e estável.

A moradia operária, como dito anteriormente, consistia em organizar e gerir a vida dos trabalhadores pobres, organizar os espaços em volta da fábrica, com a criação de regras e estratégias impostas com intuito não só de instituir hábitos de higiene, mas também como estratégia moralizadora e disciplinarização dos espaços que pudessem se contrapor a um lugar ameaçador e perigoso das ruas e dos vícios.

Se, antes, o trabalhador provinha de atividades da lavoura, onde não havia um rígido controle disciplinar do espaço e do tempo, a partir do sistema industrial isso tenderia a se modificar. As habitações próximas ao trabalho facilitavam a regulação dos horários, que, nas palavras de Thompson (1998, p. 279), seria como um “instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial e era, ao mesmo tempo, uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço”.

Manter o/a trabalhador/a morando nas casas pertencentes à fábrica poderia significar também forçá-lo a dormir mais cedo e, conseqüentemente, a se levantar mais cedo para que não perdesse a hora do trabalho. Além disso, seria mais fácil disciplinar os horários para que se tornassem habituais às famílias operárias que residiam no entorno da Vila operária.

O controle do espaço, segundo Rago (1985, p. 175), vem da idealização das instituições públicas estatais e da burguesia industrial desde os finais do século XIX para construir casas em vilas operárias no combate à insalubridade da moradia do pobre. Esses espaços também deveriam se tornar lugares de vigilância com normas de condutas através de hábitos racionais de como e o que comer, o que vestir, morar ou se divertir. Dessa forma, seria “muito mais uma maneira de morar [...] de impor sutilmente um estilo de vida. Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas disciplinares [...] que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade do trabalho ao lazer.” (RAGO, 1985, p. 177).

Embora muitas famílias tenham se beneficiado das casas da Companhia, é preciso salientar que o número de casas construídas não cobria a demanda total da população operária existente na Vila Operária. Muitos/as trabalhadores/as não alcançavam tais benefícios, o que

parece que a questão habitacional não mudou o padrão de vida de todo o operariado. Muitos/as moravam ainda em casebres de taipa, sem energia, água e saneamento básico. O ex-operário José Calheiros, que trabalhou na Companhia na seção de romãs da fábrica Progresso, ainda muito jovem, nos anos de 1950, relatou sobre as dificuldades de moradia enfrentadas por ele e sua família na época em que trabalhou na fábrica.

Tem uma parte dos operários que morava na vila, faltava nada, tinha água, tinha luz, tinha tudo. Mas quem não morava na vila, morava em casa de taipa. Às vezes não tinha luz, entendeu? Na grande maioria, viu? Muitas vezes, as casas não dava (sic) pra todo mundo, a vila era grande, mas..., quer dizer, a demanda era muito maior, entendeu? Eu mesmo nunca morei na casa da companhia! Era difícil vaga, que muitas vezes cê tava ali, cê não queria sair, cê não queria sair, aí se você mudasse pra outra rua, uma casa melhor, pois é, aí aquela ficava vaga, né, então aí..., abria vaga e aí eles botavam... O cabra dava o nome e tal esperava, entendeu?²⁶

Esse depoimento faz-nos refletir sobre as condições dos trabalhadores da Companhia. Nem sempre a garantia do emprego na fábrica era a certeza de alcançar a política assistencialista. Além disso, o trabalhador tentava lidar com a própria sorte para conseguir um outro lugar para morar, pois, como falou o antigo operário, era difícil ter uma vaga, visto que muitos que conseguiam as casas não renunciariam a elas. Ainda de acordo com o operário, caso o trabalhador saísse da fábrica, teria que pagar o aluguel por fora; por outro lado, se se aposentasse e tivesse, na família, algum membro trabalhando na fábrica, a responsabilidade passaria para quem estivesse trabalhando. Afinal, a casa era do patrão.

1.3.2 Cooperativas

No ano de 1942, levando a cabo o seu projeto de ampliação do complexo operário, a CAFT resolve criar duas cooperativas para disponibilizar gêneros alimentícios a baixo custo do mercado. Uma delas funcionava na parte central da Vila e a outra no bairro de Cachoeira: caso o trabalhador utilizasse o crédito, poderia consumir os produtos, os que seria, posteriormente, descontado de seu diminuto salário. Não se tem informações de quais eram as regras para que os trabalhadores tivessem acesso ao serviço. Apenas que de acordo com a reportagem no NJ, “Poderão ser associados da Cooperativa todos os trabalhadores das fábricas Cachoeira e Progresso, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos civis, e preencham as condições gerais estabelecidas nos estatutos”²⁷.

²⁶ José Calheiros, entrevista realizada em 15 de julho de 2018.

²⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, setembro de 1942, 5ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

As condições de vida dos trabalhadores das indústrias em Alagoas, reveladas pelo censo de 1939²⁸, apontam que os trabalhadores que ganhavam renda mínima tinham suas maiores despesas em gastos com alimentação, sendo o equivalente a 80%; em segundo lugar vinha o vestuário, chegando a 11% da renda, seguido de habitação, com 6 %, e de medicamentos, 4%. Esses dados são apenas dos trabalhadores residentes no interior do estado. Em relação à capital, o custo de vida ainda é um pouco menor. Os gastos com alimentação oneravam muito os salários de famílias numerosas, pois as suas rendas eram aquém dos salários, resultando em uma família mal alimentada pela falta de condições para se ter uma boa alimentação.

A ex-operária Margarida Gomes, que, aos 16 anos, trabalhou na fábrica Progresso, por 4 anos no setor de fiação como fiandeira, juntamente com sua irmã e um outro irmão, lembra que, por ter uma família numerosa, já que sua mãe teve dez filhos, eles não tinham condições de comprar na cooperativa, mesmo trabalhando na fábrica. Seu pai trabalhava como pedreiro das casas da Companhia, e sua mãe, analfabeta, era agricultora e vendia massa de tapioca como complemento da renda familiar:

A minha mãe não gostava de comprar na cooperativa fiado não, porque o dinheiro era pouco, pra pagar quando recebia, tinha a data de pagar. Tinham que levar o papelzinho que eles davam do valor, aí a gente pagava e comprava de novo. Depois foi enfraquecendo. Minha mãe não comprava mais não. Vinha de fora aqueles “caminhãozão”, aqueles sacos de coisa. Tinha muita gente que comprava, os operários comprava (sic) na cooperativa em Cachoeira.²⁹

Nem todos tinham condições de comprar nas cooperativas de consumo, porém aqueles que tinham uma renda um pouco melhor ou uma família menos numerosa, ao mesmo tempo em que a cooperativa garantia-lhes um meio de buscar opções de alimentação mais em conta, obrigava-os, de qualquer maneira, a comprar na loja da Companhia, pois dificilmente um operário arriscaria comprar em outras localidades onde os preços de alimentos fossem mais caros. Entretanto, o salário do trabalhador acabava voltando para os empreendimentos da Companhia.

Em um discurso proferido no dia da inauguração da cooperativa, um dos dirigentes deixava clara a finalidade das cooperativas:

A cooperativa, em todas as suas modalidades, é uma associação onde o capital não beneficia apenas alguns felizardos ou grupo de ambiciosos, porém em igualdade de direitos, todos os sócios, quer tenha subscrito uma cota-parte ou ação, nome pomposo do capital invertido nas sociedades anônimas, como aos que tenham 100 cotas-partes,

²⁸ Dados extraídos da Sinopse Estatística do Estado de Alagoas. Disponível em: memoria.org.br.

²⁹ Margarida Gomes. Entrevista realizada em 20 de julho de 2018.

pois os lucros são distribuídos na razão do movimento, isto é, das compras individuais (sic) de cada associado.³⁰

Ao retratar sobre a cooperativa do núcleo industrial de Fernão Velho, Farias (2014) via esse objetivo não somente como extração da mais-valia, mas também como uma tática provida pelos patrões de tentar moralizar determinados hábitos alimentares – como a proibição de bebidas alcóolicas como forma de evitar vícios – os quais pudessem prejudicar os interesses daquele sistema administrativo, sendo uma das formas de poder que os industriais detinham sobre os seus operários.

O sistema de lojas construídas era comum nas vilas industriais, o que obrigava os operários a deixarem parte dos seus salários com o patrão como garantia nas compras de alimentação em suas lojas pelo chamado “truck” (FREEMAN, 2019, p.35), ou seja, pela troca dos serviços oferecidos.

1.3.3 Sindicato

Com a regulamentação das leis trabalhistas em 1943, a CAFT resolve construir, no ano de 1942, o prédio dos sindicatos dos trabalhadores. O objetivo do governo Vargas (1930-1945) era que os sindicatos funcionassem como uma instituição sob a custódia dos patrões, como uma espécie de garantias à concessão de direitos e benefícios com o intuito de diminuir as tensões sociais e, assim, submeter aos/às trabalhadores/as a uma relação de subserviência em relação à política e aos patrões. Desse modo, diminuiria o poder dos sindicatos, cujo controle era da direção patronal. As direções sindicais da CAFT, na Gestão de Gustavo Paiva, demonstravam um certo alinhamento com as medidas impostas pelo governo da Era Vargas no Estado Novo. Todo projeto existente na Companhia era direcionado às orientações do governo nacional. Assim dizia uma matéria do NJ:

O Estado Novo, criado e sustentado por essa figura impressionante de condutor de povos, que é o presidente Getúlio Vargas, o Estado Novo dissemos, constitui um clima salutar no Brasil. [...] Podeis interrogar, talvez: Quais são as aspirações das massas obreiras, quais são os seus interesses? E eu vos responderei: A ordem e o trabalho. Sim a ordem e o trabalho é o pensamento deste inteligente industrial, [...] que cada dia repete a todas as palavras sagradas do chefe do Brasil, do extraordinário construtor do Estado Novo. [...] o Estado Novo impera nas ações e atitudes de todos os esclarecidos industriais.³¹

³⁰ *Nosso Jornal*, Rio Largo, setembro de 1942, 5ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

³¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, n. 3, setembro de 1942.

Não hesitando levar a cabo todos os esforços para manter o ideário nacionalista ditados pelo Governo Vargas, constrói-se, no ano de 1942, o sindicato de trabalhadores de Rio Largo sob a tutela da Companhia.

Para Octávio Ianni (1979, p. 22), em seu livro *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, as relações de trabalho no Governo Vargas, implantadas no Estado Novo (1937-1946), serão marcadas por mecanismo conciliatórios dos conflitos, cujo Estado agirá como um mediado. Nesse sentido, adotando uma série de medidas que marcaria o período, criou um aparato institucional através de reformas trabalhistas que atingiam não só as questões econômicas, mas “tratava-se de estudar, coordenar, proteger e disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtoras em geral.”

Assim, a formalização de sindicatos sob a responsabilidade das instituições industriais, nas palavras de Ianni (1979, p. 36), tentava buscar diminuir cada vez mais o poder do operariado no sindicato, no intuito de criar um discurso de “cordialidade entre o mercado, os industriais e operários, com ações que garantissem a chamada “paz social”. Isso era o que se pretendia em um governo que buscava seguir um direcionamento ideológico normativo através da política de administração estatal para se manter como um forte regulador das relações entre os empregadores e a classe operária.

A política de formalização dos sindicatos ao comando dos industriais acabava por distanciar o poder do operário das tomadas de decisões, cujo objetivo era controlar politicamente os operários. A exemplo da formalização de alguns direitos trabalhistas, têm-se o salário mínimo, o registro da carteira profissional, a redução de jornada de 8 horas, a igualdade salarial entre os sexos da mesma categoria (exceto os menores de idade), as férias remuneradas, o repouso semanal, a proibição do trabalho noturno para mulheres e a assistência médica aos trabalhadores e seus familiares. Vale ressaltar que a legislação trabalhista só se concretiza com a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, com o objetivo de fomentar uma verdadeira “política de controle e dominação da atividade e organização política do proletariado” (IANNI, 1979, p. 36) de cunho assistencialista e previdenciária, com o aval dos patrões através dos sindicatos.

A política assistencialista da CAFT propiciou um conjunto de condições de amparo social daquele núcleo fabril, em que tudo que era investido, e, por conseguinte, exercia o domínio do operariado. De acordo com o NJ, a CAFT, mesmo antes gestão de Gustavo Paiva na década de 1920, já dispunha de um aparato de assistência social, a qual oferecia aos seus operários/as algumas garantias trabalhistas antes mesmo da consolidação das leis do trabalho. Eram disponibilizados:

(...) 1º Socorros médicos ao operariado e sua família; 2º fornecimento de medicamento gratuitamente e assistência judiciária para a defesa dos direitos do operário; 4º contribuição para os funerais do operariado ou de pessoa de sua família; 5º pensão equivalente a 50% do salário, ao operário aposentado por invalidez ou velhice; 6º pagamento de 50% do salário durante o afastamento do serviço por motivo de doença; 7º manutenção da farmácia, hospital, creche; 8 manutenção de escolas.³²

É importante ressaltar que as assistências fornecidas pelos patrões decorreram das lutas do movimento sindical operário no início do século XX, através das chamadas sociedades de “resistência”, que, a partir de mobilizações por redução de jornada de trabalho e revisão salarial, ainda forneciam auxílios assistenciais, os quais já eram prestados pelas antigas sociedades mutualistas, como coloca Cláudio Batalha (2000) em *O movimento operário na primeira República*. Além disso, a assistência e exemplo da médica disponibilizada pela CAFT veio também como resposta aos protestos da greve de 1913, liderados pelos operários da Companhia como reivindicações de redução de salário, da carga horária, entre outros. Ainda havia a necessidade de a Companhia ter uma assistência médica no complexo pela distância da capital, o que amenizaria tragédias de acidentes com mutilações, a exemplo de um caso ocorrido nos finais do século XIX, noticiado pelo Jornal *A Palavra*, e de um incêndio de grandes proporções que ocorreu na fábrica Progresso ano de 1916, noticiado pelo Jornal operário *Gutenberg*.

Como coloca Lessa³³, por mais que o assistencialismo possa, de certa forma, garantir alguns recursos aos operários através da carteira assinada à garantia de emprego para se vestir, comer etc., o trabalhador terá uma relação ambígua com o trabalho, refletida nos protestos de exploração do patronato e na reivindicação do aumento de salário. Portanto, para adequar o trabalhador aos interesses da fábrica, foi preciso artifícios a partir dos programas assistenciais concedidos pelos patrões, como uma forma de equilibrar essa relação.

1.3.4 Restaurante

No ano de 1943, a CAFT inaugura o seu primeiro restaurante na vila operária, onde era fornecido um serviço diário de cardápio variado entre “carnes, legumes, peixes e frutas”, no modelo SAPS. O vasto salão para refeições comportava 125 mesas e podia fornecer 1.200 refeições a 500 operários. Para ter acesso às refeições no restaurante popular, o operário teria que pagar o valor Cr\$ 1,60.³⁴ Esses valores mais em conta, oferecidos pela Companhia, podem

³² *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1944, 7ª edição, setembro de 1944. Acervo particular da família Japiassú.

³³ Entrevista concedida para este trabalho (2019).

³⁴ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 9ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

estar relacionados às condições de vida do operariado, pois a situação dos trabalhadores no Nordeste eram bem mais precárias que os da região Sul em relação à alimentação (DECCA, 1991).

A política de alimentação da CAFT, de acordo com as matérias veiculadas pelo NJ, fazia parte de um programa nacional do governo de Getúlio Vargas, o qual direcionava algumas diretrizes políticas de alimentação pelo Serviço de Previdência Social em vigor na época.

De acordo com Evangelista (2010), no artigo intitulado *O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS): Trabalhadores e Políticas Públicas de Alimentação (1940-1967)*, esse projeto tinha a pretensão de implantar novas dietas alimentares às classes operárias. O intuito era oferecer uma alimentação a custos mais baixos às camadas populares para combater a desnutrição, e tentava, entre outras coisas, buscar o caminho para uma nação civilizada, melhorando a qualidade de vida do trabalhador e de seus filhos. Essas questões estavam baseadas nas ideias científicas da época, cujas concepções ligadas ao progresso e à modernidade estariam inseridas no projeto cultural nacional (EVANGELISTA, 2010, p. 3-5).

Para os/as trabalhadores/as de Rio Largo, o restaurante da Companhia parece uma alternativa, pois a alimentação barata do restaurante era uma maneira de poupar o diminuto salário, como no caso do ex-operário Jose Calheiros, o qual relatou que, para muitos operários que viviam em uma situação difícil, o restaurante era uma das opções para garantir uma alimentação básica.

O restaurante, quem queria almoçava, quem não queria almoçava em casa, era pago, era uma taxa pouquinha, era mais barato do que você almoçar em casa. Eu muitas vezes pra “num” comer em casa, aí eu largava do trabalho, descia, comia descansava e depois ia voltar a trabalhar, entendeu?³⁵

A CAFT investiu fortemente o seu capital em prol de uma assistência ligada a um programa de alimentação, que tinha como objetivo introduzir novos hábitos alimentares em seus operários.

O restaurante, fornecendo ao homem que trabalha, o alimento caloricamente preparado, numa refeição adequada às necessidades energéticas. O problema alimentar não é mais somente encarado sob o prisma médico e profilático. É também admirado no seu aspecto social. O indivíduo que se alimenta mal é um inferiorizado, descontente, sem alegria de viver, assim sendo, a produtividade da “máquina industrial” é prejudicada pela deficiência da “máquina humana”, que se encontra no estado de carência declarada. O restaurante tem a finalidade benemerita de melhorar

³⁵ José Calheiros, entrevista realizada em 15 de julho de 2018.

o padrão alimentar de uma raça subnutrida, diminuindo o número de negativos e incapazes, que constitui o peso morto da nação.³⁶

Educar os trabalhadores, mudar seus hábitos alimentares, criando uma cultura de novos hábitos a partir de uma alimentação ditada pela Companhia, é uma demanda do capitalismo industrial que não via com bons olhos seus trabalhadores doentes decorrente da precária alimentação, o que poderia ter consequências econômicas, principalmente em uma época em que a industrialização chegava à sua fase adulta e se consolidava no país. O operário era visto como uma extensão do próprio maquinário, sendo preciso assegurar sua força de trabalho, com corpos saudáveis, asseados e, acima de tudo, disciplinados.

Isso não era apenas uma particularidade da CAFT: tal aspecto passou a ser fundamental nos discursos científicos da medicina *higienista* no início do século XX, que atestavam que a falta de saúde dos trabalhadores acarretava prejuízos às indústrias por consequência da ausência de atenção às condições precárias em que viviam o operariado (DECCA, 1987).

Para Rago (1985), essas transformações pretendiam causar uma mudança na “subjetividade do trabalhador” (p. 44), havendo uma redefinição dos métodos de moralização do proletariado que pode ser percebida em diversos campos de atividade social, sendo, segundo ela, uma “racionalidade que glorifica as ideias da ciência técnica e do progresso” (p. 44), cujo ambiente deveria se tornar saudável e, assim, elevar a capacidade produtiva do/a trabalhador/a.

As discussões sobre as condições da classe operária vinham sendo debatidas, desde a década de 1930, por institutos de higiene em São Paulo, nos bairros operários, com foco em pesquisas sobre o padrão dos trabalhadores, cujos estudos tornavam-se mecanismos de controle na tentativa de aliviar as tensões sociais a partir das necessidades do operariado. Havia a oferta de um assistencialismo, entre eles o fornecimento de uma alimentação mais barata através de cooperativas, restaurantes populares etc., cujas estratégias, na lógica apontada por Decca (1987, p. 53) em *A Vida Fora das Fábricas; cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)* tinham a pretensão de forjar uma ideia de igualdade coletiva entre os trabalhadores, patrões e o estado, além de que “As soluções racionais e técnicas propostas beneficiariam a todos, igualando o trabalhador, patrão e Estado, uma vez que o trabalhador seria melhor alimentado e o patrão teria empregados mais produtivos e com maior capacidade e o Estado filhos mais fortes e sadios”.

Ainda sobre o programa de alimentação da CAFT, havia um projeto de distribuição de leite para as famílias operárias, com estímulo à ingestão de leite como incentivo à alimentação

³⁶ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

das operárias mães e de seus filhos, que ficavam nos berçários, na creche infantil e no jardim do grupo escolar. Assim relembra a antiga operária que trabalhou na creche como cuidadora e foi beneficiada pelo programa:

Tinha tudo: bercinho, lanche, leite e, quando passava de uma idade para outra, tinha mudança na alimentação, e de noite todas as crianças que saíam os pais levavam 1 litro de leite. E sábado e domingo tinha a entrega de leite, porque não funcionava a creche, mesmo assim ainda tinha leite para o pessoal.³⁷

A CAFT, nos anos de 1940, já possuía, em seu departamento, um berçário e uma creche, equipada com lactário, a qual fornecia a alimentação aos filhos dos operários. O consumo de leite só era disponibilizado após controle de qualidade: o leite de vaca que era fornecido às famílias operárias passava por uma análise minuciosa no próprio laboratório clínico do hospital, onde se verificava a acidez e gordura para o aproveitamento e distribuição caso estivesse adequado para o consumo, caso contrário era feito o seu descarte.³⁸

Havia uma vigilância nos cuidados com as mulheres operárias e seus filhos. A distribuição de leites saudáveis e a supervisão dos filhos das operárias eram serviço de um sistema educativo alimentar. Tanto os recém nascidos que ficavam no berçário da creche quanto os alunos do grupo escolar merendavam leite enquanto suas mães estavam no trabalho.

1.3.5 Escola

A intenção da Companhia em qualificar a classe operária de Rio Largo levou o industrial Gustavo Paiva à criação de um educandário técnico profissionalizante que direcionava os filhos dos operários ao ingresso nas fábricas. Por essas circunstâncias, a educação ficava a cargo da CAFT, que estabelecia o seu projeto educacional de ensino. Nesse caso, como a Companhia localizava-se em uma área distante dos grandes centros, como no caso da capital, coube a ela essa tarefa.

Vale ressaltar que, em Alagoas, segundo os dados estatísticos do censo, até o ano de 1936 existiam apenas 550 escolas de ensino primário, de ensino secundário só havia 4, ambas em todo estado. Ensino técnico profissionalizante industrial apenas 2 unidades: uma privada e outra federal, apenas na capital.³⁹

³⁷ Antônia Maria dos Santos. Cf. Santos (2013, p. 65).

³⁸ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1945, 8ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

³⁹ Dados coletados da Sinopse Estatística do Estado de Alagoas. Disponível em: memoria.org.br.

Tendo em vista que a maior parte de trabalhadores/as da CAFT provinha das zonas rurais, a nova realidade impunha ao patrão a reponsabilidade de prover trabalho aos seus operários, mas também de fornecer condições básicas a partir da política assistencialista, como auxílio escolar, em vista da própria exigência do capital, mas também no cumprimento das novas normas relativas às políticas educacionais exigidas na época do governo Vargas, na década de 1940.

O novo ritmo de trabalho atribuía novas relações laborais, que exigiam técnicas principalmente aos trabalhadores rurais que migravam para os centros industriais em busca de trabalho, os quais teriam que dispor de conhecimentos básicos para atender às novas configurações de trabalho que, cada vez mais, se modernizavam. Com o propósito de formação educativa dos seus/suas operários/as, assim Gustavo Paiva diz sobre a necessidade de qualificá-los/las:

O operariado do Norte vem, em sua maioria, do sertão inclemente. São geralmente homens da lavoura, desprovidos de cultura e doentes, que procuram arrimo nas indústrias e que, com anos de aprendizagem, se tornam especializados [...]. E assim também com a criação de escolas profissionais. Medida de elevado fim, e utilíssima para o desenvolvimento industrial brasileiro, mas que na prática vem onerar as indústrias do interior do país. É natural que as escolas sejam fundadas nas capitais. Como poderão frequentar os filhos dos operários do interior? Com que meios? E, mesmo que o consigam, voltarão eles para o interior, após habituarem a vida da capital? Não o acreditamos. Daí vai resultar que a indústria do interior, terá forçosamente, de continuar como aprendizes a dezenas, a fim de habituá-los ao manejo das máquinas. Acreditamos melhor, e de mais fácil aplicação de cursos mais modestos e simples, a cargo das próprias indústrias locais, ficando então a cargo do governo e o ensino mais aprofundado e completo. Eis o que pensamos sobre os pontos de maior interesse, atualmente, na indústria a que pertencemos.⁴⁰

Vale ressaltar que as chamadas escolas de profissionais já existiam no país, em capitais como São Paulo, criadas pelo governo desde 1911, para meninos e meninas filhos de operários, aos quais eram destinados cursos de datilografia e instruções de prendas manuais. De acordo com Moura (1982, p. 89), essas escolas tinham o intuito resolver o problema do menor órfão abandonado e dos/as filhos/as de operários/as que, pela ausência de creches nessa época, ficavam ociosos/as e vulneráveis às ruas, sendo um perigo por estarem vulneráveis à “vadiagem e da delinquência infanto-juvenil”. Dessa forma, o problema poderia ser resolvido com a criação de creches e escolas com cursos direcionados ao trabalho industrial e, assim, “justificar, para muitos, o trabalho feminino e a própria atividade econômica do menor”.

⁴⁰ *Nosso jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição, setembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú.

A implementação de um modelo burguês de educação tão bem projetada pelos industriais nos primeiros anos da república no Brasil tentava, de certa forma, resolver os problemas dos cortiços nos centros urbanos, na tentativa de tirar menores órfãos e crianças ociosas das ruas e meninas da prostituição. Esse problema poderia ser resolvido com escolas e ofertas de empregos oferecidos pelas fábricas, na pretensão de melhorar as condições de vida da população operária, enquadrando-a em um novo modelo de vida. Portanto, a educação infantil, nos ideais da modernidade capitalista do século XX, passaria a ser prioritária, porque as crianças, como futura geração de trabalhadores das indústrias e mão de obra barata, seriam peça fundamental aos interesses do capital industrial.

Além disso, como aponta Moura (1982, p. 35), em *Mulheres e menores no trabalho industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, o aproveitamento de mulheres, de menores e de crianças no trabalho industrial constitui-se para o empresário como uma opção mais interessante, que é representativa, “face à determinação do valor dessa mão de obra, de menor quantum de mais valia”. As fábricas, desde seu início, costumavam ocupar as jovens com diversas atividades complementares, com cursos de corte e costura, por exemplo (STEIN, 1979, p. 71).

Ao analisar a situação da primeira geração de trabalhadores/as no Brasil, Stein (1979) chamou atenção para as condições desfavoráveis que algumas indústrias lhes ofereciam, principalmente em relação à ineficiência dos salários. Ao observar o perfil desses/as trabalhadores/as, no livro de férias da Companhia ⁴¹, através das fichas funcionais da década de 1920, verifica-se que 80% dos operários, incluindo homens, mulheres e crianças, eram analfabetos.

A CAFT mantinha, como muitas fábricas do Brasil no Nordeste, vários trabalhadores oriundos das regiões rurais, sem qualificação nem instruções educacionais. Coube às fábricas a disponibilização do acesso à moradia, à educação, à saúde, entre outros. Longe de ser benevolência, esses serviços demandavam, sobretudo, da necessidade do próprio capital, que precisava de uma grande quantidade de mão de obra trabalhadora e minimamente qualificada disponível e, como a maioria vinha das camadas menos favorecidas, para se adaptar a um sistema de trabalho industrial, teriam que se adequar a uma realidade completamente diferente do campo.

⁴¹ Livro de férias da CAFT do ano de 1920. No documento de registro, contém apenas fichas funcionais dos operários/as. Nessas fichas, estão presentes itens como fotografia, registro de nascimento, filiação e função exercida na Companhia, sem menção a qualquer outro tipo de informação. Encontra-se reservado nos arquivos do escritório de administração da CAFT.

Nesse caso, como a CAFT localizava-se em uma área distante da capital, ficando inviável o deslocamento de seus operários para os estudos em cursos semiespecializados na capital, coube a ela prover não apenas trabalho, mas também uma política de assistência educacional de acordo com os seus interesses.

Vale salientar, ainda, que a escola da Companhia, ampliada em 1942, tinha a pretensão de destinar, sobretudo aos filhos dos operários, o ensino voltado para o trabalho industrial. O educandário escolar de ensino especializado direcionava os filhos dos operários ao ingresso de diversas atividades nas fábricas, as quais demonstraremos mais adiante. Por essas circunstâncias, a educação ficava exclusivamente a cargo da Cia., que estabelecia e direcionava o seu projeto de ensino. A CAFT investiu fortemente na educação escolar dos filhos do operariado, e o novo estabelecimento era todo equipado, como descrito pelo *Nosso Jornal*: “Amplio jardim da infância com aparelhagem completa”; além dos “salões vastos e distintamente mobilhados para alunos de várias classes primárias; salão e pátios para a Educação física; escola de datilografia, sala de costuras, tipografia e várias outras dependências⁴²”.

Disponha de cinco salões de aulas, biblioteca e jardim infantil, composto por crianças entre 2 e 3 anos, pré-primário para crianças de 4 a 6 anos, e curso do Fundamental-comum (5º ano) para alunos/as de 7 a 14 anos. O complexo educacional da Companhia contava com a capacidade para abrigar até 940 alunos.⁴³

A escola fabril ofertava também cursos de nível semiespecializado aos alunos do 5º ano primário. O curso de datilografia era destinado para os dois sexos, mas estes eram mais ocupados pelo gênero masculino. Tal curso tinha o objetivo de direcionar os/as jovens operários/as, filhos/as de operários/as, para os trabalhos na tipografia fabril em diversas atividades, como a produção de materiais para atender a várias unidades fabris da CAFT, para a confecção de fichas, papéis, bem como a produção do meio de comunicação da Companhia, “*Nosso Jornal*”.

Para atender à demanda dos setores de produção fabril da Companhia, a escola organizou um curso para os meninos direcionados aos trabalhos na seção dos batedores e das cardas e um manual de corte e costura que era destinado apenas para o gênero feminino. O curso de corte e costura tinha, por finalidade, instruir meninas entre 12 e 15 anos que eram direcionadas aos trabalhos manuais na confecção de vestuários no setor de costura e lenços da fábrica. Todas essas atividades desempenhadas pelas jovens estudantes operárias faziam parte

⁴² *Nosso jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição, setembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú.

⁴³ *Nosso jornal*, Rio Largo, 1942, 5ª edição, setembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú

obrigatória do currículo escolar, já que havia o requisito de estarem matriculadas no Grupo escolar da Companhia.

Mesmo com todo esse aparato educacional, a educação escolar da CAFT não atingia um número significativo de alunos que concluía os estudos. Os relatórios dos dados educacionais, a exemplo do ano de 1945⁴⁴, demonstram uma grande evasão escolar em vista de um número total de 950 matrículas, no geral, no ensino primário; desses, no 1º ano, 640 alunos/as, e até o 5º ano esse número chegava apenas a 63 matriculados entre 28 meninos e 35 meninas. Manter as crianças na escola não era uma tarefa fácil, e como vimos o resultado acima, comprova-se que apenas um número pequeno dos/as filhos/as dos/as operários/as chegava a concluir os estudos no grupo escolar da Companhia.

Os/As filhos/as dos/as operários/as que não tinham condições econômicas, muitas vezes tinham que optar entre estudar e trabalhar e cursavam os estudos com muita dificuldade. Como visto anteriormente, a maioria nem chegavam a concluir os estudos. A não continuidade estava associada às condições precárias de vida, mas também à limitada instrução que era oferecida aos filhos dos operários pela Companhia. Muitos jovens tinham que trabalhar nas fábricas para ajudar na renda familiar, e o ensino, que era disponibilizado no horário noturno, ficava inviável pelo cansaço.

Embora os cursos na CAFT recebessem a nomenclatura de escolas de profissionais, eles não promoviam os jovens à mobilidade no trabalho nas fábricas, uma vez que direcionavam apenas aos trabalhos manuais de corte e costura, limitando-os apenas aos setores fabris que não exigiam atividades mais complexas, o que consistia como um trabalho não valorizado em termos de carreira e de remuneração modesta. O ensino da Companhia acabava apenas limitando a sua formação educacional aos estudos do ensino primário, quando os jovens conseguiam se formar.

1.3.6 Departamento de saúde

Os serviços de saúde prestados à classe operária da cidade de Rio Largo eram promovidos pelo departamento de Saúde da Companhia⁴⁵ realizados por médicos de diversas especialidades vindos da capital, que assistiam à população. No hospital, eram realizados vários tipos de consultas clínicas, como atendimento odontológico, consultas pré-natais e serviço de

⁴⁴ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1945, 8ª edição. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁴⁵ O Hospital foi fundado no ano de 1927, porém as suas instalações sofreram ampliações ao longo dos anos. Nos anos de 1940, já estava completamente equipado com uma estrutura de instituições hospitalares presentes nas capitais.

maternidade, além de diversos exames. O departamento tinha à disposição uma ambulância para o transporte de pessoas com necessidades de assistência mais urgentes, que eram encaminhadas para a capital. Além disso, fornecia alguns medicamentos através da sua farmácia de manipulação e com intervenções médico-hospitalares.

A ex-funcionária, Maria Benedita Padilha, que trabalhou no setor administrativo da fábrica na década de 1950, confirma que todos esses serviços eram fornecidos pela Companhia: “Tinha a farmácia que a companhia dava o remédio, levar a receita. A companhia dava remédio, dava médico, tinha médico de toda especialidade, tinha médico, tinha dentista, tinha tudo. Tinha de tudo. Tinha até maternidade.”⁴⁶ Porém, todos esses serviços eram descontados dos salários dos trabalhadores através de valor denominado de “taxa de higiene”, no valor de 6%, descontados na folha de pagamento dos salários. O atendimento estendia-se também aos familiares dos trabalhadores.

Nos atendimentos realizados pelo Departamento de Saúde da CAFT, verificado nas informações extraídas dos relatórios anuais de saúde, há realizações de diversas consultas, intervenções cirúrgicas e tratamentos preventivos contra várias doenças infecciosas realizadas em homens, mulheres e crianças, o que corresponde a um número bastante expressivo de atendimentos anualmente, com atenção especialmente às mulheres e crianças, o que veremos mais adiante.

Entre os diversos exames presentes nos relatórios, a tisiologia (tuberculose) era um dos principais exames requisitados aos operários. Doença ainda muito comum na época, que se propagava principalmente em lugares fechados, empoeirados e com grande aglomeração de pessoas, como no caso das fábricas; lugar que poderia favorecer uma alta contaminação, principalmente entre os/as operários/as que estavam em contato direto todos os dias nesses ambientes.

Os dados extraídos dos relatórios gerais de saúde da CAFT entre os anos de 1944 e 1947 revelam-nos, ainda que de forma quantitativa, que não fazem qualquer menção às condições médicas dos/as trabalhadores/as de forma detalhada, contendo apenas informações dos tipos de exames e tratamentos de saúde dos/as operários/as aos atendimentos prestados à classe trabalhadora.

⁴⁶ Maria das Dores, entrevista realizada em 04 de agosto de 2018.

Tabela 01- Relatório de Saúde anual da CAFT de 1944.⁴⁷

MOVIMENTO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE JANEIRO A NOVEMBRO – RELATÓRIO ANUAL DA CAFT DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 1944	
Serviços de Tisiologia	
Matrículas	(homens 39, mulheres 54 e crianças 17)
Consultas	(homens 207, mulheres 435 e crianças 43)
Injeções	(musculares 1.047, endovenosa 858, subcutâneo 20)
Pneumotórax	(Instalações 10, insuflações 119, Abandono 2)
Radiografia	(Tórax 141, estomago 5, osso 19, cabeça 7, escarro 94, fezes 64, Urina 20 Sague 13)

Entre os tratamentos explicitados nos relatórios médicos evidenciados estão a aplicação de vacinas contra a difteria, varíola, gonorreia e sífilis – doenças sexualmente transmissíveis, que poderiam estar ligadas à grande incidência de molestas que acometiam parte da população na vila operária de Rio Largo. Ao que parece, as doenças íntimas eram algo também de muita vigilância por parte do departamento médico, por serem de fácil transmissão, e acometiam especialmente mulheres, gestantes e crianças. Para Foucault (1988), na sociedade moderna, criou-se em um aparelho de instituições, o que ele denomina de uma “tecnologia do controle”, “legitimada e de vigilância”, que passa a administrar a vida em sociedade, porque, somente dessa forma, seria garantido o desenvolvimento de suas instituições, com uma população saudável e longínqua. Tudo isso diz respeito às questões de interesses econômicos que envolvem as ideias ligadas ao progresso, não apenas como uma nova ordem dos costumes e hábitos, mas que envolviam fenômenos sociais, como natalidade, mortalidade, formas alimentares, doenças e hábitos de higiene, que deveriam ser direcionados a uma biopolítica como forma de controlar os indivíduos e suas práticas.

Nessa conjuntura, o progresso econômico não acompanhou o crescimento populacional, o que impactou nos espaços ocupados pelos centros e bairros industriais, problemas sanitários que desencadeariam doenças e acabariam afetando grande parte dos trabalhadores/as (RAGO, 1985). A aglomeração de famílias vivendo em casebres e habitações em um espaço relativamente pequeno agravou os problemas de saneamento básico e de saúde com a proliferação de doenças que afetavam a vida dos/as trabalhadores/as e a das fábricas, que via como prejuízo trabalhadores doentes ou até mesmo vitimados pelas doenças.

Decca (1991), na obra *Industria, Trabalho e Cotidiano: Brasil, 1889-1930*, ao falar sobre a saúde dos/as trabalhadores/as nos anos de 1940, diz que os serviços de higiene eram precários e ainda havia altos índices de mortes causadas por tuberculose principalmente de

⁴⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 7ª edição. Dezembro de 1944.

crianças, o que ocorria pela falta de investimentos em saneamentos básicos, em uma alimentação deficiente, além de doenças infecciosas. Nos relatórios do departamento de saúde da CAFT, podemos verificar um alto índice de tratamentos contra a febre tifo, sendo uma doença muito comum na época.

Vale salientar que a infestação no local de trabalho poderia atingir não só os/as operários/as, mas também os próprios patrões e sua família, que residiam nos núcleos. O fato de as cidades-fábricas estarem afastadas das grandes cidades não as eximia dos riscos de proliferação de doenças entre a população proletária.

A preocupação com as epidemias levou muitos industriais, desde o início do século XX, a implantarem departamentos de saúde com médicos sanitaristas que se empenhariam no controle da saúde dos/as operários/as e de toda população que morava nos arredores das fábricas. É importante ressaltar que essas ações, articuladas a políticas governamentais, davam-se quando a propagação de doenças acabava afetando uma parcela significativa da população, principalmente em lugares de grande aglomeração de pessoas como as fábricas. Por isso, era preciso eliminar a incidência de doenças contagiosas, e tudo que fosse anti-higiênico deveria ser abolido. Se antes os serviços de saúde prestados à classe trabalhadora vinham das sociedades mutualistas, nas décadas de 1930 elas ficariam a cargo da previdência social através dos setores públicos governamentais (DECCA, 1991, p. 59).

Essas ações resultariam também em instruir novas formas de comportamento, cuja domesticação de novas regras, no cuidado com a saúde do corpo e com a limpeza dos espaços, contrapunha-se à imagem de uma classe proletária que era vista como “promíscua e incivilizada”. A necessidade de estabelecer novas formas de vida aos trabalhadores, principalmente àqueles que provinham de lugares periféricos da cidade, ou dos que migravam das regiões rurais, deveria ser superada pela imposição de novas regras de vida que a sociedade burguesa industrial pretendia fundar (RAGO, 1985).

A aplicação de novos valores morais, incutida pelos industriais, incluía não só a disciplina do trabalho, mas também práticas de higiene do corpo, que influenciariam na forma como homens e mulheres comportar-se-iam dentro do espaço público e no interior de suas habitações (RAGO, 1988).

De acordo com Rago (1985, p. 76), os sanitaristas, já na década de 1920, buscavam induzir, principalmente nas mulheres, o cuidado com o corpo, campanha de aleitamento, direcionando-as a tratamentos instruídos pela medicina, de modo a valorizar atenção que cada uma delas deveria ter com a sua saúde e com a de sua família. Essas práticas sobre a importância

de bons modos de comportamento deveriam ser seguidas por todas as mulheres e de suas famílias como um todo na sociedade moderna.

Os dados dos relatórios médicos da CAFT dos anos de 1940 reforçam quantitativamente que as mulheres operárias eram as mais atingidas em vista dos seus dados apresentados. Em um total de 110 atendimentos, o resultado apontou um percentual de que, desses, 83 mulheres estavam acometidas pela doença, contra 9 dos homens infectados. No entanto, isso não corresponde a uma totalidade dos fatos, apenas como demonstração de que, apesar de um número pequeno desse índice, as mulheres estavam mais vulneráveis.

Tabela 02 - Relatório de Saúde anual da CAFT de 1946.⁴⁸

MOVIMENTO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA CAFT DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 1944
Exame de secreções para diplococos de Niesser
Resultado por gênero
Homens – positivos: 9; negativos: 2
Mulheres – positivos: 83; negativos: 27

De acordo com os dados, as mulheres eram as mais atingidas, com um número maior de casos de doenças do que dos homens, o que nos leva a entender que se exigia delas uma maior responsabilidade nos cuidados com a saúde, quando, na verdade, eram os homens os maiores transmissores das doenças sexualmente transmissíveis. Os relatórios não deixem claro se esses exames eram solicitados na pré-admissão, tampouco quais condições de avaliação médica e em que circunstâncias eram aplicadas aos operários.

Os Dados do censo de Alagoas da década de 1930⁴⁹ apontavam, em primeiro lugar, a tuberculose, e a sífilis como terceira, com um alto índice de pessoas contaminadas em relação às outras molestas e até de mortes na capital alagoana. Nos anos posteriores, esse número sofre uma queda bastante significativa, mas ainda é presente o grande número de pessoas afetadas por essas duas enfermidades.

Entre outros procedimentos médicos divulgados pela CAFT, tem-se a correspondência de um número bastante expressivo no atendimento e em consultas dirigidas às mulheres operárias. Havia uma atenção significativa por parte da Companhia em relação à saúde das mulheres operárias e de seus filhos. Os dados estatísticos dos relatórios do departamento de

⁴⁸ Dados extraídos dos relatórios publicados no *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 9ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

⁴⁹ Sinopse Estatística do Estado de Alagoas. Disponível em: memoria.org.br.

saúde da CAFT permitem-nos identificar casos de abortos e mortalidade infantil ocorridas na vila operária de Rio Largo.

Entre outros procedimentos médicos divulgados pela CAFT, tem-se a correspondência de um número bastante expressivo no atendimento e em consultas dirigidas às mulheres operárias.

Tabela 03 - Relatório de Saúde anual da CAFT de 1944.⁵⁰

MOVIMENTO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA CAFT DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 1944	
Serviço pré-natal e ginecológico	
Consultas	1.525
Matrículas	357
Injeções intramusculares	1.500
Endovenosas	1.551
Injeções em domicílio	527
Curativos ginecológicos	4.099
Curativos ginecológicos em domicílio	2.149
Partos normais a termo	269
Prematuros	22
Prematuros com intervenções	12
Abortos	17
Aborto com intervenções	11

Segundo Moura (1982), desde os finais do XIX e início do XX, as condições precárias de insalubridade nas quais se encontravam as mulheres trabalhadoras à margem dos cortiços e dos riscos de doenças, com alta mortalidade de crianças recém-nascidas e com menos de 1 ano de vida na cidade de São Paulo, decorriam das condições de miserabilidade enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras não só nos seus domicílios, mas também no trabalho, com as longas horas de trabalho. As críticas advindas de autoridades da saúde higienista identificaram que esses fatores acarretavam riscos à gravidez feminina e aos seus filhos, pela ausência de amamentação e cuidados dos filhos. Por isso, algumas medidas, como a criação de berçários nas fábricas, eram fundamentais para suprir o aleitamento materno para crianças, além de uma regulamentação de leis relativas ao trabalho feminino no que se refere à gravidez e à amamentação.

Na CAFT, havia uma inspeção rigorosa de autoridades higienistas que visitavam os berçários e a creche infantil. As visitas eram constantes e os cuidados com as crianças eram imprescindíveis para a Companhia, cujo “Hospital, a creche representam um grande esforço e

⁵⁰ Dados extraídos dos relatórios de saúde da CAFT publicados no *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1944, 7ª edição. Acervo particular da família Japiassú.

amparo para os que sofrem e necessitam de cuidados médicos. O Dr. Mariano Teixeira mostra sempre a creche e os garotinhos, limpos e barulhentos, recebem sempre alegremente visitas”.⁵¹

Podemos supor que a demanda das mulheres, por consultas médicas, era relativamente maior do que a dos homens, se considerarmos a grande quantidade de realização de consultas relativas a pré-natais, exames ginecológicos, realização de partos, entre outros tratamentos constados nos relatórios pelos médicos da Companhia.

Essa demanda está relacionada às políticas nacionais de saúde voltadas para a saúde feminina, devido aos novos tratamentos da medicina moderna, a qual, baseada em políticas voltadas para os discursos de normatização de novos hábitos de saúde e higiene, exercerá grande influência na organização da saúde familiar, principalmente com foco nas mulheres, cujos médicos sanitaristas seriam os personagens centrais.

1.3.7 Arte e cultura

Almejando a higienização dos espaços em torno do complexo operário de Rio Largo, o *modus operandi* social de tais unidades recreativas denotavam, estrategicamente, de certo modo, forjar uma ideia de solidariedade, sociabilidade e de cooperação, cujo convívio da classe operária e seus momentos de diversão tornassem-se homogêneos, como um modo único de vida e com destinos comuns, objetivando eliminar as diferenças e contribuindo para a “disciplinarização” do espaço social da Vila operária como um todo.

Com o objetivo de consumir o tempo livre do operariado de forma útil (THOMPSON, 1998), o complexo industrial agenciava uma série de grupos artísticos e desportivos que faziam parte de uma estrutura voltada à formação intelectual e moral, a qual era atrelada às atividades de lazer, nas quais eram inseridos, de forma efetiva, os/as operários/as e seus/suas filhos/as. Dentro dessa estrutura, havia a criação de um grupo dramático teatral, times de futebol, as ligas desportivas de ginástica e natação e as bandas de música.

Como uma preocupação de ordem econômica, os investimentos na área de educação e lazer, realizados pela Companhia alagoana, tornar-se-iam prioridades.

Proporcionar melhores dias e horas de divertimentos aos operários tem compelido para alguns trabalhadores, nas suas horas de folga, serem impelidos a caminhos errados. Sim, porque não só de pão vive o homem. Há, portanto, necessidades de divertimentos, dedicando suas horas disponíveis à recreação, evitando, desse modo, que, nas suas horas livres, os operários sejam absorvidos pelos cantos da sereia.⁵²

⁵¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 5ª edição, 15 de setembro de 1942. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁵² *Nosso Jornal*, Rio Largo, 6ª edição. Dezembro de 1945. Acervo particular da família Japiassú.

O receio de que as ruas pudessem levar o operariado aos vícios, criando hábitos considerados perigosos, como jogos e cigarros, poderia colocar em risco a moralidade da instituição fabril. Assim, as unidades de lazer, como instrumento regulador de novos comportamentos e valores morais, buscava desviar os trabalhadores e seus filhos dos vícios e das ruas, consideradas como lugar de vadiagem e imoralidade.

Um dever elementar de higiene social impõe aos poderes públicos defender a juventude do veneno mais danoso dos tóxicos, que destrói a saúde física do povo – o jôgo. Urge uma medida de grande alcance moral e social. [...] jogam-se por todas as partes: nas calçadas, nos bilhares e até nas escolas, os professores têm apreendido bozós, encontrado no bolso dos alunos. A mocidade corrompe-se. Em promiscuidade com mulheres e homens, sem consciência, vêem-se crianças de doze e dezesseis anos, cada um com o seu cigarro, na boca, e muitas vezes, quase embriagadas. Cabe-nos, a nós chefes de família, clamar contra esse desregramento, essa dissipação de costumes da juventude de Rio Largo. É preciso que a polícia seja mais vigilante, aos sábados e domingos, principalmente nas ruas “duvidosas” (Bica por exemplo)⁵³

A elite industrial, segundo Decca (1987, p. 49-50), buscou, de várias formas, controlar o operariado, não apenas exercendo seu domínio nas relações de trabalho, mas também sobre o seu cotidiano fora do complexo de produção a atender às novas necessidades do capitalismo moderno. Além disso, tais unidades de cultura e de lazer também se tornariam espaços estratégicos de adequação do operariado às necessidades da sociedade industrial a partir de novas formas de cooperação “fábrica-operariado”, que, junto às unidades culturais-artísticas, exerceriam um poder de controlar, de forma racionalizada, a vida do operário em todos os aspectos.

O Complexo industrial da CAFT, ao passo que se expandia, nos anos iniciais de 1940, tinha as ideias de programas voltadas às questões de investimentos relativos às unidades culturais e de lazer destinados ao operariado, as quais se tornavam, cada vez mais, uma política de educação no que diz respeito às questões de ordem moral, mas buscava também objetivar um aumento da capacidade física dos corpos dos trabalhadores para ficarem mais saudáveis, viris e disciplinados para a finalidade do trabalho. O próprio industrial Gustavo Paiva, em um de seus discursos, expõe o seu interesse em investir em seu complexo industrial:

Instruir-se o operariado e seus filhos, dão-lhes distrações (...) Significam tais dádivas a grande harmonia existente em nosso núcleo operário, entre patrões e operários, e a compreensão nítida dos seus dirigentes de que devem proporcionar bem-estar e alegria a seu operariado, para torná-los bons produtores e eficientes (FILHO, 2013, p. 172-173).

⁵³ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 7ª edição. Dezembro de 1945. Acervo particular da família Japiassú.

Compreende-se que o lazer mesclava-se ao trabalho. Então, as horas recreativas não se configuravam plenamente como momentos de ócio do operariado, mas momentos que estão imbricados dentro do sistema de trabalho das fábricas, cujos momentos de recreação são pensados e organizados de forma racionalizada, o que poderia, nesse caso, ser difícil distinguir, dentro de um sistema fabril, o que é trabalho e o que é lazer.

As unidades recreativas como setores de vigilância social, imbuídas numa política de amparo assistencialista à educação, ligadas aos momentos de lazer, ao serem operadas juntas, tornar-se-iam um *sistema integrado* e indissociável, sempre alternada pelo trabalho versus recreação. Dirigidos pela CAFT, as unidades recreativas definiam a dinâmica da rotina cotidiana na vila operária fora do ambiente de trabalho, cujas ações destinadas ao operariado e suas práticas pudessem ser dominadas em sua quase totalidade pela Companhia.

Essa relação ambígua entre a fábrica e os/as operários/as evidenciava que a fábrica, de certa forma, concedia um espaço para que os/as operários/as pudessem exercer um papel dependente para, de certa forma, inseri-los de forma efetiva nos eventos recreativos. Investia-se todo um “capital emocional” (THOMPSON, 1998, P. 59) nos momentos de lazer recreativo.

O fato de se criar um ambiente de “civildade e ordem social” e alcançar os momentos de lazer, mostra o quanto os aparatos recreativos eram fundamentais para a manutenção das relações entre o capital e trabalho na visão patronal da CAFT. O tempo livre do operariado passou também a ser um importante investimento em prol do capital na economia não apenas monetária, mas também moral, porque, “na sociedade capitalista moderna, todo o tempo deve ser consumido, negociado e utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente passe o tempo” (THOMPSON, p. 298). Mas como se dava esse processo?

Além do trabalho, em seu “tempo livre”, os/as operários/as da Companhia eram inseridos/as, de forma sutil, em atividades extra laborais de entretenimento a serem administradas pela direção da fábrica, que promovia atividades culturais que se desdobravam na rotina cotidiana da vila operária e na vida dos/as trabalhadores/as. Essa sutileza era citada pela Companhia como “horas recreativas”.

Mas, afinal, como eram os momentos de lazer do operariado? Como os homens e mulheres aproveitavam a vida fora das fábricas, mesmo que fossem promovidos, financiados e dedicados aos patrões? O que dispomos de fontes é muito pouco para que pudesse revelar mais detalhes dessa rotina, porém algumas fontes podem nos dar indícios de como era o cotidiano dos/as operários/as e suas relações com as unidades de lazer na CAFT.

As várias festividades recreativas eram, em sua maioria, dedicadas ao “culto à personificação do patrão”, ou seja, com manifestações em homenagem e exaltação à figura do Industrial Gustavo Paiva, através de eventos cívicos com desfiles nas ruas, competições desportivas, apresentações artísticas musicais e teatrais, as quais eram realizadas pelos/as próprios/as funcionários/as e operários/as da CAFT. Não à toa, todos os grupos culturais artísticos e de esporte, formados na Companhia, tinham como símbolos datas ligadas ao patronato, a exemplo da “Nataória 15 de setembro e grupo Dramático 15 de setembro”, data natalícia do patrão.

As festividades eram sempre ensaiadas como uma “teatralização” de um grande evento oferecido a Gustavo Paiva com “funções inteiramente paternalistas” (THOMPSON, 1998). A postura dos desfiles cívicos, organizados em marcha pela rua central, feitas pelo operariado em sua homenagem, saudavam-no com cartazes com seu nome e músicas exclusivamente dedicadas. Esses eventos desdobravam-se ao longo da semana para comemorar o dia do aniversário do patrão.

No ano de 1938, a CAFT resolve criar a Associação Desportiva Alagoana (A.D.A). Nela, havia dois times de futebol: a Progresso Futebol Clube e o Alagoano Futebol Clube, formados apenas por operários do sexo masculino das duas fábricas, distribuídos em várias modalidades esportivas, entre elas o infantil, juvenil e adultos. O modelo dos times de futebol em nada deixava a desejar em relação aos times profissionais. Além disso, eram realizados campeonatos locais com os principais times de Alagoas, a exemplo do CSA, em torneios no campo de futebol que se localizava às margens do Rio Mundaú. No ano de 1942, o NJ noticiava uma partida entre CSA e ADA:

Dia de gala para o futebol Rio Larguense. O cortejo desta tarde irá proporcionar ao nosso público entusiástico uma sensação das mais fortes-tal e se apresenta (...) A.D.A, que conseguiu reunir ótimos elementos de clubes locais, para, num admirável esforço de coesão, fazer ressaltar o valor esportivo do nosso núcleo industrial.⁵⁴

Sendo uma das principais atrações de recreação do operariado, os eventos futebolísticos organizavam-se em ligas promovidas na cidade de Rio Largo com premiações e aconteciam geralmente aos domingos, dias santos e feriados. Assim, em uma citação no NJ, o comentarista esportivo Hilton Ramalho relembra como eram as partidas de futebol: “aquelas tardes de domingueiras, risonhas e cheias de vibrações partidárias, especialmente para aqueles que amam com fervor (...) em que passávamos as tardes”⁵⁵

⁵⁴ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 4ª edição, dezembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú.

⁵⁵ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 8ª edição, dezembro de 1946. Acervo particular da família Japiassú.

Outra modalidade esportiva de similar objetivo foi o Volleyball. De acordo com Filho (2013), o industrial Gustavo Paiva tratou de disseminar modalidades entre as mulheres operárias e suas filhas, evidenciando esportes que eram praticados apenas em lugares de elite, como clubes. O time era formado somente de jovens estudantes do grupo escolar “Gustavo Paiva”. Não se tem informações sobre esse esporte, tampouco há documentos registrados que nos forneçam informações a respeito da organização e do funcionamento do grupo esportivo e das relações das participantes com essa atividade na CAFT.

Havia também grupos de Natação para os dois gêneros, que incluíam adulto e o infante-juvenil. Sempre como destaque nas comemorações festivas na vila operária, quando eram realizadas competições de natação na piscina da Companhia Alagoana, que se dividiam em provas de nados de 100 metros e provas de salto aquático.

No ano de 1943, como relatado por Filho (2013, p. 74), houve uma programação de natação voltada apenas para a modalidade feminina: entre as entidades profissionais estava a Escola Profissional de Federação Alagoana Pelo Progresso Feminino e da Associação Desportiva de Cachoeira pertencente à CAFT. Além disso, existia um grupo de ginástica artística composta por meninas. Aos meninos, eram destinadas atividades como o jiu-jitsu, o karatê e até esgrima.

Os filhos do operariado eram inseridos efetivamente em atividades educacionais e esportivas, pois, como futura geração de trabalhadores da Companhia, a educação disciplinar deveria começar já na infância. Por isso, não é difícil compreender que as ações educativas na CAFT fossem voltadas principalmente às crianças e aos mais jovens.

As unidades de lazer, de certa forma, não significariam momentos de ociosidade para o trabalhador, pois, se todos os estabelecimentos de recreação estavam vinculados a um objetivo fim, que era capacitar o operário para o trabalho, elas faziam parte das funções complementares de uma “economia moral” do capital industrial.

Nesse sentido, a CAFT promovia e patrocinava toda a estrutura de tecnologias que fossem possíveis para o desenvolvimento desses equipamentos de lazer. Como uma verdadeira “indústria do entretenimento” (THOMPSON, 1998, p. 302) tais investimentos seriam configurados também como negócio rentável, não apenas em relação a lucros monetários, mas sim como uma economia de rendimento físico e intelectual da força de sua mão de obra trabalhadora:

As ciências físicas, produtos de energias novas e de forças, fornecem possibilidades de rendimento mais considerável que demonstrado por um organismo débil, frágil e fatigável. É oportuno salientar que o grande industrial, cérebro e alma das fábricas de

Cachoeira e Rio Largo, compreendeu logo a alta finalidade da missão da educação física nos seus estabelecimentos fabris. Possibilitou assim aos seus operários os meios de se divertirem ao mesmo tempo em que se robustecem.⁵⁶

Em meio às crescentes iniciativas de grupos teatrais de amadores no país, na década de 1940, voltados ao divertimento popular em detrimento do teatro profissional, a CAFT inaugura, em 1942, o Cine teatro *Guarani*, que chegava a abrigar 800 pessoas. No cine teatro, existiu um grupo teatral amador organizado pelos próprios operários da Companhia, denominado de “Grupo Dramático 15 de setembro”, o qual era composto por homens e mulheres, entre eles operários/as, funcionários/as, músicos/as e professores/as do corpo docente escolar que trabalhavam na CAFT e formavam o grupo fixo de atores/atrizes que se dedicavam à organização, criação, elaboração e apresentação de peças teatrais e de concertos musicais. Não se sabe ao certo a data precisa da fundação do grupo dramático, pois não há nenhum registro de fontes documentais ou orais que possam informar sobre a origem e constituição do corpo de atores. Porém, utilizando como base a inauguração do cine teatro, provavelmente o grupo teatral tenha se constituído também no mesmo período.

As peças apresentadas pelos/as operários/as eram adaptações de grandes temporadas nacionais de clássicos da dramaturgia brasileira na década de 1940, que eram febre no país, com destaque pelo *Nosso Jornal* para *A cigana me enganou*, de Paulo de Magalhães; *O bandeirante*, *Esfinge*, de Silvino Lopes; *Pertinho do céu*, de José Wanderley e Mario Lago; *Mulheres modernas*, de Lourival Coutinho e *Chuvas de Verão*, de Luiz Iglezias. Havia também peças teatrais e recitais musicais de autoria do próprio grupo dramático operário, entre elas uma peça denominada *Independência Feminina* em cartaz no cine teatro e divulgada no periódico *Nosso Jornal*, em dezembro do ano de 1947.⁵⁷

O teatro tornou-se um dos principais pontos de diversão na Vila Operária e era nos pequenos momentos recreativos que o operariado permitia-se compartilhar essas relações de sociabilidade nos períodos fora do expediente de trabalho. Podemos verificar um depoimento extraído do *Nosso Jornal* sobre um recital e peça dramática:

Esta recita (drama como ainda se chama por cá) mereceu especial atenção de todos os presentes. Foi a Sentimental peça dramática – “Sêde de Ouro”. Na qualidade de espectador (desta vez em cadeira) tive o ensejo de assistir à representação (drama como chamava meus vizinhos de assento) do começo ao fim [...] A casa estava toda passada. O teatro estava daquele Jeito, lotado. [...] Finalmente, às 20 horas, ouvia-se a terceira chamada. Aproxima-se a hora “H”. [...] Como é natural, alvorçou-se a assistência. Um dizia eu quero ver seu fulano, outro dizia eu quero ver cicrano, enfim

⁵⁶ *Nosso jornal*, Rio Largo, 4ª edição, 15 de setembro de 1942. Acervo particular da família Japiassú.

⁵⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1947, 10ª edição, dezembro de 1947. Acervo particular da família Japiassú.

vários palpites. Ouve-se um apito, abrem-se as cortinas. Cena bem disposta, boa iluminação, amadores em cena. [...] começou espetáculo. Muito silêncio, muita ordem.⁵⁸

Tomados/as pelo imaginário do cinema, os/as operários/as identificavam-se com as comédias populares como podemos ver em uma das peças adaptadas da comédia nacional pelo corpo dramático, quando o salão do teatro ficou cheio, no ano de 1945, registrado no NJ, para prestigiar o “Berlim da Batucada”, cuja história gira em torno de personagens de figuras como o malandro, a figura do bêbado, do trabalhador que enfrenta o patrão, além das trilhas sonoras de sambas populares, que traziam muita sátira e bastante humor. O gênero cômico do teatro de revista fazia sucesso entre o operariado da CAFT.

Embora houvesse uma certa abertura para peças como a citada anteriormente, a qual era alvo de críticas por conta da estética artística de modo geral, existia uma tentativa, por parte dos dirigentes da CAFT, para que se mantivessem peças de cunho educativo e moralizador. Vejamos no NJ:

“(...) o teatro não era só um meio de distração para seu operariado, mas também um curso complementar na sua própria educação. Por isto, procurava incentivar a nós, componentes do referido grupo (...) instruir nosso operariado. (...) a nossa escola de teatro. Que é uma escola sadia, de rejuvenescimento espiritual, e também um meio de amadurecer a nossa educação do qual todos nós precisamos. (...) um exemplo de incentivo à arte; moralidade e justiça”.⁵⁹

Os filmes de estreia nacional eram exibidos em alguns dias durante a semana, e em todos os finais de semana, e se transformavam em verdadeira atração de sucesso garantido entre o operariado. A comprovação do fato é que a bilheteria⁶⁰ chegava a render metade das receitas, o que significa dizer que os operários iam frequentemente ao cine teatro.

Além de ser um lugar de recreação, o cine teatro fazia parte também de um projeto disciplinar de educação da Companhia voltado às atividades de educação escolar para os/as filhos/as dos/as operários/as. Ele ocorria através de programas artístico-musicais infantis desenvolvidos pelos/as próprios/as alunos/as do grupo escolar, instruídos por intermédio dos/as professores/as para apresentarem pequenas peças musicais e teatrais de clássicos infantis expostos no NJ, a exemplo da *Branca de Neve e os sete anões*, temáticas do folclore brasileiro como *Saci-pererê*, a *História da Independência do Brasil*, entre outros além dos recitais musicais.

⁵⁸ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 9ª edição, dezembro de 1946. Acervo particular da família Japiassú.

⁵⁹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 9ª edição, dezembro de 1947. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁶⁰ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1947, 10ª edição, dezembro de 1947. Acervo particular da família Japiassú.

Geralmente eram apresentados em dias festivos ou no final do ano letivo, com cerimônias de entregas dos certificados aos/às discentes concluintes do grupo escolar, acompanhadas de abertura solene com discursos realizados pelos/as alunos/as. Após o cerimonial, eram realizadas apresentações de encenação de dramas do grupo musical orfeônico, acompanhado de orquestra e piano, números de ginástica artística rítmica e peças teatrais pelos alunos, bem como a finalização com entrega dos certificados e premiações aos alunos que tiveram um bom rendimento escolar.

As unidades de cultura e lazer da CAFT passavam a regular o ritmo da vida cotidiana de seus/suas operários/as e de seus/suas filhos/as além da fábrica, o que se caracterizava muito por um viés socioeducativo e disciplinar de instituir novos hábitos de vida regrados. Isso deveria ser seguido como padrão de comportamento e adotado por toda a população operária, fosse ela parte integrante de grupos artísticos, educacionais e esportivos, ou expectadoras das manifestações promovidas pela Companhia, nas quais deveriam participar em sua totalidade.

Podemos compreender que os/as operários/as faziam parte de vários grupos, fossem eles esportivos e/ou artísticos-culturais na CAFT, - e estiveram enquadrados em determinadas regras impostas pelas fábricas, tiveram papel importante nas relações socioculturais promovidas na Vila operária de Rio Largo. Como parte fundamental desse contexto, os/as/ operários/as acabavam por transmitir as suas próprias subjetividades ao desempenharem as produções e ao se apresentarem como protagonistas nas peças teatrais e nas apresentações musicais através do seu de interpretar, modo de falar, de andar, de cantar, de tocar, de se expressar nas mais variadas linguagens, transmitindo elementos de sua própria identidade, o que não escaparia da realidade impositiva às quais eram submetidos no contexto que estavam inseridos. Assim, desenvolviam uma cultura operária no cenário social e cultural da Vila operária de Rio Largo.

2 - A BANDA FEMININA DA CAFT

Como a pesquisa debruça-se, como foco central, na participação feminina no contexto fabril, podemos afirmar que a Banda Feminina foi o principal símbolo representativo da instituição fabril-CAFT:

Quem chegar naquela grande cidade industrial de Alagoas e tiver a oportunidade de falar sobre a Banda de Música da fábrica, por certo ouvirá de todos esta observação: – A banda de música das moças era a “menina dos olhos” do comendador Gustavo Paiva. De fato. A ideia foi do grande industrial e, em todo o país, podemos dizer que ele foi o pioneiro nas organizações de tão interessante e original orquestra para moças.⁶¹

Trata-se de uma banda de música que se extinguiu há mais de 60 anos e praticamente quase a totalidade de suas integrantes não se encontram mais vivas; apenas Maria Benedita Padilha, uma das poucas e últimas remanescentes, que integrou a banda, em meados dos anos de 1950, traz-nos um importante relato sobre o período que vivenciou enquanto participante do grupo musical. Apesar da idade avançada, revelou alguns detalhes fundamentais para a compreensão do processo de constituição do grupo musical e parte das suas experiências e de suas companheiras. Além do depoimento de Benedita, utilizo alguns trechos dos artigos publicados no *Nosso Jornal* da década de 1940, no qual as jovens operárias, que eram também as principais redatoras do NJ, deixaram registrados depoimentos de parte das suas histórias no grupo musical e suas experiências, além do significado de integrarem a banda de música da CAFT.

A Banda Feminina surgiu, segundo o próprio Gustavo Paiva, em sucinta entrevista concedida ao periódico carioca *O Jornal*, no ano de 1940 – quando, na ocasião, noticiava e cobria uma apresentação da banda de música feminina da CAFT, em sua primeira excursão à cidade do Rio de Janeiro. Em seu relato, ele revela que a ideia de formar uma banda musical apenas formada por meninas – até então quase inexistente aos moldes na época no Brasil –, foi por ter apreciado, no início da década de 1930, uma apresentação de um curioso pequeno conjunto musical feminino de jazz composto de 22 integrantes musicistas, que pertencia à indústria Companhia Almiro Fernandes & Cia, localizada em Salvador, no estado da Bahia.⁶²

⁶¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 5ª edição, 10 de novembro de 1943. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁶² *O jornal*, Rio de Janeiro, 06511 edição, fl7, 30 de agosto de 1940. Acervo disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Cogitando importar a ideia para seu complexo fabril, firma o projeto e decide, pretensiosamente, pela criação de um grupo musical vinculado a fins educacionais de música, desenvolvido no grupo escolar de sua Companhia, exclusivamente constituído por meninas, filhas dos/as operários/as. Vale ressaltar que, nos anos de 1930, havia grande incentivo do ensino de música nas escolas brasileiras, bastante difundido pelo governo Vargas, que tinha o objetivo de implantar o método do Canto Orfeônico⁶³, cujo método também foi desenvolvido por meio de formações de corais, que deram base para a formação de um único coral composto por alunas da escola da Companhia Alagoana, fundada em 12 de março de 1937.

Gustavo Paiva propôs ao professor de música, o então maestro Aquino Japiassú – que orquestrava sob a sua batuta a já existente banda masculina da fábrica –, a delegação de selecionar e instruir as meninas com as primeiras lições musicais e os primeiros solfejos. O próprio Gustavo Paiva relatou, em um depoimento dado ao já citado jornal carioca, que, na mesma visita ao Rio de Janeiro, em sua primeira apresentação na capital brasileira na época, que: “aos poucos fomos vendo quanto as meninas que apresentavam maiores tendências artísticas. No fim de pouco tempo a “jazz” realizava a primeira audição...”⁶⁴

Fundada em 3 de dezembro de 1936 e denominada de *Jazz- Japy*⁶⁵ *escolar*, constituído, como dito anteriormente, apenas por meninas – filhas de operários/as que trabalhavam nas fábricas, com idades entre doze e dezoito anos, o grupo musical possuía, inicialmente, apenas treze componentes.

Como parte inicial de um projeto político de educação, o modelo de banda, que havia se constituído para práticas de ensino musical escolar, passa, aos poucos, a ter uma dimensão maior e se configura ao nível de uma banda de música filarmônica. A primeira formação como banda de música filarmônica apenas se constituiu, de forma definitiva, quatro anos após a sua fundação, precisamente em março de 1940. O pequeno grupo musical que desde a sua fundação possuía 13 integrantes, é ampliada para um número de 36 integrantes, anos depois esse número foi expandido. Distribuídas em diversos instrumentos musicais, conforme as diretrizes pedagógicas do Maestro Japiassu, a banda passou a agregar o coral orfeão composto por sete meninas, que acompanhava a banda feminina em apresentações de recitais.

⁶³ O Canto orfeônico foi implantado no Brasil na década de 30 como uma forma nacionalista de difundir canções educação musical em massa envolvendo professores de pedagogia em todo o Brasil.

⁶⁴ *O jornal*, Rio de Janeiro, 06511 edição, 30 de agosto de 1940. Acervo disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁶⁵ Nome do grupo musical é em referência ao sobrenome do maestro Japiassú. Porém o mesmo assinava como Japyassu e não como Japiassú como consta em sua certidão de nascimento.

Figura 02 - Primeira formação da Banda feminina de 1936



Fonte: Advany Japiassú.⁶⁶

A arquivista da Banda Feminina Aliete Rodrigues, em seu depoimento para o NJ, na edição de 1943, relatou como se deu a primeira audição da *Jazz-band Japy* no pátio escolar da Companhia: “uma brilhante estreia, um verdadeiro sucesso. Os salões do Grupo escolar estavam completamente cheios, enquanto uns dançavam animadamente, outros entretinham-se admiradíssimos para as pequenas musicistas.”⁶⁷

Por falta de documentos ou referências bibliográficas que apontem a existência de bandas de música feminina no Brasil antes da década de 1940 e de formação operária, é presumido afirmar que a Banda Feminina da CAFT tenha sido a primeira Banda de Música do país composta exclusivamente por operárias, como constam os registros de depoimentos encontrados em diversos jornais de imprensa pelo país que atestam que aquela configuração artística musical no Brasil era uma formação inédita no que se refere a Bandas de música filarmônica feminina na década de 1930-40. Vejamos uma matéria do Diário de Notícias da Baía publicada no NJ no ano de 1941:

Tivemos a oportunidade de assistir a banda feminina composta de filhas de operários da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos de Alagoas. Espetáculo empolgante [...] E não difere a nossa impressão da que tivemos do conjunto orfeônico, único, talvez o mais homogêneo do Brasil.⁶⁸

A Banda Feminina era constantemente apresentada nos meios de comunicação da CAFT como um símbolo de propaganda à representação das indústrias da Companhia. Não apenas como uma novidade ou como um feito extraordinário atribuído ao Industrial Gustavo Paiva e à maestria de Aquino Japiassú, cujos discursos incidiam sobre as jovens musicistas,

⁶⁶ Arquivo pessoal de Advany Japiassú.

⁶⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1943, dezembro, 1943. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁶⁸ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, dezembro, 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

sempre ligados a uma imagem positiva em relação às suas aptidões musicais, mas também como sendo sinônimo de disciplinadas e obedientes.

Operárias e filhas de operários-constituindo um grupo homogêneo e disciplinado que despertou em nosso meio social, justos e calorosos elogios [...] repertório interessante (de fato deveria interessar os nossos orfeonistas) afinação absoluta, homogeneidade e cega obediência ao regente a quem devemos todas as harmonizações, do mesmo modo que instrumentações de banda. [...] deixaram, as moças da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, uma duradoura impressão de ordem e disciplina, que vem assinalar com uma das mais expressivas credenciais.⁶⁹

A Banda Feminina frequentemente se apresentava em instituições da alta sociedade ligadas ao círculo social que o industrial Gustavo Paiva mantinha. Em instituições de interesses políticos, comerciais ou quando prestava serviços de caridade beneficente a entidades religiosas, a banda feminina tornava-se uma espécie de cortesia ao se apresentar a personalidades políticas. Como relata Alice Correia, uma das integrantes do grupo musical, em uma ocasião solene realizada na Bahia no ano de 1941:

Na tarde de 26 de novembro fomos avisadas de que, no dia seguinte, íamos tocar no desembarque do interventor. [...] às 7 da manhã do dia determinado, lá estávamos, dispostas a prestar àquele homem de estado as continências merecidas. Muita gente, um batalhão formado, três bandas de música, inclusive a nossa, aguardavam o seu desembarque.⁷⁰

Mas por que que Gustavo Paiva investiu fortemente e apostou numa Banda feminina como símbolo representante de seu complexo industrial? O fato é que não há resposta concreta sobre sua intenção nesse projeto, mas se pensarmos por razões óbvias, Gustavo Paiva não necessariamente precisaria constituir-se de uma Banda feminina apenas para almejar status, pois já o possuía. Porém, de certa forma, podemos pensar que manter um grupo artístico feminino original e de excelência em seu complexo industrial certamente acrescentava ao seu prestígio um feito inédito, ao possuir uma banda feminina em uma época que a presença feminina em banda de música era inexistente. Era uma época que coincidia com uma abertura para a educação formal feminina, e as mulheres ocupavam cada vez mais o mercado de trabalho, ingressava nas instituições artísticas e desportivas. Havia de fato uma política educacional nacional voltada às mulheres no governo Vargas na década de 1940 e isso certamente influenciou nos programas artísticos dentro da CAFT. A Banda feminina despertava não só o

⁶⁹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, dezembro, 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁷⁰ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, dezembro, 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

encanto pelo seu ineditismo, mas, ao mesmo tempo, agregava valor à imagem do industrial e das suas indústrias ligadas às concepções do progresso e da modernidade.

Associada ao progresso capitalista, a Banda de Música Feminina composta de jovens operárias tornava-se, cada vez mais, o destaque das indústrias da CAFT, afinal era “a menina dos olhos” da Companhia, como dizia o próprio industrial Gustavo Paiva, que se utilizava desse imaginário idealizado à representação do seu complexo industrial.

É a banda feminina, realmente, a menina dos meus olhos. É um fruto de minha orientação social e a demonstração de que a massa humana do operário alagoano é de boa fibra e inteligente – opta, portanto, vencer na vida!” (FILHO, 2013, p. 194).

Nesse sentido, a Banda de Música Feminina não era apenas uma mera instituição artística, mas também um projeto político de poder, que contribuía para que se constituísse manter uma imagem moralizadora sobre o modelo de subjetividade feminina a um padrão de comportamento que as musicistas operárias deveriam expressar sob um ponto de vista masculino e de suas pretensões.

Elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se esperam que sejam "femininas", isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa "feminilidade" muitas vezes não é mais uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutivas de seu ser (BOURDIEU, 2002, p. 22).

Nessa perspectiva, podemos supor que a Banda feminina imprimia uma autoimagem positiva do operariado e das fábricas da CAFT. Uma imagem de uma classe operária instruída, educada, dócil, aseada e disciplinada, opondo-se a uma classe operária ignorante, indisciplinada e sem cultura. Vejamos o discurso que enfatiza essa hipótese em uma das matérias da Gazeta de Alagoas, republicada no NJ em 1941:

Essas trinta e oito meninas num conjunto orfeônico, fala (sic) aos ouvidos do Brasil da confiança, da fraternidade, da harmonia, reina no interior de suas fábricas. Não é somente no Sul que os surtos industriais, reflexo das infiltrações europeias, vão num crescendo. Alagoas veio provar que a gente nortista, sentimental e contemplativa, realiza (sic) os mesmos milagres bem orientada e assistida. [...] A Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos, oferecendo aos seus auxiliares o conforto máximo e ao Estado grande cooperação em sua grandeza econômica, cuidando da educação artística do operariado, patrocinando-o de modo geral, e agora é ele (sic) que fala dos brasileiros [...] o coração de suas filhas, Contentes, sadias, sociáveis estas meninas [...] conclusão

de que nas fábricas Cachoeira e Progresso o operariado não trabalha para não morrer de fome, mas para corresponder a autoestima de seu chefe.⁷¹

A presença das mulheres nas bandas de música deu-se no contexto do século XX, quando a presença feminina nos espaços públicos veio em decorrência da abertura de novos mercados de trabalho, do direito ao voto feminino, da ampliação da educação formal às mulheres no pós-guerra. Se antes as mulheres estavam subjugadas a uma dominação patriarcal, com a restrição dos espaços públicos e a repressão que sofriam sobre seus corpos, com o advento da industrialização e as concepções do capitalismo moderno, elas se adequariam às novas formas disciplinares em relação ao seu comportamento e sobre a sua sexualidade.

Segundo Pinsk (2018, p. 608), em seu artigo *Mulheres dos Anos Dourados na obra História das Mulheres no Brasil*, apesar das transformações decorrentes com a emancipação feminina, a imposição moral sobre as mulheres ainda permanecia acentuada nos anos 50. O papel feminino ainda se consistia sob as relações do conservadorismo tradicional: o de constituir uma família, cuidar das funções domésticas e dos filhos, sendo esses requisitos ideais característicos da feminilidade.

Por isso, pensar a Banda de Música feminina da CAFT, no contexto da década de 1930 do XX, é compreender que as relações estabelecidas no grupo musical mantinham ainda, entre suas práticas de organização e de comportamento, uma relação patriarcal, cuja figura masculina – neste caso, do mantenedor, o industrial Gustavo Paiva, e do professor de música do grupo escolar e maestro, Aquino Costa Japiassú – era predominante sobre a banda feminina em vários aspectos, os quais veremos mais adiante.

Em se tratando de relação de dominação patriarcal, é importante recorrermos, inicialmente, ao que diz Saffioti (2011), em seu livro *Gênero Patriarcal e Violência*, quando discute algumas definições a respeito do conceito de patriarcalo. Assim, compreende-se que

O patriarcalo não diz respeito ao mundo público, ou, pelo menos, não tem nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, as diferenças entre o público e privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados (SAFFIOTI, 2011, p. 54).

⁷¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 4ª edição. Dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

Ou seja, apesar de as relações patriarcais estarem intimamente ligadas ao espaço privado e familiar, elas podem perpassar e atuar sobre determinadas instituições de âmbito social e cultural coletivo, porque estão intrinsicamente e inevitavelmente vinculadas à sociedade.

As relações patriarcais na Banda de Música da CAFT, através da gerência, fizeram-se presentes, em sua totalidade, na instituição musical, não somente no que diz respeito ao seu comando, mas desde a escolha das meninas para comporem a banda. Isso também ressoou na definição do repertório, no modelo da vestimenta e até nas questões que envolviam conduta da sexualidade – algo que abordaremos mais adiante, como modos de implantar maneiras de comportamento sobre o corpo feminino.

Limitadas sob vários pontos de vista, as jovens operárias musicistas estavam subjugadas a um sistema disciplinar que as normatizava em um padrão único como modelo de feminilidade a ser seguido. Toda vestimenta, como uniformes e até os adereços de cabeça, era definida e financiada pela CAFT; características de uma ordem social que se constituía sobre o gênero feminino na Banda de Música.

Figura 03 - Fotografia da Banda Feminina de 1950.



Fonte: fotografia extraída do livro Rio Largo Cidade Operária. Ao fundo, a sede musical da banda feminina⁷²

No ano de 1945, a Banda Feminina possuía a seguinte composição:

Edith Costa Japiassú, Magali Fonseca Melo, Ana Candido da Silva, Maria José Japiassú, Gisélia Corado Nascimento, Marinete Cinésio da Silva, Maria Ribeiro da Silva, Edith Soares da Silva, Hilda Ribeiro da Silva, Sebastiana Faustina da Silva (Mãezinha), Maria José de Lourdes Sátiro, Antonia Oliveira de Assis, Mariana Gomes de França, Alice Correia de Araújo, Gilberta Alves Batista, Iracema Cinesio da Silva, Luzia Vieira Barros, Marina Tavares Lima, Aliete Rodrigues da Silva, Eletice Azevedo de Araújo, Lusinete Vieira da Silva (Irmã de João Vieira, instrutor das bandas), Gracinete Candido da Silva, Hilda Lopes de Almeida, Genura Gomes Silveira, Maria José Crissóstomo (Zeli), Jacira Casado Nascimento, Gercina Espírito Santo, Maria de Lourdes Luz Araujo, Maria José de França, Maria da Graça Silva, Creuza Maria da

⁷² Fotografia da Banda feminina e do maestro japiassú em frente à sede musical no ano de 1945.

Conceição, Luzelina Delfino da Silva, Etelvina Azevedo de Araújo, Maria José da Silva, Regina Maciel Maria Nazaré Silva, Maria do Carmo Moraes, Gercina Brandão da Rocha, Ivete Carlos de Lima, Neuza Vieira de Barros, Cícera Maria Santos, Albanise Rodrigues Silva e Dinete Alves Pinto.

Havia a exigência de um modelo único, aplicado a todas as musicistas, a começar pelo uniforme – modelo normalista muito usado como padrão feminino entre os anos de 1940 e 1950. As saias com pregas abaixo do joelho azul marinho, blusas brancas de mangas compridas feitas de tecido leve com uma pequena gravata também em azul marinho e o detalhe do laço de fita branca na cabeça, meia calça e sapatos estilo boneca, que revelavam que as roupas seguiam um estilo que deveriam estar associados à aparência das meninas de acordo com a sua idade e com o seu gênero. As jovens musicistas imprimiam a imagem, entre vários aspectos, aplicado ao modelo de feminilidade em voga na época, orientadas a dar aquilo que se pedia: uma aparência e uma identidade a que foi socialmente designada.

Como bem coloca Moreira (2012, p. 14), em seu artigo *Música, Materialidade e relações de gênero: Categorias Transbordantes*, “A definição do sexo enquanto característica estritamente biológica, imutável dos corpos, sob os quais agem as construções culturais de gênero de forma a adaptar esses corpos à cultura.”. No caso das mulheres da Banda de Música, elas obedeciam a um segmento feminino que correspondesse a características ligadas ao seu gênero, forjado no contexto sociocultural no qual estavam inseridas.

Nesse aspecto, como bem colocado por Nascimento (2015, p. 2), em *Educação sexista: Uma reprodução da ideologia patriarcal*, a formação dos valores na cultura de gênero é construída e constituída em unidades às quais os sujeitos estão subjugados. Assim, ele diz que “Nesse sentido, utilizam-se dos determinados biológicos, tanto em seus aspectos físicos, psíquicos e comportamentais para justificar diferentes habilidades sociais, talentos, aptidões para impor um lugar de gênero na sociedade patriarcal capitalista.”. Tais relações derivam-se de um processo social pelo qual se vai definindo conceitos destinados aos homens e mulheres, e que estes, através de suas práticas impostas, correspondem como algo naturalizado de acordo com as características de cada sexo através de códigos culturais que definem as relações de gênero dentro do campo social e cultural.

Maria Benedita, uma das últimas musicistas remanescentes ainda viva, que ingressou na Banda de Música como trompetista quando ainda adolescente, nos anos de 1950, a convite do próprio maestro Japiassú (primo de sua mãe e seu padrinho), disse, em seu depoimento, que a Companhia financiava e comandava tudo: “Quem cedia era a fábrica, que dava a roupa. Não

sei quem escolhia o modelo. A gente recebia com tudo. A fábrica dava tudo. Mas isso não chegava a gente pedir, e dava igual, era tudo igual. Ele dizia nós vamos mudar o fardamento.”⁷³

A CAFT interferia não apenas na vestimenta, mas em um conjunto de fatores relacionados ao corpo. Entre várias regras, havia a exigência de que todas elas mantivessem os cabelos cortados alinhados à altura dos ombros. Benedita disse ainda em depoimento que: “tinha que ser curtinho. O maestro queria tudo igual. Acho que era isso! tudo curtinho! Quando a gente ia viajar é que era obrigado, tudo igual, tudinho cortadinho. Em relação à maquiagem, era permitido usar “qualquer pintura.”⁷⁴

As jovens operárias estavam condicionadas a uma série de regras estabelecidas pelo estatuto da instituição musical. Uma delas estaria na condição de que, caso constituíssem matrimônio, obrigatoriamente teriam que se exonerar do grupo musical para dedicar-se ao casamento. Dessa forma, percebe-se que toda essa restrição imposta pelas regras patriarcais exercidas sobre o grupo musical, neste caso às meninas, acaba legitimando, contribuindo e reforçando às mulheres a devoção ao casamento e à maternidade. Como bem coloca Pinsk (2018, p. 609), “ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos anos dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina.”.

Os flertes e namoros ocorriam bem longe das imediações da sede musical. A musicista Benedita foi bem enfática ao dizer que “Namorado não chegava na porta da banda.”. Disse que os namoros só poderiam acontecer distantes da instituição musical e dos “olhos” do maestro. Ainda disse que os namoros, mesmo que não fossem proibidos, deveriam manter a discrição para que eles não acabassem interferindo no comportamento das musicistas nem na organização da instituição musical. Maria Benedita também revelou que suas colegas tinham receios de arrumarem namorados, mas, apesar da privação, elas namoravam, inclusive até com os componentes da Banda masculina da Companhia:

Tinham meninas que namoravam com os meninos da Banda Masculina. Muitas delas até se casaram com eles. Não era proibido não! Mas ele era muito... (**nesse caso o maestro**) mas a gente temia! a Hilda Lopes, uma das integrantes, se casou com o filho do maestro(...)⁷⁵

Por regra, meninas e meninos não conviviam no mesmo espaço quando se reuniam para ensaiar ou para realizar tocatas. Não à toa, havia duas sedes musicais: uma para a Banda Masculina e outra para a Banda Feminina. Maria Benedita ainda relatou: “Os meninos da banda

⁷³ Maria Benedita Padilha. Entrevista realizada em 30 de Janeiro de 2020.

⁷⁴ Maria Benedita Padilha. Entrevista realizada em 30 de Janeiro de 2020.

⁷⁵ Maria Benedita Padilha. Entrevista realizada em 30 de Janeiro de 2020.

masculina não se encontravam com a gente, de jeito nenhum, se encontrava nada! Japiassú não deixava não!”. Disse também que “Não podia chegar homens, só se tivesse autorização. Sempre tinha muitas pessoas que queriam conhecer a banda. Com autorização dele, ia.”.⁷⁶

Segundo a antiga musicista, havia uma regra determinada pela instituição musical, cujas componentes deveriam ser “virgens” para permanecerem no grupo musical. Lembrou bem do caso relacionado a uma das integrantes que deixou de fazer parte da banda por supostamente suspeitarem da sua não virgindade: “foi descoberto por que ela não era mais moça”. E que a comprovação do suposto fato, fundado apenas em boatos, diz que “o povo falava...essa regra foi até o final da banda.”⁷⁷ Baseada em suposições e estereótipos, isso foi motivo suficiente para que resultasse na saída de sua colega do grupo musical.

Maria Benedita, ao ser questionada do fato ocorrido com sua colega no grupo musical, diz que concordava com esse procedimento, e que não gostava de “adiantamento”. Ainda em sua fala, reforça que “uma banda com quarenta e três moças, se fosse debandar, como era que ia ser, né? tinha que ser tudo na ‘regradinha’ certa.”.⁷⁸

Não podemos esquecer que, como qualquer indivíduo, Maria Benedita é uma construção do fruto do seu tempo, e que o fato de ela concordar com as regras às quais estava exposta leva-nos a compreender que, como diz Pierre Bourdieu, em *A dominação Masculina* (2002), os dominados acabam adotando pontos de vistas e pensamentos construído das relações de poder em que se veem inseridas e incorporadas como sendo natural a realidade que vivenciam.

De acordo com Rago (2018, p. 588-89), a exigência da virgindade pautada através de códigos de conduta sexual sobre as mulheres era bastante rígida ainda no século XX, o que demonstrava preocupações de ordem moral, principalmente às mulheres pobres operárias, em um momento cujo crescimento urbano e a abertura de postos de trabalho para elas se faziam cada vez mais presentes. Por isso, havia uma preocupação a respeito de questões que envolviam casamento, maternidade, virgindade e sexualidade, e as mais jovens, futuro da nação, seriam “alvos do moralismo dominante”, pois as mulheres, inclusive as que se enveredavam para o meio artístico, eram estigmatizadas à depravação moral e associadas até à prostituição.

Nesse caso, torna-se em tese no domínio e fortalecimento do poder sobre o gênero feminino, de regular o comportamento considerado desviante muito mais do que uma simples orientação, mas como um problema social. O interesse público, seja ele através do Estado ou

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

de instituições para regular a vida do outro – o seu sexo, a idade do seu casamento, adiando a atividade sexual precoce, vista como um “dos perigos físicos e morais, coletivos e individuais” pela sociedade – manterá como regra a “socialização da conduta” como “fator capital da sexualização” e que, portanto, constitui-se através de uma aparelhagem que dita as regras para poder administrá-lo (FOUCAULT, 1988, p. 107).

Assim como a Banda de Música como uma instituição que tinha regras de condutas moralistas, para Foucault (1988), tais regulamentos, sejam através de leis, estatutos ou códigos de condutas criados como dispositivos de vigilância, articulados através de instituições, mantêm um domínio pedagógico sobre o outro. No caso específico da sexualidade, há ferramentas de controle que servem como apoios de estratégias para um tipo de poder que se exerce sobre o corpo.

De acordo com Pinsk (2018), ao discutir sobre a condição feminina na sociedade ainda nos anos 50 do século XX, no artigo *Mulheres nos anos dourados*, no livro *História das Mulheres no Brasil*, os homens exerciam um grande poder de autoridade sobre as mulheres, e a moralidade imposta às mulheres, diferentemente dos homens, buscava reprimir a sexualidade delas em nome da preservação do casamento. A moral, ditada como regra do comportamento feminino, cobrava das mulheres mais jovens a virgindade como forma de controle sobre a sua sexualidade precoce, antes de consumir o matrimônio.

O receio de que as jovens operárias musicistas tivessem relações sexuais antes do casamento era algo condenável e contrariava os valores rígidos de uma sociedade patriarcal bastante calcada no conservadorismo, o qual abominava a prática sexual entre os jovens, principalmente em relação às meninas. Por isso, tal regra a que as jovens estavam subjugadas seria uma tentativa de controle para mantê-las castas até o casamento. Não à toa, as jovens que, porventura, tivessem o interesse em permanecer na Banda de Música, teriam que se manter solteiras. Caso alguma delas contraísse matrimônio, deveria deixar a banda obrigatoriamente, pois teria de se dedicar exclusivamente ao casamento como esposa, mãe e dona do lar, responsável na organização familiar.

Contrariando, muitas vezes, o destino das mulheres à predestinação ao casamento, havia musicistas que não queriam deixar a banda, levando a não pensarem em se casar, como o relato de uma delas, no qual expunha, no *Nosso Jornal*, a desistência ao casório para poder manter-se na agremiação musical:

Angelita, a mocinha do bombo, vai casar-se (sic). Efetivamente, eu ia fazer a tal “tolice”. Falo deste modo porque sendo eu uma moça pobre, na flôr da vida, tenho gosado (sic) tanto que, às vezes, penso ser um sonho. Os meus pais não me podia (sic)

proporcionar tantas felicidades. Só a música, esta arte mágica, este dom do céu me impediu de abraçar a vida espinhosa, cheia de responsabilidades. Eu estava com a cabeça tão “virada” (...) Estava pronta para cazar-me, logo. Influência e nada mais. Resolução de quem não pensa. Pensando, depois, no que ia fazer, antevendo as consequências de um casamento, sem futuro, resolvi, de acordo com meus pais, dar um “fora” no pretendente.⁷⁹

Havia consciência de que a Banda de Música, dentro de suas limitações, ainda poderia ser um caminho melhor ao casamento, já que a exclusão do grupo musical significava uma vida dedicada às funções domésticas e até trabalhar fora do lar para ajudar na renda familiar. A permanência na Banda, mesmo com suas regras de conduta moral, ainda assim parecia ser uma opção bem mais vantajosa ao casamento.

Desse modo, a instituição musical sob o comando masculino buscava vigiar o comportamento das musicistas no que diz respeito às relações de conduta moral ligadas, portanto, a questões de sexualidade já abordadas. Ratificada apenas em estigma, este servia como impasse para a entrada e permanência ou a saída das jovens na instituição musical. A condição imposta colocava as mulheres entre duas escolhas: permanecerem na Banda de Música subjugadas às regras de códigos morais ou deixar a banda para dedicar-se exclusivamente ao casamento.

As mulheres, reduzidas como trocas pelo domínio do poder patriarcal – o que se pode considerar um contrato de solidariedade entre os homens –, devem servir a essa dominação que, na maioria das vezes, em forma de imposição, reservava-lhes apenas um direito de escolha; nesse caso, o de servir a Banda de Música sob a hierarquia masculina e aceitarem as suas regras, ou dedicar-se ao casamento, ao marido e à procriação. As duas opções colocam as mulheres, de qualquer forma, à subjugação do poder masculino:

Os homens produzem signos e os trocam ativamente, como parceiros-adversários unidos por uma relação essencial de igualdade na honra, condição mesma de uma troca que pode produzir a desigualdade na honra, isto é, a dominação. (...) é na lógica da economia de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção das relações de parentesco e do casamento, em que se determina as mulheres seu estatuto social de objeto de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens –, que reside nas taxinomias culturais.(...) as mulheres só podem ser vistas como objetos, ou melhor, como simbólicos cujo sentido se constitui fora delas cuja a função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens (BOURDIEU, 2002, p. 27-28-29).

O conceito de patriarcado de Patermam, em sua obra *o Contrato Sexual* (2008), é utilizado por Saffioti (2011) para apontar que as relações contratuais de ordem civil ou sexual

⁷⁹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1942, 15 de setembro de 1942. Acervo Disponibilizado pela família Japiassú.

entre homens e mulheres não se opõem à dominação masculina, porque estas se constituem sob o fundamento do patriarcado moderno, o que “integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal.” (p. 126), ou seja, a dominação masculina subjugada às mulheres na sociedade civil garante a legitimidade do direito patriarcal dos homens. (p. 131). Porém, o patriarcado não consiste em uma relação de dominação total do poder masculino sobre as mulheres. Pelo contrário, no patriarcado há dois sujeitos que atuam de forma conjunta. Não significa dizer que as mulheres não tenham nenhum poder dentro dessa relação. Porém, há o que Saffioti (2011, p. 118) coloca como desigualdade entre os gêneros. Nessa relação, o consentimento faz engendrar o poder patriarcal que se desdobra sobre as relações de gênero.

As Jovens musicistas foram educadas desde a idade tenra no grupo escolar da fábrica, e toda a sua formação educacional foi permeada sobre as concepções capitalistas, indubitavelmente forjada naquele contexto e reforçada através de valores e comportamentos ditados como regras as quais vimos anteriormente, que instruíam as jovens operárias musicistas a um modelo de identidade feminina guiada pela proposta da CAFT.

Com parte da educação feminina, as jovens musicistas eram direcionadas ao curso de corte e costura como parte integrante do projeto da educação voltada às prendas domésticas. Segundo Maria Benedita, no período em que estudou na escola da Companhia, não havia obrigatoriedade para realização do curso, e que não o fez pela falta de afinidade com as linhas e agulhas: “tinha aulas de corte e costura, eu mesmo nunca quis, eu não gostava de costurar. Mas algumas meninas que faziam parte da banda haviam feito o curso e trabalhavam nos setores de lenços da fábrica.”⁸⁰ Como atividade naturalizada ao feminino, as meninas já eram educadas para habilidades das prendas domésticas.

A exigência de uma disciplina rígida, no que diz respeito à educação feminina, pode ser vista através da imposição sobre as exigências da aprendizagem musical com os solfejos que faziam parte do cotidiano escolar das jovens musicistas. A formação educacional se estendia também às atividades físicas, que eram realizadas durante a semana no pátio do grupo escolar da Companhia. Recebiam a instrução de uma professora sob a supervisão moral de um agente militar. Maria Benedita revelou que não gostava muito das práticas dos exercícios, mas que tinha que fazê-los: “Gostava nada. Mas tinha que ir fazer os exercícios físicos. Gostava nada! era muito ruim, mais tinha que ir! Quando a gente fazia instrução, depois a gente tomava banho de piscina.”⁸¹

⁸⁰ Maria Benedita Padilha. Entrevista realizada em 30 de Janeiro de 2020.

⁸¹ Idem.

Antes de integrarem a banda feminina, as jovens tinham aulas de música na escola da CAFT como parte integrante do currículo, que exigia a aprendizagem musical realizada pelo professor e maestro Aquino Japiassú. O acesso ao grupo reservava apenas uma parcela restrita de estudantes do grupo escolar, onde aquelas que tivessem uma maior aptidão musical eram selecionadas e escolhidas para ingressar na Banda.

Ao relembrar como era o processo de seleção feito pelo maestro Aquino Japiassú, Maria Benedita diz: “A gente tinha aula de música, né? Começa com os solfejos. Quando ele via que dava pra a gente assumir alguma coisa, aí ele chamava. Quem conhecia era ele. Qual era o instrumento que a pessoa dava. Pelos solfejos... essas coisas todas ele sabia.”⁸² Além disso, contou que se dava preferência às meninas pertencentes a uma mesma família, nesse caso irmãs, para comporem a Banda de Música.

Todas as integrantes, quando concluíam os estudos do curso primário, eram amparadas com um emprego em um dos setores que compunha o complexo industrial da CAFT. Segundo a veterana Luzinete Vieira, em seu depoimento para *Nosso Jornal* no ano de 1945, quando entrou na Banda em abril de 1938, ainda estudava na escola da CAFT quando foi escolhida entre as meninas da turma para integrar o grupo musical:

Logo depois que foi fundada a Jazz-band feminina, o nosso nunca esquecido chefe Comendador Gustavo Paiva tratou de amparar com um emprego escolhido, todas as componentes da Jazz, principalmente aquelas que já haviam terminado o curso primário. Eu felizmente fui uma delas.⁸³

A Banda de Música tornava-se uma oportunidade para muitas meninas jovens que, diante da realidade de uma cidade do interior, sem recursos, de origem humilde e filhas de operários/as das fábricas, tinham seus destinos reservados para desfrutar daquilo que a Companhia poderia proporcioná-las, com um emprego bastante disputado pelas jovens, como expõe a musicista Edite Soares, ao revelar sua vontade de integrar a banda de música filarmônica: “Já via três ou quatro das minhas coleguinhas empregadas, (...) Assumi o cargo que me foi confiado. E já seis anos são decorridos. Tudo passou bem. Eu satisfeítíssima por ser uma humilde auxiliar de professora e também uma musicista.”⁸⁴

Todas as componentes eram alocadas em diversos setores da CAFT. Uma boa parte trabalhava na tipografia, redigindo matérias para o mensal *Nosso Jornal*, como Maria Benedita, que teve uma passagem pelo setor quando concluiu os estudos: “Trabalhei na tipografia. A

⁸² Idem.

⁸³ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, dezembro de 1946. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁸⁴ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1945, dezembro de 1945. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

função da gente era uma só, confeccionar o *Nosso Jornal*, era escrever ‘numas’ máquinas que tinham lá.” Além dessa atividade, a antiga musicista ainda trabalhou na creche da Companhia, “Trabalhei na creche. Era tomando conta das crianças. As mães operárias iam trabalhar, e a gente tomava conta das crianças. Eram divididos alguns berços para cada operária.”⁸⁵ Além dos já mencionados por Maria Benedita, algumas delas trabalhavam no setor de confecção de lenços e costura. Outras eram alocadas no escritório no grupo escolar, como assistentes de professores; no refeitório do restaurante, como serventes de bandeirão; ou auxiliares, no departamento de saúde, no setor da farmácia e da creche infantil.

Trabalhavam quatro horas diárias com remuneração de um salário correspondente à sua idade e com as atividades que exerciam, bem como ganhavam uma pequena gratificação por tocarem em diversos eventos com o grupo musical. Fazer parte da Banda de Feminina de Música, em parte, era garantia certa de conquistar um emprego que não fosse o trabalho pesado no setor de produção das fábricas, mesmo que os oferecidos a elas fossem modestos em relação às atividades privilegiadas na Companhia.

Segundo Maria Benedita, tais trabalhos oferecidos às componentes da banda eram vistos por elas como os “melhores empregos,” em comparação ao trabalho de outras jovens que não faziam parte do grupo musical e que trabalhavam setores da fiação e tecelagem. Quando Maria Benedita diz que “os melhores empregos eram os nossos”, a sua fala é relativa apenas para os trabalhos específicos reservados para as mais jovens musicistas na CAFT, porém tais trabalhos ainda eram mais modestos em relação a outros setores de status da Companhia.

Arend (2018), em seu artigo *Meninas, Trabalho, Escola e Lazer em Nova História das Mulheres*, discute que a alocação das jovens em serviços considerados mais “leves” corresponde a uma concepção bastante desenvolvida no início do século XX de que a mão de obra infanto-juvenil precisaria estar em consonância com sua idade, e que sua integridade física deveria ser preservada, pois os trabalhos considerados inadequados poderia afetar a moral, principalmente das meninas. Nesse caso, as jovens musicistas, representantes símbolos da CAFT, não poderiam estar em trabalhos que contrariassem a sua imagem.

As jovens operárias tinham uma rotina bastante corrida, pois, além do trabalho na fábrica, tinham que ensaiar e decorar todo o repertório que era bastante eclético. Antes da construção de um espaço para os ensaios, os encontros iniciais realizavam-se na própria residência do industrial Gustavo Paiva, em uma das varandas de seu antigo casarão. Após a inauguração de uma sede própria localizada atrás da fábrica Progresso da CAFT construída na

⁸⁵ Maria Benedita Padilha. Entrevista realizada em 30 de Janeiro de 2020.

década de 1940, os ensaios passaram a acontecer definitivamente na respectiva sede da instituição musical.

A musicista Luzinete Vieira descreveu como era a dinâmica dos ensaios: “quando começávamos a ensaiar uma peça nova, no princípio da semana, tínhamos que apresentá-la limpa no fim da mesma, isto é, no sábado, dia em que ele costumava visitar-nos.”⁸⁶. Segundo a operária, o próprio industrial Gustavo Paiva costumava acompanhar os ensaios e definia o repertório juntamente com o maestro, além de costumar sempre viajar com o grupo musical para todos os lugares, principalmente em para outros estados.

A escolha do repertório ficava a cargo do maestro e do próprio industrial Gustavo Paiva, já que, como um apreciador das músicas eruditas, recomendava que as músicas clássicas fossem incluídas na lista de canções apresentadas pelas musicistas. Com um repertório bem diversificado, estavam na lista operetas e prelúdios de clássicos de obras adaptadas de Richard Wagner *Opera Loingrin*, Fantasia da Opera *Traviata* de Verdi e de Carlos Gomes *Ave Maria da Opera O Guarani*. Além disso, havia gêneros populares brasileiros como Sambas, Frevos e Marchas, entre os quais estavam as músicas de sucesso na época, como *Luar do sertão*, do cearense Catulo, *Tremzinho Caipira*, de Heitor Villa Lobos, *A preta do Acarajé*, de Dorival Caymi e *Ave Maria*, de Gounod.⁸⁷, as quais faziam a alegria e o gosto do operariado. De acordo com Benedita, os ensaios eram marcados sempre no horário vespertino às 16h, por conta do trabalho na fábrica, e chegava até, às vezes, às 18h:

Os ensaios eram à tarde, e a gente trabalhava até 4 horas da tarde na fábrica. Tinha intervalo para o lanche, que era dado pela fábrica, porque a gente saía de manhã para trabalhar e às 4 horas a gente saía para ensaiar as músicas. Os ensaios eram todos os dias até o sábado, só não domingo. Conforme se tivesse tudo bem... ia até umas 5 horas, 5 e meia ou até 6 horas.⁸⁸

A relação das meninas dentro da Banda de Música era apenas como instrumentistas, pois eram vedadas a elas qualquer autonomia no que diz respeito a decisões políticas ou até na escolha de repertório ou dos instrumentos dentro da instituição musical. Determinado exclusivamente pelo maestro, não havia abertura em relação à preferência pessoal e individual de cada uma delas na escolha dos instrumentos que gostariam de tocar. Como era uma instituição que tinha o total domínio masculino, a escolha ficava a cargo exclusivamente do maestro, o qual decidia o lugar que cada uma delas deveria exercer na Banda de Música.

⁸⁶ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, dezembro de 1946. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁸⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, 4ª edição, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁸⁸ Maria Benedita Padilha. Entrevista realizada em 30 de Janeiro de 2020.

Maria Benedita disse que tocava trompete na banda de música. Confessou que, na verdade, gostaria de ter tocado clarinete: “Eu achava muito bonito. Era muito difícil tocar clarinete!”, mas foi pela determinação do maestro que aprendeu a tocar trompete, já que, segundo ela, era ele quem definia, escolhia e direcionava os instrumentos que cada uma delas deveria tocar. Nesse caso, as jovens musicistas estavam subordinadas à hierarquia masculina na Banda de Música.

Ainda sob esse aspecto, podemos pensar que cabia aos homens o excepcional, o extraordinário, sendo que as mulheres que se sobressaíssem – como no caso das jovens musicistas que eram excelentes instrumentistas – teriam seus atributos e dotes artísticos sempre atribuídos ao feito masculino, neste caso, o do maestro Japiassú, que detinha o domínio total sobre o grupo feminino. Assim, a qualidade musical e a performance artística das musicistas estariam subjugadas à benfeitoria masculina, e não feminina. Nesse sentido, privilegiava-se o homem, associando-o “... à mente, à razão, à produção, à inteligência, à assertiva., à independência, à criatividade;” as mulheres “ao corpo, às emoções, à reprodução, à debilidade, à dependência...” (ROMERO, 2010, p. 2).

Essa relação pode ser vista no discurso registrado pelo NJ, cuja destreza das jovens musicistas devia-se pela iniciativa sempre da figura masculina, nesse caso do industrial Gustavo Paiva e do maestro Japiassú:

Fica gravado em nossa recordação a segurança das notas, a execução harmônica, homogênea, cheia de beleza e de alma. Vê-se a quanto pode chegar a dedicação de um artista e a boa vontade de um industrial. A batuta do maestro Japiassú, frente à banda feminina, é um documento de arte e organização. A ele todas as 34 garotas, obedecem cegamente, o que dá unidade e expressão viva à harmonia musical.⁸⁹

Entretanto, a performance das jovens operárias musicistas era enorme. Havia muitas críticas esboçadas nos principais meios de comunicação da época, quando a grande imprensa registrava a impressionante capacidade de as jovens, filhas de operários/as, tocarem com maestria. Isso foi revelado por uma matéria do NJ, a qual trazia uma carta aberta endereçada às meninas, feita pelo Jornal *A Tarde* da Bahia, de 29 de novembro de 1941, por conta da passagem da Banda Feminina:

Empolgada ainda com a primeira exibição da Banda que vocês integram, escrevo-lhes esta carta espontânea como um gabo, nervosa como um aplauso, glorificando as primeiras floradas da cultura musical nortista, honra da mocidade feminina alagoana.(...) Não saíram dos institutos de especialização, mas da Cia. de Fiação e Tecidos para dizer ao Brasil que, em Alagoas, o trabalho é o princípio inspirador de

⁸⁹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, 4ª edição, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

arte de alegria e ação. (...) Alagoas como um ser organizado em timbres, canta nessa Banda (...) das instrumentistas adolescentes. (...) Edite tocando Sax. Eunice Correia, deliciosa soprano. A morena Minervina França e a loira Yolanda Rebelo... Eu estou encantada com vocês.⁹⁰

Em meio ao sucesso, as viagens da Banda Feminina passaram a se tornar constantes. A primeira excursão da banda de música de que se tem registro, aponta Filho (2013), foi em uma viagem a Recife em um evento da Exposição de Pernambuco no Automóvel Clube em 1939. No ano seguinte, precisamente em 25 de agosto de 1940, a Banda Feminina realiza sua segunda viagem, que foi registrada em uma edição especial no *Nosso Jornal* do ano de 1941, no qual as musicistas relatam ter realizado uma turnê feita por várias cidades brasileiras nesse mesmo ano. Cabe esse registro sendo relevante não somente para compreender as experiências de algumas delas, mas conhecer os espaços por elas ocupados, as relações de sociabilidades e o sentimento de valorização de pertencimento de um grupo social seletivo e bastante disputado, como foi a Banda de Música Feminina da CAFT.

O início da jornada começa pela estação de trem de Rio Largo, com destino à cidade do Recife no estado Pernambucano. A musicista Jacira Juvino descreve a viagem e a sua chegada à cidade: “o comboio devorava célere as dezenas de quilômetros de linha férrea (...) Enfim, o percurso de Rio Largo a Recife foi um deslumbramento sem par. Chegávamos, finalmente, à bela cidade de Recife, que bem merece o nome de “Veneza do Norte”.⁹¹ Ao desembarcarem na estação central da cidade de Recife, foram recebidas por conglomerado de pessoas que as aguardava: “a multidão delirava de entusiasmo, a ponto de interromper o trânsito. Lembro-me que o dobrado que tocávamos naquele momento era um dos mais lindos do nosso arquivo, *Sonho dourado*.”⁹²

Na cidade do Recife, o grupo realizou 7 concertos, dos quais quatro apresentações aconteceram no “Santa Isabel” – a principal casa de espetáculo de Recife. Os concertos foram um sucesso e tiveram uma grande repercussão dos críticos da imprensa que presenciaram a apresentação. Um deles, o “*Jornal do Comércio de Recife*” registrou a passagem das jovens musicistas pelo teatro:

Merece um registro simpático a passagem, pelo Recife, do grupo orfeônico e instrumental da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Trinta e sete Jovens o compunham – operárias e filhas de operários – constituindo um conjunto homogêneo e disciplinado que despertou, em nosso meio social, justos e calorosos elogios (...). Não são comuns, aqui, exhibições como as que nos proporcionaram as operárias alagoanas. Repertório interessante (de fato, deveria interessar os nossos orfeonistas),

⁹⁰ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, 4ª edição, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁹¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1947, 9ª edição, dezembro de 1947. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁹² *Idem*.

afinação absoluta (...) Exemplos assim deveriam ser seguidos pelos nossos industriais: sem a educação artística não consegue a educação integral do operário. É pena que não tivesse sido possível – talvez pela falta de tempo, proporcionar várias audições desse conjunto aos nossos operários.⁹³

Após a passagem por Recife, de acordo com a musicista Jaciara Juvino, a Banda Feminina seguiu para Bahia de navio a vapor internacional, denominado “*Des-k Ausa*”, e levou dois dias para chegar até a cidade de Salvador: “Depois de 2 dias de viagem, chegamos em S. Salvador, às 17h. O povo nos esperava. Entusiasmo delirante, vivas e confetes, recebíamos de todos os lados; eram horas inenarráveis.”. Por lá foram realizados sete concertos.

A Banda Feminina, após se apresentar no Monte Serrat, seguiu para a Vila Operária da fábrica de tecidos Boa Viagem, onde realizaram uma retreta no coreto do pátio da fábrica para 2.500 operários/as que apreciaram a apresentação musical. Assim descreve a musicista Lurdes Luz, quando relatou para o NJ a sua experiência ao tocar na cidade baiana:

Sáímos às 8 horas da noite, de Monte Serrat, com destino à Vila Operária da Fábrica de Tecidos “Bôa Viagem” onde fomos bastante aplaudidas, quando chegamos lá, uma grande multidão nos esperava com grande ansiedade. Calculo que lá estavam duas mil e quinhentas pessoas para nos aplaudir. Começamos a retreta com um lindo Dobrado nº 12 que nos foi oferecido naquela cidade; depois, uma Marcha-Frevo e, em seguida, recebemos ordem para nos transportar, para outro lugar, em virtude de que, onde estávamos, não ia nos comportar. [...] terminamos a retreta às 10 horas da noite; preparamos para nos retirar, quando fomos surpreendidas com uma linda lembrança de dois jarros que nos foram oferecidos pelo bom operariado d’aquela Fábrica de Tecidos.⁹⁴

Nos oito dias que passaram na capital baiana, realizaram sete concertos, alguns deles em asilos de caridade mantidos pelo Estado, além das passagens pela Associação Atlética da Bahia e pela Associação das Indústrias e do comércio, como noticiado pelo jornal “*Diário de Notícias da Bahia*”: “Espetáculo empolgante, não só pelo seu cunho original, senão maestria e arte, com aquelas meninas que executam, desde música popular até clássicas.”⁹⁵. O sucesso das jovens musicistas era evidente, tendo em vista várias publicações elogiosas da imprensa por onde passaram.

Durante a passagem ainda pela capital Baiana, as jovens aproveitaram para conhecer a cidade e visitar alguns pontos turísticos: “dirigi-me contente ao nosso animado banho de mar. Horas depois, passeio à igreja do Bonfim. Lá chegando, sem perder tempo, nos dirigimos respeitosamente, para aquela casa de devoção. O passeio durou três horas.”⁹⁶.

⁹³ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, 8ª edição, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, 8ª edição, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

⁹⁶ *Idem*.

Logo após a estadia em Salvador, a Banda Feminina seguiu de navio para Rio de Janeiro, na época ainda capital do país, chegando no dia 27 de agosto. Houve destaque também na imprensa do Rio de Janeiro, cujo jornal “Diário de Notícias” noticiava a recepção da Banda Feminina da CAFT à cidade:

Ontem à noite, procedente do norte, deu entrada na baía de Guanabara o paquete brasileiro “Comandante Riper”, trouxe esse navio do Lloyd, um conjunto musical composto exclusivamente de moças cuja idade vai de 14 a 18 anos. Trata-se da Banda Feminina, de Maceió, que já excursionou com grande sucesso pelas principais cidades de Alagoas. Antes do desembarque, logo após o atracamento do navio, as jovens alagoanas executaram para os jornalistas e demais pessoas presentes o Hino Nacional, sendo demoradamente aplaudidas.⁹⁷

A ida ao Rio de Janeiro motivou-se também em comemoração aos festejos da Parada da Juventude, que acontecia naquele ano, em que jovens estudantes, em caravana vindas de vários estados brasileiros, reuniam-se em um dos maiores eventos educacionais do país. O industrial Gustavo Paiva, mantenedor das viagens da Banda Feminina, fazia questão de que o símbolo de propaganda do seu complexo industrial se fizesse presente: “Quero que a Banda Feminina de Alagoas forme na parada da Juventude. É a contribuição do Norte”.⁹⁸

Satisfeito com o sucesso de sua inovação, o industrial não media esforços para que a Banda de Música de sua Companhia participasse de forma efetiva dos maiores eventos importantes do país. Não à toa, como destaca *O Jornal*, Gustavo Paiva havia colocado a Banda à disposição de casas filantrópicas do Rio de Janeiro e apresentações musicais com a transmissão pela Hora do Brasil.

O sucesso da Banda Feminina pela passagem no Rio de Janeiro fez com que recebessem um convite da primeira-dama do país na época, Darci Vargas, para apresentação de inauguração do abrigo Casa do Pequeno Jornaleiro⁹⁹. Nesse percurso, houve também o encontro da Banda Feminina a convite do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, quando se reuniram com um dos maiores compositores das Américas, Heitor Villa-Lobos, e centenas de jovens estudantes e músicos em um evento de educação nacional. Tiveram passagem também pelo Instituto de Música, numa apresentação para duas mil pessoas, além também de realizarem uma audição em clubes e na fábrica de tecidos da Vila Isabel (FILHO, 2013).

⁹⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1940, 30 de agosto de 1940. Acervo disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

⁹⁸ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1940, 30 de agosto de 1940. Acervo disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

⁹⁹ Abrigo para amparo de menores de rua vendedores de jornais, oferecia instrução educacional. Inaugurado no Rio de Janeiro pela esposa de Getúlio Vargas no ano de 1940.

Após a ida ao Rio de Janeiro, havia a possibilidades de a Banda Feminina realizar uma viagem a Buenos Aires em uma ocasião de um evento brasileiro, mas, por conta da guerra, esse projeto não vingou, como revela a musicista Maria Satiro: “Já se fala em irmos a Buenos Aires. A maldita guerra traz muitos aborrecimentos. Mas quando o mundo estiver no seu estado normal, poderemos ir”.¹⁰⁰ O que acabou não acontecendo pela prematura morte de Gustavo Paiva em outubro de 1943.

Após a fatídica prazerosa viagem, o retorno foi relatado no NJ pela musicista Edite Japiassú:

5 de dezembro de 1941. Dia inesquecível para todas nós que compomos a Banda de Música Feminina. Foi nesse dia que deixamos a cidade da Baía, as 4 horas e 50 minutos da tarde, cheias de saudades, adquiridas naquela hospitaleira cidade. (...) viagem enfadonha aquela, mas divertida. O trem correu a noite toda, sobre terras da Baía, só no outro dia, às 7 horas, mais ou menos, entramos em território sergipano. Neste percurso, alguns Dobrados foram tocados por nós, em algumas estações, para onde o povo corria com o fim de ver de que se tratava [...] seguimos para a lancha tocando Recordações do Rio, Dobrado. Acompanhou-nos toda a multidão que estacionava em frente ao armazém” (...) finalmente chegamos em Penedo às 6 e 30 da noite. Naquela cidade, fizemos uma sólida refeição, preparamo-nos e seguimos para o teatro 7 de Setembro, onde realizamos o último concerto da nossa excursão. (...) Dali seguimos pra Rio Largo, à meia noite, onde chegamos no outro dia, às 6 e 30 da manhã; assim estava terminada a nossa jornada.¹⁰¹

Não apenas entre o aprender e o tocar instrumentos, as jovens operárias musicistas compartilhavam laços de afetividade a partir das relações de convivência uma com as outras à medida que elas se juntavam ao grupo musical e no trabalho na fábrica, como depõe a musicista Luzinete Vieira a uma de suas companheiras de banda: “Parece que foi ontem que você veio servir-me de companhia no 2º Piston. Que alegria sinto em tê-la ao meu lado. Também tive o grande prazer de tê-la como companheira de trabalho, no departamento de saúde.”¹⁰²

Numa relação de trocas afetivas construídas na vivência cotidiana, fosse nos momentos dos ensaios ou nas viagens quando havia apresentações artísticas em alguns estados e cidades por onde passaram, dividiam suas experiências e comentava-se sobre assuntos dos mais variados de seus cotidianos, revelados por Edite Japiassú: “Ali ouviam-se gostosas anedotas. Acolá Ana contava suas aventuras do tipo daquelas de D. Quixote / Falava-se em entusiasmo sobre música, álgebra, costura e coisas quejantes. / As viagens têm sempre um sabor inédito”¹⁰³.

Em meio às contradições permeadas por código de conduta moral, a banda de música tornou-se, para as integrantes, um lugar onde também se construía desejos subjetivos pela

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

¹⁰² *Nosso Jornal*, Rio Largo, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

¹⁰³ *Nosso Jornal*, Rio Largo, dezembro de 1945. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

busca não só de aprender música, mas também do que ela pode vir a representar como o fato de se reconhecerem ao serem reconhecidas por ocuparem um espaço de poder, mesmo que de maneira simbólica, o que fazia delas indivíduos importantes no seio da comunidade, e isso as proporcionava uma valorização de status social e da própria autoestima. É o que podemos verificar em um dos depoimentos de uma musicista: “Fomos muito aplaudidas. Não poderia ser o contrário. Pois querer é poder”¹⁰⁴. Outra integrante também compartilha do mesmo sentimento: “me senti compensada do meu trabalho em estudar música, tive orgulho de mim mesma, ufanei-me por fazer parte de uma banda musical que vem admirando por toda parte por onde passamos.”¹⁰⁵

É nessa relação que se desenvolviam os processos significativos que norteavam os sentimentos de pertencer a um grupo para se ter um reconhecimento da sociedade na qual estavam inseridas, já que “Tais vantagens, referindo-se ao plano da ordem simbólica, revelam-se como uma luta pela visibilidade, por status e prestígio.” (FAVERO, 2000) no desejo de se tornarem admiráveis e de serem reconhecidas pela importância da visibilidade. Estar num grupo tão almejado e pertencerem a um grupo-artístico seletivo da fábrica, como a Banda de Música, proporcionaria a elas um status de visibilidade social, mesmo com as limitações impostas pelo domínio do sistema patriarcal que ditava as regras da instituição.

O desejo de poder integrar uma instituição que representava o símbolo de poder da CAFT, representá-la em festivais nos principais teatros do país, em importantes solenidades para grandes personalidades políticas brasileiras e, indubitavelmente, compor o grupo musical que circulava entre vários espaços sociais, dava a essas meninas uma visão de mundo mais ampliada do que aquelas que não tinham as mesmas oportunidades. De fato, as musicistas tinham aquilo que Bourdieu discute em relação a ter uma posição diferenciada, que “implicava dominar um capital cultural”. Podemos ver pelo relato das ex-musicistas; o primeiro de Marina Tavares e, em seguida, de Cícera Maria Santos:

Uma das coisas que eu mais desejava em minha vida era conhecer a música [...] comecei a aprendizagem no grupo escolar Gustavo Paiva [...] completando meu curso no grupo, colocaram-me, como é de praxe, na secção de lenços, onde me sinto bastante satisfeita. Contribui ainda mais para a minha inclusão na Banda de música feminina[...] ali só poderei progredir.¹⁰⁶

Naquela época eu desejava tanto ser grande! Desejava ser grande e fazer parte da Banda de música feminina. Este era meu ideal sonhado. Ouvia tanto falar nas meninas da banda e nas excursões que as mesmas faziam! [...] Foi assim com a esperança de ser grande e ser também uma componente da Banda, que me vi completamente

¹⁰⁴ *Nosso Jornal*, Rio Largo, dezembro de 1941. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

¹⁰⁵ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1941, 3ª edição, dezembro de 1945. Acervo disponibilizado pela família Japiassú

¹⁰⁶ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1945, 5ª edição, dezembro de 1945. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

crescida. Enfim, fui aceita em um grupo de alunos, para estudar música. Quanta alegria! O meu grande sonho havia se realizado.¹⁰⁷

Aqui aparece forte o sentimento de valorização de pertencer a um grupo. As jovens são conscientes do privilégio de estar em um espaço de relações de poder. Cercadas de lugares e significados, essas meninas, através dessas experiências, acabavam por constituir a sua subjetividade individual dentro do grupo. Expressões ditas acima pelas musicistas como “Ali só poderei progredir”, “ser grande” levam-nos a reforçar o quanto elas tinham consciência de que aquele lugar daria a elas um significado importante para a sua vida. O sentimento de pertencimento é expressando quando vemos, nos discursos das musicistas operárias, um sentimento positivo em relação ao lugar que elas ocupam, neste caso, a Banda feminina.

Era valioso ter oportunidade de viajar e conhecer as cidades, realizar excursões por várias cidades e estados do país, numa época em que as mulheres ainda eram estereotipadas e excluídas de várias instituições tradicionalmente masculinas. Para essas jovens operárias musicistas, ocupar um espaço de prestígio social, muitas vezes em lugares por onde passaram, era conquistar o reconhecimento da sociedade em relação às suas capacidades em meio à exclusão feminina.

O ingresso ao grupo musical feminino na CAFT era um meio de essas muitas meninas, filhas de operários/as pobres, não seguirem o destino de outras que não tinham as mesmas oportunidades. Muitas deixavam os estudos e eram obrigadas a trabalhar cedo em setores de produção da fábrica, ao lado dos pais/mães, para poderem ajudar na renda complementar de suas famílias. Nesse sentido, a Banda Feminina tornar-se-ia, em parte, uma saída a essa condição, uma vez que, através da música, era possível conquistar uma posição social menos precária da realidade dessas jovens. Assim, buscando reinventar os seus cotidianos, as jovens operárias eram desafiadas a lutar pela sua sobrevivência em meio à invisibilidade. Participar da Banda de Música, de certo modo, impõe às meninas posições de desafios. A Banda de Música, como se tratava de algo bastante disputado pelas jovens ao tentar ocupar um lugar no grupo musical, impunha às meninas atitudes de resistência ao conquistar um espaço importante dentro dela.

É bom destacar que a abertura para o ingresso das mulheres nas Bandas de Música não significou, de certa forma, uma conquista de igualdade perante os homens, pelo contrário: “é que a combinação de tolerância e repressão, acordo e oposição, favorece as mesmas divisões de gênero que surgem no patriarcado musical.” (GREEN, 2002, p. 25), ou, como bem coloca

¹⁰⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 6ª edição, dezembro de 1946. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

Romero (2010): "Agora considera-se que a mulheres que fazem algo "masculino" pode fazê-lo sem renunciar à sua feminilidade.”.

Podemos ver essa relação em paralelo a um artigo publicado por Lavenère¹⁰⁸, no Jornal de Alagoas, republicado no NJ, no qual se escreve sobre a apresentação da Banda Feminina no Teatro Deodoro em 1946, e em cujo discurso demonstram-se o estigma e preconceito construídos sobre as mulheres que desempenham atividades reservadas apenas aos homens, a exemplo de alguns instrumentos musicais que não eram permitidos que as mulheres tocassem, porque poderiam ocasionar a perda da sua feminilidade:

(...) moças na prática dos instrumentos difíceis e geralmente repelidos pela mulher no Brasil.(...) nota-se, a banda feminina da Cachoeira, como se costuma também chamar, não é organizada com o pessoal recrutado a força, nem escolhido dentre as meninas menos vaidosas que não tenham dotes de beleza física que poderiam parecer prejudicados com o manejo de um saxofone tenor ou de uma tuba. Não senhor; aquelas saxofonistas, por exemplo, que ontem vi no palco do Deodoro são três meninas bem bonitas, assim como a flautista e toda a turma que se podia ver a frente, uma fila de meninas simpáticas.¹⁰⁹

Ao estudar a presença feminina nas Bandas de Música no Brasil, Moreira (2017), em *Mulheres nas Bandas de Música: Uma visão do nordeste do Brasil do norte de Portugal*, diz que, ainda no início do século XX, era incipiente o número de mulheres que integravam sociedades artísticas, exceto quando eram atividades permitidas como tocar instrumentos de acordo com o seu gênero, a exemplo de flautas ou violinos, sendo instrumentos que não integravam bandas de música. Isso correspondeu, por muito tempo, a uma prática ditada pelo domínio do poder patriarcal no século XIX, cujas mulheres estavam subjugadas à dominação masculina e que, portanto, a profissionalização musical ainda não estava para elas, assim como o papel doméstico era o seu lugar ideal.

De acordo com Moreira (2017), a presença feminina nas Bandas de música apenas se dava em ocasiões de reuniões festivas, como organizadoras, ou na diretoria, como auxiliares administrativas, nada além disso. No entanto, a presença feminina pode ser vista em algumas orquestras (não operária) composta somente de mulheres tocando apenas instrumentos de cordas, a exemplo de um grupo musical do interior da Bahia nos finais de século XIX. A explicação para a entrada tardia das mulheres em bandas de música numa mesma instituição ao lado dos homens, o que só aconteceu nos anos de 1990, era devido a uma grande resistência

¹⁰⁸ Luís Lavenère nasceu em Maceió no ano de 1868. Exerceu a profissão de jornalista, professor, musicólogo e fotógrafo. Além disso, foi deputado estadual e vereador (1905-1908), bem como Agente consular da França. Faleceu em 1966.

¹⁰⁹ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 6ª edição, dezembro de 1946. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

masculina por não aceitar e permitir mulheres nas instituições musicais de tradição masculina, como as bandas de música, como no caso de uma banda oitocentista do interior de Pernambuco chamada Curica, no qual seu estatuto vetava a participação das mulheres na instituição musical. Entretanto, ainda de acordo com Moreira (2017), nos finais dos anos de 1940 a 1960, é possível identificar algumas Bandas de Música compostas unicamente por mulheres.

Mesmo estando sobre uma determinada instituição de domínio patriarcal, as mulheres acabavam por construir, nesses lugares, caminhos de resistência, que sempre se daria paradoxalmente entre o permitir e o não permitir, visto como bem coloca Saffioti (2011) “que o patriarcado como pacto legitimado garante uma maneira até solidária no sentido de manter o domínio em nome de um discurso de igualdade, mantém-se no poder.” Além de que,

como tão somente o contrato gera relações livres, presumindo igualdade de condições das partes, é necessário incorporar as mulheres à sociedade civil por meio de um contrato. Entretanto, simultaneamente, é preciso que este contrato reconheça e reafirme o direito patriarcal. (SAFFIOTI, 2011. p. 131).

O projeto, que começou com um jazz escolar, tornou-se grande e passou a ganhar notoriedade não apenas por ter se tornado um ineditismo no Brasil, como uma Banda de Música formada por jovens mulheres operárias e filhas de operários/as, mas pelo que representava para elas e para o operariado da CAFT, que se sentia representado. Mesmo que a banda fosse fomentada pela CAFT, ela imprimia traços da cultura identitária da classe operária feminina de Rio Largo.

Ultrapassando os limites do âmbito escolar da fábrica, a Banda de música feminina, denominada pelos próprios operários de Banda de música da “Cachoeira”, em referência ao bairro da Vila Operária de mesmo nome, fazia parte central dos principais eventos festivos não só da comunidade de Rio Largo, como também em diversos eventos importantes pelo país.

O sucesso era tamanho que passava a ser requisitada a tocar em diversos momentos significativos, vista também pela sua aceitação da crítica musical divulgada nos maiores periódicos da imprensa nacional, os quais noticiavam o sucesso por onde a Banda Feminina passava. Por essa razão, as componentes do grupo musical vivenciavam um universo completamente diferente de suas realidades.

Após a morte do Industrial Gustavo Paiva, em 1943, seus filhos, herdeiros direto da CAFT, assumiram a tutela da Banda Feminina e ficaram à frente das orientações do grupo musical. A banda só retomaria as viagens no ano de 1948, em uma ocasião de inauguração da radio pertencente ao Jornal do comércio em Recife. Não se tem informações sobre o porquê de o grupo musical ter ficado esses anos sem viajar para fora do estado.

Seguindo os passos do Gustavo Paiva, os filhos mantiveram-se ainda por um bom tempo financiando e promovendo viagens feitas a outros estados, inclusive para a maior metrópole do país, a cidade de São Paulo, em março de 1954, onde a banda foi convidada a se apresentar no quarto centenário de aniversário da cidade de São Paulo. Na ocasião, as jovens operárias musicistas apresentaram-se no Palácio dos Bandeirantes, sendo recepcionadas pelo então prefeito Jânio Quadros e pelo governador Ademar de Barros, que custeou e disponibilizou uma aeronave para a viagem. (FILHO, 2013).

Uma das últimas remanescentes da Banda de Música, Dona Benedita, com 84 anos, diz que ela e as meninas ficaram hospedadas no estádio do Pacaembú. Falou da experiência de sua viagem a São Paulo e de quando, pela primeira vez, ela e suas companheiras viajaram de avião e de qual foi sua impressão ao conhecer Jânio Quadros:

Quando a gente foi pra São Paulo, erámos moças mesmo. Fomos pra São Paulo de avião. A primeira vez que entrei no avião, com um medo da “gota”. Eu tinha medo, né? Eu acho que todo mundo que entra a primeira vez só pensa na caída. Foi no governo do todo alvoroçado Jânio Quadro! Nos recebeu muito bem. Muito alegre, “alvoroçadinho...”, muito alvoroçado aquele Jânio! ¹¹⁰

Como registro, além da memória da antiga integrante, a lembrança desse momento na fotografia da Banda Feminina no Palácio dos Bandeirantes. Ao centro, Jânio Quadros à esquerda e o maestro Aquino Japyassú à direita. Em volta, as musicistas com seus respectivos instrumentos nas mãos.

Figura 04- Fotografia da Banda Feminina de 1954.



Fonte: Cedida por Arnaldo Pinto Guedes Paiva.

¹¹⁰ Benedita Padilha. Depoimento concedido em Janeiro de 2020.

Como um bem comum e coletivo, a Banda de música feminina estava associada ao divertimento público da classe operária do município de Rio Largo. Presença unânime nas festividades promovidas pela companhia aos operários, ela proporcionava momentos de sociabilidade e lazer, as quais ocorriam nas praças, como a 25 de setembro, em frente à fábrica Cachoeira, no pátio e no coreto escolar da Companhia, e animavam os momentos cívicos com desfiles nas ruas, tanto em festividades religiosas quanto nas festas de carnavais, que aconteciam no espaço do restaurante e na tipografia ou no salão de jogos do cassino. Sua presença era constante nos momentos recreativos do operariado, principalmente nos finais de semana e feriados comemorativos.

No dia 27 de outubro de 1943, o industrial Gustavo Paiva falece em decorrência de um mal estar súbito devido a complicações de um tratamento dentário realizado na capital alagoana. Após a sua morte, a gestão administrativa da CAFT definitivamente passa para o comando de seus três filhos: Humberto Paiva, Arnaldo Paiva e Gustavo Paiva Filho, que assumem majoritariamente a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.

2.1. A mudança da gestão administrativa na CAFT e a situação da classe trabalhadora de Rio Largo no contexto dos anos de 1950 a 1960

Para que possamos compreender o trabalho feminino na CAFT, é necessário discutir, de maneira sucinta e sem aprofundamentos, o contexto em que se deu a mudança de gestão administrativa da CAFT após a morte de Gustavo Paiva, com o intuito de, no próximo capítulo, contextualizar a nova gestão, neste caso, dos herdeiros de Gustavo Paiva.

O pós-guerra trouxe, de fato, algumas mudanças significativas no que diz respeito às lutas reivindicatórias da classe operária de Alagoas, que passaram a ser mais frequentes em meio às matérias constantes do Jornal a Voz do Povo, ligado ao Partido Comunista em Alagoas, cujos registros históricos desse processo são fundamentais. É preciso entender, também, de maneira breve, os movimentos políticos que surgiram em Alagoas durante esse período e como isso afetou diretamente as relações entre patrões e empregados, especificamente a classe operária de Rio Largo no que tange às questões de direcionamento político, assim como sobre as relações de trabalho na CAFT. Outro aspecto importante é o contexto em que os trabalhadores reivindicavam através de suas bases de articulação política. Todo esse entendimento decorre da experiência cotidiana do processo de formação da classe operária de Rio Largo.

Em meio a todos esses acontecimentos, nos anos de 1947, um movimento importante surge em Alagoas, fortificado pelos movimentos das classes operárias e pela decadência da economia no pós-guerra: O *Populismo alagoano*. Na década de 1950, esse movimento intensifica-se e repercute no início da década, similarmente nos sindicatos do Algodão, momento em que, além de Rio Largo, operários de Fernão Velho articulavam-se com seu sindicato.

Citado em Lima (2010), o movimento populista alcança, pelo então Governador Silvério Péricles, o apogeu com a candidatura do pernambucano Muniz Falcão, em 1955. Tal tensão política, desses anos finais de 1940 e início dos anos 50, é abordada no artigo *O Voto operário: as eleições de 1955 em Alagoas*, de Moura (2017, p. 4).

Em campanha eleitoral pela cidade de Rio Largo, em 27 de agosto de 1955, Muniz Falcão do partido PSP e seu Vice Sizerano Nabuco do PTB são recebidos pela população operária de Rio Largo, como consta no jornal *O Diário de Alagoas*:

Às 20,40 entrava na cidade de Rio Largo, no sábado passado, os insígnias candidatos Muniz Falcão e Sizenando Nabuco. Encontrava-se esperando os bandeirantes da Frente Popular, os deputados Arnaldo Paiva, o Sr. Edgar Barbosa, candidato a prefeito do município pelo PSD, membros do sindicato local e o povo em geral. ¹¹¹

Em contrapartida, o PSD em Alagoas, nas eleições de 1955, afasta-se para dar apoio à UDN – União Democrática Nacional, partido de Direita e com perfil extremamente conservador. A pedido do PSD, apoiaram Afrânio Lages, candidato do Senador Arnon de Mello da UDN, ao Governo de Alagoas. A elite industrial, durante esse período, começa a mostrar face aos seus interesses e se diferencia em grupos políticos. Muitos passaram a se aliar a grupos econômicos dos setores agropecuários e a ingressar na política, criando o modelo de oposição às ideias das classes operárias, as quais se alinhavam a partidos trabalhistas e comunistas durante esse contexto.

Eleito Governador de Alagoas, Muniz Falcão, com maioria do voto operário – sendo 2.000¹¹² desses votos em absoluta superioridade, somente em Rio Largo, sem citar outros municípios –, idealiza e implanta as novas concepções administrativas, o que gerou, a partir de 1955, conflitos ideológicos entre os empresários do setor de algodão, principalmente canavieiro, com o governo alagoano. É relevante avivar a conjunção originada pelos ideais de Muniz Falcão, desde o tempo em que ocupou, em 1940, a delegacia do Trabalho e suas ações

¹¹¹ *Diário das Alagoas*, Maceió, 1955. Acervo reservado no APA.

¹¹² Cf. Lima (2010, p. 58).

como deputado federal pelo PST – Partido Social Trabalhista, que, quando eleito ao governo, com suas medidas em concomitante à crise econômica em Alagoas, fez o então governador onerar, por meio de impostos, taxas maiores de tributação aos usineiros, latifundiários e grupos industriais do estado, o que contrariou, segundo Lima (2010, p. 58), a elite empresarial alagoana.

Com exposto no Jornal *A Voz do Povo* da década de 1950, os industriais alegavam crise no setor comercial, com o fato de que o pós-guerra trouxe às fabricas têxteis um declínio em sua produção e, conseqüentemente, veio afetar os trabalhadores em diversos setores. O *AVP* explanava, em suas matérias, a situação econômica pelo qual atravessava o estado alagoano. O fechamento de algumas indústrias em Alagoas afetadas pela crise financeira era refletido através de demissões em massa de trabalhadores.

De fato, a crise nas indústrias têxteis, em todo país, afetaria diretamente os rumos econômicos em Alagoas e, conseqüentemente, os rumos políticos seriam decisivos nas tomadas de decisões que envolviam não só os grandes empresários industriais e suas posições e pretensões político-partidárias, mas também o operariado alagoano, que buscava, nos partidos de esquerda, uma liderança que assegurasse seus direitos trabalhistas.

A vitória de Muniz Falcão ao governo estadual, sem sombra de dúvidas, decorreu da insatisfação da classe trabalhadora. Não à toa, como citado acima, sua vitória foi decidida pela maioria dos votos do operariado à chefia do governo alagoano. Com uma representação no poder executivo, as classes trabalhadoras mobilizaram-se em vários municípios durante esse período, por conta do fortalecimento sindical, que foi bastante atuante não só por adquirir uma maior autonomia, mas também pelo acentuado enfrentamento patronal através dos movimentos de resistência.

Nesse período, o industrial Arnaldo Paiva, presidente-diretor da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT, eleito prefeito por Rio Largo nos anos de 1945, lança sua candidatura a uma cadeira na assembleia legislativa, onde seria eleito por dois mandatos consecutivos como deputado estadual em Alagoas entre os anos de 1955-58/1963-63 pelo PSD, em aliança com a UDN.

Porém, as relações ficavam menos amistosas entre a CAFT e o sindicato dos trabalhadores da Companhia em Rio Largo, como reporta o *AVP*, cujas eleições para assumir a diretoria da Caixa de Beneficente (sindicato), no ano de 1958, deflagra o acirramento entre os possíveis candidatos apoiados de forma indireta pelos patrões da Companhia e outro lançado pelo operariado, quando este último acaba vencendo.

Realizaram-se, no domingo passado, as eleições para a escolha dos novos dirigentes da Caixa Beneficente dos trabalhadores nas fábricas “Cachoeira e “Progresso”. Duas chapas concorreram ao pleito, uma encabeçada pelo Sr. Antônio Vilar da Rocha que, se eleito, passaria a presidência ao testa de ferro da Cia... sr. José Alfredo de Carvalho. A outra tendo como presidente o senhor Ramiro Padilha da silva e como vice-presidente o Sr. José Gracioso dos Santos, que dirigiu e enfrentou a pressão dos “Paivas”, à frente da caixa. Votaram 176 associados. A chapa vitoriosa alcançou 82 votos. A posse dos novos diretores realizou-se terça-feira passada.¹¹³

Segundo o *AVP*, havia um descontentamento por parte do operariado da CAFT, o qual relatava o não pagamento de abono salarial e de férias vencidas. Alegavam, na época, a inércia e descaso do antigo presidente do sindicato: “Isso só acontece, declararam-nos, porque não temos um presidente do sindicato que interprete os nossos interesses. Apelamos, através desse jornal, para as providências do delegado do trabalho.” o que exaltava ainda mais os ânimos e a insatisfação pelo não cumprimento da CLT, indo na contramão para a saída do sindicato sob o domínio da Companhia.

O ápice do imbróglio resultou na saída do sindicato dos trabalhadores de Rio Largo sob a custódia da CAFT, precisamente nos anos finais de 1950. O primeiro presidente do sindicato eleito após o desligamento foi Aquino Japiassú – funcionário mais próximo e leal do então já falecido o industrial Gustavo Paiva. Trabalhou na Companhia como professor de música, maestro da banda de música feminina e era o chefe da tipografia do mensal o “*Nosso Jornal*”. Nessa mesma época, Aquino Japiassú elege-se vereador pelo município de Rio Largo pelo partido do PTB e assumiu o pleito entre 1959-1963, além de ter ficado como suplente na eleição seguinte para deputado estadual, surgindo, assim, como uma liderança política da classe operária de Rio Largo.

Segundo a reportagem do *AVP*, a nova diretoria sindical havia pedido ao governo do Estado, sob o comando de Luiz Cavalcante, subsídios financeiros para a construção da Sede do sindicato, o que foi prometido em sua campanha eleitoral, votado posteriormente em assembleia, porém vetado, levando ao protesto dos operários:

O caso da construção do sindicato que representa um grande esforço dos trabalhadores para terem seu sindicato, sua sede própria e independente dos Paiva, numa demonstração de capacidade e sacrifícios, apenas uma migalha de cem mil já cruzeiros para uma obra que já supera dois milhões de cruzeiros, aí vem o governo* (sic) “filho de operário”, mas afilhado dos poderosos e meia da volta contra a classe operária vetando a migalha de cem cruzeiros, demonstrando que não há nenhuma identidade operária no atual governo. Todavia, os operários de Rio Largo levarão com a direção sindical a sua obra à frente, para isso sentem a necessidade reforçar a unidade e a

¹¹³ *A Voz do Povo*, Maceió, 1958. Acervo reservado no APA.

organização das suas fileiras para através do abaixo assinados, assembleias e outros atos públicos exigirem o apoio da Assembleia Legislativa e Câmara Municipais para anulação do veto do governo e obtenção de mais verbas que ajudem ao termino da construção independente do glorioso Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Rio Largo.¹¹⁴

Não tem nenhuma informação se esse valor foi depois concedido, mas a sede foi construída e inaugurada em 12 de novembro de 1961, como consta em nota de convite dos diretores no semanário do *AVP* aos operários:

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Largo levará a efeito, no dia 12 do corrente, às 19:30 horas, a inauguração da nova sede, em edifício próprio construído recentemente, e, para que o ato se revista de maior brilhantismo, esta Diretoria tem a grande satisfação de convidar a V. S^a para estar presente à solenidade. Antecipadamente; confessa-se agradecida. A diretoria. CARTEIRA SINDICAL. Rio Largo, novembro de 1961.¹¹⁵

A construção de uma sede própria dava autonomia de decisões aos/às trabalhadores/as no que fosse relacionado às questões de ordem trabalhistas fora dos limites da Companhia. Dessa forma, o sindicato passou a disponibilizar todo serviço assistencialista, como a escola sindical e, principalmente, o atendimento à saúde, que ficou sob a sua responsabilidade a partir de 1965 (FILHO, 2013), agregando convênios juntamente com o SESI, com atendimento médico e de farmácia. Além disso, os serviços assistenciais, antes promovidos pela CAFT, já não mais existiam com o fechamento do Grupo Escolar Gustavo Paiva e da Creche infantil.

A situação de vida dos/as trabalhadores/as era precária. O jornal *A Voz do Povo* apontava, entre as décadas de 1950/60, a situação do operariado alagoano como desesperadora e de calamidade social, cujas circunstâncias nas quais se encontravam era assustadora. Assim dizia uma das matérias: “Não se trata mais de miséria social, é a miséria física, o aniquilamento físico pela fome de centenas, milhares de crianças, homens e mulheres que estão morrendo de fome em nosso estado.”¹¹⁶ Os/As operários/as sofriam com cortes de salários, carestia dos alimentos e desemprego. A alta carestia de vida, com aumento elevado dos alimentos de primeira necessidade, como a carne, o pão, o feijão e o leite, fazia com que os/as trabalhadores/as não pudessem dispor dessas necessidades básicas, perdendo, assim, o poder de compra. Sem contar com o aumento de impostos dos governos municipais.

A política salarial durante esse período não teve ganhos significativos, mesmo com a pressão e reivindicação da classe operária. A inflação era um fator impeditivo de um poder

¹¹⁴ *A Voz do Povo*, Maceió, Novembro de 1961. Acervo reservado no APA.

¹¹⁵ *A Voz do Povo*, Maceió, Novembro de 1961. Acervo reservado no APA.

¹¹⁶ *A Voz do Povo*, Maceió, 1961. Acervo reservado no APA.

aquisitivo dos salários para os trabalhadores das indústrias. É relevante ressaltar que, desde 1946, a renda econômica diminuía, e esse número despencava cada vez mais como resultado do congelamento e da desvalorização dos salários, e quem sofria era a classe trabalhadora pobre. A situação tornava-se um verdadeiro “confisco salarial” (IANNI, 1979, p. 100-101).

Apesar de ter havido o aumento do salário mínimo à classe trabalhadora nos anos de 1950, parece não ter sido suficiente em vista de algumas indústrias terem realizado alguns cortes, como abonos salariais, taxa de insalubridade, além do aumento das taxas de higiene e dos aluguéis das casas das vilas operárias pertencentes às fábricas. O *AVP* demonstrava indignação contra os cortes e alegava que os direitos conquistados e garantidos por lei haviam sido violados, e não eram cumpridos pelos patrões.

Os trabalhadores sofriam com cortes de salários e com o alto custo de vida com aumento elevado dos alimentos de primeira necessidade, fazia com que os labutadores não pudessem dispor dessas necessidades básicas, perdendo, assim, o poder de compra. Vale mencionar, ainda, que, com o aumento de impostos dos governos municipais e o aumento da tuberculose, essa realidade agravou-se, como foi destacado pelo poder público do *AVP*:

Enquanto se avoluma o quadro da fome das doenças como tuberculose, da ignorância, sem escola pública para atender os filhos dos operários, e a miséria social se completa com a miséria física no maior centro industrial de Alagoas, a inércia, a indiferença dos poderes público desde o governo Estadual, ao prefeito e até os vereadores se completa. Nem uma lei, nem uma palavra, nem uma medida concreta em favor da melhoria da situação dos operários.¹¹⁷

Jogavam o ônus da crise nos trabalhadores, e as indústrias realizavam cortes de abonos salariais, taxa de insalubridade, aumento das taxas de higiene e dos aluguéis das casas das vilas operárias pertencentes à fábrica da Cia. Alagoana. O *AVP* demonstrava a indignação contra os cortes assistenciais antes prestados pelas indústrias:

O cúmulo dos absurdos! Isso é extorsão! Isso é crime! Se não querem dar assistência médica aos trabalhadores, não capem o seu salário sobre pretexto de dizer que a taxa é de higiene. Se não querem dar o conforto necessário à casa do trabalhador, não façam nenhum aumento absurdo.¹¹⁸

Alegavam que os direitos conquistados e garantidos por lei haviam sido violados e não eram cumpridos tais benefícios pelos patrões. Essa era a realidade da classe trabalhadora em Alagoas noticiada pela imprensa comunista em Alagoas, porta voz do operariado.

Os anos 1950, quando declarada a crise no setor econômico, eram refletidos com desempregos, reduções dos salários e o seu congelamento, diminuindo o poder aquisitivo dos/as

¹¹⁷ *A Voz do Povo*, Maceió, 1961. Acervo reservado no APA.

¹¹⁸ *A Voz do Povo*, Maceió, 1961. Acervo reservado no APA.

trabalhadores/as, principalmente das mulheres e seus filhos, o que tornava as condições de vida ainda mais agravantes. É inevitável ignorar a situação de opressão dos/as trabalhadores/as das indústrias têxteis em meio à crise do setor industrial, os quais vivenciaram parte da experiência da Classe Operária em Alagoas, especificamente de Rio Largo em Alagoas.

3 - ONDE ESTÃO AS MULHERES OPERÁRIAS?

Como diz Perrot (2007), em *História das Minhas Mulheres*, as mulheres sempre trabalharam, apesar dos ofícios realizados por elas não serem reconhecidos como trabalhos e nem valorizados. As mulheres das sociedades ocidentais passaram a conhecer, entre os séculos XVIII e XIX, novas formas de trabalho até então desconhecidos de sua realidade prática. Iniciava-se uma nova experiência fora do lar: receber salário. Elas ocuparam os espaços públicos e sentiram no corpo as demandas de sua existência, até então negadas por uma sociedade fundamentada sob as ordens do poder patriarcal.

Vale ressaltar, como bem abordado por Figueredo (2008), em seu artigo *Mulheres nas Minas Gerais*, publicado na coletânea *História das Mulheres no Brasil*, que, no Brasil colonial no século XVIII, as mulheres pobres livres, negras alforriadas, já apareciam no cotidiano das vilas e cidades em atividades como costureiras, doceiras, cozinheiras, lavadeiras, parteiras e em atividades de vendas de alimentos para o abastecimento do comércio local ou contribuindo para o provimento de gêneros alimentícios em atividades de mineração em Minas Gerais e portuárias, como São Paulo.

As mulheres, antes da industrialização, já exerciam trabalhos domésticos relacionados à lavoura, produção de alimentos e domesticação de animais. O processo industrial, principalmente no período da primeira grande guerra no início do século XX, veio a modificar as estruturas familiares. As mulheres passariam a cuidar dos negócios dos maridos, e as mais jovens migrariam para as cidades, onde trabalhariam, e seus rendimentos seriam para ajudar na renda familiar. (PERROT, 2007).

Perrot (2007) ressalta ainda que as condições das mulheres na França eram degradantes, visto que os lugares eram insalubres e as imposições de regras disciplinares eram algumas das situações pelas quais passavam as mulheres e as quais teriam que enfrentar. Desse modo, “eram experiências novas e muitas vezes perturbadoras” (FREEMAN, 2019, p. 124).

Os debates sobre o trabalho feminino nas indústrias vinham ocorrendo em plena Revolução Industrial na Europa, sobre os impactos da transição das atividades domésticas para o trabalho nas fábricas. Se antes elas haviam conseguido conciliar as funções domésticas com o trabalho artesanal no período pré-industrial, com o trabalho nas indústrias isso tenderia a se modificar. De acordo com Scott (1994, p. 444), em *A Mulher Trabalhadora*, a participação das mulheres no mercado de trabalho trouxe algumas questões para esse novo contexto: a criação dos filhos, trabalho e domesticidade. Essas discussões giravam em torno de como o labor

afetaria as relações impostas e estabelecidas ao sexo feminino, ou seja, o seu papel de mães, esposas e donas de casa.

Scott (1994, p. 443) também entende essas transformações não necessariamente como resultado das mudanças do sistema de trabalho industrial, mas pelo fato de as mulheres tornarem-se visíveis diante de uma nova realidade, cujo fator, de certa forma, colocava algumas questões em torno delas tanto no aspecto da feminilidade (trabalhos que pudessem afetar suas formas físicas e comportamentos) quanto da compatibilidade (trabalhos que seriam adequados ao trabalho feminino). O aparecimento da mulher trabalhadora trouxe novas discussões referente a elas no mundo do trabalho e, de certa forma, os impactos do trabalho industrial recairiam sobre suas vidas.

No entanto, o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho não se deu de forma tranquila, pois, como afirmam Borelli e Matos (2013), no livro *a Nova História das Mulheres*, a mão de obra feminina nas fábricas da região Sudeste, nas primeiras décadas do século XX, caracterizava-se pelas extensivas horas de trabalho, pelas más condições e por salários muito baixos, além do preconceito e dos abusos sofridos que tiveram que enfrentar no ambiente fabril. Apesar da oferta de trabalho nas fábricas, muitas mulheres eram estereotipadas pelo discurso sexista de fragilidade corporal e/ou pela dita incapacidade de executar algumas funções que não estivessem ligadas apenas às prendas domésticas (MATOS; BORELLI, 2013).

Analisando a realidade das mulheres trabalhadores do Rio Grande do Sul nos anos de 1920, Fonseca (2018, p. 516) mostra que o trabalho, para as mulheres pobres, era uma alternativa ao salário modesto dos maridos, visto que o que recebiam não chegava a cobrir as despesas da casa, cuja “dona de casa, que tentava escapar da miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da mulher pública”. A realidade é que muitas mulheres, não tendo uma boa aceitação no trabalho industrial, tiveram que enfrentar as duras penas em relação à sua moral diante da desmoralização e assédios que recebiam dos homens nas fábricas. Porém, ainda de acordo com Fonseca (2018), a situação econômica falava mais alto, mesmo com todos os obstáculos que elas tiveram que atravessar. As classes mais desprovidas necessitavam do salário complementar das mulheres, mesmo que esses fossem reduzidos.

Como apontam Tenório e Lessa (2013), na obra *O ciclo do algodão e as vilas operárias*, versando sobre a transição do trabalho feminino com enfoque na década de 1940, ao mesmo tempo em que a indústria capitalista trazia um novo formato de trabalho às mulheres e as incorporava em suas fábricas, ela se defrontou com o *modus operandi* das famílias tradicionais conservadoras, cujo papel das mulheres aparece ligado à devoção ao seio familiar e à dedicação integral como esposa e mãe.

Com o advento do capitalismo industrial, a mulher passa a ter um papel relevante tanto no quadro quantitativo funcional e de produção dentro das fábricas quanto na renda familiar das famílias mais pobres. Em muitos casos, o rendimento alcançado pelas mulheres operárias na fábrica possibilitava-lhes algum subsídio, apesar dos preconceitos de uma sociedade conservadora, como analisam Tenório e Lessa (2013, p. 79):

Uma mudança colossal vai ocorrer quando ela passa a trabalhar nos complexos fabris, a conviver, mesmo submetida a cobranças e constrangimentos, no mesmo espaço do homem, a receber salário. (...) As mais ousadas, as solteiras principalmente, arriscam a sua reputação numa ordem social moralista, marcada por rígidos conceitos religiosos.

O trabalho assalariado não deu autonomia às mulheres de decidirem sobre si mesmas. As circunstâncias que as fizeram migrar para as indústrias não eram uma escolha, mas uma alternativa necessária para a sobrevivência de sua família. Elas entram como mão de obra nas fileiras industriais com seus filhos como braço direito do sistema capitalista. Apesar do novo contexto, o seu papel dentro da sociedade não mudou: continuaram a ser donas de casa, responsáveis pelos lares e pela educação e criação dos filhos. A diferença é que elas passariam a trabalhar fora do ambiente privado e a receber salários ao lado dos maridos.

Ao analisar a situação das mulheres das fábricas de Santa Catarina entre as décadas de 1940 e 1960, Boschilia (1996) explana, em sua dissertação de mestrado *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*, que muitas mulheres recebiam críticas de vários órgãos políticos, da imprensa e da própria sociedade burguesa, que não viam com bons olhos o trabalho feminino fora do lar. Alegavam que a ausência delas no ambiente doméstico poderia ocasionar uma desestruturação no seio familiar, mas podemos perceber que tais críticas remetem apenas ao trabalho das mulheres nas fábricas, visto que, em outras atividades, como lavadeiras, arrumadeiras e em trabalhos como empregos domésticos, não havia questionamentos.

O processo histórico e suas transformações condicionaram e favoreceram as mulheres a ocuparem postos de trabalho, apesar de essas ocupações estarem relacionadas às atividades não muito diferentes daquelas já exercidas por elas. Nesse caso, a incorporação da mão de obra feminina nas fábricas não foi um processo difícil quando elas assumem “funções ditas femininas”. A grande questão foi ter que enfrentar os desafios de uma sociedade conservadora e dividir lado a lado com os homens o espaço de trabalho (BORELLI; MATOS, 2013).

Ainda conforme as autoras, a procura pela mão de obra feminina nas indústrias ocorreu pela necessidade de alguns setores individualizarem as atividades voltadas para o labor

feminino, como tecer, fiar e costurar. Contudo, esse não seria o único motivo para a busca da força de trabalho feminino nas fábricas têxteis, o que justifica o número quantitativamente maior de trabalhadores do gênero feminino em várias fábricas no final do período oitocentista no Brasil. Está também na possível recusa dos homens em executar tipos de funções consideradas femininas, ou na crença dos industriais de que seria mais fácil submetê-las à disciplina, além das vantagens de pagar salários menores a elas do que eram pagos aos homens (MATOS; BORELLI, 2013).

A oferta de trabalho nas fábricas, após a abolição no Brasil¹¹⁹, não proporcionou independência financeira, pois, como aponta Borelli e Matos (2013), os salários das mulheres correspondiam apenas a 65% do ordenado masculino, mesmo trabalhando nas mesmas condições e com horas de trabalho chegando a 14 horas diárias, sendo o seu rendimento inferior ao dos homens.

A procura das fábricas têxteis pelas mulheres, a exemplo das indústrias de Pernambuco, visava, preferencialmente, mulheres recrutadas no estado de Alagoas porque, por lá, pagavam-se os menores salários pela mão de obra feminina (STEIN, 1979, p. 68). Nesse sentido, podemos compreender que as relações de trabalho feminino na fábrica Paulista em Pernambuco estavam fundadas como um trabalho subalterno em relação à mão de obra masculina, correspondendo a uma diferenciação do trabalho entre os gêneros e de suas respectivas funções.

O trabalho feminino nas indústrias têxteis, no Brasil, em nada diferiu de suas funções ditas femininas, pois as atividades direcionadas a elas nas fábricas estavam geralmente ligadas ao labor do corte e costura. Por isso, para os industriais, as mulheres seriam as representantes do perfil ideal de trabalhadores/as que as indústrias têxteis buscavam, pois, pelo discurso sexista, elas seriam mais habilidosas no trabalho de tecer, fiar e costurar. O manejo desse tipo de atividade apenas elas seriam capazes de realizar.

As indústrias têxteis foram as que mais empregaram as mulheres nos setores de confecção. Admitidas ainda meninas, os trabalhos eram passados de geração e geração entre as mulheres. O que podemos verificar na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos- CAFT em

¹¹⁹ As últimas décadas do século XIX, no Brasil, foram marcadas por transformações políticas, econômicas e sociais. A abolição da escravidão e, posteriormente, o fim do regime monárquico provocaram mudanças estruturais na conjuntura brasileira. O ritmo acelerado da modernização, advinda da industrialização inglesa, e o crescimento populacional, juntamente com o desenvolvimento dos espaços urbanos e o advento de novas fábricas Têxteis no Brasil, foram determinantes para que as mulheres pudessem, entre outros aspectos, buscar o seu espaço no mercado de trabalho.

Rio Largo, Alagoas, é que as filhas dos operários/as eram preparadas nas escolas da Companhia para o trabalho nos setores de produção e confecção das fábricas:

Figura 05 - Sala de costura do grupo escolar Gustavo Paiva (1945).



Nessa imagem, podemos visualizar aproximadamente 29 meninas realizando trabalhos manuais de corte e costura, o que parecem ser bordados em tecido (pelo uso de bastidores utilizados em suas mãos), sob a coordenação de uma professora, a terceira à direita, sentada ao centro na fileira encostada na parede no fundo da sala, que faz parte do Grupo escolar Gustavo Paiva, em dezembro de 1945.

A determinação sobre o currículo de prendas manuais, permanente na educação feminina, por muitos anos, no Brasil, dizia respeito ao sistema de dominação patriarcal, cuja educação das mulheres bastava-se apenas na educação moral e nas funções de esposa e mãe. De acordo com a historiadora Mott (1991, p. 58), em *Submissão e Resistência: A mulher na luta contra escravidão*, a educação feminina não estava direcionada para a formação profissional, “mas para o casamento, a economia doméstica e a criação dos filhos.”. Esse quadro sofreria uma pequena evolução no que diz respeito à educação feminina no Brasil. As ideias positivistas da era republicana no país dariam uma nova expectativa de ascensão, ainda que limitada, para as mulheres.

Com a implantação da República no Brasil, acreditava-se que a profissionalização seria um passo para se conquistar o ideal de desenvolvimento e progresso e, nesse sentido, as

¹²⁰ Imagem extraída do *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1945, 8ª edição. Acervo disponibilizado pela família Japiassú.

mulheres deveriam estar preparadas para uma educação mais formal. Mesmo assim, a educação feminina ainda era limitada, como explanaram Beltrão e Alves (2009, p. 128), no artigo *Revolução Feminina: as mulheres a frente na educação*, quando discutem que “a educação feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professores para os cursos primários”.

Nos anos de 1940, o acesso ao ensino aumentou, e o número de mulheres alfabetizadas também. Ampliou-se o número de escolas normais e, conseqüentemente, os novos ofícios para as mulheres, nesse caso, para professoras de ensino infantil. Apesar dessa abertura, as mulheres com instrução mais qualificada e elevada ascensão social participavam apenas de maneira coadjuvante, ocupando funções como auxiliares dos homens em atividades de assistente administrativo, secretárias, enfermeiras e professoras do ensino primário.

Louro (2018) observou, ao dissertar sobre a educação feminina, que havia quem defendesse a ideia de que as mulheres tinham, por dom natural, a vocação para o trabalho com as crianças e que, como eram a representação do maternal, seriam elas que deveriam estar à frente de instituições de ensino, como as escolas, creches.

Em relação às mulheres das camadas populares, a formação educacional restringia-se apenas à educação primária, o que proporcionaria a elas empregos sem qualificação, trabalhos em lavanderias, arrumadeiras, cuidadoras e trabalhos nos setores de produção nas indústrias têxteis, cujas tarefas não exigiriam delas aptidões intelectivas, apenas habilidades manuais e com salários minguados.

Nos anos de 1950, a inserção de mulheres que ingressavam em cursos profissionalizantes de costura não tinha efeito positivo, só reforçava “As famosas “qualidades inatas”, qualificações adquiridas de aprendizagens pacientes e pouco formalizadas (PERROT, 2007, p. 121). Nesse caso, a oferta de trabalho, nos setores de costura fabril, estava também atrelada ao crescimento do mercado de roupas voltado ao consumo feminino por essa mão de obra barata ser rentável às indústrias.

As mulheres, mesmo ao adquirir uma posição frente ao mercado de trabalho nos primeiros anos da República no Brasil, tinham a sua condição ainda relegada ao sistema excludente, limitada sobre vários aspectos, como ao das mulheres negras, que eram, muitas vezes, excluídas do trabalho industrial pela preferência por mulheres brancas e estrangeiras. O preconceito em relação à cor e à etnia eram presentes na sociedade pós-libertação no Brasil, como aponta Rago (2018, p. 582), em seu artigo *Trabalho Feminino e Sexualidade*:

As mulheres negras, por sua vez, após a abolição dos escravos, continuam trabalhando nos setores os mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo

tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e formação do mercado de trabalho livre no Brasil.

A fim de buscar compreender algumas questões que possam explicar a condição de mulheres em relação às discriminações das mulheres negras nas fábricas, podemos encontrar, como um ponto de reflexão, a relação histórica anterior das relações de bases coloniais. Se levarmos em consideração que esses/as trabalhadores/as pertencem à geração recém-saída da escravidão, não é difícil entender que os princípios do novo tipo de trabalho industrial – apesar de livre e assalariado –, ainda se baseassem nas relações da estrutura de poder escravista, o que está fundado no que Paoli (1987, p. 76), em *Os Trabalhadores Urbanos nas Falas dos Outros*, chama de “estigma de inferioridade”: preconceito estruturado na condição de cor, idade e gênero. Essas condições favoreciam para que houvesse desigualdade em relação à escolha dos/as trabalhadores/as em qualificação, levando ao aumento da construção de estigmas em relação ao gênero, o que proporcionaria também práticas de exploração na organização do trabalho.

Como demonstra Rago (2018, p. 580), o governo brasileiro passou a investir, nos finais do século XIX e início do XX, na migração de estrangeiros, com grande parcela de mulheres para ocuparem, inicialmente, as lavouras e as poucas indústrias existentes no país devido à proibição de Dona Maria I, que levou tardiamente a implantação delas no Brasil Imperial. Após a Lei do Ventre Livre e a libertação dos escravos, o número de estrangeiros chegou a cerca de 3,5 milhões na região Sul do país.

Na região Norte (hoje Nordeste), a imigração estrangeira foi incipiente para ocupar a mão de obra nas indústrias têxteis, exceto, como constatado anteriormente, quando se tratou de mão de obra especializada, a exemplo dos técnicos estrangeiros, que vieram instalar maquinário e instruir os novos trabalhadores. Por essa razão, grande parte do trabalho braçal nas indústrias fabris era composta por trabalhadoras de mulheres provenientes do campo (TENÓRIO; LESSA, 2013).

O mercado industrial brasileiro absorveu grande parte da mão de obra de mulheres nas fábricas têxteis. Dentre elas, o maior número se concentrava nos setores de fiação e de tecelagem (RAGO, 2018). Alguns dados estatísticos sobre a presença feminina nas indústrias têxteis no Brasil atestam essa realidade. Grande parte das mulheres estavam alocadas nas indústrias têxteis de São Paulo e, em algumas delas, a presença feminina chegou a corresponder a um total de 1.340 dos 1.775 operários existentes. (RAGO, 2018, p.581). Em Minas Gerais, Lima (2010), através dos dados levantados em seu artigo *Fiandeiras e Tecelãs: o cotidiano de operárias têxteis fabris em Minas Gerais no final do século XIX um estudo na Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira*, quando observou o quantitativo de trabalhadores que ocupou as

fábricas de Bom Jesus, São Joanense e a Cedro Cachoeira, verificou que as fábricas mantiveram, em seus quadros funcionais, 80% de mulheres, o que perdurou até 1941.

Em Alagoas, as fábricas têxteis incorporaram uma parcela significativa de mulheres nos setores produtivos de fiação e tecelagem. Correia (2018, p.142-143), ao realizar um estudo sobre a fábrica da Pedra na cidade de Delmiro Gouveia, em Alagoas, nos anos de 1916, constatou que a fábrica contava com cerca de 1.500 operários e, destes, aproximadamente 700 eram mulheres, 400 homens e 400 meninos e meninas.

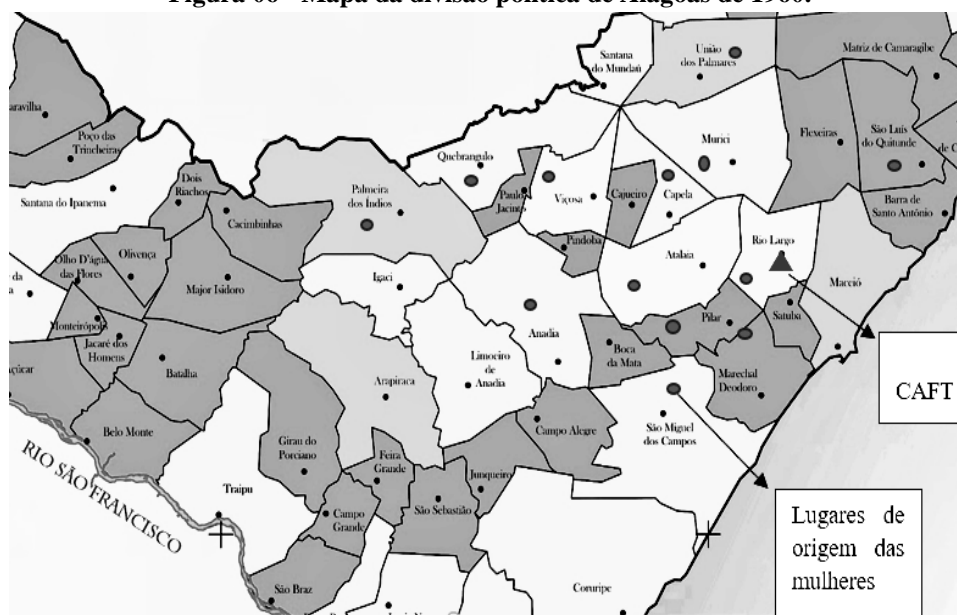
Podemos verificar, também, algumas informações relevantes levantadas por Marroquim (1922) em *Terra das Alagoas*, no qual se faz uma abordagem sobre dados econômicos e sociais de alguns municípios e de suas indústrias têxteis no estado de Alagoas. O autor aponta, de maneira quantitativa, a predominante participação feminina nos quadros laborais das fábricas têxteis nos anos de 1924. Dentre elas, a União Mercantil, situada em Fernão Velho, que apresentava um quadro de 850 trabalhadores, entre os quais 330 eram homens que correspondiam a 38,82% e 520 mulheres totalizando 61,17%. A Companhia São Miguel Fiação e Tecidos, situada no município de São Miguel dos Campos, era composta de 300 operários, sendo eles 80 homens, o que correspondia a 26,60%, 160 mulheres a 53,33% e 60 meninos e meninas com 20%.

Na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT, ainda de acordo com os dados explicitados por Marroquim (1922), há um número bastante considerável de 1.112 operários, com 290 homens, que chegavam a 26,10%, 526 mulheres que correspondiam a 47,30% e 296 meninos e meninas, com 26,60%, distribuídos nos setores da fábrica Cachoeira. Esses dados expressam não apenas dados quantitativos, mas a importância das mulheres no cenário industrial alagoano.

3.1. Em busca das mulheres da CAFT

Afinal, quem são as mulheres trabalhadoras da CAFT? A partir de algumas informações extraídas das fichas funcionais, buscarei identificar e traçar o perfil das mulheres operárias, entre as décadas de 1940 e 1960 – período que corresponde ao marco temporal do estudo desse trabalho. Como primeiro ponto de partida, localizei o lugar de nascimento de algumas mulheres e tracei os caminhos percorridos por elas ou pelos seus antepassados. A seguir, o mapa com alguns municípios mais encontrados nos referidos documentos.

Figura 06 - Mapa da divisão política de Alagoas de 1960.



Fonte: Acervo disponível em: www.dados.al.gov.br.¹²¹

Entre as fichas coletadas e analisadas, com maior evidência em relação às mulheres estavam os municípios de Rio Largo: 165; Murici: 72; Atalaia: 34; Pilar: 22; São Luiz do Quitunde: 16; Capela: 16; São Miguel: 18; União dos Palmares: 12; Marechal Deodoro: 10; Fernão Velho: 12; Anadia: 10; Viçosa: 14; Palmeira dos Índios: 8; São José da Laje: 6; Santa Luzia do Norte: 4; Limoeiro de Anadia: 3 e Pernambuco: 3 mulheres.

Esse fluxo migratório pode ser explicado pela oferta de mão de obra na CAFT, pois a década de 1940, como apontado por Stein (1979), foi o período em que as indústrias tiveram uma produção em grande escala por conta da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, houve também um aumento expressivo no número de indústrias em Alagoas, o que significa dizer que os resultados econômicos eram satisfatórios no aumento de sua capacidade produtiva que, consequentemente, favoreceu a oferta de mão de obra e um maior número de trabalhadores (MELO, 2012).

Além disso, a facilidade do transporte ferroviário, que atendia as regiões apontadas pelo mapa acima, propiciou o deslocamento de grande contingente de famílias que migravam para os núcleos industriais, em vista da luta pela sobrevivência, em busca de trabalho nas fábricas, carteira assinada, salário, moradia e da possibilidade de empregar toda a família.

¹²¹ Mapa referente ao ano de 1960. Algumas cidades só foram desmembradas e garantiram a sua autonomia após anos 60, o que explica a ausência de cidades como Santa Luzia do Norte, que, no caso, estava subordinada a Rio Largo.

Esse último quesito é comprovado em diversas fichas funcionais das mulheres operárias, onde se encontram os registros anotados dos dependentes – todos pertencentes a uma mesma família – empregados nas fábricas da CAFT. Tomando como base as fichas funcionais das mulheres, podemos verificar o perfil de algumas mulheres que trabalharam na Companhia, durante os anos de 1940/50.

Um exemplo importante é da operária Sebastiana Cosmo Silva, nascida em 16 de junho de 1922, no município de Santa Luzia do Norte, a qual ingressou na fábrica em 18 de outubro de 1957, com a idade de 35 anos e estado civil de solteira. Alfabetizada, sua formação escolar corresponde ao grau de instrução primária. Alocada no setor de Fiação, exercia a função de fiandeira, era sindicalizada, recebia salário por produção e sua rotina de trabalho era de 9 horas diárias com um intervalo de duas horas. A operária permaneceu na fábrica por oito anos. Saiu no dia 12 de dezembro de 1965.

Figura 07: Ficha cadastral de Sebastiana Cosmo Silva (1957)

Companhia Alagoana de Fiação e Tecido
REGISTRO DE EMPREGADOS
 N° DE ORDEM **9432**

NOME **SEBASTIANA COSMO**
 FILIAÇÃO { PAI **Francisco Cosmo**
 MÃE **Antonia Maria da Conceição**
 PROFISSIONAL N. **84.953 Série 198 INSTITUTO N**
 CATEGORIA { RESERVISTA
 Sindicato a que pertence **S.T.I.F. de Rio Largo** ESTRANGEIRO
 Data do Nascimento **16/6/1922** Nacionalidade **Brasileiro** Lugar do Nascimento **Sta. Luzia do Norte Al.**
 Residência **Est. Civil solteira Idade 35 anos** Instrução **Primaria** Admissão **18/10/1957**
 Categoria e ocupação habitual **5.300 - Fiação - I - Fiandeira** Salário **Por produção**
 Horário **6** às **10 - 12** às **17** horas com intervalo de **2** horas para o referido descanso
 Forma de pagamento **semanal** Nome dos beneficiários **pai**

ASSINATURA DO EMPREGADO *Sebastiana Cosmo Silva* Data da dispensa **12-dezembro-65**
 Data **18/10/1957**
 Folia do Livro de Anotações

Fonte: Acervo da CAFT.

De acordo com as 597 fichas arroladas entre as décadas de 1940 e 1950, as mulheres representavam, nos setores de produção, nas seções de fiação e tecelagem, 71% do total desses empregados, enquanto os homens chegavam a corresponder apenas a 29%. Isso demonstra que a maior parte da mão de obra no setor de produção da CAFT era predominantemente feminina durante esse período.

A maioria das mulheres operárias, ao ingressaram nas fábricas da Companhia entre os anos de 1940 e 1950, nos setores de fiação e tecelagem, tinha em média 20 anos de idade; as mais jovens com idade mínima de 14 anos e as mais antigas com idade máxima de 45 anos. A maioria das mulheres eram solteiras e correspondia a 70%, enquanto as casadas somavam 30% do total das fichas averiguadas. Em relação aos homens, ingressavam para trabalhar em média com 21 anos de idade. 83% deles eram solteiros, enquanto apenas 17% eram casados. Esses dados remetem somente aos setores de produção, pois a maioria deles estavam alocados em outros setores adjacentes, como setor de construção, sendo pedreiros, pintores, voltados à

marcenaria, à vigilância, a atividades como jardinagem, entre outros, em que número de homens era bem maior.

Em relação ao perfil educacional, 62% das mulheres tinham o ensino primário, enquanto 38% delas eram analfabetas. Embora a maioria das mulheres tivesse o ensino primário, isso não garantia “melhores” postos de atividade no setor de produção, pois, como verificado nas fichas, ambas realizavam as mesmas tarefas. Quando mais jovens, exerciam atividades consideradas mais “leves”, como aprendizes volantes de materiais, varredeiras, catadoras de algodão ou operando apenas um ou dois maquinários nos setores de produção, enquanto as mulheres adultas chegavam a operar de três a quatro maquinários.

Muitas mulheres não tinham funções fixas dentro do sistema de produção, migravam entre várias atividades: como varredeiras, catadoras de algodão, fiandeiras, tecelãs. Podemos atestar esse fato a partir de um dos relatos importantes de uma ex-operária, em entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso de Santos (2013), intitulado *Rio Largo: História, Memória e a Educação Patrimonial como Alternativa de Desenvolvimento econômico, Social e Cultural*, o qual ajuda a compreender parte do funcionamento de alocação das mulheres operárias nos setores produtivos da CAFT. O depoimento é da operária Maria de Lurdes Tenório¹²² que relembrou os setores em que trabalhou durante sua passagem pela CAFT:

Eu entrei na Progresso e trabalhei durante seis anos na fiação e depois eu fui trabalhar na tecelagem. Quando eu trabalhei na Cia., eu comecei limpando corredor, limpando canela, cilindro, catando algodão. Quando eu aprendi a trabalhar na máquina e fui fiandeira em tecido e trabalhei seis anos eu devia ter uns 15 anos e depois desci pra Cachoeira para tecer pano (SANTOS, 2013, p. 64).

Pelo depoimento da operária, e atestado pelas várias fichas admissionais, o cargo máximo que as mulheres poderiam alcançar dentro do setor produtivo da CAFT seria como operadora de máquina na tecelagem, nada além disso.

Em relação aos homens, com muitas exceções, havia uma flexibilização de ascensão a cargos altos de trabalho na CAFT. Mesmo com o ensino primário, o operário que entrava na fábrica, exercendo atividades não valorizadas no sentido de prestígio e salário, poderia almejar uma carreira no setor de produção e realizar cursos técnicos promovidos pela própria empresa.

¹²² Natural do interior de Pernambuco em “Quipapá”, diz que chegou a Rio Largo apenas com oito anos de idade com seus pais e teve sete irmãos. Seu pai, agricultor, foi trabalhar em um engenho “Três Bocas”, povoado localizado na região. Quando o engenho fechou, seguiram para morar em uma fazenda que pertencia à usina Santa Clotilde. De acordo com seu depoimento, disse apenas que sua mãe trabalhou na fábrica, sem mais informação a respeito. Entrou na fábrica adolescente e teve duas passagens pelas fábricas da CAFT. A primeira, de acordo com sua carteira de trabalho, de 1930 a 1936. Não se tem informações sobre o porquê da sua saída da fábrica, que perdurou por seis anos. Reingressou em 1942, permanecendo até abril de 1966, quando se aposenta.

Vejamos o depoimento do ex-operário José Ramalho, concedido para Lima (2015), no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Entre Memória e História: A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos e seus Operários*, quando, em seu relato, fala do processo que o levou ao cargo de gerente geral de um dos setores da Companhia:

(...) eu comecei muito novo com dezesseis ano quando terminei os estudo, aí o primário! Aí meu pai que tinha conhecimento lá (...) aí me botaram pra trabalhar, aí eu fui trabalhar de contínuo. Era café pra um, recado pra outro (...) eu fui trabalhando aí depois me tiraram daquele serviço e botaram pra eu ir pra tecelagem pra eu aprender... como é? Aprendiz de tecelão. Fui trabalhar na seção de toalha, fazia nada, nada, somente só olhando, os caras trabalhando, os caras trabalhando. Ficava só aprendendo, né? Aí aprendi (...) E seu Antônio Bacelar era o gerente da Companhia Alagoana (...) aí me perguntou: Zeca, você quer ir para sala de fazenda? E eu vou tirar você da tecelagem lá, pra sala de fazenda que ir pra lá? Quero, se o senhor quer buta pra lá eu vou! (...) Eu fui pra sala de fazenda como peão qualquer, como um trabalhador qualquer (...) entrou um chefe lá novo, aí disse: “quero conversar com o senhor! Eu quero que o sinhô fique aqui, vendo o movimento como é que trabalha o contramestre, e o senhor vai trabalhar como contramestre e depois vou lhe dizer como é, o senhor fica aqui nesse birô (...) recebendo os movimentos aí de produção (...) foi depois esse mesmo chefe disse a mim “Seu Ramalho, o senhor se prepare que o senhor vai ser chefe daqui! (...) Eu me aposentei como chefe geral da casa da fazenda (LIMA, 2015, p. 84-87).¹²³

Vemos que José Ramalho, mesmo sem ter uma formação educacional secundária, conseguiu assumir um cargo de gerência na CAFT. Esse fator não impedia que homens com baixa qualificação ascendessem a uma profissão de certo privilégio dentro dos setores de produção da CAFT. Porém com exceções e não como regra.

Assim, as mulheres estavam limitadas às funções que não exigiam delas atividades de ordem intelectual, tampouco de formação técnica, como demonstram as fichas funcionais em que os cargos que ocupavam não exigiam delas o mínimo de instrução escolar, apenas habilidades físicas, o que já seria o suficiente para ocupar uma função no setor de produção da Companhia. Essa relação de trabalho caracteriza-se como mão de obra barata para as fábricas, o que conseqüentemente corresponderia também a salários mais baixos, cujos fatores acabavam desqualificando o trabalho feminino e colocavam as mulheres em uma posição subalterna nas divisões do trabalho na CAFT.

Na obra “*A mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade*”, que analisa a inserção das mulheres nas fábricas no início do século XX, Saffiotti (1976) faz uma discussão sobre o que ela denomina de “*Baixo Operariado*” na inclusão não só das mulheres e sua “desvalorização” neste contexto fabril na visão patronal, como também de crianças do sexo

¹²³ A não localização do ex-operário inviabilizou uma possível entrevista com ele, o que me fez optar por essa utilização, com permissão do autor, para este trabalho.

feminino e menores de modo geral, pouco ou nada experientes, alocados em algumas funções específicas dentro das fábricas.

Sendo maioria no contexto da CAFT uma superioridade numérica feminina, não se traduzia, no entanto, na hierarquia nos altos postos de trabalho, tendo em vista que o domínio masculino nos cargos de chefia e de mestres e contramestres dos setores com salários mais altos, mesmo em um quantitativo menor de trabalhadores, ratifica a questão sexista no ambiente fabril e também evidencia uma desigualdade de classe social e econômica entre os sexos.

Ao analisar, em sua obra, as questões do valor da força da mão de obra nas fábricas paulistanas na década de 1920, Moura (1982, p. 57) afirma:

(...) a condição de “baixo operariado” da mão de obra feminina, bem como maior importância do fator sexo – frente ao fator idade – na determinação do valor da força de trabalho, a diferença positiva existente, entre os operários adultos, no salário masculino é mais acentuada do que verificada no salário das mulheres – apesar de sua condição de mão de obra adulta – em relação aos operários de idade inferior a 16 anos. Assim, o emprego mais expressivo de mulheres e de menores e crianças em geral, em funções que não exigem qualificação técnica e/ ou experiência profissional ou ainda que são de fácil aprendizagem.

O regime de contratação da CAFT para o “baixo operariado” dava-se através de uma solicitação de pedido de emprego sob o regime de contrato de trabalho provisório em vista da substituição das operárias efetivas afastadas por doenças ou acidentes do trabalho. Esse sistema de contratação caracterizava-se por uma intensa rotatividade entre as mulheres, cuja maioria estava nas fábricas da Companhia, as quais entravam como mão de obra temporária e complementar. Observa-se, também, que essa substituição estava ligada às mulheres que, ao contraírem matrimônio, deixavam as fábricas, sendo readmitidas anos depois. Isso é atestado pelo fato de diversas fichas pertencentes a uma mesma operária estarem anexadas umas às outras, de épocas distintas, tanto com estado civil de solteiras quanto de casadas. Além disso, como dito anteriormente, muitas delas entravam na fábrica somente para substituir temporariamente as operárias efetivas quanto entravam em licença maternidade ou em caso de aposentadoria provisória por motivo de doença.

Pode-se ilustrar isso com o relato da ex-fiandeira Margarida Gomes da Silva, natural de Rio Largo, que nasceu no dia 12 de março de 1945. Vinda de uma família numerosa de doze irmãos, foi obrigada a trabalhar ainda muito jovem para ajudar na renda familiar. Em seu depoimento, diz que ingressou na Fábrica Progresso aos 16 anos de idade como aprendiz de fiandeira, no ano de 1961, permanecendo na fábrica apenas por quatro anos, até julho de 1965. Casou-se aos vinte e poucos anos e teve três filhos. Retorna à fábrica novamente três anos

depois, em março de 1968, e permanece por lá apenas por alguns meses.¹²⁴ Assim ela diz que: “Meu pai foi pedir, tava empregando gente. Aí eu disse ô pai, vá arrumar pra mim, aí eu fui. Trabalhei pouco tempo. Trabalhei 3 anos. Saí no corte a primeira vez. Depois teve outro chamado eu fui e saí de novo. Eu pedi as contas. Fui embora pra Flexeiras.”.

As mais jovens operárias eram sempre direcionadas às funções complementares nos setores de fiação e tecelagem. Tarefas que não exigiam mão de obra qualificada, cuja aprendizagem dependia exclusivamente de atenção, repetição e agilidade. Havia uma certa liberdade às mulheres em relação à escolha dos setores nos quais gostariam de trabalhar, disse Margarida: “Era uma opção se quisesse. Às vezes o contramestre dizia: você quer trabalhar eu boto você, se quiser... agora trabalhava pra caramba, viu! Pra dar conta e da produção.”.

Ainda de acordo com a fiandeira Margarida Gomes, os treinamentos dados às novatas, nos setores de produção, eram feitos pelas operárias mais antigas, que sempre as instruíam. “O contramestre dizia assim, você vai trabalhar botando canela. Aí via só outros fazendo. Aí eu ficava olhando e ligando as máquinas e botando. A gente aprendia fácil.”¹²⁵ Elas eram empregadas pelo sistema de aprendizes, com um período de experiência que variava entre um mês e três meses de adaptação do trabalho. Adaptadas, eram empregadas pelo regime de contrato determinado até completar a maioridade, no caso, dezoito anos, quando, enfim, conseguiriam ser fichadas e passavam a receber um salário-mínimo. O salário dos aprendizes era mais baixo do que o dos adultos, ainda que trabalhassem praticamente quase a mesma quantidade de horas. Vê-se, assim, que a preferência por menores tornava-se vantajosa para o patrão, sendo mão de obra barata visto que o valor pago a dois aprendizes era o preço de uma mão de obra adulta.

Vale ressaltar que, desde as primeiras décadas do século XX, havia uma enorme distância salarial paga aos trabalhadores entre os estados. Essa diferença chegava até 25% e tinha uma relação direta com as condições de vida dos trabalhadores, os quais recebiam pouco e se desdobravam a trabalhar até 16 horas diárias (BATALHA, 2000, p.10-11).

Durante a década de 1940, havia sido promulgada a lei que definia a faixa dos salários-mínimos, restrita apenas aos trabalhadores das indústrias, sendo que ainda variava de região para região no país. As discussões sobre salários vinham sendo bastante questionadas durante esse período, enquanto alguns industriais defendiam a equiparação salarial fixo em todo território nacional, com a justificativa de que os trabalhadores das zonas rurais, principalmente no Nordeste, viviam com um custo de vida baixo e que não tinham as mínimas condições de

¹²⁴ Margarida Gomes da Silva. Entrevista realizada em julho de 2018.

¹²⁵ Margarida Gomes. Entrevista concedida em Julho de 2018.

vida, nem para comer, nem para se vestir; outros industriais, por sua vez, alegavam ser contrários a essa ideia (STEIN, 1979. p.164).

Os salários pagos pela CAFT, na década de 1940, obedeciam a uma classificação de acordo com as categorias funcionais de sexo e idade. Tais diferenças correspondem, em primeiro lugar, aos postos de hierarquia, visto que apenas os homens do elevado escalão, os diretores e gerentes, tinham salários mais altos, chegando o máximo de C\$ 5000, seguidos dos mestres e contramestres, que ganhavam por produção das seções pelas quais eram responsáveis. Em relação ao chamado “baixo operariado”, não havia quase diferenciação salarial entre os homens e as mulheres que realizavam funções semelhantes nos setores de produção, pois recebiam em torno de C\$ 1,05¹²⁶ por hora ou por produção, dependendo da atividade específica de cada setor. Os aprendizes recebiam a metade do valor, cerca de C\$ 0,52, justamente por não terem direito a salário-mínimo e, como já dito, por ocuparem funções complementares.

O trabalho nas fábricas, para as mulheres pobres mais jovens, de certa forma, era uma oportunidade de ajudar a família como renda complementar. Elas usavam seus ganhos para ajudar seus pais e, por isso, não podiam investir em si mesmas. O salário era pouco, como reforça Margarida: “Era um cruzeiro, dois cruzeiros. O dinheiro era pouquinho, dava não. Tinha o tanto de comprar. Eu trazia o dinheiro e dava à minha mãe. Era uma mixaria.”. Essa era uma realidade que as mulheres tiveram de enfrentar quando passaram a trabalhar nas indústrias. Neste caso, “esse dinheiro era muito apreciado e contribuiu para revalorizar a estima das moças na economia” (PERROT, 2007, p.113).

3.2 Espaço do trabalho feminino na CAFT

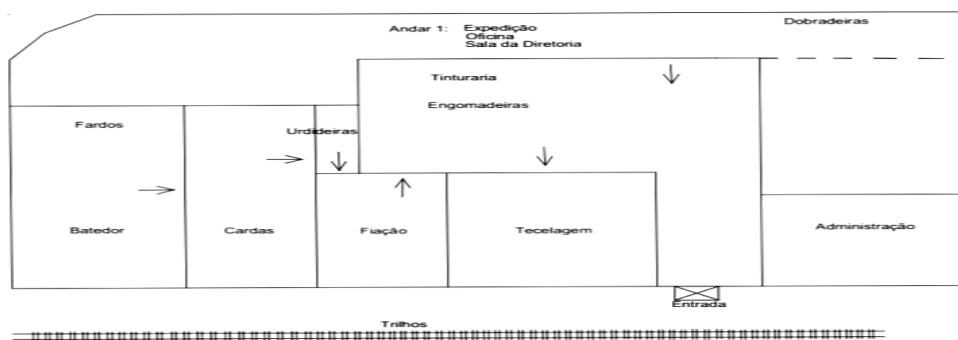
Pela ausência de documentação que pudesse nos revelar como era o espaço físico da CAFT entre as décadas de 1940 e 1960, uma das formas que encontramos para nos aproximar da dinâmica espacial e organizacional do trabalho foi através da realização de uma entrevista com o antigo gerente da Companhia, o Sr. Frederico Barbosa, que esteve à frente da fábrica Progresso Alagoano na década de 1970. Mesmo que a sua gestão não corresponda ao recorte temporal deste trabalho, é importante esclarecer que, segundo o ex-gerente, a estruturação do espaço é anterior à sua gerência, não havendo reformas prediais nas estruturas da fábrica ao longo das décadas de 1950-1960. Com a sua colaboração, foi possível desenhar um *esquema croqui*, baseado no que seria a Fábrica Progresso em sua constituição interna.

¹²⁶ Dados extraídos das fichas funcionais dos operários da CAFT.

Dessa forma, poderemos situar e localizar melhor a estrutura de operações e a alocação dos/as operários/as distribuídos/as entre os setores. É importante destacar que a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos anteriormente englobava duas fábricas: a Progresso Alagoano, com setores de preparação e fiação, e a Cachoeira, com setores de tecer e acabamento, separadas espacialmente uma da outra, mas que depois se uniram em um só complexo predial nos anos de 1960, tornando-se uma única célula de produção.

Segundo o relato de Frederico Barbosa, a fábrica compunha-se em uma série de setores específicos de operações, assim discriminadas: a parte térrea, onde estava a maior parte da cadeia produtiva, que era composta pelos *setores de Administração, Armazém dos Fardos, Batedores, Cardas, Urdideiras, Fiação, Engomadeira Tinturaria e Tecelagem*. No primeiro andar, funcionavam os setores de *Oficina, Dobradeiras, salas de Expedição e sala da Diretoria*. Abaixo, um esquema da estrutura física e funcional da fábrica e os direcionamentos dos trabalhos correspondentes aos anos de 1960:

Figura 08 - Planta estrutural da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos em Rio Largo.



Fonte : (Desenho elaborado pela autora baseado no depoimento de Frederico Barbosa Fábrica).

O croqui refere-se ao funcionamento do processo produtivo conforme o espaço fabril da Companhia Alagoana e representa necessariamente o pensamento ideológico de produção capitalista da CAFT. Sendo relevante para seus quadros produtivos, havia particularmente um sistema de cadeia de produção com um direcionamento e funcionamento pragmático, tanto no que se refere à organização do espaço quanto na divisão das atividades. A partir dessa esquematização, poderemos refazer a reconstituição de funcionamento do sistema de produção da CAFT e, através dela, conhecermos a divisão das funções de trabalho nos respectivos setores para compreender o lugar das mulheres neste processo.

A distribuição dos operários na CAFT dava-se de maneira não regular. A concentração maior de trabalhadores/as alocados/as estava no setor da tecelagem, no qual praticamente a maioria das mulheres operárias estão fixadas, cujo setor possuía uma média de 1.105 mil teares

operados por tecelões e tecelãs, sem levar em consideração os outros setores, como o da fiação, que possuía 37.844 fusos.¹²⁷ Em relação à produção, subdividido em seções de cadeias dependentes uma das outras, o sequenciamento começava a partir do setor de fiação, onde se produziam vários tipos de fios. Na tecelagem, a produção dos tecidos e, por fim, no acabamento.

Na seção de *Preparação*, primeiro setor da fábrica, os homens encarregavam-se do descarregamento e separação dos fardos e pesagem de algodão bruto. Mais adiante, encontravam-se os batedores, o maquinário responsável pela abertura do algodão, bater as fibras, separar as impurezas e formar as mantas de algodão. Na sequência, as *Cardas*¹²⁸ realizava o processo de estiragem, promovendo o tratamento das fibras, desembaraço das mantas penteando-as, que se transformará em mechas de fitas grossas a partir dos mais variados tipos de fios do algodão. Depois, vinham os bancos – que serviam para transformar as mechas de algodão em pavios grossos –, os passadores – responsáveis pelo processo de paralelização e alinhamento das fibras – e as *maçaroqueiras* para a estiragem e autotorção da fibra que dará início à formação dos fios nos filatórios. Em todo esse procedimento operacional, apenas os homens executavam esse tipo de serviço, pois eram trabalhos que, na lógica do sistema de produção, envolvia máquinas pesadas e de alto risco pela sua complexidade, além do carregamento dos rolos de algodão e de sua pesagem, que exigiam esforço físico.

Na *Fiação*, setor subsequente, existia a seção denominada de “Margarida”, lugar ocupado por boa parte do operariado feminino da Companhia, onde quase não se tinha máquinas de grande porte, sendo as mãos a principal ferramenta de trabalho delas. As mulheres, nesse setor, cumpriam atividade de natureza cíclica. As fiandeiras incumbiam-se de abastecer com bobinas e adaptá-las aos fusos dos filatórios, que eram os maquinários utilizados para a construção dos fios mais finos. Outras mulheres exerciam a função de enrolar, preenchendo as canelas nos filatórios quando esses estivessem vazios. A mais antiga operária, Maria Anunciada¹²⁹, ao relatar em entrevista para Santos (2013), trabalhou no setor de fiação e descreve sua função: “na fiação tinha muita máquina e muita gente. Eu trabalhava com o fio fino para encher canela para a tecelagem. Agora se precisasse eu fazia também fio 6 no rolator para encher aquelas carretas.”.

A ex- fiandeira Margarida Gomes relata como era o cotidiano de seu trabalho na fábrica Progresso no setor de fiação. Ao recordar a sua atividade, diz que era responsável por operar dois maquinários. Emendar os fios na máquina para preencher as canelas. Enquanto uma

¹²⁷ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1945, 8ª edição, dezembro de 1945, acervo particular família Japiassú.

¹²⁸ Maquinário constituído por um banco que possui um grande pente de madeira que serve para desembaraçar os fios de algodão. Cf. Dicionário Têxtil: Glossário têxtil. Natal, 2014. Disponível em: www.google.com.br.

máquina preenchia, dirigia-se à outra e realizava o mesmo processo. Como cada máquina continha dois lados para preencher, a operária tinha que fazer no entorno das máquinas movimentos circulares e ágeis e com bastante atenção para que as linhas não embolassem, além disso tinha que dar conta das possíveis falhas, como as linhas que, eventualmente, se rompiam no processo de fiação. Um trabalho repetitivo, exaustivo e corrido:

Eu era fiandeira. Eram duas máquinas. Uma máquina tinha dois lados. Daí arroteava o outro lado, e depois, quando tava toda prontinha, toda arrumadinha, tudo emendadinho, aí ia pra outra. Era 4 lado para dar conta, era correria o dia todinho, era quatro lados! Era muito grande a máquina, corria muito. Botava as linhas emendavam e ela rodando. Os rolos e as máquinas enchiam os carretes, os fiozinhos torcidos no carrete. A gente vinha com ele e emendava, colocava nas canelas nas máquinas de pressa emendando tudinho. Quando dava fé, tava tudo emendada e as máquinas rodando e enchendo. Tava cheia, dava sinal quando ela enchia e descarrega de novo.¹³⁰

A atenção deveria ser redobrada. As máquinas, com movimentos acelerados, exigiam da operária esforço físico e atenção para colocar as canelas vazias quando elas secavam, para reabastecê-las novamente e emendar os fios nas máquinas enquanto elas rodavam e enchiam as canelas. A cada sinal de apito da máquina, descarregava e recarregava novamente. E assim era o dia inteiro.

De acordo com a operária, havia homens que exerciam parte dessa atividade, porém de forma específica e em menor quantidade: “Os homens iam botar as canelas nas máquinas quando elas secavam para encher outras canelas. Botava as canelas vazias, aí trazia os carrinhos, aí encostava na máquina, pegava e colocava outras vazias.”¹³¹

No setor de Tecelagem, estavam as *urdideiras*, maquinário responsável pelo entrelaçamento dos fios, as mulheres enroladeiras, que trabalhavam fazendo rolos de linha; enquanto outras trabalhavam no maquinário das espoladeiras, cuja função era preencher com linhas uma espécie de pequeno tubete com fios de trama que serão utilizados posteriormente na fabricação dos tecidos nos teares. As mulheres liçadeiras eram encarregadas de liçar o fio urdido nas agulhas dos pentes nos teares e na troca das lançadeiras¹³². Além de emendá-los quando quebravam no seu processo de construção, como relatado por Maria de Lurdes Tenório: “Quando quebrava o fio de algodão, a gente fazia o nó da tecelagem para emendar os fios. E passava no pente para fazer o pano.” Toda essa operação era feita por mulheres e vê-se, com isso, que elas operavam máquinas ou acessórios também de pequeno porte.

¹³⁰ Margarida Gomes da Silva. Entrevista realizada em julho de 2018.

¹³¹ Idem.

¹³² Lançadeira: Peça do tear que contém uma espécie de bobina/canela em que é enrolado fio da trama, entre os da urdidura, peça semelhante à da máquina de costurar, que forma lançamentos em um ponto fixo do fio. Cf. Dicionário Têxtil: Glossário têxtil. Natal, 2014. Disponível em: www.google.com.br

Após esse processo, agora executado apenas pelos homens, os fios que saíam do setor de fiação eram direcionados aos maquinários das *Engomadeiras*,¹³³ para receberem uma camada de goma com a função de fortalecimento e evitar tensão e atrito entre si, para, posteriormente, serem preparados para a fabricação dos tecidos nos teares. Ainda no setor de tecelagem¹³⁴, lugar ocupado em grande parte pelos teares, havia uma sessão reservada tanto ao sexo masculino, quanto ao sexo feminino.

As chamadas tecelãs, alocadas no setor da tecelagem, operavam os teares para a fabricação de diversos tecidos através do processo realizado anteriormente do urdume e da trama. As operárias produziam morins¹³⁵ e xadrez, tecidos considerados mais leves. Elas ainda eram encarregadas de colocar as canelas no tear e substituir as lançadeiras quando estas esvaziavam, pois a peça tinha a função de conduzir o fio de um lado para o outro no tear. Essas atividades eram conferidas apenas às mulheres.

No caso dos tecelões, eram confiados à produção dos tecidos mais grossos e pesados, como a produção de bramantes¹³⁶ e de toalhas Esmeraldas¹³⁷. No setor de *Acabamento*, onde estavam localizadas as caldeiras para a lavagem, tinturaria para tingimento, branqueamento para o clareamento dos tecidos com produtos químicos – funções de alta periculosidade –, o trabalho era exercido somente pelo operariado masculino. O antigo operário José Ramalho Filho revela que “depois tinha o recebimento de pano, quando preparavam o pano ia para o branqueamento.”, que era o setor de alta periculosidade, destinado apenas aos homens, como determinava as leis trabalhistas, a qual proibia o trabalho feminino em setores químicos.

O setor de *confeções* estava exclusivamente reservado às mulheres e meninas. Nesse lugar, eram realizados o corte, a costura e a produção de lenços, bem como o serviço de dobrar e embalar os tecidos. Vejamos o depoimento da operária ao relatar também a sua rotina diária na fábrica Cachoeira: A ex-costureira Nadir Gomes Xavier¹³⁸, ao relatar sobre o setor onde trabalhou, afirma: “...passei dois anos no setor de lenços que era na Cachoeira e tinha uma sala só para isso, tinha as máquinas, tinha meninas que costuravam, outras dobravam e outras faziam

¹³³ Alvejamento: Processos mecânicos, físicos e químicos através dos quais se eliminam dos tecidos as impurezas naturais ou que foram adicionadas durante os processos de engomagem e tecelagem.

¹³⁴ A tecelagem é o setor que faz a transformação do fio em tecido, através do detecimento. Cf. Dicionário Têxtil: Glossário têxtil. Natal, 2014. Disponível em: www.google.com.br.

¹³⁵ Tecido de algodão de constituição material mais leve. Disponível em : <https://www.dicionarioinformal.com.br/morim/>.

¹³⁶ Bramante é um tecido feito de algodão ou de linho com urdidura, geralmente utilizado na confecção de colchas, cortinas e tapeçarias. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/morim/>.

¹³⁷ Referência à marca das toalhas produzidas pela Companhia, vendida em sua loja localizada na capital alagoana.

¹³⁸ Nadir Gomes Xavier. Cf. Santos (2013, p. 63).

o pacote. Trabalhavam oito pessoas todas solteiras”.¹³⁹ Ainda de acordo com Dona Nadir, os horários estabelecidos para os mais jovens aprendizes não poderiam ultrapassar as dezesseis horas da tarde, não trabalhavam nem no sábado nem no domingo, mas todos trabalhavam em regime de oito horas diárias. Nos dias de limpeza das máquinas, segundo ela, tinham que chegar às cinco horas da manhã.

Além dessas atividades, havia os trabalhos adjacentes no setor de produção, praticado tanto por homens e mulheres quanto por meninos/as, como volantes de fiação e tecelagem, encarregados do carregamento dos rolos para os maquinários e azeiteiros, incumbidos de colocar óleo nas máquinas. Meninos e meninas trabalhavam como catadores de algodão. Serventes com o serviço de assepsia como varredores dos setores, estes conferidos por homens e mulheres. Cada operário/a era responsável pela limpeza dos maquinários nos quais trabalhavam.

Na sala de *Fazenda e Expedição*, os tecidos eram conferidos à contagem, à classificação e à qualidade, sendo depois despachados e distribuídos para comercialização. Havia, nesse setor, homens da gerência, mestres e contramestres. Estava reservada aos gerentes a chefia do setor. Aos mestres, a verificação e controle dos tecidos, avaliação da qualidade, peso e metragem. Aos contramestres eram designadas a supervisão e fiscalização dos trabalhos dos operários nos setores de fiação e tecelagem, os quais anotavam a eficiência de produção individual, a assiduidade e a conduta disciplinar. Aos técnicos mecânico, o conserto dos maquinários. Todos esses cargos eram ocupados exclusivamente por homens na CAFT.

Através dos itens das fichas funcionais individuais correspondente às décadas de 1940 a 1960, verificamos que as atividades desenvolvidas na CAFT eram baseadas nas relações de gênero, sendo algumas funções destinadas aos homens e outras às mulheres, conforme a tabela a seguir:

Tabela 04: baseada nas atividades de trabalho coletado nas fichas funcionais averiguadas.¹⁴⁰

SETORES/OCUPAÇÃO	GÊNERO	FICHAS ARROLADAS
FIAÇÃO	Sexo	597
Preparador de Algodão	Homens	2
Batedores	Homens	3

¹³⁹ Nadir Gomes Xavier. Cf. Santos (2013, p. 63). Pelo fato de a operária citada na referência não estar em condições de dar depoimento para esta pesquisa por motivo da idade avançada e pelo estado de saúde, acometida pela doença de Alzheimer.

¹⁴⁰ Foram analisadas um total de 597 fichas. Os critérios metodológicos foram baseados na separação e análise das fichas a partir das datas correspondentes ao recorte temporal desta pesquisa (1940-1960) e nas funções de atividades de gênero executadas por homens e mulheres na CAFT.

Cardista	Homens	3
Bancos	Homens	16
Fiandeira/Fiandeiro	Mulheres/Homens	100 /27
Aprendiz de Fiação	Meninos/as	5/3
Enrolador/a de fios	Mulheres/Homens	31/3
Operário/a Liçadeiras	Mulheres	9
Caneleiros/as	Homens	7
Meadeira	Mulheres	1
Volante de Fiação	Mulheres/Meninos/as	2/
Operador/a de espuladeira	Mulheres/Homens	5/1
Urdidor/a	Mulheres	4/1
Engomador	Homens	5
Tinturador/Branqueador	Homens	4
TECELAGEM		
Aprendiz de Tecelagem	Homens/Mulheres	51/24
Volante de Tecelagem	Mulheres/Homens	1
Tecelã/Tecelão	Mulheres/Homens	168/51
Operador de Tear	Homens/Mulheres	6/27
Costuras/lenço e toalha	Mulheres/Meninas	12
Serventes/Limpeza	Homens/Mulheres	10/10
TÉCNICOS		
Mestres/Contramestre	Homens	5

Ao compararmos as atividades executadas pelas mulheres na fábrica, relacionadas ao trabalho apenas no setor de produção, concluímos que elas mulheres ocupavam, sobretudo, os setores de fiação e tecelagem, tanto no processo de preparação final das linhas mais finas como na fabricação e confecção dos tecidos mais delicados. No caso dos homens operários, eles se concentravam de forma mais distributiva nos setores, principalmente na operação de maquinários considerados mais “pesados” de grande porte, e realizavam atividades no processo dos fios mais grossos e que não exigiam movimentos “delicados”, porém trabalho de muita força física.

Isso nos faz perceber que os trabalhos exercidos pelo “baixo operariado”, homens e mulheres na CAFT eram distintos, havendo uma divisão do trabalho aplicado na diferenciação por gênero. Enquanto o trabalho feminino estava ligado às funções consideradas “femininas”, neste caso, fiar, tecer e costurar – o que acaba por reforçar estereótipos do trabalho ligado ao doméstico – aos homens eram destinados os trabalhos de operação de máquinas e atividades consideradas mais perigosas e de periculosidade. Além desses, outros setores que não faziam parte do setor de produção, mas que eram importantes para o seu funcionamento – a exemplo dos serviços de empreitadas como carpintaria, serventes de construção, marcenaria, serralharia, transportes, funilaria e vigilância –, também eram ocupados por homens.

Nos setores fora das fábricas, como restaurante, farmácia, armazém da cooperativa e tipografia, tanto homens quanto mulheres estavam colocados em atividades gerais. Nos

departamentos administrativos que abarcavam os departamentos de saúde e educação, os cargos de direção e chefia estavam somente sob a supervisão de homens. As mulheres que tinham grau de instrução mais elevado ocupavam as funções de auxiliares na direção escolar ou como professoras, auxiliares de enfermagem no departamento de saúde ou como secretárias no escritório administrativo. Nenhuma mulher ocupava cargos de comando de chefia na Companhia.

Fazendo uma análise da divisão do trabalho na organização política de ocupações funcionais na CAFT, o que está exposto nos itens de informações extraídas das fichas funcionais dos empregados e empregadas, podemos entender que as divisões do trabalho na Companhia estão bem definidas e baseadas nas normas de gênero, que influenciam na ocupação que cada um/uma mantém na fábrica e na sua hierarquia.

Na obra *A classe operária tem Dois Sexos*, Lobo (1991) aponta algumas hipóteses para fundamentar a lógica das relações de divisão sexual do trabalho nas indústrias de linha de montagem paulistanas das décadas de 1950 a 1970. Lobo (1991, p. 47-48) aponta que a divisão do trabalho encontra-se na teoria das relações de “separação, concepção e execução”, que se desenvolve nas relações de hierarquia, qualificação, carreira e salário. Nesse caso, essa teoria estaria centrada no sistema Taylorista, que determina, através de seus métodos e técnicas científicas, a forma de compatibilidade, determinando qual o “melhor trabalhador” para executar certos tipos de funções, o que acaba por diferenciar e definir o trabalho entre homens e mulheres. Isso implica também critérios de relações “assimétricas” situadas pelo mercado de trabalho, que divide os empregos estáveis (aqueles compostos por altos salários, carreira e altos salários) daqueles empregos instáveis (sem perspectiva de carreira e salários baixos).

Scott (1994, p. 460) aponta que os discursos que incidiam sobre a adequação do trabalho feminino tem sua origem desde o final do século XIX na Europa, e que partiam de questões inerentes ao sexo, qualificando as mulheres como “ágeis, hábeis e pacientes”, enquanto os homens aparecem associados à força muscular, velocidade e habilidade, o que significava masculinidade. Apesar de, na prática do trabalho na CAFT, o conjunto de atividades executados dentro das fábricas correspondesse a tais adequações como regras, as mulheres dos setores de produção, como a fiação e tecelagem, exerciam atividades de movimentos repetitivos e acelerados, que exigiam também agilidade e esforço físico. Portanto, supõe-se olhar para a divisão do trabalho como fruto de uma construção social e simbólica do gênero, cujo discurso de adequação do trabalho masculino e feminino origina e é originado pelas representações de gênero.

É importante observar a construção simbólica das relações de trabalho, bem como a sua divisão a partir dos setores que determinam quais tipos de trabalhadores devem ocupá-los. Alguns discursos constituídos podem ser justificados, De acordo com Lobo (1991, p. 60), como um contraponto entre “o trabalho limpo / o trabalho sujo, o trabalho leve /o trabalho pesado, trabalho minucioso /o trabalho que exige movimentação.”. Esses fatores são decisivos para aplicação de regras estabelecidas, no caso das mulheres, a “feminização” de determinadas funções, nesse aspecto isso implicaria, ainda segundo Lobo (1991, p. 56-58). não “no que se faz, mas em quem faz”. Portanto, a identidade terá um peso porque a mulher, no caso das indústrias têxteis, não ocupa os melhores cargos e nem salários altos, apenas funções consideradas não qualificadas.

Na CAFT as relações de trabalho entre homens e mulheres se traduziam nas relações do poder, ligadas as diferenças de classe social e econômica. Enquanto nos setores de produção homens e mulheres, que pertenciam a mesma classe de trabalhadores e recebiam os mesmo salários, as diferenças de gênero, se encontravam definidas apenas na execução dos tipos de atividades que cada sexo desempenhava nos setores de produção, as desigualdades entre os gêneros eram mais acentuadas quando os homens ocupavam cargos privilegiados dentro das fábricas, ocupando as funções de gerência ou funções de formação técnica, neste caso, mestres e contramestres que recebiam altos salários. Na CAFT, não havia mulheres que ocupassem cargos de hierarquia. O único posto de trabalho que elas poderiam alcançar nos setores de produção, seria como fiandeiras ou tecelãs, recebendo salários modestos. Ou seja, a desigualdade entre os gêneros na Companhia estava muito mais acentuada na divisão de classe do que propriamente sobre a divisão das funções dentro do setor de produção.

Para Perrot (2007), a industrialização colocou em xeque o trabalho feminino. Como novas concorrentes junto aos homens, sua presença causava um certo desconforto, não só de como elas conseguiriam conciliar os trabalhos domésticos com o trabalho nas indústrias, mas porque a sua presença acarretaria também a diminuição do salário dos homens. Sendo assim, os setores têxteis abrigariam as mulheres nos setores de costura como um dom natural, as quais receberiam salários baixos em lugares insalubres, o que só ratificava as funções femininas como trabalhos desqualificados.

Dessa forma, como bem colocado por Bourdieu (2002), essas medidas inculcadas pela ordem social impõem-se, de maneira natural, a excluir as mulheres de lugares mais “nobres”, ratificando-as em tarefas e em lugares inferiores. Podemos perceber, a partir de algumas concepções dos antigos operários, em seus discursos, uma naturalização das divisões sexuais do trabalho na CAFT imbuídas nas relações de gênero nos setores de produção.

A alocação das mulheres nos setores de fiação no processo final da fabricação dos fios não era um sistema adotado exclusivamente pela CAFT. Tavares (2019), em seu artigo *Nas tecituras do trabalho operário: a produção têxtil e a vida incerta na fábrica Carmem em Fernão Velho - Al (anos 1940-1960)*, ao descrever o processo dos setores de produção da referida fábrica, traz relatos dos dirigentes que afirmam que a preferência feminina nos setores de fiação devia-se à ideia de que elas seriam mais aptas por serem delicadas no manejo das linhas, eficientes e disciplinadas de modo geral. Ainda enfatiza que todo o sistema empregado na Carmem mantinha-se como uma prática machista e patriarcal devido à ausência feminina nos setores de hierarquia. Por isso, nas relações de trabalho, as mulheres estavam subjugadas ao poder dos dirigentes, entre eles diretores, gerentes, mestres e contramestres dentro daqueles setores fabris.

Para o romancista José Calheiros, ao relatar parte de algumas atividades na CAFT no processo da manufatura dos anos de 1950, o setor das cardas era um “serviço pesado” e que, por isso, era conferido apenas aos homens, porque eram fisicamente mais aptos para o trabalho que exigia força, e as mulheres não poderiam exercer esse tipo de atividade por serem fisicamente e emocionalmente mais sensíveis: “As cardas que faziam os rolos de algodão. Nas cardas geralmente era homem. Eu acho que a mulher é muito branda sensível... já o homem é diferente. Não são todas, mas na realidade a mulher era mais sensível, tem sentimento de que o homem não tem”.¹⁴¹

Para o operário José Ramalho, “Em máquina era só homem mesmo, colocava não as mulé! Porque serviço não era adequado para as para mulé, nera? Branqueamento, tinturaria era tudo serviço pesado, num dava pra mulé!”.

Vê-se que, nos dois discursos, a adequação do trabalho feminino na CAFT justifica-se pela representação sobre os gêneros, cujas mulheres são reservadas a trabalhos considerados apropriados para o seu sexo, os quais, no discurso masculino, são serviços leves.

Contrariando a versão de seus companheiros, a operária Maria de Lourdes, ao relembrar o seu trabalho na Companhia, desempenhado por trinta anos, desmistifica a versão de que as funções das mulheres no setor de produção eram mais leves. Descrevendo a sua atividade, a operária revela que seu trabalho na tecelagem era pesado: “era serviço pesado, era o mais pesado, era porque a gente... Tinham umas máquinas. Eu ficava em duas, a gente parava a máquina arriava duas molas, aí derrubava um rolo de pano, cento e vinte metros o rolo de pano... e a gente dobrava, ficava aquele monte, aí a gente tinha que pegar ele”.

¹⁴¹ José Calheiros. Entrevista realizada em julho de 2018.

A fiandeira Margarida Gomes, que trabalhou na fábrica em 1961, ratifica o depoimento da companheira de trabalho quando diz: “As máquinas eram grandes. Você pensa que era pequenininha? Enorme! Era um acorreria. As mulheres estavam numa máquina, depois iam para outra. E foi para o outro lado. Uma correria! Não dava conta nunca! Corria de mais!” .

Ao discutir essa relação, Lobo (1991, p. 58), ao analisar a relação do trabalho feminino nas indústrias em São Paulo na década de 1970, diz que as mulheres também exerciam, nas indústrias, trabalhos que exigiam delas um maior esforço físico. Porém, os discursos para justificar a adequação de certos trabalhos designados a elas eram sempre voltados a questões de fragilidade corporal. Como uma construção social, essa relação encontra-se em critérios que envolvem questões de sexualidade entre as funções, e isso está atrelado às representações de gênero que separam as atividades entre homens e mulheres e que definem quais os trabalhos que eles devem ocupar no trabalho industrial, fundamentado nas relações de poder do conhecimento profissional técnico.

Podemos verificar, nas edições do *Nosso Jornal* das décadas de 1940 a 1950, apenas um único registro fotográfico encontrado das operárias no ambiente de trabalho na fábrica. Essa ausência demonstra não apenas a invisibilidade dessas mulheres operárias no contexto da propaganda fabril da CAFT, mas no fato de elas nunca terem sido representadas como símbolo do trabalho industrial, apesar de serem a maioria nos setores de produção da indústria têxtil (HOBBSAWM, 2015). Na CAFT, as mulheres só tinham uma limitada visibilidade nos jornais, apresentadas em fotografias, quando se tratava de questões educacionais pedagógicas através das professoras do grupo escolar da Companhia, ou jovens integrantes dos artísticos.

Figura - 09 Mulheres na CAFT no ano de 1947.



Fonte: Acervo: *Nosso Jornal*, 10ª edição, 1947.

Apesar da escassez de fontes que ampliassem o estudo sobre a perspectiva do espaço de trabalho das operárias na CAFT, é possível, através de apenas um único registro fotográfico, relacionar alguns fatores que nos leve a refletir sobre as condições cotidianas das mulheres operárias no setor de trabalho na fábrica. Como a imagem por si só não explica a experiência de cada uma dessas mulheres no ambiente de trabalho, ela traz alguns aspectos comuns entre elas naquele contexto.¹⁴²

A fotografia, publicada no *Nosso Jornal* no ano de 1947, registra o espaço do setor de tecelagem – lugar de produção de tecidos, que nos mostra parte da constituição e organização do espaço de trabalho das mulheres na CAFT em uma das seções da fábrica Cachoeira, instalada no bairro de mesmo nome, na Vila operária de Rio Largo, desde a sua implantação nos finais do século XIX.

A imagem, a priori, revela-nos mulheres operárias sem qualquer uniforme de identificação, portando vestidos simples e aventais de bolsos amarrados à cintura, relembra a ex-fiandeira Margarida: “a gente trabalhava com os aventais para colocar algodão dentro. Aquele bolsão no avental. A gente enchia de canela e botava nas máquinas. Botava nas máquinas para tirar aquelas que estavam cheias e botar as vazias”. Algumas delas em pé, de frente aos teares, e outras sobrepostas às máquinas, o que nos aparenta certa resistência à labuta juntamente ao cansaço diante de um lugar relativamente limitado em relação ao espaço, ao corpo das mulheres e aos maquinários.

A divisão de todos os setores de produção era medida pelo posicionamento dos maquinários fixados e enfileirados lado a lado pelos vastos salões restritos apenas aos corredores, o que revela um lugar reduzido para as atividades das operárias e poderia inviabilizar uma maior circulação e mobilidade delas no local de trabalho. Isso também nos leva a compreender que a organização desse espaço evidencia, em seus aspectos, um sistema de disciplinarização do trabalho pelo controle não apenas do espaço e domínio das atividades, mas também sobre os corpos das operárias pela fábrica. Assim como diz Foucault (1987, p. 119), “Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo-a-corpo que manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”.

Ao falar sobre as concepções das relações de poder marcadas pelo capitalismo industrial na modernidade sobre as novas formas disciplinares, Foucault (1987) diz que esse

¹⁴² Nosso Jornal, Rio Largo, 1947, 10ª edição. Registro de mulheres operária na fábrica Cachoeira no setor de tecelagem da CAFT.

novo sistema traz uma representação de um homem fabricado a partir de novos artifícios sobre o domínio dos corpos, o que ele chama de “coação calculada” “ao corpo que se manipula” e poderia exercer um perfil ideal ao objetivo que se tenta aplicar. Nesse sentido, podemos pensar que a distribuição do espaço e dos indivíduos sobre seus corpos permite não somente apenas “isolá-los e identificá-los”, mas corresponde a um interesse sobre a dinâmica de produção determinados pela exigência e lógica capitalista. Isso significa que essa estratégia se alinha à questão do domínio do espaço e do movimento, cujas técnicas permitem um domínio de maneira sutil das operações do corpo, imbuídas numa relação de “docilidade-utilidade” que se encontraria no novo cerne da disciplina.

(...) ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que quer (por livre espontânea vontade), mas para operarem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica corpos assim submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo em termos econômicos de qualidade. Faz dele uma capacidade que pretende aumentar, exercendo uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1987, p. 110).

Esse modelo de organização do espaço faz-nos remeter à análise foucaultiana, já que os mecanismos táticos das fábricas sobre os corpos dos trabalhadores de maneira “dócil” têm o objetivo de controle e vigilância sobre os indivíduos. Se pensarmos o espaço de trabalho das operárias na CAFT, percebemos que a ordenação dos maquinários teria, por estratégia, exercer o domínio do espaço e do comportamento dos sujeitos cujo corpo, como um aparelho que se manipula, é enquadrado no sistema de “enclausuramento”. Assim como diz Foucault (1987), a organização espacial e a arrumação dos corpos, a exemplo das fábricas, são fundamentais para que se permita manter o controle operacional dos indivíduos sob todas as formas. Freeman (2019, p. 37, apud MARX, 1987), descreve bem essa relação quando aponta que “o operário faz uso de uma ferramenta; na fábrica, a máquina faz uso dele”.

Esse sistema pode ser observado também em Tavares (2019), visto que a organização do espaço produtivo da fábrica Carmem, entre os anos de 1940-1960, seguia um regime espacial racionalizado entre os maquinários, operários e os espaços que compunham o setor de tecelagem. Na lógica apontada pelo autor, esse sistema facilitaria a vigilância dos operários e a qualidade da produção.

A nova maneira de administrar a fábrica e as relações de trabalho transformava-se em uma dominação mais sutil, cujo novo padrão configurar-se-ia como modelo do progresso e da modernidade, contrariando a fábrica “satânica”, à qual muito se assemelhava os sistemas de instituições como prisão e exército (RAGO, 1985, p. 19).

Ainda sobre o espaço de trabalho na CAFT, precisamente nas seções de produção, a antiga fiandeira Margarida descreve seu ambiente de trabalho, na década de sessenta, como um lugar “claro como o dia, não podia ser escuro pra gente enxergar, trabalhar”.¹⁴³ Os salões da fábrica eram compostos por grandes janelões que davam acesso à rua principal na parte central da vila operária, os quais eram mantidos abertos para entrada de ventilação de ar. O barulho ensurdecedor, misturado às fuligens de algodão, espalhava-se facilmente e compunham o ambiente. “A gente vivia tão cheia de algodão. Fazia assim nos olhos, chega tirava aqueles ‘algodãos’. Assim ó! O cabelo... parecia que a gente era velha já! A gente molhava as mãos lá para sair. As mão (sic) vinham cheias de pelugem.”¹⁴⁴

Os operários da CAFT eram proibidos de conhecer outras seções da fábrica, o que nos leva a compreender que só conheciam uma pequena parte do espaço físico, bem como o conhecimento apenas de suas atividades e funções. O limite máximo permitido ao operário era o espaço da sua seção de trabalho e dos maquinários, exceto quando era transferido para trabalhar em outra seção. Fiscais, contramestres, mestres e gerentes tinham passe livre para circular e fiscalizar cada passo dos operários, ditando regras de comportamento, orientando os trabalhos e avaliando a produção e a qualidade dos produtos produzidos.

Não podia andar dentro da fábrica. Às vezes, a gente queria pra ver as salas que os outros trabalhavam; aí não podia porque tinha o gerente, tinha o fiscal, tinha o contramestre, o contramestre era o da gente e sempre tava: - Faça isso assim; - Olha aquela máquina; - Vá desenrolar! Aí a gente desenrolava tudinho. Não deixava a gente andar pela fábrica, sabe? Sempre tinha fiscal para isso. Dizia: - Vá pra o seu setor! Mas eu queria conhecer! Não. Não pode! Aí vinha o gerente, a gente se escondia. Procurando, vendo se tinha alguma coisa errada. Fui uma vez para o enrolador, o gerente foi atrás de mim. Aí ele chegou e disse: - O que você tá fazendo aqui. Eu disse: - Nada. Eu vim no banheiro e passei por aqui. Eu tinha ido pra ver, mas ele não deixou nem eu ver.¹⁴⁵

A operária retrata o espaço da fábrica como um lugar grande, porém não tinha noção da dimensão real do lugar no qual trabalhou por alguns anos: “Eu trabalhei quase quatro anos na fábrica, mas nem conhecia a fábrica direito, tem lugar na fábrica que eu nunca fui. Não deu pra conhecer. Era um mundo de fábrica. Tanta coisa neste mundo”¹⁴⁶. O desconhecido parece também ser uma regra para o controle disciplinar dos operários. O que não se conhece, não se fala, não se questiona. A regra tinha como objetivo inibir qualquer autonomia do/a operário/a,

¹⁴³ Margarida Gomes. Depoimento concedido em Janeiro de 2020.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

impedir sua livre circulação, no intuito de frear qualquer comunicação entre eles/elas que, porventura, pudesse pôr em risco a ordem disciplinar.

De acordo com Rago (1985, p. 22-23), essas regras fazem parte de um sistema de relações de poder que se desdobram nas relações de dominação criadas internamente pela fábrica, de forma racionalizada, em forma de regras de comportamento, códigos punitivos disciplinares para poder manter o controle sobre o trabalhador e seus passos dentro do ambiente de trabalho. Assim, seriam garantidas não só a regularidade dos horários de trabalho, mas também a assiduidade e sua produção.

A rotina de trabalho das operárias obedecia a um sistema regado pelo relógio: quando acionado às 5h30, o primeiro apito das fábricas, era sinal de alerta para que os operários se organizassem e se preparassem para estar nos portões da fábrica às 5h50 para, às 6h, iniciarem os trabalhos. Caso não estivessem no horário estabelecido pelos patrões, arriscavam levar o chamado “fuate”. Ao recordar a sua rotina, a ex-operária Margarida Gomes relata:

Quando a fábrica apitava às 6h da manhã, aí era povo chegando, gente, gente, essa ladeira de pedra, oxe, era gente subindo, gente descendo, nera não? Um subindo da Cachoeira e outro descendo da Progresso, nera não? Passava um pelo outro assim ó, chega se enganchavam ó, era gente demais, uns subindo e outros descendo. Ela apitava pra gente ir, quando apitava a gente dizia: vixe Maria, tá na hora! Ia depressa, se ajeita, se arruma. A fábrica dava três apitos: um, dois, três. No terceiro, já era fuate, porque, quando chegasse depois do apito, não enteva mais. Daí ia falar com o gerente, ia dizer o motivo, porque não chegou na hora. O vigia não deixava entrar se levasse fuate. Eu saía muito antes, eu era solteira, livre, né? Agora aquelas mães, aqueles pais, que cuidava, que tinha mais filhos, mãe trabalhava, ela ficava com o menino e ele ia trabalhar, ele vinha para casa e ela ia, tá entendendo? Ficava com os pais.¹⁴⁷

De acordo com o romancista José Calheiros, a primeira etapa da rotina de trabalho iniciava na formação de uma fila organizada na entrada da fábrica, às 5h50 da manhã. Logo em seguida, o vigia abria os portões e os operários dirigiam-se às suas respectivas seções de trabalho. Para cada operário/a adulto/a, eram destinadas três máquinas. O apontador, responsável pela chamada do operariado, seguia com sua folha de ponto de seção em seção para verificar a presença ou se algum operário havia faltado ao trabalho.

Trabalhando 8h diárias, os trabalhadores dividiam-se em uma dinâmica de trabalho que se alternava entre horários e dias semanais. A primeira turma de operários iniciava às 6h da manhã e largava às 10h para horário de intervalo de 4h. Retomava às 14h e largava às 18h. A outra turma iniciava às 10h da manhã, saía às 14h e só retornava, também, após o intervalo

¹⁴⁷ Margarida Gomes da Silva. Entrevista realizada em julho de 2018.

de 4h, às 18 h, e largavam às 22h. Na outra semana, elas reservavam os horários. Quando havia o chamado ‘turnão’, a turma iniciava às 22h e ia até às 6h da manhã.

Segundo José Calheiros, quando havia uma grande demanda, ocorria a formação de uma terceira turma que trabalhava à noite, a partir das 22h, e emendava a madrugada até às 6h da manhã. Nesse turno, apenas os homens, os chamados “bacurais”¹⁴⁸, trabalhavam. As mulheres, devido às determinações das leis trabalhistas, que proibia o trabalho noturno feminino, trabalhavam nos turnos da manhã e da tarde e, à noite, até às 22h. Conforme o depoimento dos próprios operários, assim era estabelecida a rotina diária dos horários de trabalho nas fábricas da CAFT.

Algumas mulheres sujeitavam-se a trabalhar no horário noturno até às 22h. Arriscavam-se para poder ganhar um pouco mais, já que os salários eram bastante modestos, principalmente aquelas que tinham muitos filhos, sendo um dos motivos para aceitarem trabalhar nessas condições. Margarida Gomes lembra bem ao ver suas vizinhas saindo para trabalhar à noite: “tinham mulheres que trabalhavam à noite, aquelas que gostavam de ganhar mais, né? E fazia esse horário. Aceitava. Porque aumentava o salário, aumentava um pouquinho do dinheiro.”¹⁴⁹ As mulheres tinham poucas opções: ou trabalhavam nas fábricas ou então trabalhavam em serviços como empregadas domésticas, lavadeiras de ganho ou como agricultoras.

A dinâmica de trabalho na CAFT estava ligada às estratégias administrativas da Companhia devido ao cumprimento das leis trabalhistas, que determinavam as 8h diárias para os trabalhadores, e que, em períodos de intensa produção da Companhia, as fábricas chegavam a funcionar 24h diárias. Essa lógica tinha por objetivo que alguns setores não parassem totalmente, por isso a necessidade de se manter os trabalhos ininterruptamente. Por conseguinte, essa dinâmica de trabalho implicava a rotatividade de semanas e horários pelas turmas de trabalhadores na CAFT.

De acordo com o operário José Calheiros, os trabalhadores de cada turma e turno, que seriam substituídos por outros operários, só poderiam deixar suas máquinas e saírem do local de trabalho quando a próxima turma de operários estivesse em seus lugares nas máquinas. Por regra, as atividades no local não podiam ser interrompidas. O ritmo de produção exigia disciplina rígida, a começar pelo horário imposto, pois o tempo era precioso para o capitalismo, e a pontualidade era o primeiro princípio da disciplina.

¹⁴⁸ Palavra utilizada pelos operários para se referir aos homens que trabalhavam no turno da madrugada.

¹⁴⁹ Margarida Gomes. Depoimento concedido em Janeiro de 2020.

Alguns artifícios eram utilizados para diminuir o tempo dos trabalhadores fora das seções. Um deles era que a saída do operário da máquina só deveria ser liberada quando outro já estivesse dentro da seção para substituí-lo.

Quando a sirene tocava, quando você tava lá dentro, eu já tava lá, eu entrava antes de você sair, pra quando sair todo mundo, já tava todo mundo dentro, entendeu? Não é deixar vazar pra poder entrar. No último toque você entrava, chamava assim, o “fuate”, ninguém entrava mais. Eu entrava primeiro antes de você sair, e quando você saía, eu já tava lá, não atrapalhava nada no trabalho, né? Pra não parar, entendeu ?!¹⁵⁰

A fábrica determinava horários de entrada, saída, horários e intervalos como uma “micropenalidade do tempo”, em que as primeiras normas disciplinares começavam pela distribuição do espaço dos setores de produção, mantendo os/as trabalhadores/as fixos/as às máquinas como forma de repelir qualquer “circulação espontânea” (RAGO, 1985, p. 23).

3.3 Violência de Gênero e Resistência feminina

O que dispomos neste tópico são edições do jornal “A Voz do Povo”, que pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro de Alagoas, o qual desenvolve discursos evidentes das relações mais próximas com a classe trabalhadora em Alagoas e revela parte dos conflitos entre patrões e empregados, principalmente das indústrias têxteis em Alagoas entre os anos 1940 e 1960.

Essa importante fonte possibilitará subsídios do contexto político e social para nossa reflexão e, com ênfase, destacaremos as relações cotidianas do trabalho operário na CAFT em alguns aspectos. O periódico, longe de ter uma finalidade imparcial, aponta interesses ideológicos partidários ligados aos movimentos da classe trabalhadora e, por essa razão, a luta das mulheres operárias e as resistências sofridas dentro dos corredores fabris trouxe para elas uma maior visibilidade e uma expressão que alcançou as matérias do jornal comunista a *Voz do Povo*.

Essas relações são corroboradas nos jornais da imprensa operária através de denúncias feitas pelos sindicatos dos trabalhadores ao semanário *A Voz do Povo*, que relatava, com frequência, parte dos conflitos cotidianos nas fábricas. Essas contribuições podem nos ajudar a reconstituir as relações cotidianas do trabalho na Companhia Alagoana em vista da ausência de documentos e até de um quantitativo maior de depoentes que pudessem contribuir através de suas falas e as experiências do seu trabalho na Companhia.

¹⁵⁰ José Calheiros. Entrevista realizada em julho de 2018.

Os regulamentos aplicados na organização do trabalho, no setor produtivo da CAFT, traduziam-se nas relações da hierarquia de poder desempenhadas apenas por homens, os chamados mestres e contramestres, que tinham o domínio sobre as mulheres operárias no ambiente de trabalho. Supervisionavam e controlavam os horários, tendo autoridade máxima até para tomar as máquinas se as suas ordens não fossem cumpridas à risca. Na CAFT, havia um conjunto de regras elaboradas com sistemas de multas e punições como forma de controlar qualquer desvio de violação da conduta de trabalho em suas fábricas.

A autoridade dos mestres e contramestres era assinalada por fichas individuais redigidas por eles mesmos, os quais regulavam a assiduidade, comportamento e o rendimento de produção de cada operária nos setores de produção, ou seja, tinham como função vigiar, controlar, anotar e punir. Esses fatores eram medidos através de pontuações simbólicas¹⁵¹, como forma de estratégia de regras adotada pela organização do trabalho da CAFT, a qual tinha como objetivo garantir a disciplina das operárias no ambiente de trabalho, mas não somente isso, significava também um sinal de perdas de algumas garantias trabalhistas asseguradas por lei aos trabalhadores. Na CAFT, o sistema adotado como disciplina vem da estratégia de manter os incentivos salariais, que já eram baixos, em forma de meritocracia, cujo/a operário/a teria que passar não só a “lutar contra o tempo, mas sobre ele.” (THOMPSON, 1988, p. 293). Por meio dessas estratégias juntamente com a “supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, [...] formam-se novos hábitos de trabalho e impõe-se uma nova disciplina do tempo.” (THOMPSON, 1988, p. 297).

Nesse caso, os operários perderiam ganhos por não produzir a meta para alcançar o modesto salário-mínimo, e os mestres responsáveis pela seção perderiam o lucro da produção do qual tirava o seu bom ganho salarial. Apesar de haver diferença salarial entre ambos, na lógica de produção capitalista, os dois lados poderiam sair perdendo. E é aí onde os conflitos são acentuados. Nesse caso, as mulheres, sendo maioria do setor de produção, surgem como uma nova concorrente e, na maioria das vezes, vítimas de exploração, constrangimento moral e assédio sexual por parte de seus superiores.

No ambiente de trabalho, as mulheres confrontavam-se com a violência sob vários aspectos. Entre as décadas dos anos de 1950 e 1960, o Jornal *A Voz do Povo*, estampava em suas matérias, as arbitrariedades cometidas pelos contramestres das seções das quais eram responsáveis, que utilizavam do seu poder para praticar, muitas vezes, o uso da violência física contra as “negligências” das operárias:

¹⁵¹ Medidas representadas em até três símbolos de asterisco.

Da fábrica de Rio Largo, chega-nos mais uma denúncia, entrando mais uma vez em cena o fiscal atrabiliário de nome Manoel Nogueira. Uma operária, ao que apurou nossa reportagem, ao manejar a secção maquineta, foi vítima de um acidente, resultando na quebra de dois dentes de um pente, exatamente num instante em que chegava o referido fiscal, que, ao presenciar o fato, com o auxílio do outro fiscal José Cabral, arrancaram a operária ao escritório, violentamente, impondo-lhe uma suspensão por tempo indeterminado. Mais uma vez protestamos contra os maus-tratos a que são submetidos os operários na fábrica dos “Paivas”.¹⁵²

Os “prejuízos” alegados pelas fábricas eram pagos com punições através de suspensões, resultando, conseqüentemente, no não recebimento do dia de trabalho. Essa política repressiva era uma das formas de as operárias arcarem com os custos a partir das perdas dos seus salários. As políticas do trabalho industrial não foram um processo fácil para as mulheres trabalhadoras. As condições que lhes eram impostas, como os maus-tratos e humilhações por parte de ingerência dos patrões, acarretava as punições disciplinares com retaliações, como a diminuições dos salários, multas e até agressões físicas.

As operárias eram constantemente humilhadas e coagidas, cobradas por seus superiores, no caso os contramestres, aqueles que exerciam certa autonomia e recursos legais para fiscalizar determinados setores de produção da fábrica: avaliar o comportamento, desempenho da produção individual, chamá-las atenção e castigá-las quando achassem conveniente. Essa era uma das formas para disciplinar o operariado através da violação das regras impostas pela fábrica, que tinha como consequência de suspensões, culminando até em demissão.

A disciplina, imbuída nas folhas de controle do tempo, com os fiscalizadores aplicando as multas, media e regulava a dinâmica de funcionamento que a fábrica deveria manter. Esses mecanismos de controle, nas palavras de Thompson (1998), seriam um instrumento do “capitalismo disciplinado”, ou, na visão de Foucault (1987, p. 122), para poder controlar e “Instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar”. Tal organização facilitaria a vigilância do ambiente através da centralização das atividades em um só espaço e sob supervisão, favorecendo coordenar, de forma eficiente, os trabalhos dos operários, como prevenir de perdas de materiais e a possibilidade de roubo (FREEMAN, 2019, p. 29).

Tanto o mestre como o contramestre, os olheiros das fábricas, tinham ordens legais de posse e manipulação das fichas de controle que regulavam os registros anotados apenas com a

¹⁵² *A Voz do Povo*, Maceió, 1958, 1 de junho de 1958. Acervo disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA).

precisão de seu olhar aos interesses da Companhia fabril: produção, assiduidade, comportamento, elementos indispensavelmente presentes nas fichas funcionais dos operários, os quais mediam, como requisitos, a eficiência do trabalhador. Esses fatores implicavam determinantemente nos valores salariais de todos/as.

Para que o trabalhador pudesse alcançar o perfil “ideal” determinado pela lógica do sistema da CAFT, teria que ter em todos os requisitos acima citados, uma avaliação de nível 3. Observando as tais fichas, apenas poucos mantinham esse nível, atestado pelo número de punições, principalmente dirigidas às mulheres, encontradas no item “suspensões”, contidas em suas fichas funcionais. Aquelas que não cumprissem as regras autoritárias estabelecidas pelos mestres e contramestres no ambiente de trabalho receberiam diversas penalidades, que veremos mais adiante.

Uma matéria da *Voz do Povo*, relata um episódio na CAFT no qual um mestre estrangeiro, certamente por concessões das ordens hierárquicas da fábrica, obriga os operários a chegarem antes do horário e aplica uma suspensão nas operárias por terem chegado alguns minutos atrasadas. Vejamos a denúncia do operariado enviado ao sindicato e publicado no periódico no ano de 1958:

Recebemos uma carta da fábrica têxtil de Rio Largo, denunciando que a mesma apita às quatro horas da manhã, quando a entrada normal é as 6 horas, mas, ultimamente o alemão Augusto Vãnserram, vem obrigando os operários às 5 horas. E como vários operários tem (sic) chegado atrasado vem o gringo aplicando suspensões naqueles que chegaram atrasados (sic). Segundo a denúncia que recebemos do missivista, cinco operárias foram suspensas, por terem chegado 10 minutos atrasadas, e como as operárias, tentassem justificar, o mestre e gerente alemão [...] mandou as operárias irem para casa dizendo que elas podiam voltar a tarde. Dessa forma as operárias perderiam o dia, e o repouso semanal remunerado.¹⁵³

O jornal comunista, principal porta voz do operariado em Alagoas desde os anos de 1940, era o meio que os operários tinham de expor as situações muitas vezes dramáticas que vivenciavam no ambiente de trabalho. No ano de 1966, o jornal noticiava outra reportagem com a mesma situação dos anos anteriores. Porém, o fato que chama atenção é de que as mulheres eram as principais vítimas:

A seção de fiação denominada de “Margarida”, da fábrica de Rio Largo, acaba de estabelecer horário para as mulheres a partir das 5hs da manhã. Os contramestres Benedito Santos e Manoel Moraes, serviçais dos Paivas, estão a contento desempenhando seu papel. A seção “Margarida” inicia seus trabalhos às 5 da manhã, e muitas vezes, às 4:30. Mas, para manter esse horário, os contramestres obrigavam as operárias a chegarem com 30 minutos de antecedência sob ameaça de “tomarem as

¹⁵³ A *Voz do Povo*, Maceió, 1958, 8 de junho de 1958. Acervo disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA).

máquinas” se “suas ordens “não fossem cumpridas “à risca”. Assim pois explora-se cada vez mais o trabalho das operárias na fábrica [...]. É necessário que o protesto das operárias da secção “Margarida “chegue ao sindicato e, através destes e da unidade de todos os trabalhadores de Rio Largo, ponha-se termo aquele estado de coisas.¹⁵⁴

A disciplina é severa; o não cumprimento do horário estipulado resultava na tomada dos maquinários – principal instrumento de trabalho das mulheres e das quais tiram sua renda – em formas multas por atraso, suspensões e até de perdas remuneradas do descanso semanal. Essa situação agravaria mais a situação econômica das mulheres operárias, quando muitas delas arcavam com as despesas de suas famílias sozinhas.

Como um problema recorrente, o horário aparecia como um dos primeiros entraves nos conflitos entre patrões e empregados. A mudança de horário, de forma repressora, recaía ainda mais sobre as mulheres, pois conciliar a vida doméstica com o trabalho não era uma tarefa fácil. O intervalo de trabalho era curto: “Daí a pouco era pra voltar e se ajeitar. Tomava banho e voltava para trabalhar. E largava de 4 horas pra 5 horas. O meu horário era só pelo dia. Tinha mulheres que trabalhava de noite.”, disse a fiandeira Margarida Gomes.

Ainda revelou que o trabalho no setor de produção era cansativo, apesar de trabalhar apenas com duas máquinas, pois havia mulheres que operavam até quatro maquinários. Além disso, o trabalho realizado em pé e frenético contribuía para o cansaço. Alegou que, certo dia, ao estar muito exausta no trabalho e sem perceber a presença do contramestre, sentou-se, mas logo foi surpreendida pelo chefe da sessão que lhe aplicou uma suspensão, no que, segundo ela, contribuiu quando houve corte de funcionários, em sua demissão. Além disso, como leva e traz dos conflitos, os contramestres se dirigiam à gerência para entregar ou convencer para que dessem suspensão às operárias:

Sempre quando a gente errava ou respondia ou brigava com o contramestre tinha umas que brigava com os contramestres. O contramestre ia lá no gerente e comunicava pra ele: a mulher disse assim, assim... mandava chamar ela, dava suspensão e o dia era cortado.¹⁵⁵

Dona Maria de Lurdes Tenório, também ao relatar a sua experiência na época em que trabalhou na Companhia no setor de produção da tecelagem, diz que trabalhar com os contramestres era bem difícil: “Aí o contramestre que tinha pegava eu cochilando e dizia: - vai ‘cuchilar’ em casa”! aí eu dizia “- ói, tenham paciência comigo porque eu dou produção [...]

¹⁵⁴ *A Voz do Povo*, Maceió, 1966, 4 de agosto de 1966. Acervo disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA).

¹⁵⁵ Entrevista concedida por Margarida Gomes para este trabalho em julho de 2018.

era contramestre abusado, “arreclava” as tecelãs que num dava produção”.¹⁵⁶ As relações de trabalho, permeadas de autoritarismo de relações de poder masculina sobre a feminina, marcam a rotina das mulheres nos setores fabris da CAFT.

Nos setores de produção como a tecelagem, as mulheres ganhavam por produção. Era o trabalho onde elas eram mais cobradas, pelo fato de os contramestres e mestres, ao se beneficiarem das produções lucrativas das seções, pressionarem-nas a produzirem cada vez mais. Os abonos extras nos salários eram uma maneira de despertar o sentimento da meritocracia. Uma falsa impressão de que se produzir mais, ganhará mais, quando, na verdade, ganhava-se pouco, e o acréscimo não fazia muita diferença no salário. O pagamento, de forma calculada pela produção, penalizava aqueles considerados incapazes de atender às demandas da Companhia e, neste caso, recaía sempre nas mulheres.

Essas atitudes revelam-nos que as mulheres eram assediadas moralmente no ambiente de trabalho pelos seus superiores, os quais exigiam delas uma maior produtividade, já que eles recebiam suas gratificações salariais pela produção dos setores pelos quais eram responsáveis por fiscalizar. Assim, “exige-se do assalariado, não só assiduidade e pontualidade no trabalho, como também um ritmo intenso de produção, não se consentindo interrupção individual da atividade senão licença superior” (MOURA, 1982, p. 44). Ou como diz Perrot (2007):

“A visibilidade e a vigilância também são os princípios das disciplinas nas fábricas. Ela corresponde a uma tecnologia simples, fundada mais nos instrumentos do que nas máquinas.” É através do contramestre que anota e vigia, no mestre que analisa os tecidos produzidos e acabados. “eles serão a chave da disciplina e o pivô dos conflitos.” (PERROT, 2017, p. 55-57).

As diversas dificuldades enfrentadas pelas operárias no cotidiano do trabalho eram refletidas pela dupla jornada que muitas mulheres exerciam, pois tinham que se dividir entre as funções domésticas e de maternidade com o trabalho na fábrica, pois cabia a elas a gestão da vida cotidiana de suas famílias. Muitas vezes, dividindo-se entre a dupla jornada de trabalho, as operárias não tinham como chegar no horário estabelecido pela Companhia.

A rotina de trabalho das mulheres operárias começava antes mesmo da chegada nas fábricas, porque tinham que dar conta das funções domésticas, entre o cozinhar, lavar, preparar as refeições e cuidar dos filhos, arrumá-los para levar à creche ou à escola. Algumas mulheres recorriam deixar os filhos na creche da Companhia. Porém, como as vagas eram limitadas ao número de 100, as que não conseguiam reservavam-se com os maridos para ficarem com os filhos quando eles trabalhavam em turnos e turmas diferentes. Caso ocorresse de trabalhar nos

¹⁵⁶ A idade avançada e as questões de saúde com que se encontra a operária com doença de Alzheimer inviabilizou esta pesquisadora para uma possível entrevista, optando pela utilização, com permissão do autor, para utilizar os trechos de fala neste trabalho.

mesmos horários, como a ex-‘enroladeira’ Luzinete, deixavam-se os filhos menores aos cuidados de familiares:

Eu não tinha tempo de cuidar dos meus filhos. Uma sobrinha minha que tomava conta deles, depois que minha filha mais velha cresceu, passou a tomar conta dos mais novos. A minha sobrinha depois foi trabalhar na fábrica. O tempo da gente era muito pouco. Meu marido trabalhou na caldeira, trabalho perigoso. Naquela época o dinheiro era pouco e as mulheres tinham que ajudar.¹⁵⁷

Margarida Gomes fornece um importante depoimento.: recorda, com clareza, o tempo em que trabalhou na fábrica Progresso, e relembra o quanto as suas companheiras de seção chegavam à exaustão no trabalho por terem passado inúmeras noites em claro cuidando dos filhos pequenos e doentes e, por isso, acabavam, muitas vezes, debruçando-se e cochilando sobre o maquinário. A ex-operária revelou ainda que, na maioria das vezes, as mulheres eram surpreendidas pelos fiscais e contramestres com batidas na “cabeça das máquinas” para que acordassem. O descuido causado pelo cansaço ocasionava o embolar das linhas nas máquinas, e esse fator era motivo de desforro por parte dos superiores às operárias.

As mulheres não davam conta né? Porque não tinha condições, às vezes tinha problema de saúde, filhos, chegavam com sono, com os filhos reclamando que não dormiam, e cochilando. E as máquinas enrolavam, “- eita, para a máquina”. As máquinas paravam por elas porque tavam enganchada demais, lá vai nós tudinho desenganchar e botar a máquina pra rodar. Aí os contramestres ficavam batendo na cabeça das máquinas, bora, porque eles ganhavam também devido aquilo ali, eles perdiam se tava parada, eles tinham a produção baixa, que quando as máquinas não era de parar e elas aí ganhavam, ganhava mais um pouco, e ele dobrava porque a seção dele tava em primeiro lugar.¹⁵⁸

O depoimento da operária Maria de Lurdes também corrobora o da sua companheira de trabalho:

[...] tiravam (os mestres) a tabela, as tabelas nas cabeças das máquina, quando era dia de sexta-feira fechava a folha, fechava as folha; era porque tinha que dar aquela produção, num é?...” (mestre:) a senhora tá boa de dormir, óia que produção”!...eu digo tenha paciência comigo[...] quando as tecelãs num dava produção eles pegava no pé, mandava ir pra casa dormir. Tinha contramestre que era bonzinho, o seu Bacelar sempre foi ruim!¹⁵⁹

¹⁵⁷ Entrevista concedida para este trabalho em Julho de 2018.

¹⁵⁸ José Calheiros. Entrevista realizada em julho de 2018.

¹⁵⁹ Maria de Lourdes Tenório. Cf. Lima (2015, p. 78). Devido à idade avançada e por questões de saúde em que se encontra a operária com doença de Alzheimer, inviabilizou a esta pesquisadora uma possível entrevista com o mesmo, optando pela utilização com permissão do autor para utilizá-las neste trabalho.

Margarida Gomes disse que, quando chegava do trabalho, ela e a irmã, ainda ajudavam a mãe a lavar roupa, varrer casa: “Era uma luta! A gente nunca teve lazer não! Nunca teve infância! Aquela infância pra brincar a gente não teve. Eu mesmo nunca tive, só dei pra trabalhar. Minha mãe lavava roupa de ganho para ter que dar de comer a gente.”.

A imposição de um horário cedo às operárias era uma das maneiras de impor uma disciplina do tempo, forçando-as a irem para casa dormir cedo. No caso das mulheres, isso era desigual nas relações de gênero, visto que, ao chegarem em casa, tinham ainda que realizar os afazeres domésticos, realizando uma dupla jornada.

Algumas dificuldades foram apontadas pelas operárias entrevistadas no ambiente de trabalho na fábrica. A primeira delas era a dificuldade que elas tinham de ir ao banheiro. Primeiro porque elas eram responsáveis pelas máquinas que não podiam ser desligadas pela contínua produtividade. Elas não tinham autoridade nem permissão para desligá-las e nem podiam, fazendo com que muitas recorressem umas às outras para que olhassem as suas máquinas enquanto iam fazer suas necessidades fisiológicas. Além disso, os banheiros não ofereciam muito conforto para as mulheres, pois a sua estrutura não favorecia a realização adequada de suas necessidades, principalmente para as mulheres que tinham problemas de saúde lombar.

As mulheres, além de lidarem em vários aspectos com o trabalho exaustivo nas fábricas, também estavam expostas a vários acidentes de trabalho. Os acidentes mais frequentes eram com um artefato ligado à máquina, denominado de lançadeira – peça ligada ao aparelho têxtil e que fazia movimentos bruscos, o que acarretava, muitas vezes, a sua ruptura e, conseqüentemente, o choque com o corpo das operárias, podendo atingir a parte dos seios e da face. A falta de equipamentos de proteção individual para as mulheres corresponderia a uma maior propensão de riscos a acidentes relacionados ao trabalho que desenvolviam no setor de produção fabril.

A operária Maria Anunciada lembra o desconforto que sentia ao trabalhar com os teares na tecelagem: “Eu tinha medo da lançadeira, era perigosa e não gostava de trabalhar na tecelagem. Eu trabalhava no salão novo, e a máquina era fio 6 e eu estava alimpando e a lançadeira passou entre as minhas pernas. Eu trabalhei 25 anos. Eu trabalhava o dia todo.”¹⁶⁰ (SANTOS, 2013, p. 63).

De acordo com as operárias, além desses problemas, estavam também sob o risco de desenvolverem problemas físicos de saúde por trabalharem sobrepostas às máquinas de maneira

¹⁶⁰ A não localização da operária citada levou esta pesquisadora a utilizar de seu depoimento a partir do trabalho citado.

curvada e fazendo movimentos repetitivos, o que acabava por provocar dores articulares e lombares. Além disso, a fábrica, como ambiente superaquecido e mal arejado, tornava-se um verdadeiro depósito de poeiras, exposto aos resíduos e fuligem do algodão. Por trabalharem constantemente com o produto do algodão, este acabava por liberar muita fuligem e pó, ocasionando dificuldade em respirar no ambiente fechado, com pouca circulação de ar, o que contribuía para que esses produtos atingissem os olhos, o nariz e até a boca.

Como lembra a Operária Margarida Gomes: “Muito pelo, cabelo, era muito algodão, a gente só vivia tirando dos olhos assim, gripava, quando escarrava vinha algodão”¹⁶¹. Muitas vezes, as antigas operárias, ao recordarem do ambiente de trabalho, revelaram que tinham que cuspir os resíduos para que saíssem de suas gargantas, evitando engolir: “O algodão você engolia na respiração. Tinha gente que tossia e vinha o algodão puro. No nariz, tirava assim, não gosto nem de lembrar...”. Luzinete, ao recordar a época em que trabalhou por quase 30 anos na Companhia¹⁶², afirma que muitas mulheres, ao saírem das fábricas, sacudiam as roupas e os cabelos por estarem cobertas de algodão. Esses resíduos certamente causariam doenças respiratórias pulmonares.

Os acidentes de trabalho relatados por alguns operários eram frequentes, principalmente quando trabalhavam com máquinas que não eram automáticas e que não podiam ser desligadas por causa da contínua produtividade, o que as deixavam permanentemente ligadas no período das atividades na tecelagem. No setor de fiação, no processo de construção do tecido, as mulheres tinham que emendar os fios quando estes quebravam. Esse processo exigia das operárias muita habilidade e agilidade, porque os dedos das mãos poderiam ser cortados pela máquina, podendo ocasionar sérias lesões, como apontado por José Calheiros: “Algumas pessoas trabalhavam em serviços perigosos. Todas as máquinas são perigosas, uma mais que a outra. A minha rodava uma velocidade que você não via. Tinha duas bases você não via nenhuma e se você botasse seu dedo ia perder seu dedo.”¹⁶³

¹⁶¹ Margarida Gomes da Silva. Entrevista concedida em julho de 2018.

¹⁶² Os atendimentos realizados em decorrência de acidentes do trabalho, como registraram nos relatórios anuais expostos no *Nosso Jornal* entre os anos de 1944 a 1946 uma média de 600 a 800 operários, entre operários e operárias, vitimados por acidentes no local de trabalho. O que podemos constatar nesses relatórios é que não há especificações quanto ao tipo de acidentes e a relação deles com cada sexo, no que dificulta uma análise mais precisa sobre a identificação de incidentes entre homens e mulheres, e que possam nos levar a avaliar a vulnerabilidade de cada um sobre as possibilidades de más condições e/ou a falta de segurança no ambiente de trabalho. Os afastamentos por licença médica, correspondiam em média de 4 até 7 mil, como apontam os números explicitados nos relatórios anuais da CAFT. Esses dados, apesar de não explicitarem os motivos desse grande número de licenças com o afastamento podem nos indicar que os altos índices de licenças demonstram ter ligações também com os acidentes no ambiente de trabalho vitimado aos operários.

¹⁶³ José Calheiros. Entrevista concedida em julho de 2018.

No setor de tinturaria e alvejamento, lugar ocupado pelos homens, os produtos químicos utilizados poderiam ocasionar graves danos à pele por causa dos ácidos e problemas respiratórios pela inalação dos agentes tóxicos. Os setores de produção também acabavam por ocasionar diversos problemas respiratórios, oftalmológicos e auditivos.

Podemos constatar, nos números dos relatórios de atendimento, os operários relacionados a vários tipos de enfermidades ocasionados em decorrência:

Tabela 05 - Relatório de Saúde da CAFT de 1946.

MOVIMENTO DE DEZEMBRO DE 1945 A NOVEMBRO DE 1946	
Serviço de Tisiologia	Matrículas: Homens – 215; Mulheres – 293
Serviço de olhos e Nariz e Garganta	
Curativos nos olhos	2.617
Curativos nos ouvidos	687
Curativos no nariz	255
Curativos na garganta	450
Acidentes de Trabalho	647
Exames de admissão	537

Fonte: Acervo do Nosso Jornal, 1946¹⁶⁴.

Nos atendimentos realizados em decorrência de acidentes do trabalho, como registravam os relatórios anuais entre os anos de 1944 e 1946, havia uma média de 600 a 800 operários/as vitimados/as por acidentes no local de trabalho. Nos relatórios não há especificações quanto ao tipo de acidentes e a relação deles com cada sexo, o que dificulta uma análise mais precisa sobre a identificação de incidentes entre homens e mulheres para que possa nos levar a avaliar, de forma mais contundente, a vulnerabilidade de cada um sobre as más condições e a falta de segurança no ambiente de trabalho.

Outra questão também observada nos relatórios é que o número de licenças médicas anuais chegava a corresponder a quase 80% do quantitativo de consultas médicas realizadas anualmente. Os atendimentos hospitalares chegavam a atender de 6 a 8 mil operários/as. Já os afastamentos por licença médica variavam de 4 a 7 mil, como apontam os dados dos relatórios anuais da CAFT.

No ano de 1945, A Cia. Alagoana resolve instalar a primeira Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no prédio onde funcionava o sindicato. Na ocasião, recebia a visita do na época do Delegado Regional do Ministério do trabalho em Alagoas, Muniz Falcão:

¹⁶⁴ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 9ª edição. Relatório de Saúde da CAFT do ano de 1946.

Aos operários presentes, que enchiam literalmente o vasto salão do sindicato, o Dr. Muniz Falcão explicou, em um ótimo trabalho seu, a finalidade da medida que visava a proteção do operariado, livrando-o de mutilações e da própria morte. A comissão interna da Cia Alagoana ficou assim constituída: Presidente Humberto Paiva-secretário Osvaldo Lourenço-Gerente Arnaldo Paiva-Médico Gastão oiticica-Técnico Francisco Boffino.¹⁶⁵

Apesar da criação de uma prevenção de acidentes, a escolha para compor a nova comissão são os próprios patrões e funcionários do alto escalão da Companhia para assumir o copo diretor, o que evidencia a não imparcialidade em casos de acidentes.

As mulheres desafiavam as regras que as proibiam de conversar no ambiente de trabalho, exceto quando fossem assuntos ligados às tarefas. Havia restrição para os operários circularem pelas seções que trabalhavam e até em outros setores fábrica. As conversas levavam também muitas mulheres a serem suspensas do trabalho, porém elas, em ato de solidariedade, ajudavam-se em suas atividades:

Muitas amigas a gente tem, né? Muitas amigas dentro da fábrica. Era gente assim ó! Par lá e pra cá. Traga canela aí, ia buscar a canela. Vem, vem, desenrolar as máquinas! Quando a máquina enrolava, parava. A gente falava assim gritando “-Ei!”. Ninguém falava baixinho. Ninguém ouvia. Aí quando a pessoa olhava se fosse pra vim: vem cá! Se fosse pra ir lá, fazia (com gestos) a gente ia. Mas pra falar assim...?! o barulho era grande!¹⁶⁶

Das várias proibições, comer no ambiente de trabalho também não era permitido aos olhos dos fiscais, mas as operárias se arriscavam para não ficarem com fome. Entre uma mordida e outra, exerciam as atividades: “Só escondido. Parar de trabalhar para comer? Eles diziam que tinha a hora de largar e era para comer em casa. A gente comia e pá, comia! Com fome, dá fome, trabalhando!”¹⁶⁷

De acordo com o operário José Calheiros, os contramestres usavam do seu poder para abusar de sua autoridade de variadas formas. Uma delas estava em forçar o/a operário/a indisciplinado/a a trabalhar em máquinas velhas e ruins, dificultando todo o trabalho. Os/As operários/as, como forma de sobreviver a um universo de tensão, usavam algumas estratégias no ambiente de trabalho como o noveleiro José Calheiros, que para que o mesmo não acontecesse com ele, cuidava do maquinário do qual era responsável, cumpria sua parte e não respondia ao contramestre. Isso, de certa forma, pode ser visto, a priori, como submissão, porém

¹⁶⁵ *Nosso Jornal*, Rio Largo, 1946, 9ª edição, ano de 1946.

¹⁶⁶ Margarida Gomes. Entrevista concedida em janeiro de 2020.

¹⁶⁷ Idem.

ela era uma tática do operário para que não fosse prejudicado e forçado a trabalhar na máquina ruim, que dificultasse a sua produção e causasse a diminuição do seu salário:

Eu zelava da máquina como se fosse minha, sabe por quê? Porque ia dar menos trabalho pra mim. Eu trabalhava mais folgado. Ia produzir melhor, fazia um novelo mais bem feito quando o trabalhador era comprometido. Quando eu saía de férias, estava na mesma máquina. Quando eu terminava o meu horário, eu limpava a máquina. Azeitava a máquina. Cada operador tinha uma escova. Deixava tudo limpinho. Se um operário fosse me substituir, eu deixar limpa e ele também tinha que deixar. Cada um fazia sua parte. E aquele que não queria fazer, o mestre ficava ali, fazia uma reuniãozinha e botava todo mundo para limpar.¹⁶⁸

Isso ocorria porque, com uma boa conduta e um bom relacionamento com seus superiores, a punição não ocorreria, o que era a sua forma de resistência e sobrevivência ao ambiente muitas vezes hostil no ambiente de trabalho.

Havia também uma certa solidariedade entre os operários, pois, em caso de algum descuido ou brincadeiras que levassem à quebra das máquinas, era raro um companheiro entregar o outro. Em um episódio narrado pelo operário, contou com a ajuda de seus colegas quando ele mesmo ocasionou uma quebra de uma máquina:

Aconteceu comigo, aconteceu o seguinte: eu cheguei, rodando a máquina, a que eu trabalhava. (...) eu na brincadeira peguei o saco e joguei no cara e o cara fez assim e quebrou a máquina. Rolou, enganchou, quebrou a máquina. Aí foi um trabalho para tirar esse saco. Aí foi dizer o mestre. Aí ele reuniu todo mundo ele disse quem foi que quebrou aquela máquina. Todo mundo ficou calado. E eu fiquei quieto e a culpa foi minha, ninguém disse nada todo mundo calado. Aí ele disse ói, não foi ninguém que quebrou, ela se quebrou por ela mesmo? Ele, o mestre: agora todo mundo vai pagar. Vocês todinho vai ser descontado. Aí eu disse quem quebrou fui eu. (...) foi você seu Caduda? Como foi isso? Eu disse aí eu disse...pronto, vão trabalhar, eu confessei tudo.¹⁶⁹

Em outro episódio curioso, o operário conta que alguns de seus companheiros usavam de brincadeiras com os mestres, principalmente àqueles por quem não tinham apreço é que eram alvo das estratégias. “O cara não gostava do mestre. Aí ele passou do canto para o outro, deram um grito. Êee. Ele voltou, e disse: quem foi que gritou aqui? Todo mundo ficou calado. Quem gritou aqui. E o cara que gritou perto de mim e não entreguei.”¹⁷⁰

Uma das formas de estratégias utilizada por algumas mulheres, revelada por Margaria Gomes, é que, muitas vezes, quando o contramestre, no fim do expediente, pedia para que ela e suas companheiras desenrolassem as máquinas, elas se escondiam entre as seções para burlar as ordens dos seus superiores: “às vezes se viesse na hora de largar a gente se escondia para não

¹⁶⁸ José Calheiros. Entrevista concedida em janeiro de 2020.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Idem.

desenrolar aquelas máquinas na hora porque saía depois da hora” A ex-fiandeira revelou que só assim era a única forma de sair no horário, pois, caso atendesse ao contramestre, só saía tarde do trabalho.

Apesar de tudo isso, a ex-fiandeira Margarida disse que gostava de trabalhar na Companhia. Se o trabalho na fábrica era extenuante e exaustivo, por outro lado, os momentos de sociabilidade faziam tornar o ambiente menos pesado. As amizades e as conversas compartilhadas de suas vidas íntimas do cotidiano faziam parte do contexto do trabalho feminino nas fábricas. Além disso, a solidariedade entre elas era também uma forma de se unir a um universo repressor e excludente em todos os aspectos sobre as mulheres.

As mulheres também tinham que conviver com o assédio sexual no local de trabalho. Estavam expostas às investidas de seus gerentes encarregados, que chegavam a chantageá-las em troca de uma promoção em postos de trabalho considerados privilegiados em relação aos trabalhos nos setores de produção, como a tecelagem e a fiação, lugares extenuantes e expostos às más condições. *A Voz do Povo* denunciava um caso de assédio de uma operária da fábrica Progresso:

Esteve na nossa redação um operário da fábrica “Progresso” de Rio Largo e que, solicitando que não divulgássemos o seu nome, narrou o seguinte: Há dias o senhor José Cabral, gerente da fábrica “Progresso”, de Rio Largo, vinha cortejando uma jovem operária filha do fiscal Manoel Nogueira. Por diversas vezes o Sr. Cabral induzia a jovem a demoradas “palestras” na “varanda” nas proximidades da fábrica, até que a persuadiu de transferi-la para o setor de fiação onde poderiam avistar-se mais frequentemente sob a condição de que a “jovem” não iria para a fiação, e sim trabalhar consigo no escritório. Isto feito, o fato chegou ao Diretor-prefeito Edgar Barbosa, que inqueriu o Sr. Cabral, entretanto nenhuma responsabilidade assumiu e atrabiliariamente demitiu a jovem, levando-a ao desemprego. Supõe-se que esta arbitrariedade prende-se ao fato de ter a referida “jovem” resistido aos galanteios do gerente “Barba Azul”.¹⁷¹

A resistência feminina contra os assédios sofridos no seu cotidiano pelos patrões acarretaria punições por não se sujeitar a tais subordinações de violência psicológica e física, ou como objeto do bel prazer masculino. O resultado da demissão da operária aponta para questões que se voltam para a culpabilidade feminina, tanto no que diz respeito à não punição do mestre pela fábrica quanto ao de o induzir à tentação pecaminosa e, portanto, ser punida pelo crime da sedução.

¹⁷¹ *A Voz do Povo*, Maceió, 1958, 6 de abril de 1958. Acervo disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA).

Um fato observado pela matéria da *Voz do Povo* é o anonimato da operária que, sem nome e sem corpo, transforma-se em um agente invisível e sem significância de expressão política; questão também a ser pensada nesse contexto.

As demissões dos/as operários/as na Companhia, segundo nos contou o ex-operário José Calheiros, além das crises econômicas enfrentadas pelas indústrias que tinham que onerar uma parcela de seus empregados, também dependiam do relacionamento pessoal que os/as operários/as mantivessem com os contramestres, os chamados por eles de “farinha azeda”, que, na hora dos cortes, vinham com uma lista não nominal e apenas quantitativa direto da administração, para comunicar àqueles que seriam demitidos. Como eles eram os responsáveis pelas fichas de controle de produção dos/as operários/as, e sabiam mais do que ninguém da rotina diária na fábrica de cada um dos trabalhadores, tinham autonomia para a escolha daqueles/as que seriam demitidos/as.

Eu trabalhei na seção, tinha mestre e contramestre, o contramestre era farinha azeda. Chegou a relação pra dispensar tantos daquela seção que eu trabalhava, eu era novato, eu era novato, eu não tinha... acho que nem um ano, chegou a relação... quando foi... eu cheguei para trabalhar 6 horas, me arrumei e o mestre me chamou: seu Caduda, venha cá, olhe, eu não gosto de botar ninguém pra fora, sei que todo mundo precisa trabalhar, mas eu tenho uma relação aqui, a empresa passou... a dispensa de tantos funcionários. Aí ele olhou pra mim e disse agora tem uma coisa, se preocupe não, viu, você não vai sair não. Não tinha nome, não tinha nome, o nome quem dava era... ele não mandava nome, ele mandava a quantidade, né?¹⁷²

Essa autoridade, exercida pelos contramestres da Companhia, demonstra um grande distanciamento dos patronatos com os operários nas relações cotidianas do trabalho pela não interferência direta na escolha dos/as operários/as a serem demitidos. Como explica o operário, essas decisões dependiam das escolhas dos contramestres, o que acabavam, na maioria das vezes, ultrapassando as relações profissionais e desembocava nas relações pessoais. Mas não é difícil compreender que os requisitos para a demissão dos trabalhadores implicavam diretamente no resultado de sua produtividade, na conduta de comportamento e no tempo de serviço. Porém, em certos casos, quando os operários mantinham uma boa relação com os mestres, eles mesmos interviam na tentativa de salvar o companheiro da demissão, como o operário José Calheiros explicou:

Mas acontece que quem conhece o trabalhador é o camarada que trabalha com ele. Ele não vai dispensar, como é que diz.. ele vai dispensar quem...? Dr. Fulano... aqui não, fulano é um cara e trabalhador sério e tal, então não tire ele não, aí ele não fazia isso: (responde o mestre) não quero que você saia, então, agora tá nas suas mãos. O cara quem trabalha é que conhece o cara. Eu vejo que é o correto, eu vejo assim que

¹⁷² José Calheiros. Entrevista realizada em julho de 2018.

é correto. Quem tá no dia a dia que sabe, as pessoas que serve e que não serve. Se tem um trabalhador, o trabalhador tem seus problemas. Se o cara falta, ia tudo pra lá pro registro, ia tudo pra lá. Agora o cara pra não peitar com ninguém, ligava pro senhor. Ele (contramestre) sabia quem bem produzia e quem não produzia.¹⁷³

Pelas palavras do ex-operário, é evidente que as relações entre os homens em posições hierárquicas diferentes tinham um peso e um tom amistoso nas negociações, apesar de existirem, é claro, exceções. Porém, essa boa relação entre o operário com o contramestre acontece porque o operário não contraria as atitudes do seu superior e concorda com ele quando diz: “eu vejo assim que é correto”, “as pessoas que servem e que não serve”, o que revela que, mesmo de uma a visão particular, favorece um discurso que privilegia o patronato, reafirmando o trabalhador como mero objeto do capital.

Em relação às mulheres, vide depoimentos das ex-operárias e das reportagens de *A Voz do Povo*, percebe-se que as relações entre as operárias e os mestres e contramestres encontram-se não só na hierarquização do trabalho, mas também nas relações de desigualdade de gênero dentro do ambiente fabril. Podemos destacar essa relação em casos expostos em alguns relatórios de “ato de indisciplina”¹⁷⁴, anexado nas fichas funcionais, que se constituem como importantes testemunhos e indícios dessa relação.

Podemos ver o caso da operária Adelaide Lúcio Duarte, que ingressou na Companhia no ano de 1953 com apenas 16 anos, a qual exercia a função de aprendiz no setor de fiação da fábrica Progresso como operadora de máquina. A passagem da operária pela fábrica foi permeada por alguns conflitos com os mestres e contramestres, como mostram os dois relatórios de “ato de indisciplina” expedidos no ano de 1968 pela diretoria CAFT, anexados em uma de suas fichas funcionais.

A primeira ocorrência devia-se ao fato narrado pelo contramestre da seção, de que a operária havia recusado fazer a limpeza da máquina pela qual era responsável. Além disso, os fusos do seu maquinário estavam danificados e se recusou a operar outro maquinário. Como punição, o contramestre, juntamente com o mestre da seção, ordenou-a que fosse transferida e operasse outro maquinário. Rejeitando às ordens, a operária, sem ter autorização prévia dos seus superiores para se deslocar do espaço reservado de trabalho, foi relatar a situação as demais companheiras. Esses dois fatos contrariaram os superiores que, conseqüentemente, levaram-na para a gerência, onde se definiu que, após advertir a operária sobre o ocorrido e vendo que ela não cedia em sua decisão, seria afastada do trabalho por três dias. Por relutar contra a submissão em não aceitar a ação punitiva, a operária reagiu com expressões “gerente da peste”,

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Relatório de indisciplina. Acervo particular reservado no arquivo da CAFT.

“desgraçado”, “se eu fosse homem o Sr. pagaria agora mesmo”, “eu disse o que disse ao gerente, quanto mais a vocês dois”. Isso fez com que os superiores, utilizando o seu poder de hierarquia em não aceitar a negação da operária, tampouco as palavras proferidas por ela, aplicou uma suspensão de 8 dias pela sua reação. Esse episódio revela-nos que as relações de poder, em vista de a punição à operária ter sido aumentada pelo simples fato de ter respondido de forma “agressiva” aos superiores, contrariando a ideia de que as mulheres deveriam ser dóceis e submissas, leva-nos a crer que muitas das retaliações das mulheres vinham de não aceitarem a submissão feminina dentro da fábrica.

O fato de a operária ter reagido contra a arbitrariedade do mestre e contramestre, cuja atitude em não aceitar os excessos autoritários dos patrões ocasionaria punição de qualquer forma, por ter desacatado as regras impostas, demonstra a sua resistência em relação à superioridade da hierarquia masculina ao se recusar a obedecer as ordens dos seus superiores. A operária Maria Adelaide sabia que os contramestres dependiam da produção da seção e certamente eram cobradas por isso. Assim, foi consciente de que era uma operária com estabilidade por estar na fábrica há mais de dez anos quando disse como resposta ao contramestre, ao se recusar a ser transferida para outro maquinário, que tinha “graça trabalhar de graça”. Por essa razão, sentia-se segura e com autoestima para tal enfrentamento.

Podemos ver casos semelhantes na obra de Rago (1998), *em seu artigo Trabalho Feminino e Sexualidade*, no qual traz publicações da imprensa operária dos primeiros anos o século XX, cujos relatos apontam as condições de humilhações cotidianas e assédio sexual ao qual as mulheres estavam condicionadas no ambiente de trabalho.

As contradições faziam parte das relações de trabalho na organização e constituição da CAFT, visto que havia a distinção e diferença entre os sexos nas relações de trabalho entre cargos, ocupações e atividades, os quais acabava gerando conflitos que se diluíam nas formas de opressão e violência física, pois a condição de gênero atrelada ao discurso de que as mulheres eram um sexo frágil, isso na prática não era levado em consideração, e as mulheres acabavam no embate entre os homens e até de agressões físicas. Quando as mulheres reagiam à violência, os homens não disfarçavam ou se desculpavam pela ação pelo simples fato de elas serem mulheres, sem levarem em conta sua condição de gênero. Isso corresponde também a desigualdade de classe social entre os gêneros, em que a hierarquia de poder dos homens, em cargos de chefia e altos salários na CAFT, chancelavam autoridade de poder de exploração do trabalho sobre as mulheres, que ocupavam apenas atividades subalternas nos setores importantes da Companhia. Isso reforça ainda mais o ambiente de trabalho das mulheres como um lugar de resistência e contrário à feminilidade.

O caso citado acima não era um fator isolado, pois, ao analisar diversas fichas das operárias, havia observações de suspensões por motivos definidos como “desobediência”, “indisciplina”, “coibição de conversas”, “palestras com outras operárias”. Esses motivos aparentemente parecem banais, mas eram levados como algo relevante nas relações do trabalho da CAFT. De acordo com os relatos das ex-operárias, Margarida Gomes e Lourinete Vieira da Silva, muitas mulheres envolviam-se em discussões com os seus superiores contra a opressão cotidiana sofrida constantemente no ambiente de trabalho.

As antigas operárias revelaram que algumas mulheres resistiam à violência nas sessões de trabalho com respostas contendo expressões utilizadas pela operária anteriormente citada, ou até mesmo jogando objetos nos contramestres. Relembrou ainda o constrangimento pelo qual passou uma companheira de trabalho quando foi coagida a uma revista feita pelo fiscal de seções para verificar se ela levava algum pedaço de tecido escondido em suas vestes, assim relatou Margarida:

Disseram: o que é que você leva aí? A ‘bixinha’ levava a bolsinha de ladinho. O vigia cismou da pobrezinha, coitada... o que é isso?... ela respondeu: coisa minha íntima. Você vai abrir agora para eu ver! Mas eu não posso mostrar! Mas quero ver! E jogou na cara dele. E se juntou gente pra ver o que vai dar. Isso foi tão comentado neste mundo, era gente falando que o vigia ficou decepcionado... Não sei. E ela foi chamada e falou diante do gerente. Constrangido, nunca mais pediu pacote de ninguém pra abrir.

A recusa das mulheres de não se submeterem às imposições do sistema disciplinar fabril demonstram a negação delas diante das normas de conduta da Companhia aplicada pelos seus superiores, que tentavam imprimir as suas regras de comportamento, bem como buscavam, entre outras formas, disciplinar o operariado. Isso demonstra que as mulheres não eram passivas nem submissas, por não se sujeitarem a essas situações vivenciadas por muitas mulheres no cotidiano do trabalho fabril. Todas essas imposições de opressão, como formas de opressão, não bastariam para que elas aceitassem em troca de uma função privilegiada dentro da Companhia. A recusa das mulheres em aceitar a submissão também era uma forma de poder ao enfrentar a hegemonia da hierarquia masculina na fábrica.

As denúncias feitas pelo sindicato dos operários *A Voz do Povo*, através dos sindicatos, ao expor as condições de trabalho das mulheres operárias, apesar de serem importantes para relatar a opressão que as elas sofriam, tinham seus discursos voltados apenas para as questões de preocupação moral relacionadas à dominação e exploração exercida no ambiente de trabalho da fábrica. Além disso, as denúncias retratadas pelo jornal partiam da visão masculina, e acabava por reforçar ainda mais a imagem das mulheres como ingênuas, incapazes,

contrariando os relatórios atos de indisciplinas da CAFT, no qual relatavam as lutas das mulheres nos chãos das fábricas contra os abusos e a opressão dos seus chefes. Podemos visualizar tais relações nos discursos da *Voz do Povo*: “É necessário que o protesto das operárias da secção “Margarida” “chegue ao sindicato e, através destes e da unidade de todos os trabalhadores de Rio Largo, ponha-se termo aquele estado de coisas.”¹⁷⁵

Isso pode ser justificado pelo que Scott (1995) aborda sobre o movimento operário colocar as mulheres de forma a englobá-las numa categoria masculina, o que, de certa forma, acaba dando invisibilidade a elas, tanto no campo de lutas, como tirando-lhes o reconhecimento de sua participação política junto aos homens nas reivindicações sindicalistas. Nesse sentido, “isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual” (RAGO, 2018, p. 579). Mesmo na luta sindical, essa mulher operária transferiria ao homem operário as suas reivindicações, que, em evidência, constituía-se no pensamento masculino, anulando, conseqüentemente, seus próprios contextos e visões cegas pelo sexismo operariado.

Rago (1985), em sua obra *Do Cabaré ao Lar A utopia da cidade disciplinar*, expõe a problemática ao retratar a imagem das mulheres nos discursos dos jornais operários no início do século XX, quando identificou que a imprensa construía duas imagens femininas: a submissa, com discursos de tentativas de retomá-las ao lar, e a combativa, presentes nas reivindicações das lutas de classe e no enfrentamento policial.

A opinião pública feminina nos veículos de comunicação era diminuta e sempre estava sob liderança sindical masculina. Nessa perspectiva, a visão sobre as mulheres trabalhadoras ocorria no ambiente fabril como a extensão do próprio lar, as quais se representavam apenas, enquanto corpo familiar, como esposas e filhas, e que esse sentido simbólico de subordinação doméstica interferia na não relevância de sua participação política nos sindicatos. Além disso, a reivindicação dos direitos trabalhistas por parte dos sindicatos estava sempre limitada ao dito sexo frágil, cujo papel da mulher era inconsciente para sociedade da época, firmando a condenação delas para a procriação, a educação dos filhos e para satisfazer os desejos masculinos.

Não tem como verificar até que ponto era a participação feminina nos sindicatos têxteis em Alagoas, pois isso caberia um estudo específico e mais aprofundado. Porém, no sindicato da CAFT de Rio Largo, ao verificar algumas poucas atas de reunião referentes à década de 1960, não há nenhuma menção às mulheres trabalhadoras, tampouco à sua presença em cargo

¹⁷⁵ A *Voz do Povo*, Maceió, 1966, 4 de agosto de 1966. Acervo disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA).

de diretoria ou presidência, o que mostra que a participação delas se restringia apenas às reuniões, nada além de cargos no sindicato, mesmo sabendo que tiveram um papel fundamental nas lutas reivindicatórias.

Saffioti (1981, p. 32) enfatiza, em sua obra *Do Artesanal ao Industrial A exploração da Mulher*, que a limitação sobre a participação das mulheres nos sindicatos está ligada ao enorme enfraquecimento da força de trabalho feminino imposto pela concepção de “fragilidade”, criada sobre a sua mão de obra, além das condições de trabalho e da vida das mulheres que tinham que se desdobrar na dupla jornada de trabalho, inviabilizando a sua efetiva participação política nos sindicatos.

Para Fraccaro (2018), em *Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*, apesar de muitas organizações sindicais existirem no país no início do século XX, elas estavam muito mais preocupadas na luta de classe contra os patrões do que pelas reivindicações femininas, e a sua própria estrutura de organização contrariava a presença feminina em cargos de direção sindical, excluindo praticamente a presença das mulheres. Tal razão, segundo Fraccaro (2018, p. 39), pode estar ligada à desigualdade de gênero, entendendo-se que a presença feminina nos sindicatos não seria relevante, visto que elas, além de receberem os menores salários, sua ocupação à frente dessas organizações poderia atingir as questões morais e pôr em risco a sua “feminilidade”.

Se, por um lado, o jornal *A Voz do Povo* demonstrava a sua indignação com os maus-tratos contra as mulheres nas fábricas, por outro lado, ocultava a força feminina, visto que se contrapunha aos fatos reais dos processos jurídicos (em sua maioria com causa ganha) movidos por várias mulheres operárias que se uniram para denunciar e reivindicar seus direitos, através do sindicato em Alagoas à Delegacia do Trabalho, entre os anos de 1940 e 1960, contra diversas fábricas têxteis em Alagoas.

A participação das mulheres no cenário das lutas e reivindicações pode ser vista no número elevado de processos trabalhistas movidos por elas no Ministério do Trabalho de Alagoas. Apesar da sua não participação política nos sindicatos, ao não pleitear cargos na diretoria, elas estavam presentes tanto nas reuniões quanto nas frentes de luta dos movimentos operários na luta pelos direitos.

Os processos movidos, em sua maioria, em defesa dos direitos trabalhistas pelas trabalhadoras eram representados pelos advogados dos respectivos sindicatos aos quais eram associadas. As alegações eram diversas: as condições de trabalho, como suspensões; o não pagamento de auxílio maternidade; reivindicação dos direitos como pedidos de indenizações por motivo de demissão sem justa causa ou não renovação do contrato de trabalho; denúncias

contra o não cumprimento de pagamento dos salários – sendo esses muito abaixo do valor fixado – e de agressões físicas sofridas a elas e seus filhos, evidenciando a realidade que vivenciava a classe operária e os patrões na justiça do trabalho em Alagoas.

Os processos movidos por mulheres operárias entre as décadas de 1940 e 1960 vêm como resultado da resistência contra os patrões em não cumprir o que determinavam as leis trabalhistas. Os processos traziam reclamações recorrentes de que muitos desses direitos promulgados pela legislação, desde a década de 1930, concedidos às mulheres, não eram cumpridos pela maioria dos patrões em Alagoas, segundo as evidências dos processos. Em contrapartida, há também processos movidos pelos patrões contra as operárias, as quais recorriam em outros tribunais, como o de Pernambuco, o que levava muitos processos a durarem anos para serem sentenciados. Mas até que ponto os patrões estavam dispostos a processar as mulheres?

Como averiguados nos processos entre as décadas de 1940 e 1960, expostos no Ministério da Justiça do Trabalho em Alagoas, os industriais recusavam-se a readmitir as mulheres, mas também não queriam indenizá-las e, com isso, alegavam sempre nos processos com argumentos ancorados na lei da “justa causa”, baseados em “atos indisciplinados”, “insubordinação” ou supostas ligações com o Partido Comunista, servindo como artifícios que os patrões usavam para alegação nos processos movidos contra as operárias como justificativa para demitir e garantir a não restituição monetária às trabalhadoras. Isso ocorria mesmo quando a lei dava direito às trabalhadoras à indenização em caso de demissão sem justa causa e por terem estabilidade de emprego. Vejamos o caso de uma operária da fábrica Carmem Fernão Velho, a qual foi processada pela fábrica Carmem no ano de 1951 com acusação de ter, supostamente, ligações com o PBC em Alagoas:

A suplicante foi obrigada a assim proceder em virtude de conduta da suplicada que, filiada ao extinto Partido Comunista Brasileiro, dedica-se em companhia de seu marido [...] à propaganda do credo vermelho, conforme atestado a Delegacia de Ordem Política e Social (doc. 3) onde a mesma é fichada como comunista, tendo ultimamente chegado ao conhecimento da Administração da fábrica que a reclamante, em local e horário de trabalho, vinha concitando os seus companheiros de trabalho à greve, à queda de produção, à desordem, à anarquia, ao desrespeito aos seus superiores hierárquicos, enfim, agindo em obediência à orientação totalitária esquerdista que recebia e recebe, conforme se prova com a identidade de maneira de agir apreçoada pelos comunistas em A Voz do Povo (docs. 4 e 5), chegando a reclamada ao acúmulo de, em sua própria residência, dentro da área residencial edificada pela reclamante e a mesma fábrica pertence, promover reuniões de comunistas de diversas outras localidades, tornando, assim, o seu lar uma verdadeira célula de ligações extremistas, fatos esses devidamente apurados pela suplicante e aprovados pelas inclusa certidão fornecida pela sub delegacia local de polícia local. (doc. 6)

Segundo os autos do processo, a operária foi acusada pela fábrica, juntamente ao seu esposo, de manter supostas ligações com o Partido Comunista, o que nunca foi provado, e, ainda de acordo com os relatos no processo, as acusações se valiam apenas de certidões obtidas pela Delegacia de Ordem política e Social em Marechal Deodoro, somente de declarações, sem provas materiais, que pudessem atestar a veracidade das afirmações. O que vemos nessa situação é que, por ser casada com um suposto membro, a acusação recaía sobre ela, porém a sua defesa respaldava-se no fato de essa acusação dos patrões não ter fundamento devido à boa conduta da operária na fábrica, a qual já havia sido até beneficiada com gratificações por ter produção eficiente, o que fazia as acusações caírem em contradição.

A CLT não deixava muito específico o que seriam casos de “insubordinação”, “atos de indisciplina” ou “anarquia”, o que colocava como suspeição atitudes alegadas pelos patrões para se justificarem em seus processos de defesa baseados em alguns artigos de leis que não deixavam claras tais especificações. Isso significa que os patrões tinham o livre arbítrio para definir o que seria insubordinação, indisciplina, mau comportamento etc.

As leis, de certa forma, acabavam favorecendo a justificativa das “justas causas”, como má conduta e indisciplina, o que as empresas alegavam em seu favor para entrarem com recursos e recorrerem dos processos para o não pagamento de indenizações, entre outros. Assim, as interpretações dúbias de jurisprudência das leis trabalhistas faziam os processos movidos por patrões e empregados caracterizarem-se sempre em acusações.

Enquanto as operárias queixavam-se do não cumprimento de acordo dos patrões baseados nas leis por direito, os patrões alegavam que suas ações e atitudes arbitrárias, na maioria das vezes, eram baseadas nas leis de “justa causa”. Por isso, esses conflitos acabavam sempre resultando em conciliação judicial pelas partes, pela não clareza de alguns artigos de leis. A justiça do trabalho agia muito mais como junta de conciliação para intermediar acordos entre patrões e empregados. Neste caso, sempre com o intuito do julgamento e sentenças baseadas em acordos indenizatórios entre as partes ou na readmissão de operários.

No entanto, não é possível saber como se dava o tratamento das mulheres trabalhadoras nos tribunais, tampouco como eram orientadas por seus advogados através dos sindicatos. O fato é que as trabalhadoras eram as mais penalizadas, pois, muitas vezes, quando ganhavam o processo, o valor do acordo proposto, em alguns casos, ou era menor do que teriam direito, ou quando abandonavam o processo – não se sabe por que motivos – pelo não comparecimento nas audiências, como visto em alguns processos que se deram por encerrados, elas teriam que pagar as custas baseadas em seus salários, que já não eram lá muita coisa.

Em alguns processos, há denúncias de abusos cometidos por seus superiores, muitos em forma de agressão a elas e a seus filhos, como o caso de uma operária da fábrica Saúde. No processo,¹⁷⁶ a operária alegava que sua filha, que trabalhava em uma seção, foi falar com ela alegando ter produzidos falhas em um tecido. Como punição disciplinar por ter saído de sua seção e ter cometido um erro na produção do tecido, o superior, aos gritos, agrediu a menor, que foi obrigada a trabalhar em uma seção incompatível com seu sexo e sua idade, além de ter sido multada:

[...] no referido dia dezessete de junho de mil novecentos e quarenta e um, foi procurada por sua filha que viera lhe expor o seguinte: “que havia sido multada pelo Sr. Aluísio Nogueira por ter sido constatado pelo mesmo a existência de borras em um volume de morim que confeccionara; que a importância da multa fora de cinco mil reis; que além da multa havia sido transferida para outra seção da tecelagem cujo serviço era pesado (sic) para sua idade e sexo; que foi na ocasião que a sua filha lhes expunha isto que a mesma digo que a filha da depoente foi agredida pelo senhor Aluísio que lhe vibrou um soco nas costas; que, em consequência desse soco, quase a filha da depoente se choca com uma das máquinas; que a sua filha assinou a papelada apresentada pelo Sr. Aluísio; que foi no momento que a sua filha assinava a referida papeleta que ela depoente apareceu no escritório o Sr. Aluísio, tendo, como já disse antes, ouvido muitas palavras insultuosas e mais o seguinte “puxe por aqui, com seus moleques” que assim foi a depoente juntamente com seus dois filhos dispensados da referida fábrica sem motivo justificado para tal [...] que do exposto ficou evidenciado que ela e seus filhos não tiveram também o “aviso prévio” determinado por lei. Assim pede em seu nome e em nome de seus filhos.¹⁷⁷

O resultado terminou em um acordo de conciliação indenizatória, no qual recebera, como representante legal dos filhos, o valor pago pela fábrica. A operária foi obrigada a deixar o povoado para se proteger e proteger seus filhos.

Uma outra operária, como exposto no processo¹⁷⁸, alegava que foi coagida e obrigada a assinar um documento de rompimento de contrato como se estivesse assinando por livre espontânea vontade. A operária, que era analfabeta, recusou-se a assinar alegando não saber ler, pois, coagida, acabou recebendo a força o termo de rompimento de contrato para assinar justamente por ter se afastado alguns dias por estar acometida de doença. Declarava a operária:

III - que restabelecida a reclamante foi em 7 do corrente, a gerência da Cia. União Mercantil se apresentar (sic) para o serviço, e quando o Sr. Mister Dawm, gerente da aludida Cia, mandou que ela assinasse um documento recusando-se a reclamante que não sabia ler, como também não sabia o que era o documento que lhe apresentava (sic) o gerente, foi o bastante, para o referido gerente, agarrando a pulso da reclamante

¹⁷⁶ Processo de n. JCJ 66/41 do ano de 1941. Encontra-se resguardado nos arquivos da Justiça do Trabalho - Maceió, Alagoas.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Processo de n. 41 do ano de 1941. Encontra-se resguardado nos arquivos da Justiça do Trabalho – Maceió, Alagoas.

e forçando-a, fez ela deixar no dito recibo s/ signal digital, e mandou assinar em seguida a s/rogo.¹⁷⁹

Um outro caso processual¹⁸⁰ foi de uma operária acometida por tuberculose, que foi afastada e recuperada após cinco anos, a qual teve sua aposentadoria provisória cancelada. Com autorização do IAPI para retornar para o trabalho – pois havia se curado da doença e que, por lei, apenas doenças incuráveis podiam resultar em sua aposentadoria definitiva, o que não foi o caso da operária, tendo que retornar ao trabalho –, a fábrica recusou-se a admiti-la e foi obrigada, por unanimidade, a pagar uma indenização ao tempo de serviço mais aviso prévio, porque a operária, além de ter estabilidade de 19 anos de trabalho, tinha sido demitida sem alegações contundentes.

As mulheres conscientes dos seus direitos uniam-se coletivamente para requerer seus direitos legais e a preservação deles, mesmo que, para isso, tivessem que enfrentar os patrões nos tribunais. Em um processo¹⁸¹ movido por 5 mulheres tecelãs da fábrica Norte de Alagoas, alegava-se perseguição dos patrões, pois eram obrigadas a trabalhar em máquinas de péssimo funcionamento, velhas, desgastadas, que não produziam uma quantidade a atingir o salário mínimo, já que seus proventos eram baseados na produção tanto de quantidade como na qualidade dos tecidos. Os mestres exigiam que as operárias produzissem tecidos de boa excelência, o que seria inviável pelas péssimas condições de trabalho oferecidas:

Interrogada, a reclamante Alzira Gomes dos Santos declarou que trabalha na reclamada há cerca de 18 anos; que já foi suspensa cinco vezes, por insuficiência de produção; que no ano passado teve duas suspensões e este ano três; que não atinge a produção em oito horas de trabalho porque os rolos são ruins e depois a reclamada exige que o fabrico do pano seja bom; que de algum tempo pra cá somente tem lhe colocado para trabalhar em máquina com rolo ruim e ademais trabalhando quase na lama, com a máquina molhada, por isso não atingia a produção.¹⁸²

As mulheres alegavam que eram obrigadas a assinar o termo de suspensão disciplinar por baixa produção. Muitas, como resistência, não assinavam e, como punição, eram afastadas por até 15 dias de trabalho sem receber; outras, com medo ou receio de represálias, acabavam assinando essas suspensões de forma obrigatória. Vejamos a justificativa da fábrica no processo:

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Processo de n. 27/58 do ano de 1958. Encontra-se resguardado nos arquivos da Justiça do Trabalho – Maceió, Alagoas.

¹⁸¹ Processo de n. 123,124,128,135,136/66 do ano de 1966. Encontra-se resguardado nos arquivos da Justiça do Trabalho – Maceió, Alagoas.

¹⁸² Idem.

Levamos ao seu conhecimento que, considerando o fato de já ter sido advertida por baixa produção e suspensão, sucessivamente, por 3,5,8,15 dias pelo mesmo motivo, continua V.S. a insistir na baixa produção e a não tomar conhecimento das reiteradas advertências e suspensões feitas neste sentido. Assim sendo, voltamos a suspendê-la pela última vez. Caso insista em não atender às determinações desta empresa, continuando a apresentar índice de baixa produção, seremos forçados a afastá-la definitivamente do serviço.¹⁸³

Outros processos movidos pelas operárias pleiteavam o direito a receber auxílio maternidade. Na justiça, encontra-se um compilado de processos¹⁸⁴ movidos por quinze mulheres, que deram entrada ao mesmo tempo contra a fábrica Carmem. Muitas alegavam não terem recebido a licença remunerada que a lei resguardava. O processo resultou em alguns acordos indenizatórios ou recontração de algumas delas.

As lutas das mulheres revelam, em parte, a realidade do cotidiano vivenciado por elas nas fábricas, as quais, além de conviverem com vários problemas de assédios e agressões de violência moral e psicológica, tinham que enfrentar os tribunais na busca de seus direitos como trabalhadoras, pelo cumprimento da regulamentação das leis do trabalho. Muitas alegavam que não recebiam o salário instituído por lei, os quais eram inferiores, chegando menos que o dobro do valor fixado pelo mínimo legal.

Apesar das mudanças nas leis trabalhistas, as mulheres operárias tinham que conviver com o não cumprimento das leis do trabalho consolidadas em 1943. Alguns direitos assegurados por lei pelos arts. 391 a 396 da CLT garantiam férias, licença maternidade e descanso semanal remunerados, além de auxílio doença ou aposentadoria provisória concebidas pelo I.A.P.I¹⁸⁵, quando sofressem enfermidades ocasionadas por acidentes do trabalho ou não. Além disso, aquelas que, porventura, fossem demitidas ou solicitassem o rompimento de contrato de trabalho, deveriam receber indenizações, gratificação salarial e salário família; benefícios que só eram concedidos às mulheres que tinham estabilidade de dez anos de trabalho na mesma empresa.

De acordo com algumas mulheres operárias, quando eram liberadas pelo antigo IAPI, sendo atestadas pelo órgão como aptas a retornar aos trabalhos, as fábricas não queriam readmiti-las e/ou não as indenizar. Os patrões justificavam que elas tinham ultrapassado o tempo limite de readmissão ao trabalho após o período de afastamento por doença ou

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Processo de n. 35/38 do ano de 1958. Encontra-se resguardado nos arquivos da Justiça do Trabalho-Maceió, Alagoas.

¹⁸⁵ Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriais.

aposentadoria provisória e que, portanto, o contrato seria reincluído automaticamente usando dessa estratégia para a não recontração das funcionárias.

Mas o que a lei garantia às mulheres, baseada no artigo de lei 475 e 478 da CLT, era que elas, estando em um bom estado de recuperação e aptas para voltar às funções de trabalho nas fábricas, deveriam ser readmitidas nas suas atividades ou, no caso, poderiam exercer outras atividades, desde que essas fossem compatíveis com as suas capacidades físicas, caso contrário os patrões deveriam arcar com indenizações se optassem por demiti-las.

Sendo facultado aos patrões o direito de não as readmitir, por lei, eram obrigados a pagar indenização e aviso prévio em dobro. Isso era válido apenas para as mulheres que possuísem estabilidade de dez anos na mesma empresa; já as mulheres que não tinham estabilidade ficavam fora desse direito e eram ainda mais penalizadas.

Esse processo mostra como as mulheres se uniam e se articulavam politicamente, mesmo sendo excluídas de algum cargo político. Tanto no sindicato ou em qualquer posição hierárquica nas fábricas, elas tinham a consciência do seu papel como agentes importantes na causa pela luta dos seus direitos como mães, mulheres e trabalhadoras. Várias mulheres se uniam em solidariedade umas com as outras, entrando como testemunha nos processos. Esses processos, movidos pelas operárias de várias fábricas têxteis, em Alagoas, ratificam o quanto as mulheres lutavam por seus direitos garantidos por lei, mesmo quando estes duravam anos até serem sentenciados.

Essas ações de resistência das mulheres em relação aos conflitos com os contramestres e dos processos movidos fornecem-nos um conjunto e uma importante evidência de que, na linguagem de Thompson (1998, p. 256), “não se deve varrer para debaixo do tapete” para poder ampliar a nossa noção das possibilidades da “natureza feminina”. Isso se refere ao fato de as mulheres, mesmo em suas condições sociais e políticas limitadas, estavam em sua luta diária, pela sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, na resistência contra a submissão imposta pelas relações machistas e sexistas dentro do trabalho.

Para Fraccaro (2018), as mulheres foram empurradas para trabalhar nas fábricas, mas também foram empurradas para fora. Tal fato decorreu dos decretos de leis de proteção do trabalho feminino, os quais limitavam seu acesso a trabalhos noturnos, além da licença maternidade remunerada e outros, que impediam a permanência delas nas fábricas. Por essa razão, havia preferência cada vez mais pela mão de obra masculina, mesmo que os salários delas fossem os mais baixos da base salarial. Como gozavam de licença especial, isso, de certa forma, era um motivo para os patrões demiti-las.

Saffioti (1981) diz que o número de mulheres nas fábricas decresceu principalmente nos anos de 1940. Segundo a autora, isso decorreu da substituição dos maquinários manuais pelos automáticos, o que levou a diminuição a mão de obra feminina, apesar da queda, a presença das mulheres nas indústrias têxteis ainda era superior à dos homens. No caso da CAFT, elas ainda se concentravam como maioria até a década de 1960. Isso pode estar em uma das razões levadas pelo atraso da modernização nas fábricas em Alagoas, o que é ratificado por Tenório e Lessa (2013).

De certa maneira, o trabalho feminino trazia um desconforto à sociedade capitalista, pois as mulheres eram expostas a estereótipos de trabalhos considerados promíscuos como os das fábricas, e a aversão masculina a ter que tomar conta dos filhos para que as mulheres fossem trabalhar era um atentado à ordem social e aos papéis de gênero já cristalizados e naturalizados na sociedade. Portanto, de acordo com Fraccaro (2018, p. 34), as leis de proteção entrariam para “confortar” uma ordem social conservadora.

Fraccaro (2018, p. 58) diz que o período em que o Estado passou a administrar as relações entre patrões e empregados, através dos sindicatos por eles comandados, enfraqueceu, por um bom período, as mobilizações contra o Estado e patronato pela classe trabalhadora. Numa verdadeira relação benevolente, os trabalhadores viam-se neutralizados pelas tentativas de silenciar as explorações dentro dos chãos das fábricas, que nunca deixaram de existir. O controle que o Estado exercia sobre os sindicatos freava qualquer manifestação contrária às reivindicações dos trabalhadores. O mesmo ocorreu com a legislação do trabalho feminino, que, cada vez mais, restringia sua participação no trabalho industrial a partir de uma concepção paternalista, que agia muito mais como uma lei protetora do que garantidora dos direitos do trabalho feminino, e desempenhava muito mais enquanto agente fiscalizador através de decretos de leis para regulamentar o seu trabalho.

Havia, em Alagoas, um movimento Progresso Feminino Alagoano, que tinha como uma das principais organizadoras Anilda Leão, com uma representação bem articulada politicamente, ligada ao Partido Comunista de Alagoas. Porém, tal movimento, apesar de levantar pautas da classe trabalhadora feminina, reunia parte de uma elite intelectual de mulheres de classe média e universitárias, cuja contradição distanciava-se da realidade das mulheres pobres, fossem elas do campo ou da indústria.

Tal movimento buscava referência de entidades femininas internacionais com a participação nos eventos nacionais e internacionais, tendo sempre como representante do estado alagoano Anilda Leão. Convidavam as mulheres trabalhadoras a participarem de conferências, com pautas sobre as condições de trabalho. Embora o movimento fosse importante,

convocavam as mulheres principalmente com a orientação ao voto, em contrapartida deixava de lado assuntos pertinentes sobre as questões de abusos e violência sofridas por elas enquanto trabalhadoras, as quais eram exploradas, assediadas e violentadas no chão das fábricas cotidianamente. As matérias de pautas giravam sempre em torno da necessidade de as mulheres de participarem mais ativamente do movimento das lutas por igualdade de gênero no âmbito restrito das reivindicações políticas.

Estamos bem próximo das eleições, tempo em que todos os candidatos de diferentes partidos se movimentam, à procura de votos [...] e a classe feminina que mais deve usar a cabeça. Pois é a mulher que mais sofre as consequências da carestia, da economia no lar, da educação dos filhos, a falta de leite na maternidade e de assistência médica nos hospitais. É a mulher operária que sofre com o baixo salário que recebe em troca de um dia de trabalho exaustivo. E tudo se nota o sofrimento da mulher, como também a importância do voto da mulher nas eleições. Portanto, deve a mulher servir-se do voto como arma para derrotar seus opressores. Por isso, amigas, analisem, escolham e votem conscientemente em homens honestos, homens que já deram a prova de fidelidade ao povo que os apoia e já passaram dias difíceis, lutando pelo bem-estar do povo. ¹⁸⁶

Desde o início da década de 1920, a Federação Brasileira do Progresso Feminino já defendia a cidadania das mulheres como o sufrágio universal, ligadas ao PCB, quando lideranças femininas do partido não viam com bons olhos essas discussões, pois não alcançavam a situação de miséria da classe trabalhadora e discutiam apenas direitos políticos, os quais não seriam importantes para conquistar uma maior autonomia da classe trabalhadora. Questionava-se, muitas vezes, que algumas reivindicações não traziam benefícios para as mulheres operárias (FRACCARO, 2018, p. 74-76).

De qualquer modo, os movimentos feministas foram importantes nas reivindicações a respeito das mulheres e de suas necessidades, além de terem sido fundamentais na conquista de uma legislação voltada para elas. Tais organizações de cunho internacional e nacional criaram uma adesão fortalecida em movimentos que buscavam uma legislação específica para as mulheres. Muitas defendiam direitos de igualdade de gênero, salarial, licença maternidade remunerada e restrição ao trabalho noturno pautando tais prioridades, sendo responsáveis pela criação de um departamento nacional das mulheres como um marco aos assuntos ligados a uma política que formaria uma legislação a nível nacional (FRACCARO, 2018, p. 79). Por outro lado, não resolviam as questões de opressão, exploração e discriminação às quais estavam expostas.

¹⁸⁶ *A Voz do Povo*, Maceió, 1962. Acervo reservado no APA.

As reivindicações trazidas pelo movimento feminista como igualdade de direitos políticos acabava ocultando e tornava invisível o que as mulheres trabalhadoras pensavam sobre suas próprias experiências dentro das fábricas. Vale destacar ainda que elas não tinham condições de participar dos eventos, porque as suas experiências não eram as mesmas das mulheres da classe média, cuja realidade era bem diferente, além de não terem espaço de voz ativa na política.

Os processos movidos pelas mulheres no tribunal de Justiça de Alagoas fornecem-nos um conjunto importante e reafirmam o quanto essas mulheres lutavam, estavam na linha de frente na resistência contra a aniquilação dos seus direitos, muitas vezes sozinhas, com seus filhos, sem a ajuda masculina. Assim, mesmo na invisibilidade como força política, elas estavam nos bastidores, resistindo contra a opressão nas fábricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação analisou as experiências do trabalho feminino na indústria têxtil na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos – CAFT em Rio Largo, Alagoas. Pesquisar sobre as mulheres é ressignificar a história do trabalho feminino na indústria têxtil em Alagoas, as quais, como atestado pelas diversas fontes documentais, participaram efetivamente das etapas do sistema de produção algodoeiro e formaram majoritariamente a mão de obra dos setores de produção das fábricas da Companhia Alagoana. Nesse sentido, elas foram extremamente importantes na construção e formação da classe trabalhadora operária da cidade de Rio Largo, porque, como agentes históricos, também foram parte integrante dos processos e modificações das estruturas políticas e econômicas advindas com a industrialização fabril nos finais do XIX até a metade do século XX em Alagoas, assumindo um papel fundamental nessa conjuntura social e cultural do trabalho operário feminino em Rio Largo.

Neste trabalho, identificamos não somente a importância das mulheres no contexto do trabalho têxtil em Alagoas, mas as nuances do processo de construção do trabalho feminino e de como ele se constituía nas relações de gênero dentro do ambiente das fábricas. Como maioria dos quadros funcionais da CAFT, as mulheres lutaram pela sua sobrevivência no mercado de trabalho, contra a opressão, preconceitos, estereótipos, cujos fatos foram decorrentes das relações de poder da hierarquia masculina nas fábricas. Vimos também que, apesar dos silenciamentos que eram impostos a elas – com as tentativas de torná-las invisíveis no campo político das lutas nos movimentos sociais e do impedimento para que atuassem no sindicato apenas como representantes associadas, sem espaço para assumirem algum cargo na direção ou

de voz ativa e decisiva dentro da instituição –, enfrentavam os patrões na luta pelos direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho em Alagoas na garantia do cumprimento das leis, com resistência na busca tanto pela sua sobrevivência quanto pela de seus filhos. Pudemos observar, ainda, que a luta operária feminina não se contextualiza apenas do ponto de vista do trabalho, mas também no cenário artístico-cultural, desenvolvendo sua capacidade de atuar em um lugar como as bandas de música, que antes eram uma instituição renegada às mulheres.

Foi importante destacar que as mulheres operárias da CAFT atuavam dentro do campo artístico e cultural no contexto fabril, a exemplo de grupos teatrais e das integrantes da Banda de música feminina da CAFT, que conquistaram espaço além dos galpões das fábricas, cujo protagonismo dentro das ações artísticas tinha reconhecimento nacional, já que não era visto apenas pelas críticas da imprensa local. Isso ratifica fatores que também incluem as lutas e a resistência feminina para ocupar os espaços, já que se firmaram em ocupar um espaço de relações de poder mesmo com todas as implicações, sendo agentes importantes e fundamentais no processo de construção social e cultural da classe operária de Rio Largo e de Alagoas.

Portanto, realizar uma análise sobre as mulheres operárias sob as relações de gênero fez-nos compreender que o trabalho feminino não se resume somente ao macromapeamento da esfera econômica industrial que ocorreu em Alagoas, em especial na cidade de Rio Largo, mas também corresponde à própria redefinição da natureza feminina dentro da sociedade capitalista, na constituição familiar e nos contextos artísticos revelados nesta comunidade interiorana de Alagoas. Por isso, a sua importância como agente social e cultural foi indubitavelmente fundamental no processo de construção e constituição da classe operária de Rio Largo e para a história das mulheres trabalhadoras.

Esperamos, portanto, que esta pesquisa, que apenas se conclui nestas páginas, possa provocar o início de outras etapas e que possamos contribuir com o registro das múltiplas atividades que influenciaram gerações de operárias e suas mudanças humanas ocorridas na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. As operárias de ontem e de hoje continuarão na luta por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

AREND, S. F. Meninas, escola e lazer. In: **A Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

BORGES, K. F. C. **Relações Sociais “da/ e na” fábrica do biniry em Diamantina/MG: uma parte da história das mulheres operárias**. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/relacoes-sociais-da-e-na-fabrica-de-tecidos-do-biribiry-em-diamantina.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BOSCHILIA, R. T. **Condições de Vida e Trabalho: A mulher no Espaço Fabril Curitibano (1940-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kunner. Bertrand Brasil, 9. ed. Rio de Janeiro, 2010.

CORREIA, T. de B. “Civilização e educação na Pedra. In: **Delmiro Gouveia e a Educação na Pedra**. 4. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

DECCA, M. A. G. **A Vida fora das fábricas**. Cotidiano Operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, M. A. G. **Indústria, Trabalho e Cotidiano**. Brasil-1889 a 1930. 2. ed. São Paulo: Atual, 1991.

FARIAS, I. S. **Nossa Casa é do Patrão: Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho - Maceió/AL**. Curitiba: editora Annirs, 2014.

FAUSTO, B. **Trabalho Urbano e Conflito Social 1890-1920**. São Paulo: Difel, 1977.

FREEMAN, J. B. **Mastodontes: A história da fábrica e a construção do mundo moderno**. São Paulo: Todavia, 2019.

FILHO, A. P. **Rio Largo: Cidade Operária**. Maceió: SENAI/AL, 2013.

FONSECA, C. **Ser mulher, mãe e pobre**. In: História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018. p . 510-549.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: Vontade do Saber I**. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, vozes, 1987.

FRACCARO, G. **Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a História Operária**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1979.

LIMA, J. R. S. Os aspectos Históricos e Geográficos dos Municípios de Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Satuba e Rio Largo, após as comemorações dos 400 anos de Fundação de Alagoas do Norte: Uma pequena Contribuição. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. v. 48. 2000. p. 121-163.

LIMA, J. de S. **Fiandeiras e tecelãs: o cotidiano de operárias têxteis fabris em minas gerais no final do século XIX – um estudo na Cia. de fiação e tecidos cedro e cachoeira (1872-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2010.

LIMA, L. de O. **Entre Memória e História: A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos e seus operários**. 2015. 111 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

LOBO, E. S. **A Classe operária tem dois sexos: Trabalho dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOURO, G. L. Mulheres em Sala de Aula. In: **História da Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 444-479.

LUCA, T. R. de. **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARROQUIM, M.. **Terra das Alagoas**. Roma: Editori Maglioni et Strini, 1920.

MATOS, M. I. S. de. **Cotidiano e Cultura, Cidade e Trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MELO, S. A. **Operários Têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MOREIRA, Marcos dos Santos. **Mulheres nas bandas de música: uma visão do nordeste do Brasil e do norte de Portugal**. Rio de Janeiro: Publit, 2017.

MOTT, M. L. de B. **Submissão e Resistência: A mulher na luta contra escravidão**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, E. B. B. de M. **Mulheres e Menores no trabalho industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Vozes, 1982.

NASCIMENTO, A. C. de O. N. Educação Sexista: Uma reprodução da ideologia patriarcal. In: **Congresso Nacional de Educação II CONEDU**. Campina Grande, 2015. Disponível em: editorarealize.com.br. Acesso em: 09 mai. 2020.

OCTAVIO, I. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: **Cultura e Identidade Operária Aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

PEDRO, M. J. Traduzindo o Debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. In: **Revista Scielo**. v. 24. n. 1. p. 77-98. São Paulo, 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 22 mar. 2019.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: ed. Contexto, 2007.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

PINSK, C. B. Mulheres dos Anos Dourados. In: **A Nova História das Mulheres**, 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 607-639.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História**. São Paulo, 1997. Disponível em: revistapucsp.br. Acesso em 05 mar. 2019.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História**. São Paulo, 1997. Disponível em: revistapucsp.br. Acesso em 05 mar. 2019.

RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p . 579-606.

RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar**. A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROMERO, N. H. A influência da Educação Musical na Transmissão de papéis sociais associados ao gênero. In: **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**. v. 5. n. 1. 2010. Disponível em: periódicos.fclar.unesp.br. Acesso em: 09 de maio 2020.

SANTANA, M. M. de. **Contribuição à História de Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, M. C. dos. **Rio Largo: História, Memória e a Educação Patrimonial como Alternativa de Desenvolvimento Econômico e Social e Cultural**. 2013. 57 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Do artesanal ao industrial: A exploração da mulher: um estudo de**

operários têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2011. Disponível em: www.edisciplinas.usp.br. Acesso em: 05 jan. 2019.

SCOTT, J. W. A Mulher Trabalhadora. In: **História das mulheres no Ocidente** (O século XX). v. 5. Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1995, p. 444-478.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História 16**. São Paulo, 1998. p. 197-325.

SOIHET, R. Mulheres Pobres no Brasil urbano. In: **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

STEIN, S. J. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979.

TAVARES, M. G. Nas tecituras do trabalho operário: a produção têxtil e a vida incerta na Fábrica Carmen em Fernão Velho – AL (anos 1940 – 1960). **Revista Tempo e Argumento**, [s. l.], v. 12, n. 30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0105>. Acesso em: 7 set. 2020.

TENORIO, D. A.; LESSA, G. L. **O Ciclo do Algodão e as Vilas Operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.